

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WELLINGTON DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA

LOS PÁJAROS NEGROS: PROSTITUIÇÃO, COMÉRCIO DE “ESCRAVAS
BRANCAS” E A CIRCULAÇÃO TRANSLOCAL DE CÁFTENS NO NOTICIÁRIO
CURITIBANO (1920-1939)

CURITIBA

2021

WELLINGTON DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA

*LOS PÁJAROS NEGROS: PROSTITUIÇÃO, COMÉRCIO DE “ESCRAVAS
BRANCAS” E A CIRCULAÇÃO TRANSLOCAL DE CÁFTENS NO NOTICIÁRIO
CURITIBANO (1920-1939)*

Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa Arte, Memória e Narrativa, do Programa de Pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Clóvis Mendes Gruner.

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Oliveira, Wellington do Rosário de

Los Pájaros negros : prostituição, comércio de "escravas brancas" e a circulação translocal de *cáftens* no noticiário curitibano (1920-1939). / Wellington do Rosário de Oliveira. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Clóvis Mendes Gruner

1. Prostituição – Curitiba – 1920-1930. 2. Crime organizado – Curitiba (PR).
3. Lenocínio – História – Curitiba (PR). 4. Tráfico Humano – Curitiba (PR).
I. Gruner, Clóvis Mendes, 1971-. II. Título.

CDD – 364.1551



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **WELLINGTON DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA** intitulada: **Los pájaros negros: prostituição, comércio de "escravas brancas" e a circulação translocal de cáffens no noticiário curitibano (1920-1939)**, sob orientação do Prof. Dr. CLÓVIS MENDES GRUNER, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 15 de Dezembro de 2021.

Assinatura Eletrônica

16/12/2021 10:18:19.0

CLÓVIS MENDES GRUNER

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

18/12/2021 13:43:22.0

HÉLIO SOCHODOLAK

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

Assinatura Eletrônica

18/12/2021 13:43:57.0

TEREZINHA SALDANHA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

Rua General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 136171

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 136171

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais, Adilson e Marilda, que sempre estiveram do meu lado, apoiando e incentivando os meus estudos, ao Gustavo, que acompanhou as diferentes etapas do percurso desta pesquisa, pelas partidas de LOL e outras experiências de distração nestes últimos anos.

Sou grato ao Prof. Dr. Clóvis Mendes Gruner, que com carinho e atenção confiou sua orientação a alguém recém-saído da graduação e que mal conhecia os caminhos a serem percorridos até o findar deste estudo.

A todos do PPGHIS/UFPR pelas aulas, eventos, serviços e conversas, o meu agradecimento. Sou grato à CAPES pelo apoio recebido para o desenvolvimento deste trabalho e aos funcionários do Arquivo Público do Paraná pelo atendimento remoto em tempos de pandemia.



“A lei: Para traz, bandidos!

Isto aqui, agora não é mais a casa da Mãe Joanna para o vosso comércio infame. Zé Povo: Muito bem, madama! Tais cousas, neste particular, se deram na exalta política desta terra, que era imprescindível o fechamento da porta ...”

Mas só isso não basta! É preciso a pena de chicote, como se faz na Inglaterra e como eu queria que aqui se faça!”.

(O Malho. Rio de Janeiro: 09/01/1915).

RESUMO

De uma hora para outra, a imprensa do mundo todo repercutiu o grandioso escândalo envolvendo a organização *Zwi Migdal* e o tráfico de “escravas brancas” nas rodas da vida boemia da América do Sul. A cultura do medo crescia, dia a dia, em sintonia ao tratamento da imprensa para com o evento no sentido de reproduzir novos episódios violentos de figuras masculinas que destilavam horror e, ao mesmo tempo, harmonia no convívio social no começo dos anos de 1930. Em todo o país, os impressos denunciavam possíveis ramificações da referida organização dentro e fora dos circuitos já conhecidos pelo meretrício e pela presença das “polacas”. Num período marcado por transformações bruscas, simultaneamente, cenários de tensões, conflitos e confrontos, os periódicos de Curitiba denunciavam a presença quase incessante de figuras considerados “insólitos”, e que faziam parte do recente universo do crime organizado internacional, como criminosos internacionais, *cáftens* e prostitutas estrangeiras. Contudo, mesmo com uma linguagem tecnicista do século XIX, para com os estudos de polícia identificar esses sujeitos, na prática, era uma tarefa difícil para a polícia da cidade, que além de atender cotidianamente os aspectos mais perversos da violência urbana, precisava lidar com as críticas promovidas pela imprensa sobre um policiamento defasado e precário. Nesse sentido, o presente estudo se propõe a investigar a presença de *cáftens*, as narrativas sobre membros da *Zwi Migdal* e o comércio de “escravas brancas” em Curitiba, a partir de documentos datados das décadas de 1920 a 1930. O eixo central da abordagem proposta, situa-se nos marcos teóricos e metodológicos que norteiam as abordagens de gênero, criminalidade e violência, a partir da documentação ligada à tipologia dos impressos, disponibilizados via Hemeroteca Digital, pela Biblioteca Nacional, além de fichas de identificação e outros documentos secundários que norteiam os demais objetivos propostos.

Palavras-chave: Curitiba. Crime. Prostituição. Lenocínio. Zwi Migdal.

ABSTRACT

All of a sudden, the press around the world reverberated the huge scandal involving the Zwi Migdal organization and the trafficking of “white female slaves” in the circles of bohemian life in South America. The culture of fear grew, day by day, in symphony to the press treatment of the event in the sense of reproducing new violent episodes of male figures that reeked of horror and, at the same time, harmony in social life in the early 1930s. All over the country, the printed material denounced possible ramifications of the referred organization inside and outside the circuits already known for prostitution and the presence of the “Polish women”. In a period marked by sudden transformations, simultaneously tensions, conflicts and confrontations, Curitiba’s periodicals denounced the almost incessant presence of figures considered “unusual”, and who were part of the recent universe of international organized crime, such as international criminals, pimps and foreign prostitutes. However, even with a technician language of the 19th century, for police studies to identify these subjects, in practice, it was a difficult task for the city police, who, in addition to dealing with the most perverse aspects of urban violence on a daily basis, needed to deal with the criticisms promoted by the press about outdated and precarious policing. In this sense, the present study aims to investigate the presence of pimps, the narratives about members of the Zwi Migdal and the “white female slaves” trade in Curitiba, based on documents dated from the 1920s to the 1930s. The central axis of the proposed approach lies in the theoretical and methodological frameworks that guide the approaches to gender, crime and violence, based on documentation linked to the typology of printed material, made available via Digital Hemeroteca, by the National Library, in addition to identification sheets and other secondary documents that guide the other proposed objectives.

Key-words: Curitiba. Crime. Prostitution. Violence. Zwi Migdal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – EXEMPLO DE CÁFTEN ESTEREOTIPADO	13
FIGURA 2 – DUAS CANÇÕES DE TANGO.....	18
FIGURA 3 – MÃOS DEFORMADAS	32
FIGURA 4 – PRONTUÁRIO ESPANHOL DE MERETRIZES.....	36
FIGURA 5 - PRONTUÁRIO DE ANTÔNIA LOPES	38
FIGURA 6 - IDENTIFICAÇÃO DAS PAPILAS DÉRMICAS.....	38
FIGURA 7 - BAS-FONDS DE CURITIBA	56
FIGURA 8 – BAS-FONDS DE CURITIBA	57
FIGURA 9 – BAS-FONDS DE CURITIBA	58
FIGURA 10 – TRÁFICO DE BRANCAS NA ARGENTINA	61
FIGURA 11 – EL PUENTE DE LOS SUSPIROS	65
FIGURA 12 – 420 MEMBROS ASSOCIADOS DA MIGDAL	74
FIGURA 13 – RAFAEL TUMARRAGA E POLICIAL HENRIQUE WIURBNOS	76
FIGURA 14 – UM GRUPO DE CÁFTENS E “ESCRAVAS BRANCAS”	79
FIGURA 15 – MAURICIO STEINBERG	80
FIGURA 16 – LILI DAS JOIAS ASSASSINADA.....	92
FIGURA 17 – MARIE IVONNE COUTOUGER.....	94
FIGURA 18 – PROPAGANDAS DE FILMES SOBRE PROSTITUIÇÃO	111
FIGURA 19 – FOTOGRAFIAS DE UMA POSSÍVEL “ES CRAVA BRANCA”	120
FIGURA 20 – EXEMPLO ILUSTRADO DE IDENTIFICAÇÃO DE MERETRIZES... ..	128
FIGURA 21 – PRONTUÁRIO N. 74	130
FIGURA 22 – PRONTUÁRIO N. 75	132
FIGURA 23 – REPRESENTANTES DO MERETRÍCIO E O <i>HABEAS-CORPUS</i>	136
FIGURA 24 – FOTOGRAFIA DE MAX OCHEROFF	143
FIGURA 25 – FOTOGRAFIA DE HERMANCIA RIBEIRO	144
FIGURA 26 – LUDGERO HENRI, RAPHAEL ABADE E BORIS ZIGNONE.....	151
FIGURA 27 – ANÚNCIO COMERCIAL DE SIMÓN RUBINSTEIN	154
FIGURA 28 – BENJAMIN ZIMBARG	156
FIGURA 29 – PRONTUÁRIO DE BENJAMIN ZIMBARG.....	157
FIGURA 30 – ILUSTRAÇÃO SOBRE A ZWI MIGDAL EM CURITIBA.....	161
FIGURA 31 – FOTOGRAFIAS DE CATARINA HURMAN.....	167
FIGURA 32 – MARCELA PACHECO E CATARINA HURMAN	168

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DADOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MERETRIZES	108
TABELA 2 – DADOS SOBRE CÁFTENS IDENTIFICADOS EM CURITIBA	149

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	CAPÍTULO - ESTUDOS DE POLICIOLOGIA E OS MELINDROSOS BAS-FONDS CURITIBANOS	25
1.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE ANTROPOLOGIA CRIMINAL	25
1.2	POLICIOLOGIA	29
1.3	MÉTODOS E PRÁTICAS	33
1.4	CURITIBA, UMA CIDADE DESPOLICIADA	39
1.5	A FINA FLOR DOS <i>BAS-FONDS</i> CURITIBANOS	48
2	CAPÍTULO - ZWI MIGDAL E O TRÁFICO DE “ESCRAVAS BRANCAS”	60
2.1	SOBRE A SOCIEDADE PORTENHA.....	60
2.2	A SOCIEDADE DE AJUDA MÚTUA VARSÓVIA	63
2.3	UMA SUCURSAL DA ZWI MIGDAL NO RIO DE JANEIRO.....	71
2.4	NARRATIVAS AO SUL	82
2.5	A SAGA DAS “POLACAS”	85
3	CAPÍTULO – PROSTITUIÇÃO E O “COMÉRCIO DE ESCRAVAS” BRANCAS EM CURITIBA	95
3.1	MULHERES CURITIBANAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	95
3.2	UMA UTOPIA SEM AMOR? CRIMES DE SANGUE NOS BOLETINS POLÍCIAS.....	99
3.3	PRODUÇÕES FÍLMICAS SOBRE PROSTITUIÇÃO E TRÁFICO DE MULHERES	105
3.4	PRODUÇÕES FÍLMICAS NOS CINEMAS DE CURITIBA	108
3.5	NARRATIVA SOBRE OS MERCADOS DE “ESCRAVAS BRANCAS” EM CURITIBA.....	112
4	CAPÍTULO – ARQUIVOS MARGINAIS: ZWI MIGDAL E A CIRCULAÇÃO DOS “INDESEJÁVEIS” EM CURITIBA.....	124
4.1	ARQUIVOS MARGINAIS	124
4.2	IDENTIFICANDO AS “DEMI-MONDAINE” EM CURITIBA	124
4.3	A “CAÇA” AOS CÁFTENS NOS BOLETINS POLÍCIAS	135

4.4	"VENDO O MAR ONDE NÃO EXISTE ÁGUA": MEMBROS DA ZWI MIGDAL EM CURITIBA	147
4.5	AGENTES DA MIGDAL NO INTERIOR DO PARANÁ?	162
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
	REFERÊNCIAS	177
	FONTES	184

1 INTRODUÇÃO

No começo do século XX, a capital paranaense passava por um momento, ainda que de forma tímida, de reformulação do espaço urbano. Neste contexto, a imprensa local costumava transmitir, em suas páginas diárias, padrões sociais e alguns discursos eufemistas sobre sujeitos que pertenciam, principalmente, os segmentos populares da sociedade curitibana. Como de praxe, diversos acontecimentos de conjuntura social, política e econômica do país ocuparam as páginas do noticiário local, mas também práticas cotidianas consideradas “subversivas”, que agitavam a vida noturna da capital e, conseqüentemente, tendo reflexos negativos registrados nos boletins policiais da cidade, sempre movidos por cenas de crime e de violência.

À vista disso, é indubitável que mesmo após o clima instaurado com o advento da Primeira República no século XIX, o impacto da “fragmentação” da ordem estabelecida continuou perdurando durante as décadas iniciais do século XX, se não, com maior intensidade. Podemos considerar que esse processo só aconteceu graças aos processos de modernização que eclodiram no final do século XIX, mas que resultou numa atmosfera de medo e insegurança, visto que a realidade e os descontroles demasiadamente novos do século XX não eram os mesmos de antigamente. Todavia, Cada vez mais esses processos geraram custos sociais e culturais súbitos, fazendo com que a sociedade vivesse numa espécie de “enclausuramento”, do isolamento dos indivíduos confinados em discursos e ideologias morais e religiosas¹. Pode-se dizer, que toda forma de manifestação contrária às bases do processo civilizador que se desenvolvia no país, transformou-se num conjunto contraditório e complexo de sujeitos sociais “leigos” e “diversificados”, de acordo com Elias (1993)².

¹ Michel Foucault ressalta que “discurso” é um conjunto de enunciados, enquanto os enunciados se apoiam na mesma formação discursiva. No entanto, esta não é a única definição que ele nos dá. No decorrer do seu estudo, que vai se modificando temporalmente, o autor oferece algumas definições do conceito de discurso, em outro momento, de transição do seu pensamento, entre a arqueologia e a genealogia, Foucault tratará do Discurso principalmente em sua interlocução com as relações de poder, se tornando um dos seus maiores objetos de análise. Ver: FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

² O autor explica que o processo civilizador, iniciado nas sociedades europeias desde a Idade Média, com o progressivo aumento do autocontrole e da repugnância à violência, se refere a uma transformação de todo o campo social, da estrutura das funções psicológicas. Ver: ELIAS, N. O processo civilizador: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

Assim, há um tópico específico na história de Curitiba, ligado pelo cotidiano e pelas relações de poder, com a qual gostaríamos de contribuir por meio deste estudo. Trata-se, essencialmente, de discutir alguns episódios no entendimento da história cotidiana da cidade junto às várias transformações sociais e “modernizantes”, causadas pela noção positivista de “ordem” e “progresso”, que contribuiu para edificar alguns dos meios de controle que serão abordados posteriormente. Nesse entendimento, a figura do sujeito “subalterno” e “marginalizado” passa a ser exatamente aquele que dá sentido à própria experiência urbana, se tornando o centro das manifestações da imprensa periódica que, em consonância com as demandas da elite, designava a violência, o crime e a desordem, além de outros vários outros “motes” para justificar o controle social, muitas vezes, de maneira involuntária e discriminatória.

Partindo dessas premissas, este estudo buscou tomar parte de um perfil genérico e que esteve em discussão com outras categorias de sujeitos “subalternos”, principalmente no que se refere aos grandes centros urbanos do período. É uma ideia contaminada pelo discurso romântico e sensacionalista de mulheres estrangeiras “brancas como a neve”, oriundas do Leste Europeu, e que foram “involuntariamente” inseridas nos lupanares distribuídos pelos grandes centros urbanos da América do Sul na passagem do XIX para o XX.

Jovens “frescas e rosadas [...], inocentes e reservadas nos modos”, como Irma, tornaram-se prostitutas no Rio de Janeiro sem que esta tivesse sido sua opção. Histórias e itinerários muito próximos aos dela encontram-se impressos em romances, contos e crônicas, bem como em obras escritas por juristas e jornalistas de época. Nesses escritos, elas protagonizam dramas inscritos nos bastidores das migrações massivas que marcaram a segunda metade do século XIX e o início do XX, (MENEZES, 2017, p. 23).

De antemão, por se tratar de uma cidade pouco explorada em termos históricos sobre o tráfico de mulheres, a intenção não é a de tomar experiências mais aprofundadas sobre a trajetória de algumas mulheres sem direito à memória, como fez o estudo Kushnir (1996), em que a autora investigou diferentes mecanismos de proteção e solidariedade formulados por meretrizes e rufiões no Rio de Janeiro. Embora fosse interessante trazer tal problemática para o contexto de Curitiba, a cidade, em consenso com a então capital federal, não dispõe de uma vasta tipologia de fontes que nos permite a mesma categoria de investigação. Desse modo, sem tirar o mérito da documentação encontrada, foi possível identificar

narrativas, indícios e pistas de uma possível presença, ainda que nos intramuros da cidade, de homens (rufiões) e mulheres (polacas), à medida que os mesmos deixavam as marcas das suas passagens pela cidade por meio de documentos emanados do poder, cabendo, assim, o tratamento investigativo para com a documentação.

Quando lidamos com estudos históricos sobre o cotidiano, sempre percebemos uma certa predominância do discurso da imprensa, seja por meio das narrativas expressas ou nas “entrelinhas” dos conteúdos que carregam. Assim, a cidade acaba se tornando um espaço de conflito entre a ideologia do dominante e o cotidiano do dominado. Porventura, Certeau (1994) pondera que “são em lugares assim que habitam os fantasmas da cidade”³. Então, o discurso da imprensa sempre buscou traduzir, de alguma maneira, os desafios de sempre e os “fantasmas” que incorporaram a realidade de um determinado contexto social. A partir dessas narrativas é que as experiências sociais emergem, as vezes como números em cômputos, como nos relatórios de Chefe de Polícia ou por experiências múltiplas e de difícil decifração, como o discurso jornalístico.

Um exemplo disso é a própria problemática central deste estudo, intimamente vinculada à tipologia dos impressos no sentido de registrar a circulação de *cáftens*⁴ estrangeiros e o discurso firmado pelo estereótipo tipicamente urbano do começo do século XX, o de “escravas brancas”. Em 1925, por exemplo, o Jornal *O Dia* mencionou “há tanto *cáften* e ladrão estrangeiro por aí que são tratados como hóspedes ilustres...⁵”. O periodismo de Curitiba, de acordo com as fontes, de fato

³ Ainda segundo Certeau, esses "fantasmas são testemunhas de uma história que, ao contrário daqueles dos museus ou dos livros, já não tem mais linguagem". A autor investiga ainda, as operações dos sujeitos, e como produções específicas encontraram formas diferentes de investigar as práticas cotidianas. Ver: CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁴ De acordo com documentos da época, o termo para o sujeito que vive às custas de prostitutas costuma variar de acordo com cada região. Por exemplo, na França eles eram chamados “*souteneur*”, na Argentina eram identificados como “*caflinlero*”, já no Brasil eram denominados “*cáftens*”, “rufiões” e “proxenetas”. Todavia, é preciso não confundir esses dois tipos de indivíduos, o *cáften* e o rufião. O *cáften* era interpretado como um “*gentleman*”, que praticava outras ocupações formais. Em síntese, era aquele que protegia e condicionava as mulheres à prostituição de luxo ou regulada. Do mesmo modo, em troca de proteção e conforto, elas pagavam com o lucro das atividades. Já a figura do “rufião” é uma categoria de condição inferior, e viviam às custas das mulheres e agiam como uma espécie de “guarda costa”, sempre de forma violenta e hostil. Não trabalhavam, mas viviam do lenocínio para sustentar os seus vícios. Outra observação é que o *cáften* era o que que traficava e promovia o “leilão” de mulheres para os agentes interessados, como os rufiões. Fonte: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 01/08/1925.

⁵ O Dia. Curitiba: 18/01/1925.

indicava a presença enigmática dos mesmos na cidade, mas as suas circunstâncias, propósitos e cujas diferenças serão investigadas ao longo da análise documental.

Posto isto, a principal problemática que norteia esta pesquisa, vale dizer mais uma vez, está na figura do cáften estrangeiro, uma figura que tem ganhado cada vez mais destaque nos escritos históricos sobre o crime, visto que viviam da “arte do disfarce”, e pelo fato dos mesmos cruzarem, não rara as vezes, às fronteiras para deliberar tais delitos em diferentes cidades sul-americanas. Outro aspecto que pode suscitar dúvidas refere-se ao fato de que eles foram interpretados, pela literatura da época, como homens inteligentes, capazes de driblar até mesmo os olhares tênues das autoridades policiais e os procedimentos de identificação utilizados no período em voga.

FIGURA 1 - Exemplo do estereótipo firmado pela imprensa de um *cáften* explorador do lenocínio.



Fonte: Vida Policial. Rio de Janeiro: 03/04/1925. In: Hemeroteca Digital.

A documentação sobre Curitiba nos revela que muitos desses sujeitos que estiveram na capital já tinham antecedentes no mundo do crime em diversas regiões do país, alguns até mesmo no circuito transnacional. Além dos *cáftens*, um segundo eixo temático que orienta este estudo é a circulação, quase que “repentina” de meretrizes estrangeiras na cidade, as denominadas “polacas”. Todavia, não são experiências de mulheres traficadas a partir do relato romanceado do desconhecido que vai até à aldeia a buscar a jovem e enganá-la, visto que a historiografia, como

Simonetto (2019), Yarfitz (2012), Tronchon (2006), Guy (1994), entre outros, vêm mostrando serem diversas relações sociais que de diferentes maneiras e em diferentes momentos podem ser interpretadas como tráfico. O que interessa, de antemão, é problematizar as narrativas do noticiário local sobre um possível “comércio de escravas brancas” e como a imprensa associava a presença de estrangeiras com o tráfico.

Nos prontuários de identificação examinados, em tão pouco tempo, algumas mulheres saíram do seu país de origem, oriundas da Europa, e migraram para a América do Sul, passando por cidades onde “polaca” era sinônimo de tráfico, como Rio de Janeiro e Buenos Aires, até chegarem em Curitiba por razões ignoradas. Assim, ainda no tocante sobre mobilidade transnacional, outro assunto que sustenta esta pesquisa está possível presença de membros da célebre *Zwi Migdal*, organização criminosa sediada na Argentina, em Curitiba na década de 1930, período que marcou o escândalo judicial da máfia e, conseqüentemente, a sua desarticulação em perspectiva transnacional, mas também translocal, como veremos adiante.

Mediante ao conteúdo exposto, a proposta é refletir sobre o *modus operandi* desses personagens, promover a discussão sobre o tráfico em que Curitiba seja o principal recorte, e promover uma leitura que permita a interação de informações, além das diferentes formas de ver e problematizar tais documentos. Pode-se destacar ainda, que o tema apresenta um debate espinhoso e delicado, visto que o tratamento da imprensa sobre o tráfico variava de região para região, e que nem todo envolvido com o lenocínio⁶, esteve, necessariamente, ligado ao tráfico. Adiantando, por assim dizer, que a intenção deste estudo não é de dar conta ou apresentar uma pesquisa fidedigna e detentora de tal verdade, longe disso. De forma breve, ao resgatar uma série de registros produzidos no passado, sabemos o quão dificultoso era a tarefa da polícia em conseguir identificar e punir esses criminosos, que, conforme a historiografia, eram denominados “criminosos profissionais”, justificando, assim, a lacuna existente para com o tema e suas fontes, incluindo aí o contexto curitibano.

⁶ De acordo com o Código Penal de 1890, exercer a prostituição não configurava um crime, mas sim o lenocínio, comportamento de explorar outrem para benefício próprio. As penas costumavam variar conforme o agravamento do caso, podendo ser mais branda em casos de menores e mulheres virgens. Todavia, a prostituta poderia ser enquadrada numa série de crimes contra a moral e desordem urbana.

Na América do Sul, entre os discursos jurídicos, policiais, jornalísticos e literários se construiu uma figura do ladrão viajante aristocrata que reunia três características fundamentais: além da profissionalização e da capacidade de mobilidade territorial, era assinalado como um delinquente “científico”, “gentleman” e “ vaidoso”. A primeira característica fazia referência ao uso de inovações tecnológicas aplicadas a alguma especialidade na arte de roubar. A segunda tinha a ver com a aprendizagem dos estilos necessários para se infiltrar nos espaços da alta sociedade e com as capacidades dramatúrgicas nas interações com os outros. Finalmente, a última característica aludia à construção de uma fama dentro do próprio mundo dos ladrões e, em parte, à projeção dessa popularidade nas páginas da imprensa e nos seus leitores. (GALEANO, 2012, p. 286-287).

Para atingir tais objetivos, mergulhamos numa vasta pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema. Por se tratar de um grupo de sujeitos considerados “nômades”, conhecidos pela mobilidade e pelas técnicas de fuga, os chamados “criminosos viajantes”, nas premissas de Galeano (2012), a todo momento fez-se necessário a utilização de documentos de outros Estados, como jornais e revistas policiais do Rio de Janeiro, considerado o “reduto” dos criminosos profissionais na época. A historiadora Otonni (2012), por exemplo, discorre sobre o interesse e o deslocamento constante de criminosos estrangeiros para a capital federal, e como eles faziam do Rio de Janeiro como “ponte” para as demais cidades por meio da criminalidade.

No que diz respeito mais especificamente aos relatos da imprensa, as reportagens policiais assinalavam que tais criminosos emigravam para a capital brasileira devido a diferentes fatores que podiam estar ou não articulados entre si. Um dos motivos apontados pelos jornalistas se devia ao fato dos gatunos internacionais acreditarem que o Rio de Janeiro era uma cidade onde ganhariam dinheiro e bens de valor facilmente, devido ao progresso material aí existente ou porque aqui era uma cidade aprazível, com seus bairros boêmios, “casas de espetáculos, confeitarias e cafés da moda”, (OTONNI, 2012. p. 193).

Sabe-se ainda, que é fundamental especificar a conjuntura em que cada documento sobre o assunto fora escrito, pensado e distribuído nos limites do seu contexto histórico. Desse modo, para compreender cada um dos tópicos apresentados, delineamos alguns trabalhos que nos auxiliaram na reflexão sobre o tema. Podemos destacar, ligeiramente, algumas contribuições sobre prostituição feminina e criminalidade em Curitiba, como os estudos de Trindade (1999), Ignês (1998), Gruner (2018) e Aguiar (2016). Esses estudos revelam que, no mundo urbano em constante transformação, as estreitas relações entre criminalidade e prostituição estiveram conectadas por projetos de higiene social e por mecanismos

de controle no sentido agir contra as manifestações de “rebeldia” compulsada pelas classes populares. Em sintonia com a documentação examinada, o cenário curitibano esteve longe de parecer uma “utopia moderna”, já que tal descrença fez com que até mesmo a imprensa local, por meio dos seus discursos diários, desacreditasse na eficiência da eficiência policial, chegando a diagnosticar a cidade como uma “terra despolicada”.

Conforme está sendo proposto e debatido pela historiografia, entre as várias causas da criminalidade, situa-se a paranoia no seu crescimento descontrolado e ameaçador, sempre associado à descrença nas instituições e nos procedimentos legais. Dessa forma, notamos que, a partir do discurso jornalístico, o esgotamento das antigas estratégias de controle apontava para um novo fato: era preciso que o disciplinamento do espaço urbano servisse para limitar o quadro “lúgubre” da marginalidade, ou seja, que as autoridades identificassem, de maneira cada vez mais sintomática, o cidadão distinto, o “estranho”, do mal que vinha de fora (estrangeiro), do pobre, do ocioso, segundo Chalhoub (1990)⁷.

Para discutir policiamento, violência e prostituição em outros contextos, foram utilizados diversos registros. Em especial sobre o tráfico de mulheres, fenômeno que se passa num contexto de transformações bruscas, espaços de conflitos e tensões, foi preciso um olhar ainda mais sensível no sentido de lidar com diferentes narrativas sobre o tema. É preciso salientar o quão dificultoso é conseguir mapear a experiência de sujeitos que desaparecem de uma hora para a outra, como os *cáftens* estrangeiros, mesmo que diferentes países tenham se esforçado para tentar desvendar capítulos, dramas e escândalos envolvendo o torpe tráfico internacional de mulheres.

A figura do cáften muitas vezes esteve associada ao espírito coletivo, e não apenas individual, como os “polaks”, decifrados enquanto homens reservados, discretos e disciplinados, quase sempre associados ao estereótipo firmado do “proxeneta judeu”, além dos “maquereaux” franceses e dos demais “punguistas”. A associação entre rufianismo e certas nacionalidades deve ser revista com cautela, e devem ser contextualizadas com cuidado para não reproduzirmos narrativas

⁷ O autor discute como se desenvolveu diferentes visões dessa liberdade urbana construída com o advento da Primeira República, sobretudo após embaralhar liberdade em sintonia com diferentes perspectivas, desde a liberdade para com os escravos, como opostos estanques e o agenciamento para com as “classes perigosas” como um todo.

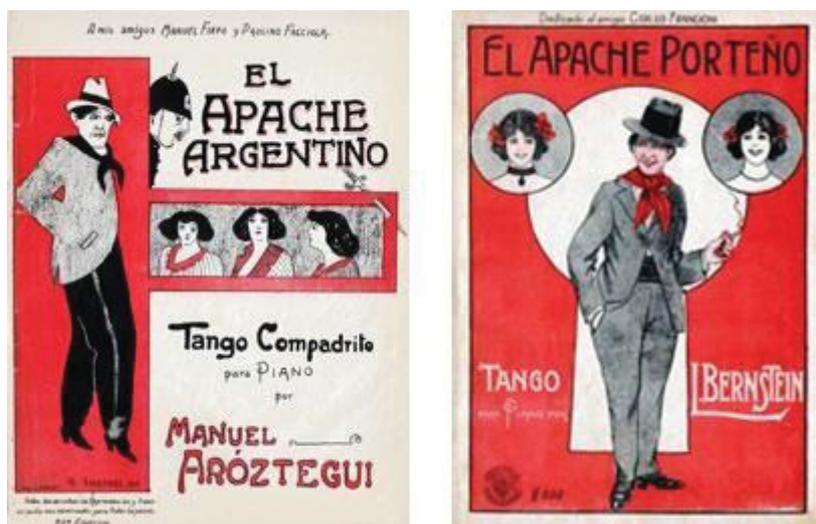
racistas, de anti-semitismo e outras discriminações produzidas pelas narrativas presentes nas fontes históricas.

De acordo com Rago (2008), os grupos se diferem quanto ao seu *modus operandis*, ou sejam, da forma como se organizavam para deliberar o crime organizado em diferentes ramificações pelo mundo. Mas em regiões como Rio de Janeiro e Buenos Aires, os *cáftens* já eram popularmente conhecidos por esses estereótipos antes dos escândalos envolvendo o tráfico internacional de mulheres e até mesmo o da *Zwi Migdal*. E mesmo após a intensificação das convenções internacionais em repressão ao tráfico de mulheres, o tratamento da imprensa não diferiu, mas continuou perdurando discursos em formas de algaravias, tons racistas e preconceituosos sobre os “indesejáveis”, inclusive na imprensa curitibana.

Os rufiões chegaram a formar verdadeiros sindicatos do crime, organizando-se disciplinarmente na mesma proteção em que o comércio das “escravas brancas” se tornava um empreendimento lucrativo e em que as perseguições policiais se intensificavam. Desde o final do século XIX, realizaram-se congressos internacionais na Inglaterra, Holanda, França e Alemanha, com a finalidade de reprimir o tráfico das “brancas” e dotar os países envolvidos de uma legislação adequada e eficaz (RAGO, 2008, p. 287).

Outra peça principal desse “quebra-cabeça” surgiu de um termo popularizado no século XIX, mas que passou por uma série de mudanças, adquirindo um sentido duplo e que fora estabelecendo novas relações semânticas no decorrer do tempo. Trata-se da expressão “polaca”. Por muito tempo, os termos “polaca” e “judia” foram associados às mulheres prostitutas da Europa Oriental e falado em diferentes regiões da América do Sul, podendo ser encontrada em algumas manifestações artísticas e culturais, como na canção “Judia Rara”, de 1964, escrita por Moreira da Silva para Estera Gladkowicer, uma prostituta da boemia carioca: “os olhos dessa judia, cheios de amor e poesia, dorme o mistério da noite, brilha o milagre do dia”. E nos tangos de Arturo Mathon, como em anexo.

FIGURA 2 – Duas canções de tango feitas pelo músico Arturo Mathon em 1944.



Fonte: sem autor: "El apache argentino" de Juan D'Arienzo y su Orquesta Típica, 1944. Escola Argentina de Tango. Disponível em: <<https://escuelatangoba.com/marcelosolis/argentine-tango-music-el-apache-argentino-juan-darienzo/>>. Acesso em 14/11/2021.

Adiante, foi apenas no começo do século XX que o termo “polaca” ganhou maiores proporções, tornando-se sinônimo de “prostituta”. No entanto, é preciso esclarecer que a contribuição local de muitas regiões contribuía para alimentar esse repertório anedótico, bem como contaminado por rivalidades e discursos tipicamente regionais. A discussão dos “polacos” sem pertencimento aparece em alguns registros da imprensa paranaense, mas não como fora discutido por Kushnir (1996). Nesse caso, a autora trabalhou com proxenetas e buscou compreender os diferentes mecanismos de proteção e solidariedade criados pelos mesmos a partir dessa experiência de exclusão social e étnica. Sobre a região sul do país, a historiadora Rago (2008) explica que o termo “polaca” não apresentava uma designação tão depreciativa como no sudeste do país, onde a imigração polonesa não foi tão significativa. Ainda assim, como lembra o crítico literário Wilson Martins, a questão imigratória na região sul “transformou-se num problema linguístico”, logo, muitos “polacos sem bandeira”, ou os ditos “rebeldes”, levavam consigo alguns estereótipos, como o de inferioridade em relação a sua origem étnica⁸.

⁸ A fala em questão, trata-se de uma entrevista dada ao Tribuna da imprensa. Rio de Janeiro, 03/09/2001.

É preciso lembrar que a expressão ‘polaca’, bastante difusa, não recobria as mesmas significações no país como um todo. Se, de uma maneira geral, designava as polonesas, nem sempre era sinônimo de prostituta, como nos Estados onde a imigração eslava havia sido maior: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro e São Paulo, o termo remetia comumente à figura da meretriz, porém, nem sempre se referia às judias, ou especificamente às polonesas. Por ‘polaca’ entendia-se mulheres loiras vindas de países da Europa Oriental, que na imaginação popular romantizava e confundia totalmente, (RAGO, 2008, p. 332).

Afinal, o que significava “escravas brancas”? A expressão se refere a todo um conjunto de mulheres estrangeiras em condição ignomínia e análoga à escravidão, interpretadas enquanto meros instrumentos de lucro, sem direito à liberdade e outros princípios básicos de cidadania. No caso da prostituição, a historiadora Rago (1991) afirma que a utilização da metáfora esteve associada ao comércio dos escravos negros, já extinto em meados do século XIX, mas que se enraizou nos marcos um pensamento romântico conservador, obcecado em preservar a virgindade das moças de família daquele período. Para Schettini (2005), a denominação “escravas brancas” servia para classificar mulheres europeias em contingentes atribuídos à condição de vítimas “passivas e indefesas”, embora nem todas fossem, necessariamente, consideradas vítimas do tráfico. Ainda segundo a autora, ficou evidente que alguns usos do vocabulário faziam referência aos debates políticos sobre as experiências de trabalho e o futuro das relações de trabalho no Brasil e na Argentina.

No Brasil, a imagem de “escravas brancas” remetia ao intenso debate sobre a reorganização das relações de trabalho desde os fins do século XIX; na Argentina, a ideia de uma rede de traficantes de mulheres mobilizava temores criados pelas dimensões inéditas que ganhavam a imigração de mão de obra europeia e seu impacto na definição de conceitos como cidadania e nação (SCHETTINI, 2012, p. 52).

Nos últimos anos, o tema “tráfico de brancas” movimentou diferentes manifestações artísticas pelo mundo todo, como minisséries, filmes, obras literárias, crônicas poéticas, entre outros. Virou até referência de moda, como na coleção Santa Efigenia Fashion Rio, no inverno de 2004, no Rio de Janeiro, em memória às judias “elegantes” que apareciam em vestidos longos, fluidos e com outras indumentárias pelo corpo⁹. Pode parecer um pouco contraditório, talvez romantizado, mas em nenhum momento a historiografia afirma com exatidão que as

⁹ Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro: 12/07/2004.

“polacas” se tornaram sinônimo de elegância, diferente das “cocotes” francesas¹⁰. Essa narrativa pode ter sido sustentada por memórias idealizadas, e tampouco estão próximas da problematização sobre a condição feminina em que essas mulheres estiveram inseridas.

Nas grandes cidades onde as polacas eram vistas como objeto de prazer”, como no Rio de Janeiro, ainda hoje restam algumas lembranças transmitidas nas rodas da vida boêmia. Alguns exemplos são os atuais bairros da Lapa, Vila Mimosa e o Mangue, que nos tempos do “Bota-Abaixo” de Pereira Passos e Barata Ribeiro era apenas terreno irregular usado para “varrer” a população pobre que envolvia a conversão do Rio de Janeiro num “cartão-postal europeu”, segundo Chalhoub (1986). A título de curiosidade, na Argentina, onde o tráfico se desenvolveu com maior intensidade, alguns bairros como *La Boca* são conhecidos pela geração de prostitutas que se sucede.

Apesar da lacuna sobre o tema na historiografia, com base nos poucos estudos publicados, percebemos sempre uma certa predominância de escritas sobre manifestações contrárias a designação do trabalho firmado pelo positivismo de “ordem” e “progresso” no período da Primeira República. No cenário em questão, o tráfico de brancas aparece como uma “consequência”, sempre em sintonia com diferentes grupos marginalizados. Soihet (1989) destaca que os excluídos eram associados as tensões sociais e o clima de opressão, que sobre a “égide” do nascente capitalismo selvagem, se abatia sobre as camadas populares. A autora, que se tornou uma importante referência para os estudos de gênero e violência no país, vê com muita especificidade o cotidiano difícil das mulheres pobres no contexto carioca dos anos 1890 e 1920. A partir de processos criminais, ela submete uma leitura do tipo sociológica, mostrando os pontos altos e baixos em processos criminais onde as mulheres aparecem como vítimas ou transgressoras.

Nas últimas décadas, as formas de violências contra as mulheres ganharam cada vez mais destaque no meio acadêmico. Um fator que contribuiu para isso foi o conceito de “gênero” discutido por Scott (1990). O conceito surge em meio ao remanejamento constante da história cultural na década de 1980, em que ocorre uma importante mudança no campo dedicado às mulheres, para avaliar as

¹⁰ No imaginário social da época, ser francesa não significava, necessariamente, ter nascido na França, mas sim pertencer ao meretrício de luxo.

produções historiográficas feitas a respeito e propor novos critérios de análise para essa categoria de abordagem. No Brasil, estudos valiosos avaliam como se deu a emergência dessa abordagem a partir de diferentes narrativas, contextos e grupos sociais diversos, sempre tratando de mulheres que foram duplamente excluídas: por serem mulheres e pela sua condição social. Tal como, podemos mencionar Soihet (1989) e o cotidiano violento das mulheres em busca de novos espaços e suas implicações nas relações de gênero, a historiadora Corrêa (1989) com o seu estudo sobre crimes passionais, mostrando que a justiça absolvía homens que matavam “por amor” e que mulheres eram absolvidas por serem “inferiores” e por fim¹¹, os escritos de Rago (1985, 1991), uma das primeiras a analisar a questão de gênero no movimento operário brasileiro e a presença de meretrizes em meio as grandes transformações urbanísticas do século XX.

É intencionalmente com a questão do feminino, dessa diferença no tratamento com a literatura científica sobre a mulher que, diferentes estudos expandem os caminhos para uma história social ou cultural sobre as mulheres. Com isso, gostaria de mencionar outros estudos que dialogam com poder, criminalidade e prostituição e que utilizam os impressos como fonte/ou objeto. Podemos destacar as obras de Fonseca (1982) sobre prostituição em São Paulo, Dias (1984) e as estreitas relações entre poder e cotidiano, e Leite (1984), que discursa sobre a condição feminina das mulheres cariocas. Frente à noção de se trabalhar num sentido mais amplo com a prostituição, sofrendo variações conforme os diferentes grupos sociais, raciais e até mesmo o tratamento da justiça, citamos as contribuições de Engel (1989) e o saber médico sobre prostituição no Rio de Janeiro, Soares (1992) e as diferentes formas de se interpretar a prostituição carioca no decorrer do século XIX, Kushnir (1996) com as formas de resistência por parte das “polacas” e *cáfrens*, Vincent (2006), com seu olhar jornalístico sobre o tráfico de mulheres judias para às Américas, Pereira (2004) e a prostituição em Florianópolis e Saldanha (2013), que discursa sobre prostituição em Guarapuava, além de outras referências que serão incorporadas ao longo da pesquisa.

¹¹ Outro importante trabalho que utilizava a metodologia de processos criminais é o de Besse (1989), que nos mostra as relações estreitas entre as regras do jogo legal e às normas sociais, desvendando que até mesmo a justiça contribuía para reforçar narrativas que modelavam os homens de bem e as “almas danadas”.

Em comum, a noção de instauração da ordem republicana parece ter norteado quase todas as obras mencionadas. Assim, polícia e cotidiano sempre estiveram lado a lado com o conflito das manifestações de grupos “alternativos”. Sobre isso, podemos referenciar alguns estudos como os de Lima (1994) sobre policiamento no Rio de Janeiro, Holloway (1997), Bretas (1997), Souza (2009), Fausto (1984), dentre outros. A isso se acrescenta o interesse por discussões sobre a oposição entre nacionais e estrangeiros que terminou por servir a legitimação da ordem para processos de expulsão tanto no Brasil quanto no exterior. Alguns estudos que dialogam com diferentes meios de controle contra os “indesejáveis” foram incorporados, como Menezes (1996), Galeano (2012), Schettini (2012), Yarfitz (2019) e Simonetto (2020)¹².

O debate segue apresentando uma construção dos campos simbólicos e de representação solidificados pela imprensa para com o tratamento da sociedade. Nesse sentido, Marocco (2004) argumenta que os discursos e as imagens jornalísticas sugerem diferentes sentidos sobre os instrumentos de domesticação dos movimentos sociais e o controle da cotidianidade dos pobres. Conforme menciona Chartier (1995), a imprensa se tornou um espaço de disputa quanto o estabelecimento de padrões sociais de comportamento. Tais documentos impressos, como ressaltado por Luca (2008), nos revela que os populares, quando examinados enquanto fontes históricas, que embora fossem mal identificados pelo discurso jornalístico, eles também eram bem radicados nos lugares que viviam ou pelos quais circulavam.

Partindo dessas premissas, estudos recentes foram publicados tendo os impressos enquanto modo de objetivação histórica para decifrar o tratamento diferenciado da criminalidade a partir de uma série de tipologias. O primeiro estudo é o de Ottoni (2012), em que a autora traça uma investigação sobre as narrativas de crimes e criminosos nas reportagens da imprensa carioca nas duas primeiras

¹² Na esteira de outros estudos, serão discutidos alguns conceitos de Foucault sobre as relações entre poder e conhecimento enquanto ferramenta de controle social. As transformações urbanas e as suas consequências sempre foram corroboradas pela imprensa de diferentes formas, assim, Kalifa (2017) explica que os rótulos dados aos territórios são martelados com insistência pela mídia quando no desejo de reproduzir narrativas sobre a cidade. Investigando as sensações e sentimentos no imaginário ocidental, Corbin (1987) contribui para pensar a história do corpo, suas práticas e outros estudos que gravitam em torno do crime, da criminalidade e do cotidiano.

décadas do XIX, seguido por Shizuno (2011) e a sua tese sobre a revista *Vida Policial* (1925-1927).

Para tanto, o rol documental deste estudo são periódicos curitibanos, datados de 1920 até 1939, tais como *A Republica*; *Commercio do Paraná*; *Correio do Paraná*; *Diário da Tarde*; *O Dia* e *O Estado*. O material coletado faz parte de uma sequência de narrativas sobre o tratamento da imprensa em relação a aspectos diversos do cotidiano da cidade, bem como narrativas sobre o problema da prostituição, lenocínio e a criminalidade, mas com principal destaque nas figuras dos “vadios”, *cáftens* e meretrizes. Ainda sobre a documentação periódica, foram utilizados fotografias, ilustrações e jornais de outros Estados no sentido de mapear narrativas de personagens que circularam de uma região para a outra, como os impressos cariocas *A Noite* e a revista *Vida Policial*¹³. Outros documentos foram incorporados na pesquisa, como relatórios de Chefe de Polícia, prontuários de identificação de meretrizes, um registro civil de um estrangeiro acusado de lenocínio e um processo-crime envolvendo possíveis cafetinas da *Zwi Migdal* no interior do Paraná.

A estrutura da pesquisa está dividida em 4 capítulos. O primeiro apresenta uma discussão introdutória sobre as estratégias de controle social, forjadas ainda no século XIX por importantes correntes criminológicas. Seguindo essa tendência, são apresentadas algumas narrativas sobre os lugares do crime e o exercício de uma “polícia científica e técnica” em meio as manifestações da imprensa sobre uma polícia “defasada”. O segundo capítulo traz uma discussão sobre o tráfico de “escravas brancas” em sintonia com as duas principais metrópoles que concentravam o torpe comércio, Rio de Janeiro e Buenos Aires, no sentido de introduzir uma breve resenha das diferentes ramificações da *Migdal* pelo país até chegar no contexto curitibano. No terceiro capítulo é discutido o tratamento da imprensa sobre a prostituição nas décadas de 1920 e 1930, problematizando a presença de prostitutas estrangeiras e outras narrativas que alimentavam o imaginário social do “tráfico de brancas” em Curitiba. Por fim, o quarto capítulo investiga a presença de *cáftens* estrangeiros em Curitiba, a circulação de membros

¹³ Todos os documentos de caráter periódico podem ser encontrados diretamente na plataforma da Hemeroteca Digital, disponibilizado via Biblioteca Nacional, a partir do mecanismo de busca por período e região. (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

da *Zwi Migdal* e as diferentes investidas policiais para prevenir possíveis ramificações da sociedade secreta no Paraná.

Posto isto, por que “Los Pájaros Negros”? Boa parte da documentação analisada é sobre personagens que se tornaram conhecidos em Buenos Aires, alguns se tornaram popular entre os escritos recentes no que se refere aos eventos que sucederam o escândalo judicial da *Zwi Migdal*. O termo, embora lacunoso, surgiu a partir de uma entrevista dada ao jornal *A Noite*, em 1930, por dois investigadores de Buenos Aires enviados ao Rio de Janeiro para capturar membros da organização: Rafael Tumarraga e Henrique Wiurnos. Posto isto, é provável que o termo, na época, fizesse analogia a homens de preto, que se passavam por falsos comerciantes, empresários e outros poderosos infiltrados nas mais diversas ocupações em Buenos Aires conforme Guy (1994). São, em síntese, personagens descritos pela literatura como ameaçadores, de comportamento violento, cuja aparição em público acontecia de forma modesta. Nas premissas de Bra (1982), os *cáftens* viajantes eram conhecidos e temidos por:

Gostarem de trajes negros ou de cor escura, das camisas de seda, das gravatas vistosas com alfinetes de ouro. Iam sempre ao barbeiro; proporcionavam-se divertimentos e massagens. Alguns carregavam bengalas. Prestavam atenção às suas mãos, sempre polidas. (...) Em suma, tratavam de não assemelhar ao macro tosco, ordinário, da primeira geração (BRA, 1982, p. 82).

1 CAPÍTULO - ESTUDOS DE POLICIOLOGIA E OS MELINDROSOS *BAS-FONDS* CURITIBANOS

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE ANTROPOLOGIA CRIMINAL

Na história, quando os historiadores lidam com sujeitos que estiveram no escopo de discursos e sistemas do judiciário, é preciso mostrar o que há de “Sherlock” e atribuir sentidos detetivescos nas formas de problematizar e compreender os diferentes discursos atribuídos aos grupos sociais, sem deixar de lado, é claro, o rigor acadêmico e científico. Na historiografia sobre crime e criminalidade, sempre nos deparamos com teorias formuladas por grupos dominantes para tentar diagnosticar a violência urbana numa série de tipologias que, de alguma forma, justificava a criminalidade. As doutrinas em questão, durante longas décadas permaneceram travestidas por uma linguagem tecnicista e científica que visava explicar o meio delinquente a partir de estudos que defendiam, bem como justificavam, os diferentes modelos de controle social contra as ditas classes perigosas.

Uma das mais notórias correntes desse período foi a chamada Antropologia Criminal, fundada por Cesare Lombroso junto à Escola Positiva, tendo como principal expoente a experiência do sujeito delinquente por meio de teorias evolutivas. Essa corrente se apoiava em características morfológicas ou “simiescas” como matéria hereditária para defender a teoria do “delinquente nato”. Como resultado disso, outros estudos também buscaram identificar os indivíduos em categorias que capazes de definir as facetas do crime em características específicas, como fizeram Ferri e Garfalo, ambos discípulos de Lombroso, segundo Gruner (2012). Ambos foram influenciados por esse discurso/reação da patologia social para diferenciar o “normal” do “anormal”.

Em síntese apurada, a Escola de Lombroso sucedeu outra importante corrente filosófico-jurídica em matéria penal, conhecida como Escola Clássica, que vigorou entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX. O principal nome da corrente foi Cesare Beccaria (1999), que resgatou o contrato social de Rousseau para explicar o monopólio da força exercida pelo Estado, defender a retirada dos estigmas religiosos que interferiam nas formas de punição e propor um sistema penal que funcionasse como uma “reestruturação da ordem social. O que difere

essa corrente é que a mesma estudava o crime e não o criminoso, já a segunda, de Lombroso, usava o delinquente no sentido de compreendê-lo e julgá-lo a partir de suas especificidades atávicas, justificando algumas teorias degenerativas.

Como visto, a criação das faculdades classificatórias foi impulsionada por Lombroso, seguido de Ferri, que especialmente distribuiu os criminosos em cinco ensaios: o criminoso nato, o passional, o ocasional, o louco e o habitual. Além de Cesare difundir a teoria, o mesmo influenciou estudos posteriores baseados em configurações assimétricas para apontar possíveis falhas mentais de natureza humana, capaz de determinar o quadro civil dos delinquentes. Dessa forma, outros estudos surgiram no período, inclusive em contraposição às ideias dos criminologistas italianos. Como observou Diego Galeano, Lacassagne, da escola francesa de criminologia, era “um dos principais opositores à teoria lombrosiana e difusor de outras chaves interpretativas, tais como os estudos de Gabriel Tarde sobre a influência do meio social na formação de uma carreira criminal” (GALEANO, 2012, p. 41).

O historiador Darmon (1999), por exemplo, fez uma investigação sobre as origens da medicina legal e da antropologia criminal, dissertando sobre a influência dessas correntes nos projetos de higiene social que marcaram algumas políticas públicas e judiciais em diferentes sociedades em prol das classes dominantes. A questão central discutida pelo autor é como a medicina dos séculos XVIII e XIX parecia se embebedar desses pensamentos positivistas e darwinistas para preparar os médicos possibilitados de questionar o ato criminoso, desde a sua personalidade até possíveis conformações biológicas. Para se ter uma noção, até mesmo às mulheres se tornarem vítimas dessa criminologia positivista, como recorda as referências de Foucault sobre a “*Scientia Sexualis*”. Foucault (1991) aponta a histerização do corpo feminino, a pedagogia do sexo infantil, a psiquiatrização do prazer desviante e a própria noção de “homossexualismo” como fatores patológicos em alta no contexto abordado. As mulheres também se tornaram seres “inferiores”, embora apresentassem menos sinais de intensidade degenerativa se comparado com os homens. Não por acaso, as prostitutas se tornaram o substantivo feminino para o crime.

No centro desses debates, tratou-se de saber se o homem criminoso era ou não predestinado ao crime desde o nascimento, se era, enfim, um “criminoso nato”. Embora Gabriel Tarde tenha caído no ostracismo por não ter fundado nenhuma

Escola filosófica, como aconteceu com Durkheim e Lombroso, ele deixou ideias valiosas como a teoria da influência do meio ambiente no comportamento do sujeito criminoso. Tarde, atendendo simplesmente o ponto de vista sociológico e notando a diferença na vida e nos costumes do cidadão urbano e do camponês, dividiu os criminosos em duas categorias, os urbanos e os rurais, da cidade e do campo, como lembra Fausto (1984). Por vez, o autor atenta para a criminalidade urbana, conhecida como “alicantina moderna”, em sintonia com a ascensão das condições sociais e das tentativas de controlar o delito se baseando na ideia de “crime primitivo”. Outro pensamento símil foi a teoria da “associação diferencial”, formulada por Edwin Sutherland (1992), que defendia, basicamente, que os crimes são cometidos por pessoas que vivem em grupos que realizam e legitimam ações criminosas, renunciando, assim, quaisquer ligações entre a criminalidade e a pobreza. Essas duas teorias, principalmente a de Gabriel Tarde, se distancia das ideias defendidas por Lombroso.

Por muito tempo, acreditou-se na relação entre o crescimento urbano e a criminalidade como algo “inseparável”. Nos Estados Unidos alguns sociólogos da chamada Escola de Chicago publicaram uma série de estudos na década de 1920 sobre urbanização e criminalidade¹⁴. No conjunto, porém, nem todos defendiam as mesmas ideias, ou seja, na correlação entre os dois fatores, já que a explicação para cada especificidade dependia de cada região e a possível relação com o crescimento populacional, tendo ou não como efeito a violência urbana. Outro pensamento parecido com esse paradigma foi o de Theodore Ferdinand sobre a cidade de Boston, no Estado de Massachusetts, nos EUA, ao mostrar que no decorrer do desenvolvimento da cidade, o índice de criminalidade teria sofrido uma queda drástica, se comparado ao período de pouco mais de meio século. Assim, segundo Breuning e Souza (2018), a preocupação de alguns estudiosos se concentrava mais em números quantitativos, visto que nessa corrente os estudos de caráter empírico eram mais relevantes, pautados intimamente em experiências cotidianas do dia a dia, do que dados qualitativos.

Essa distinção entre crimes rurais e urbanos é algo clássico da história social e nos estudos de sociologia criminal. O trabalho de Mariza Corrêa (1989)

¹⁴ Os pensadores da Escola também propuseram o conceito de “human ecology” para pensar o espaço físico como “habitat” capaz de influenciar no estilo de vida das pessoas, resultando, posteriormente, na ideia da criminalidade como produto do meio social

explica, por exemplo, que a criminalidade dominante no campo era a violenta, de sangue, que acontecia com maior frequência no coletivo, fosse pelo envolvimento das famílias ou pelas associações entre mandantes e mandatários, algumas vezes, ligados por uma relação desigual de lealdade. Já a criminalidade urbana, corresponde ao crime contra a propriedade, o chamado “delito do colarinho branco”, como fora cunhado por Edwin Sutherland nas primeiras décadas do XX, marcando um novo perfil individual do comportamento coletivo dos criminosos¹⁵. Essa comparação pode ser encontrada na obra de Fausto (1984), em que o historiador mostra que os crimes de sangue predominavam no interior do Estado de São Paulo, enquanto os crimes contra a propriedade, de modo geral, pequenos delitos, era algo predominantemente urbano. Conforme o autor, à medida que o crime contra a propriedade começou a assumir novos contornos, o modelo de diferenciação acabou entrando em desuso.

No contexto nacional sobre criminologia, Elísio de Carvalho fez escola quando nas primeiras décadas do século XX escreveu uma série de estudos como “História natural dos malfeitores”, “A fisionomia da criminalidade carioca” e “Gírias dos gatunos cariocas”. Elísio é considerado como a maior autoridade em matéria de técnica policial no Brasil no século passado, além de ter contribuído para fundar a primeira Escola de Polícia Científica no Rio de Janeiro em 1912, segundo Galeano e Oliveira (2017). Ele também se baseava em estudos sobre a fisionomia dos criminosos, afirmando que “a ciência e a observação popular juntaram os criminosos como monstros de corpo e alma”. Ademais, contribuiu para difundir a circulação de saberes de polícia científica na América do Sul, e chegou a participar de reuniões com importantes nomes da criminologia forense, como Rodolphe A. Reiss. Ao longo da sua carreira, publicou diversos textos em revistas criminais do Rio de Janeiro, como a Vida Policial e Boletim Policial, espaços onde costumava reforçar a importância da fotografia nos locais de crime para uso do inquérito judicial e a disseminação dos ensaios antropométricos pelo país. Em suma, contribuiu para outros assuntos menos revisados, como as tatuagens em criminosos reincidentes,

¹⁵ Sobre o conceito, o autor define como sendo “cometido por uma pessoa de respeitabilidade e *status* social elevado, no curso de sua ocupação profissional”, sendo ainda, pessoas respeitadas na sociedade, dificuldade na punição pelas leis, obstáculos e efeitos difusos, ou seja, que a sociedade não sente diretamente., ou seja, que a sociedade não sente diretamente. Ver: SUTHERLAND, Edwin H. White collar crime: the uncut version. Londres, Editora: Yale University Press, 1983

sujeitos viciados e outros efeitos da “indústria do crime”, como a “arte de furtar” e o “ofício de matar”.

1.2 POLICIOLOGIA

Quando lidamos com arquivos sobre sujeitos considerados “alternativos”, interpretados na contramão dos padrões sociais e comportamentais de um determinado período, sempre o tratamento documental costuma emanar de grupos dominantes, interpretados como “arquivos marginais”¹⁶, como relatórios de polícia, documentos jurídicos, laudos médicos e a própria imprensa jornalística. Com diferentes tratamentos, é possível estabelecer um leque de experiências diversas nas formas de interagir e problematizar às narrativas sobre os sintomas predisponentes do fenômeno da violência urbana. Um primeiro passo para isso é garantir a compreensão da interferência das correntes científicas sobre as formas de controle ao longo dos séculos XIX e XX, e que agiram de diferentes formas enquanto dispositivos de controle social.

Por esse motivo, há uma vasta literatura que se dedica a explicar como as correntes mencionadas antes se fundamentaram em comportamentos “desregrados” para responsabilizar o Estado pela manutenção da ordem e outros motes que justificavam o descontrole da criminalidade. Essas teorias se manifestavam de duas formas: enquanto algumas reforçavam técnicas de controle social, outras explicavam as condições patológicas e subjetivas do sujeito para com o mundo do crime. Assim sendo, essa “pseudociência” começou a ganhar forças no século XIX, ficando conhecida por se apoiar nos estudos por meio do biótipo.

Existe uma continuidade histórica sobre essas práticas construídas a partir de discursos e estudos algoritmos, que servia para vigiar e controlar os grupos menos favorecidos, discriminando grupos étnicos e interagindo em prol da manutenção de uma parcela da sociedade, a elite. Essa discussão, por vez, envolve uma série de conceitos relacionados as formas de violência e as tentativas de controle social.

¹⁶ A noção de arquivo é uma das categorias por meio das quais, Michel Foucault operacionaliza a arqueologia, segundo Díaz (2012). O arquivo, para o autor, é algo que confere ao discurso o *status* de prática discursiva que possui valor de verdade. Assim, a noção de arquivo é, para Foucault, um dispositivo que não conserva coisas, mas, antes, revela, mesmo que por fragmentos.

Nas investigações históricas sobre a criminalidade, é indiscutível o diálogo com as teorias da chamada “Polícia Científica”, conhecida no começo do século XX como “Policilogia”. Esse pensamento apresentava um conjunto de estudos aplicados para o melhoramento das técnicas policiais, agindo especialmente na repressão da criminalidade e da violência. Pode-se afirmar, que foi uma fórmula encontrada de converter as teorias jurídico-filosófica em práticas policiais que auxiliassem no monitoramento e exercício da polícia no cotidiano. Trata-se, então, de um vocabulário que constitui um neologismo introduzido por Fernando Ortiz, professor da Universidade de Havana, em sua obra “La Identificación dactiloscópica”, de 1916. Assim, nas premissas do autor, “adoto o neologismo Policilogia para significar a nova disciplina de estudos que se chama atualmente, na generalidade, com expressão evidentemente imprópria, polícia científica” (ORTIZ, 1916, p. 25).

Qual seria o sentido desse conceito? Ortiz explica que, por se trata de uma síntese de conhecimentos científicos que se distância dos ensaios filosóficos, nas relações de causa e efeito, de origem e finalidade, coisa que muitos laboratórios parisienses do século XIX, por exemplo, não conseguiam transmitir com “facilidade”. Assim, com o tempo, “policilogia” logo fora interpretado como uma disciplina, em outros casos, um curso preparatório que servia para garantir o entendimento sobre os estudos criminais (tais como teorias de Lombroso e Lacassagne), para conhecer os locais de crime, as impressões dos malfeitores e, principalmente, reunir diferentes problemas ligados com a criminalidade.

A policilogia é uma ciência eminentemente prática, ou seja, é conhecimento que se adquire para operar na ordem concreta. Mas é também uma ciência especulativa, porque procura conhecer o poder de polícia e as instituições policiais em abstrato para embasamento propedêutico para a pesquisa. É uma ciência social ou humana. Enquanto as ciências naturais tem por objeto a natureza, a Policilogia tem por objetivo a faculdade e a atividade humana de limitar direitos, proteger, socorrer e reconduzir a sociedade, (MEIRELES, 1989, p. 25-26).

Outro pesquisador da Policilogia e datiloscopia foi Manuel Viotti, jornalista, poeta e dicionarista, membro da Academia de Ciências e Letras, Associação Brasileira de Imprensa, Cenáculo de História e Letras do Rio de Janeiro e Academia de Ciências Criminalísticas de Viena. Ele figura um dos precursores da papiloscopia em São Paulo no começo do século XX, após propor a aplicação datiloscópica

compulsória e coletiva, desde o nascimento, o matrimônio e a morte, na intenção de conquistar uma “harmonia entre a sociedade e a segurança do Estado”. O seu estudo de maior repercussão foi Dactyloscopia e Policiologia, publicado originalmente em 1935, em que defende outras ideias e avança sobre uma longa resenha teórica dos estudos e laboratórios de polícia técnica, tais como os de Lausanne e Lyon. Durante a sua carreira profissional, recebeu elogios de nomes como Juan Vucetich, Francis Galton, Félix Pacheco, Edmond Locard e até Alexandre Lacassagne pelas suas contribuições com os estudos de polícia. Seguidor e admirador de Vucetich, propôs o processo de identificação em massa dividido em três categorias; a civil, criminal e a clínica.

1 ° – Dactiloscopia civil, a que tem por fim identificar a pessoa civil, de modo que esta possa provar que ela é a própria; é o caso do fornecimento de carteiras de identidade, passaporte, é enfim, todo e qualquer documento baseado na prova dactiloscópica, segundo o qual se possa prova a identidade.

2 ° – Dactiloscopia Criminal, a que tem por fim identificar os criminosos, de modo que constem do seu prontuário, os delitos praticados; cuida, ainda, da pesquisa da identidade pelas impressões digitais deixadas nos locais de crime e procede ao fornecimento de atestado de antecedentes, de posse dos quais, o interessado possa provar que não registra passagens criminais pela repartição identificadora que o expediu.

3 ° – Dactiloscopia Clínica, tem por fim o estudo das alterações produzidas na polpa digital já que pelas moléstias da pele, já como estigmas profissionais, (VIOTTI, 1935, p. 42).

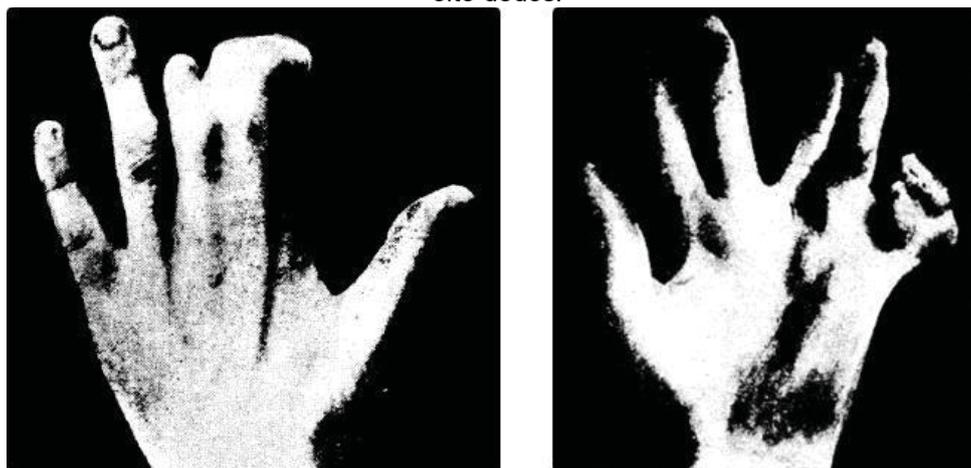
Para Viotti, a “policiologia” era uma disciplina, enquanto os laboratórios de pesquisa seriam os lugares onde se concentravam as pesquisas sobre o meio delincente. Nos laboratórios eram discutidos as medições corporais, as impressões digitais e o uso das fotografias para solucionar crimes, mortes, combater a vagabundagem, os atentados ao pudor e impedir a impunidade para aqueles que escapavam da lei. O autor discorre sobre o papel da dactiloscopia e da antropometria na polícia judiciária e chama a atenção para o desinteresse na criação de laboratórios do gênero, que segundo ele, eram assimilados com outras áreas, como a medicina legal¹⁷. Embora ele fosse um admirador dos estudos e técnicas de polícia

¹⁷ Na tese é possível observar uma aprofundada discussão sobre importantes nomes da criminologia do século XIX e começo XX, bem como realizar uma investigação precisa sobre cada aspecto referente as leituras dactiloscópicas, formulando dezenas de dados, ilustrações, comparações e utilização de fotografias inúmeros indivíduos examinados. Ademais, buscou traduzir manuais utilizados para a coleta dos dados papilares, especificando de forma milimétrica cada passo, desde a tinta até a pressão dos dedos sobre as fichas. Outro ponto examinado por Viotti é para com os

científica em voga no começo do XX, também formou críticas, apontando possíveis falhas nos métodos de identificação, tendo como principal argumento que alguns deles não consideravam sujeitos com deformidades nos dedos das mãos e pés.

Um laboratório de polícia é o lugar onde se praticam todas as pesquisas relativas aos vestígios deixados pelos malfeitores; é ali que se identifica o criminoso pelos traços de sua passagem pelo lugar do delito; é ali que se realizam as provas físicas, as provas positivas da culpabilidade. Não é um laboratório de medicina legal, embora nele se façam pesquisas sobre manchas, nem um laboratório de química legal, embora a química seja nele um auxiliar indispensável; é um estabelecimento de natureza especial, onde se fazem todos os trabalhos que comporta a técnica policial, tais como: estudos das impressões digitais, e das dos pés, exame dos vestígios de efração, perícia sobre falsificações de toda ordem, reconstituição de documentos incinerados, análise de moeda falsa, decifração de criptogramas, redação de sinais de reconhecimento, identificação de reincidentes, (VIOTTI, 1935, p. 54).

FIGURA 3 - As duas imagens mostram algumas deformações analisadas por Viotti. A primeira fora diagnosticada com “Polissindactilia, clinodactilia e hippophalangia”, que significa uma deformação nos dedos ligados uns nos outros. A segunda imagem é um caso de “octodactilo”, ou deformação com oito dedos.



Fonte: VIOTTI, Manuel. 1935, p. 154-157.

Como se pode observar, não é preciso se aprofundar em nomes como Vucetich ou Bertillon para entender a exaustão das práticas antropométricas fundadas na prática. Era essa a proposta da policiologia, oferecer um arsenal operado por personagens vestidos por uma linguagem tecnicista e criminal, para interpretar, semantizar e, sobretudo, classificar os indivíduos segundo uma tipologia

objetos encontrados na cena do crime, como garrafas, facas e copos no sentido de evitar possíveis desmanche das impressões papilares sobre os objetos. Por fim, ele ainda explica como proceder com a coleta de dados a partir da observação facial, trazendo uma série de ilustrações e dados sobre cada região específica do rosto, desde o nariz, boca, olhos, orelhas, enfim, uma tese devidamente inspirada nas teorias do século XIX.

que nada tinha a ver com a retórica da igualdade preconizada pelo ideário liberal-democrático.

1.3 MÉTODOS E PRÁTICAS

Sobre a dimensão dos estudos de polícia, no que se refere a influência desses saberes e modelos europeus no exercício policial, o espaço atlântico sul-americano se tornou uma região privilegiada. O historiador Galeano (2012) explica que esses estudos se intensificaram nos países latinos em razão das sucessivas campanhas, conferências e encontros de polícia que envolvia entidades internacionais interessadas em dialogar sobre os meios de identificação da delinquência. Trata-se, segundo o historiador, de um período intenso, marcado por um ideário utópico de “metrópoles modernas” e que se espelhavam na ostentação da vida moderna parisiense, resultando na aplicação de alguns métodos europeus na América do Sul.

Essa influência foi muito significativa na América Latina, tendo como um dos principais marcos o Congresso Pan-americano de Santiago de Chile, em 1909, contando com a presença de Alphonse Bertillon, segundo Galeano (2012). A partir desse encontro, foi sugerido a criação de uma “União Policial Universal”, uma ficha de troca universal que facilitasse o intercâmbio de correspondências entre países vizinhos. Era preciso, a partir disso, intensificar os processos contra a criminalidade que se estendia cada vez mais numa perspectiva transnacional, como o crime organizado, que acompanhava o ritmo dos modernos meios transporte terrestre e fluvial (GALEANO, 2012, p. 174). O salto no número de processos de expulsão contra criminosos viajantes no Rio de Janeiro, tópico frequentemente revisado por Menezes (1996), pode ser justificado, por exemplo, em razão dos esforços ocorridos nos diversos encontros frente a frente dos congressos científicos, médicos e jurídicos que aconteceram em toda a América Latina.

A ideia da “União Policial Universal” era um jogo de palavras com a “União Postal Universal”, o organismo que regulava, desde a década de 1870, o intercâmbio de correspondências entre os países. Esta comparação tinha muitos significados: no século XIX, o telégrafo havia permitido unir as diferentes repartições policiais, no sonho de instantaneidade que mais tarde a radiocomunicação ajudaria a reforçar. Agora, os fios telegráficos se uniam

aos métodos de identificação para produzir a ficção de uma polícia universal. A cooperação internacional entre as forças da ordem era uma velha aspiração, mas – segundo dizia o Comissário de Investigações da polícia portenha – ainda não havia encontrado uma saída para o “problema de sua praticabilidade”, que a datiloscopia resolvia convertendo-se na “linguagem de nossos futuros alertas, (GALEANO, 2012, p. 175).

Um dos principais argumentos para o processo de identificação em massa era a “datiloscopia”, como já mencionado, descrita como uma “armadilha” para capturar novos delinquentes e identificar os velhos foragidos da lei. O sistema registrava todos os estigmas do indivíduo a partir de um modelo de prontuário, difundido de forma progressiva nos países latinos na passagem do XIX para o XX. Alphonse Bertillon, criador do método, era discípulo do antropólogo francês Paul Broca, e defendia que o seu sistema de medições do corpo humano, em comparação com outros processos, era quase infalível no sentido de induzir possíveis erros.

Outro estudo orientado pelo estudioso aconteceu num momento em que diferentes autoridades do mundo passavam por dificuldades de identificação, propondo, assim, o chamado “retrato falado”, que considerava aspectos técnicos, estéticos e o caráter imparcial no processo de identificação. Apesar disso, com o tempo, as dimensões assimétricas entraram em desuso devido à popularidade de outros métodos mais acessíveis, como a própria fotografia, que facilitava o reconhecimento das chamadas “cenas do crime”, segundo Galeano e Ferrari (2016).

Entre as mulheres, o caráter classificatório também objetivou o corpo como objeto de estudo. Posterior aos estudos do biotipo criminoso por meio de ensaios patológicos de Lombroso, podemos citar o estudo de Pauline Tarnowsky sobre a “matematização” dos corpos femininos em mulheres prostitutas em Paris. Na tese intitulada “*Étude anthropométrique sur les prostituées et les voleuses*”¹⁸, Pauline defende que a partir do estudo antropométrico era possível tirar conclusões sobre sentidos degenerativos, morfológico e psicofisiológico em mulheres criminosas e prostitutas, segundo Prechet, Saiol e Nery (2015). Embora ela fosse contemporânea de outro estudioso sobre tema, as ideias de Pauline seguiam mais uma tendência lombrosiana do que a do outro pesquisador.

O pesquisador em questão é Alexandre Parent Du Châtelet, que realizou um estudo examinando os corpos de prostitutas no cenário parisiense da primeira

¹⁸ Tradução para “Estudo antropométrico de prostitutas e ladrões”

metade do século XIX. Foi um estudo que demorou anos para ser concluído, publicado no mesmo ano de sua morte, em 1836, após investigar uma gama de mulheres de diferentes raças e etnias. Em “*De la Prostitution dans la ville de Paris, considérée sous le rapport de l’hygiène publique, de la morale et de l’administration*”¹⁹, o estudioso observou que as partes genitais das mulheres prostitutas não apresentavam alterações em comparação as mulheres “comuns”. Concluiu ainda, que não identificou características ou alterações peculiares possibilitadas de justificar as prostitutas como “degeneradas”. Como metodologia de análise, o autor foi ainda mais além das medições corporais, e incorporou documentos policiais e entrevistas de campo com as meretrizes daquela cidade, conforme Rago (2008). Por fim, ele defendia que a regulamentação do meretrício era algo “necessário” para a sociedade, mas isso não justificava a exposição indevida das mulheres no espaço urbano, tampouco a exploração que se criava sobre ela.

Com isso, percebemos que diferentes mecanismos classificatórios foram sendo introduzidos ao longo dos últimos dois séculos, mas outros é preciso salientar algumas demandas, como é o caso do sistema reformulado por Juan Vucetich. Assim como nos outros estudos, o método de Juan tinha o objetivo de auxiliar as investigações policiais e facilitar a identificação dos gatunos, principalmente os estrangeiros habituados às proezas da “arte do disfarce”. Após se instalar na Argentina, ingressou no Departamento de Polícia de Buenos Aires, conseguindo fundar o primeiro banco de dados com impressões papilares no mundo e, em 1882, conseguiu resolver o primeiro caso de assassinato utilizando a papiloscopia (GALEANO; FERRARI, 2016, p.179).

Isso representou um avanço em vários sentidos, mas principalmente na questão arquivística, visto que o método facilitava o arquivamento, a identificação e o manuseio se comparado com outros procedimentos. A historiografia ressalta que a polícia de Buenos Aires, naquele contexto, era uma das mais modernas do mundo, se espelhando nos modelos policiais europeus, como o sistema de regulamentação da prostituição, os gabinetes antropométricos e na criação da primeira Delegacia de Costumes na América do Sul.

¹⁹ Tradução para “A prostituição na cidade de Paris, considerada em termos de saúde pública, moral e administrativa”.

A criação dessa “linguagem universal”, como proposto nos encontros de polícia, era justamente a junção desses métodos amplamente divulgados por Vucetich e seus seguidores. No centro dessa internacionalização, diferentes processos foram incorporados, mas os procedimentos diferiam de região para região e, basicamente os modelos continham os mesmos elementos informativos. Outrossim, as medições corporais, os desenhos papilares e a introdução fotografia se tornaram aliadas, formando um modelo de prontuário difundido em cada país, de acordo cada especificidade, mais organizado, menos trabalhoso e permitindo o compartilhamento desses arquivos com autoridades de outros países. Ademais, a fotografia do sujeito delinquente ou do possível acusado poderia apresentar uma função útil à justiça em possíveis reviravoltas nos processos de julgamento.

Todos esses elementos contribuíram para a criação de diferentes modelos de identificação civil e criminal no começo do século XX. Os prontuários de meretrizes no Brasil, Uruguai e Argentina, por exemplo, seguiam os mesmos padrões localizados em Paris e Barcelona, conforme mostra em anexo.

FIGURA 4 – Exemplo do prontuário de meretriz adotado na Espanha. A mulher em questão é Josefa Moreno Torres, de 18 anos. 1895.



Fonte: Álbum de fotografías del Gabinete Antropométrico del Gobierno Civil de Barcelona. Archivo de la Corona de Aragón, 1895. Disponível em:

<<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/6990696>>. Acesso em: 15/11/2021.

Os prontuários de identificação para meretrizes na América do Sul surgiram com os primeiros Gabinetes Antropométricos, que em ordem cronológica, aconteceu previamente em Buenos Aires, em 1888, como ressalta Galeano (2012). Então, o primeiro registro de identificação do meretrício aconteceu justamente no cenário

portenho em razão da regulamentação da prostituição, concebida em 1875, para amenizar os problemas com enfermidades veneras e vigiar as meretrizes, de acordo com Schettini (2005).

No contexto brasileiro, o historiador Gruner (2018) afirma que houve um breve hiato entre o aparecimento desses métodos e sua introdução no país. O autor lembra que a primeira unidade ser instalada ocorreu em São Paulo (1884), depois no Rio de Janeiro (1891), e no Paraná (1905). Com o tempo, o Gabinete Antropométrico viria a se tornar “Gabinete de Identificação e Estatística do Estado”, a serviço da identificação civil e criminal.

No relatório de 1896, o chefe de Polícia Manoel Bernardino já reclamava a dificuldade na captura de criminosos “com uma população disseminada em vasto território, com os meios fáceis de ocultação para os criminosos, e a falta de suficiente força para prossegui-los”. O Gabinete Antropométrico, criado e funcionando desde 1905, esperaria ainda alguns anos até sua efetiva regulamentação. No final de 1907, ele passa a ser designado Gabinete de Identificação e Estatística, e é finalmente regulamentado em junho do ano seguinte (GRUNER, 2018, p. 181).

Embora esses modelos fossem semelhantes, alguns variavam de região para região, mas em síntese todos respeitavam uma tipologia comum nos prontuários, deixando todos quase “universais”. De praxe, esses documentos consistem em algumas etapas: identificação, fotografias, informações pessoais, exame civil, exame médico, relatórios de polícia e outros informes. A partir de alguns prontuários discutidos por Rago (2008), é possível perceber que, basicamente os elementos eram os mesmos, o que mudava era a forma com que cada região elaborava as ordens classificatórias. Basicamente, todos os arquivos seguiam uma mesma tendência técnica: rosto alinhado horizontalmente com parte dos ombros à mostra, exigindo uma posição craniana fixa sobre um apoio suspenso na parte de trás. O material seguia rigorosamente as mesmas características de qualquer outro registro civil da época: formato 3×4, enquadramento parcial do corpo, plano de fundo branco ou preto, mas sempre de forma nítida, nunca com manchas ou escoramentos, a exposição completa, ou parcial da visão facial, sempre em sintonia com as descrições do nariz, sardas, olhos, orelhas, cabelo, sinais e manchas.

FIGURA 5 - Prontuário da meretriz Antônia Lopes, n. 251. Nele é possível observar, num dos poucos casos, a fixação exata da região craniana a partir de um aparelho utilizado para fixar o perfil frente à câmera fotográfica.



Fonte: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná, 1930.

A circulação dos modelos e estudos científicos no Brasil era de responsabilidade da Polícia Técnica, a cargo dos conhecimentos científicos em prol da “defesa social”. Essas configurações só foram possíveis a partir da instrução das escolas profissionais para a formação de profissionais de polícia, como proposto no começo do século XX pela “policiologia”. É uma gama de ensinamentos costurados, uns nos outros, no sentido de propor um quadro sinóptico e relativo para a classificação criminal. Ainda assim, há outros exemplos dessa “universalização” dos estudos de polícia com base em fichas datiloscópicas de meretrizes em Curitiba, como veremos mais adiante, e que serviram para identificar mulheres que circulavam de um Estado para o outro ou entre países vizinhos.

FIGURA 6 - Exemplo da identificação por meio das papilas dérmicas existentes nas palmas das mãos. Registro n. 16 de Angelina Dambuviski.



Fonte: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná, 1929.

Toda essa estrutura, desde os processos de reformulações das instituições de polícia brasileira nos tempos da Primeira República, melhorou, de certa forma, o aperfeiçoamento das técnicas policiais, permitindo discorrer de sistemas de vigilância e punição mais “eficazes”. O historiador Luís Antônio (2009) ressalta que o princípio “nulla poena sine lege”, ou seja, que não há crime se não houver lei que puna tal ato, em voga no período, contribuiu para que o Estado começasse a introduzir novas ferramentas para assegurar o controle do tráfego de personagens considerados “histriônicos e pitorescos” no espaço urbano. Assim, numa síntese apurada, os estudos de polícia acompanharam, como uma doença crônica, o crescimento das cidades, dos efeitos da modernidade urbana, dos novos estilos de vida, introduzindo, assim, novas técnicas, novos instrumentos que, num quadro geral, foi sendo mutável ao longo das décadas. Por fim, enquanto disciplina, a “policiologia” foi introduzida nos cursos preparatórios em diversas repartições, como na polícia marítima, marinha, exército, dentre outros meios que movimentavam os boletins polícias da primeira metade do XX.

1.4 CURITIBA, UMA CIDADE DESPOLICIADA

No começo do século passado, o espaço urbano se tornou sinônimo de tempos de crise e transformações bruscas. As rejeições pelas classes dominantes contra as camadas populares se tornaram um problema comum ao longo do processo de instauração da primeira República. Assim, à medida em que elas tentavam se adaptar numa realidade sem privilégios e desigualdades sociais, as políticas de dominação na sociedade disparavam um olhar ainda mais seletivo do sistema penal para o tratamento diferenciado contra os ditos “grupos perigosos”. Não por acaso, um dos efeitos mais discutidos sobre o contexto em questão são os mecanismos de controle social, travestidos, na época, por uma linguagem mais formal e menos “primitiva”.

As diferentes políticas públicas, algumas marcadas por ideologias higienistas, aconteceram no sentido de implementar um projeto de sociedade moderna, saudável e segregadora, mas serviu também de trincheira para dar fim ao “cancro social”, segundo Rago (2008) sobre os excluídos socialmente. Posto isto, não seria um equívoco afirmar que a criação de tais mecanismos de controle tenham sido forjados em preocupação com a presença cada vez mais onipresente dos

pobres na esfera urbana. No exercício da prática, compensava mais para a polícia prevenir do que com a repressão remediar.

Para isso, a sociedade precisava gozar de um mecanismo capaz de vigiar, conter e prevenir as manifestações que não faziam parte do universo elitista e contaminado por discursos segregacionistas contra a população. Thomas Holloway (1997), por exemplo, menciona que a criação da Guarda Real em 1809 aconteceu em razão do tratamento da burguesia contra a população de ex-escravos e miseráveis. Com o tempo, foi preciso criar uma instituição específica para a manutenção da ordem nas ruas que foi surgindo, de acordo como autor, numa estrutura quase autônoma e inserida na sociedade em que havia uma certa tolerância. Desse modo, em termos históricos, a dinâmica da estrutura social e da polícia nas cidades se desenvolveu por um bom tempo, principalmente em consonância com valores burgueses em voga.

Dentro da problemática sobre a criação da polícia e suas reformas mantidas pela e para a classe dominante, alguns reflexos tanto positivos quanto negativos se tornaram cada vez mais conspícuos no final do século XIX. Alguns historiadores como Chalhoub (1986), Bretas (1997) e Soihet (1989), demonstraram a interferência policial na formação do Estado republicano no sentido de garantir a ordem contra os segmentos populares. De acordo com Bretas, o policiamento das classes superiores é um assunto complicado, porque desde a criação das modernas corporações policiais, o ideal de segurança era que as elites estivessem protegidas e não policiadas.

O que podemos extrair dessas obras é que, quão maiores as regras civilizatórias em prol de um grupo específico, maiores os dispositivos de controle social no sentido de esquadrihar, reprimir e por fim, vigiar todos aqueles que não pertenciam a um determinado grupo. O “poder disciplinatório”, como descrito por Foucault (2007) depende basicamente dessa vigilância no sentido de manutenção da informação, mas ela também envolve a vigilância no sentido de supervisão, daí a necessidade de impor instituições como as prisões e asilos, todos contra tal generalização social.

Em resumo, pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição social), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros;

prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza 'táticas' (FOUCAULT, 2007, p. 141).

Dessa forma, repressão, policiamento e violência sempre fizeram parte da história do país quanto as atuações, manifestação e formas de resistência dos segmentos populares. A necessidade de impor novos instrumentos e técnicas de polícia ocasionou outra discussão em pauta no período, o despreparo da atuação policial no exercício cotidiano. Com o ritmo do crescimento urbano, esse problema se tornou cada vez mais visível, pois era interpretado como uma ferramenta usada para diminuir a ótica dos agentes interessados nessa centralidade, ou seja, da elite e da imprensa. Então, embora a polícia tenha sido formada por homens sádicos, interessados no caráter amoral da questão, vale ressaltar que esses sujeitos costumavam ser recrutados sem nenhuma formação específica, ou como cita Holloway, "costumava-se dar autoridade há quem com arma de fogo fosse capaz de morrer pela farda" (HOLLOWAY, 1997, p.45).

Nos ensinamentos de Goffman (1963), a sociedade estipula uma categorização social das pessoas, determinando a quantidade de especificidade que cada sujeito necessita possuir para pertencer a determinada categoria. A partir do conceito de estigma, ele descreve perfeitamente essa associação dos seres estigmatizado aos grupos dominantes, como forma de inserir determinado indivíduo por meio da categoria de "desqualificado" para a aceitação social. Com isso, é possível estabelecer ligações entre criminalidade e vadiagem a partir de ângulos diferentes, embora os mesmos estivessem acossados pelo desafio de controle social. O que diferente um caso do outro, é que se tratando do Código Penal de 1890, havia algumas distribuições de infrações direcionadas aos sujeitos em vulnerabilidade social em função dos padrões de moralidade, conforme Fausto (1984). Já o conceito de criminalidade parece desaguar por meio das manifestações típicas do comportamento violento, como os crimes contra a pessoa, e dos crimes contra o patrimônio.

A problemática do despreparo policial é ainda mais notável quando compreendido a partir dos relatos documentais da imprensa de Curitiba. O despreparo, como acusava a imprensa, não vinha diretamente da ausência de policiais nas ruas, pelo contrário, existia um policiamento em quantidade apreciável, conforme alguns documentos e referências sobre o assunto na capital. Os impressos acusavam que, mesmo sem uma formação adequada, as autoridades

conseguiam desempenhar um bom funcionamento, uma vontade de trabalhar, se referindo a uma deficiência na desestruturação interna, e não apenas com o exercício policial.

Quanto a acumulação de novos bairros periféricos, cortiços, enfim, os *bas-fonds*, instituiu-se também um tom de desconforto, de uma cidade insana, desprotegida e insegura. Desse modo, o conceito de polícia urbana esteve mais preocupado com a desordem e as ocorrências em plena luz do dia, do que vigiar o movimento da cidade com o cair da noite e reverter os índices de criminalidade nas regiões periféricas por meio da criação de quartéis distribuídos em pontos estratégicos.

Motivado pela ausência de medidas efetivas contra a violência em Curitiba, alguns jornais criticavam que, depois de um certo horário, andar nas ruas era uma “ousadia” para as mulheres e um privilégio para os homens violentos. A intenção dessas críticas costumava provir da própria população, era uma forma de chamar a atenção das autoridades para alguns diagnósticos visíveis no cotidiano em tons de questionamento. Tudo conspirava, por tanto, para a manutenção do *status* que começa por uma polícia despreparada, que prendia sem levantar provas, que se preocupava em vigiar uma parcela minúscula da cidade, enfim, era uma série de impunidades que prejudicava uns em benefícios de outros. Era nas pequenas notas do noticiário que as críticas contra o policiamento ganhavam destaque, bem como as breves aventuras das “borboletas” nos lodaçais dos vícios e dos larápios que botavam o terror na cidade ao anoitecer.

O jornal Correio do Paraná, em 1932 mencionou que, depois da prisão de um célebre meliante, acusado diversas vezes por furto, a cidade, finalmente, podia dormir tranquila, mesmo que a região ainda não fosse “avidamente policiada”. O problema não era exatamente a violência urbana, mas a ausência significativa de guardas no período noturno, fazendo com que pouco tempo depois, novos casos viessem à tona. Ainda nas premissas do periódico, uma cidade como Curitiba, “extensa” e “adiantada”, precisava ampliar a sua eficiência policial que, basicamente se resumia em “dez ou doze guardas-civis e oito investigadores” na cidade²⁰.

O noticiário defendia a garantia da segurança pública para evitar que a população não se comportasse como “cowboys do faroeste americano”, andando

²⁰ Correio do Paraná. Curitiba: 22/08/1932.

pela cidade de garrucha na cintura²¹. O conjunto de autoridades a serviço da cidade, em suma, era um número reduzido se comparado as proporções que a cidade apresentava nas décadas de 1920 e 1930. A polícia civil deveria garantir a lei contra a vadiagem, o jogo, os maus hábitos, os vícios torpes, a mendicância, a prostituição e tudo que campeasse desgraçadamente os olhos da população. Mesmo após insinuar possíveis requintes mais ríspidos com o descontentamento de uma polícia despreparada, tolhida e desacreditada, as referências analisadas não indicam possíveis rebeliões por parte da população no sentido de “cumprir” deveres básicos de segurança. Pelo contrário, naqueles tempos as coisas não eram tão “primitivas”. Um exemplo disso é datado de 1908, quando a imprensa afirmou que a vigilância noturna da capital era desempenhada por cocheiros, homens em carroças que vagavam pelas ruas da cidade durante a noite.

De acordo com um documento da Secretaria do Interior sobre a regulamentação da penitenciária do Estado, o capítulo XII argumenta que, os cocheiros podiam desempenhar a vigilância noturna desde que: se apresentassem com vestimenta decente no horário indicado para o serviço; mantivessem a limpeza dos seus veículos; respeitassem as posturas municipais com relação ao trânsito, estando sujeito a penalização por multa, a limpeza das baias e galpões, e por fim; lavar e cuidar dos animais da cocheira, bem como alimentar os animais. O policiamento noturno da *urbs* ganhou maiores proporções, de acordo com Gruner, depois da criação da Guarda-noturna, em 1916, mas ainda assim, isso só foi possível com o patrocínio do comércio local, preocupado com a expansão da vadiagem e da prostituição nos espaços comerciais. O meio tradicional de policiamento noturno aconteceu apenas nas décadas seguintes, com a guarda-noturna, com agentes treinados, uniformizados e à paisana em diferentes espaços da cidade.

A partir da década de 1930, o conceito de segurança pública ultrapassava a Polícia Civil, Guarda Civil, soldados de polícia e alguns outros do mesmo segmento. Geralmente, era a polícia o órgão responsável pela garantia da lei, ou seja, pela captura, identificação e apreensão dos criminosos, além de investigar os crimes e evitar o desenvolvimento da desordem. O que refletia de forma negativa nas páginas da imprensa era o número irrelevante de policiais no exercício cotidiano da cidade.

²¹ Correio do Paraná. Curitiba: 16/11/1933.

Nos tempos da república velha, por exemplo, o Correio do Paraná acusava que a polícia parecia servir apenas para vigiar as casas dos “figurões da política”, e criticava: “mais fácil encontrar um Guarda Civil guardando num quintal presidencial do que na cidade e o povo que pagava os vencimentos”²². Já na república nova, ou na Era Vargas, os guardas eram bem limitados, justificando, segundo a imprensa, o aumento nos roubos e os casos de vandalismo nas ruas e propriedades mais afastadas do centro.

O historiador Gruner lembra que, embora reduzida, a polícia da capital não era uma das piores, pois em meio às dificuldades, os profissionais sem remuneração e sem formação técnica conseguiam amparar a sociedade contra as manifestações de desordem. Havia ainda, uma séria interferência política que prejudicava a organização e a disciplina da polícia²³.

O fato de que muitos de seus integrantes preferissem ver sua atividade não como uma carreira na qual se engajar definitivamente, mas como algo transitório, uma ocupação temporária enquanto esperavam algo mais bem remunerado, retarda o processo de legitimação da polícia, vista como uma instituição pouco atraente e problemática. O engajamento, além de não representar mudança alguma de status, social ou econômico, obrigava muitos soldados a experimentarem uma incômoda ambigüidade: vindos eles próprios das camadas mais baixas da sociedade, a elas voltavam para testemunharem, na condição de agentes à serviço do Estado, e muitas vezes como único e incômodo resquício da presença estatal nestas comunidades, suas mazelas e misérias (GRUNER, 2018, p. 135).

Assim, o autor aponta para outro problema interno na polícia, que era o uso excessivo da violência por parte de alguns ingressantes. Por pertencerem ao coleguismo das camadas populares, eles sabiam, na prática, as adversidades da vida urbana, o que explicava o seu caráter mais preciso.

A historiadora Maria Ignês (1998) chegou a comparar o policiamento de Curitiba com outras metrópoles do mundo, no sentido de manifestar tal desvantagem, embora em expansão e população a cidade não estivesse tão

²² Correio do Paraná. Curitiba: 14/08/1931.

²³ No relatório do Chefe de Polícia de 1928, foi possível perceber, por meio do exercício financeiro, o quanto ganhava os Guardas Cívicos em Curitiba, em relação as outras autoridades que faziam parte da mesma administração. Os guardas de primeira classe, recebiam o equivalente a 300\$000, já os de “segunda” classe, recebiam pouco menos, 240\$000 mensais. Já inspectores e médicos, ganhavam mensalmente 700\$000, enquanto fiscais e militares recebiam um “déficit” de 500\$000.

adequada para se igualar²⁴. Vejamos, segundo a autora, Curitiba tinha 1 guarda para cada 2.083 mil habitantes, Londres possuía 1 guarda para cada 333 habitantes, Nova Iorque, 1 para cada 489 habitantes e, Paris, 1 para cada 332 habitantes. Na década de 1920, o Rio de Janeiro contava com 3.015 praças da Brigada Policial, sendo 1.000 guardas-civis, 130 comissários, 80 agentes de segurança e 100 fiscais de veículos²⁵. Ainda assim, esses números não significavam um avanço, pois a polícia da capital também tinha os seus defeitos, como denota a historiografia recente sobre a cidade. Seria, aproximadamente, como se o Rio contasse com 1 policial para cada 500 habitantes, e para chegar ao “ideal”, seria preciso contar com 4.032 mil guardas-civis para uma cidade com pouco mais de um milhão e meio de habitantes.

O principal prisma dessa Curitiba “despoliciada”, refletia principalmente por meio do noticiário, com sucessivas denúncias contra as autoridades e aos deveres de polícia. No final da década de 1920, a situação não era uma das melhores, mas a cidade já contava com alguns guardas que faziam a vigilância noturna no centro da cidade. Eram como “sentinelas” espalhados em regiões estratégicas do centro e, em alguns bairros nos arredores, como Batel e Rebouças. Nas ruas mais movimentadas, os guardas orientavam, de porta em porta, contra possíveis aglomerações que pudessem resultar em escândalos ou em possíveis infrações (prostíbulos, hotéis, bares). Já em casos mais violentos, os guardas-noturnos ficavam responsáveis por inspecionar o local do crime, capturar o malfeitor, prestar os primeiros socorros às vítimas e orientar a população diante da cena do crime. Desse modo, além do número reduzido, eles precisavam lidar com várias tarefas em simultâneo²⁶.

Com tantas insurgências, era preciso lidar com outro problema tipicamente urbano, mas diferenciado do ponto de vista jurídico. A prostituição aparece nas

²⁴ Na passagem do século XIX para o XX, a população do Paraná tinha pouco mais de 320 mil habitantes, de acordo com Etelvina Trindade. Em 1930, a população de Curitiba passava de 100 mil habitantes.

²⁵ Dados extraídos da revista *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 23/04/1925.

²⁶ A revista *Vida Policial*, numa reportagem sobre a atuação da polícia na esfera urbana, descreve que os guardas da vigilância noturna deveriam realizar tudo que fosse pertinente ao razião de sua atuação, ou seja, tudo que estivesse vinculado aos serviços de utilidade pública na sua área de monitoramento, como iluminação, limpeza, higiene, saúde, monitoramento de praças e jardins, socorros públicos, e inclusive assistência médica contra incêndios. Em 12 de dezembro de 1921, o periódico *A República*, discutia que a conservação das praças e jardins era de preocupação da prefeitura da cidade, então, em casos de ausência de profissionais como jardineiros, os guardas do policiamento noturno deveriam ficar encarregados dessas atividades de “aformoseamento” da capital.

crônicas policiais da imprensa como o principal “epílogo” de toda manifestação de desordem e desvio da moral. Em algumas reportagens a imprensa até cogita propor uma “limpeza social”, se referindo aos indivíduos que, ao invés de trabalharem ficavam fazendo malabarismo nas ruas da cidade²⁷. Qual seria o melhor caminho? Ao que tudo indica, isso era um questionamento que girava em torno só de Curitiba, como também das demais capitais daquele período.

Conforme o historiador Lucas Pereira (2019), a melhor alternativa contra a ausência de uma regulamentação da prostituição e a depuração contra os comportamentos desviantes em Belo Horizonte foi introduzir uma Polícia de Costumes, criada na década de 1910, e inspirada no sistema de Paris no século XIX. O autor lembra que foi preciso um mecanismo capaz de incorporar, perante a lei, o que era ou não considerado “ofensivo”, cabendo às autoridades policiais submeter indivíduos que tinham como um estilo de vida “comportamentos desviantes”, que, originava crimes menores, como ultraje público ao pudor.

Minha hipótese é que essa portaria se tornou um dispositivo de orientação para o policiamento da cidade naquele momento. Em outras palavras, tratava-se de um mecanismo que ditava parâmetros para a conduta dos policiais, e não se restringiria a uma corporação específica, mas dizia respeito às práticas de policiamento da cidade, com intuito de preservar valores morais (PEREIRA, 2019, p. 27).

Nessa estrutura organizacional da polícia, com subdelegacias distritais que desempenhavam funções diversas, os gabinetes, mais tarde delegacias especializadas, também foram anexadas na capital paranaense. De acordo com Gruner (2018), no início do século XX, Curitiba contava com o seu Gabinete de Identificação e Estatística, sendo, posteriormente, anexado à Delegacia de Costumes em 1928.

Vale lembrar que, historicamente, esse órgão privilegiava certos aspectos da vida social da sociedade e, ao mesmo tempo, sustentava alguns mitos difundidos culturalmente, tais como a preservação da família, da emancipação feminina contra a prostituição, da vadiagem, entre outras coisas. Em suma, era uma projeção de defesa social “em nome da moral e dos bons costumes”. A metodologia adotada foi a de incorporar campanhas menos violentas com o objetivo de instruir moralmente a

²⁷ O Dia. Curitiba: 03/09/1931.

sociedade contra os vícios urbanos e reprimir os principais focos da vadiagem, como nos *bas-fonds* da cidade.

No estudo de Nayara Aguiar (2018), que se debruça sobre a atuação da Delegacia de Costumes na cidade, a autora apresenta diversas narrativas dos efeitos morosos que tiveram algumas campanhas policiais e o impacto direto das mesmas nas ações consideradas “sanitárias” sobre a vida das prostitutas na cidade.

A prostituição passa a figurar entre os problemas sociais, principalmente nos centros urbanos, exigindo ações práticas por parte do poder público. As medidas passam a ser responsabilidade de várias instituições como aquelas que deveriam zelar pela saúde pública, e que no período estão diretamente associadas com medidas consideradas sanitárias do âmbito social (AGUIAR, 2016, p. 21).

Ainda segundo a autora, uma das principais medidas no que se refere à prostituição por parte da Delegacia de Costumes foi a identificação das meretrizes, que ocorreu simultaneamente entre os anos de 1929 até 1937 (AGUIAR, 2016, p. 212). Tal feito aconteceu no sentido de “flexibilizar” o controle das meretrizes, que parecia se expandir de forma acelerada e desordenada nos diferentes cantos da cidade. Seria conveniente lembrar, que mesmo após as tentativas de submeter às prostitutas sobre vigília das autoridades públicas ao longo dos anos 1930, os relatos sobre tal expansão parece que se multiplicaram, tornando o período um importante recorte para se compreender o fenômeno da prostituição na capital.

O “mal necessário” refletia nos discursos generalizadores e estigmatizantes da condição feminina como “reduto à virgindade masculina em benefício dos códigos morais”. Títulos como “campanhas contra o jogo e o lenocínio”, “operação saneamento” “mercadores do amor”, “uma campanha necessária e inadiável”, “guerra a prostituição”, “desafio à polícia”, ou “onde está o Dr. Linhares?” tornaram-se comuns no período trabalhado. Essa última referência, por exemplo, datada de 1933 pelo Correio do Paraná, menciona que, durante o período em que a Delegacia de Polícia era chefiada pelo Dr. Francisco Raitani, problemas como a prostituição não se propagava de forma tão acentuada²⁸, indicando que houve um aumento no lenocínio e na circulação de meretrizes.

Durante toda a década de 1930, os discursos sobre uma cidade sem policiamento apontavam para o mesmo problema de anos anteriores, mas com uma

²⁸ Correio do Paraná. Curitiba: 09/06/1933.

leve consideração sobre o desenvolvimento da prostituição e do lenocínio na capital²⁹, que parecia interagir nos intramuros de uma cidade moralmente “civilizada”. Nesse período, como veremos noutro momento, houve uma intensificação de gatunos que buscavam uma nova oportunidade na cidade para com o mundo do crime. Esses gatunos de outros Estados eram conhecidos pela imprensa como “amigos do alheio”, ou seja, sujeitos de regiões vizinhas que vinham para a capital unicamente com o propósito de cometer crimes contra a propriedade. Isso também era uma prática comum nas outras capitais em desenvolvimento urbano análogo, tal como no contexto de Florianópolis, discutido por Pereira (2004). Apesar disso, a imprensa de Curitiba acreditava que, com uma postura firme, denúncias e cobranças, tudo podia ser minimizado, bem como reconhecia a importância dos poucos agentes da polícia para a manutenção da ordem.

1.5 A FINA FLOR DOS BAS-FONDS CURITIBANOS

A primeira vez que o termo “policiologia” deu as caras nas fontes documentais da imprensa curitibana, não por acaso, fazia menção aos “lugares do crime” na capital. Analisando outras referências, foi possível perceber que esses lugares estavam sempre em sintonia com a criminalidade e a vadiagem na imprensa, apresentando uma certa “pluralidade” que não se restringia apenas ao local onde fora cometido tal infração penal, mas também a outros espaços frequentados pela “ralé” urbana. Com isso, sabemos que, ao lidar com a prostituição, estamos lidando também com expressões estrangeiras relacionadas à prostituição e os lugares do meretrício, quase todas importadas da França, como *rendez-vous*, *trottoir*, entre outros.

Somando-se a isso, há uma importante referência de Kalifa (2017) em “*Les bas-fonds*”, em que o historiador faz uma espécie de repertório de figuras e

²⁹ Conforme o Código Penal de 1890, art. 277, excitar, favorecer, ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem poderia resultar em prisão de um a dois anos, podendo ser agravado caso "este crime for cometido por ascendente em relação á descendente, por tutor, curador ou pessoa encarregada da educação ou guarda de algum menor com relação a este; pelo marido com relação à sua própria mulher". Já o art. 278, descrevia: Induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, direta ou indiretamente, lucros desta especulação, justificando prisão de um até 2 anos.

identidades coletivas que reúne toda a sociedade em um determinado momento de sua história. Assim sendo, foi possível identificar algumas narrativas em Curitiba sobre os ditos “lugares triviais”, fazendo menção direta com o termo “*bas-fonds*”. Em termos gerais, são regiões conhecidas pelos índices de violência, criminalidade e prostituição em sintonia com outros problemas já mencionados, como policiamento e o processo de urbanização em bairros menos “formais”.

Durante o período da Primeira República, imaginário social popular se apropriou de diferentes discursos e meios de contenção sobre a experiência e atuação dos grupos populares considerados “perigosos”. Nessa odisseia marcada por conflitos, discursos e práticas contra a marginalidade, Chalhoub (1986) argumenta que o controle sobre as “classes perigosas” esteve ideologicamente associado aos conceitos de pobreza, ociosidade e criminalidade. Nas grandes metrópoles como o Rio de Janeiro, essas teorias eram ainda mais intensificadas, determinando o afastamento das “classes perigosas” do centro em prol de questões sanitárias e urbanísticas. A imprensa lidava com as “classes perigosas” de maneira simplista, como um reservatório dominado por doenças e vícios, sem medir esforços é claro, para sustentar campanhas policiais com o objetivo de reprimir esses e outros personagens envolvidos.

Não há dúvidas, portanto, que a historiografia sugere que, a expansão do projeto de segurança pública tenha sido pensada nas regiões periféricas, vindo a contribuir para formular uma estrutura capaz de estimular a vigilância e controle sobre as classes populares com o objetivo de criminalizá-los.

Mais do que isto, já que ideologicamente quase se equivalem os conceitos de pobreza, ociosidade e criminalidade — são todos atributos das chamadas “classes perigosas” —, então a decantada “preguiça” do brasileiro, a “promiscuidade sexual” das classes populares, os seus “atos fúteis” de violência etc. parecem ser, antes que dados inquestionáveis da “realidade”, construções ou interpretações das classes dominantes sobre a experiência ou condições de vida experimentadas pelos populares (CHALHOUB, 2001, p. 80).

Percebemos, assim, efeitos semelhantes em diferentes contextos investigados pela historiografia. Quase sempre essas políticas de saneamento urbano foram acompanhadas por transformações bruscas, resultando na retirada em massa das camadas pobres, identificados pela lógica das “classes perigosas”. Em “Os prazeres da noite”, Rago (2008) analisa o contexto da prostituição e da

sexualidade feminina em São Paulo nas três primeiras décadas do século vinte, se debruçando sobre a influência das reformas urbanas na vida cotidiana de milhares de meretrizes que sofreram com a alteração da chamada “geografia do prazer”. Outra referência é a de Pereira (2004) sobre prostituição em Florianópolis, que, apesar de não se igualar a uma metrópole como São Paulo, sofreu diversas modificações, resultando, inclusive, na retirada do meretrício das zonas centrais para bairros irregulares. O mesmo aconteceu em Curitiba na passagem do XIX para o XX, mas não de forma tão drástica ou repentina, de acordo com Trindade (1999). Segundo a autora, essa “modernização” em Curitiba aconteceu no sentido de deixar certos aspectos provincianos de lado para modelar a cidade com novas melhorias, como ocorreu em ruas, praças, partes e outras tarefas de responsabilidade municipal, como iluminação e vigilância.

Embora esses estudos não dialoguem diretamente com a expressão “*bas-fonds*”, eles lidam com os mesmos sintomas das “classes perigosas”: pobreza, prostituição e criminalidade. Sobre esses espaços, normalmente descritos como sendo frequentados por sujeitos transfigurados em algaravias, logo se tornaram objeto de fascínio e rejeição ao mesmo tempo. O sentido do termo, como discutido por Kalifa (2017), deixou de ser utilizado como interpretação topográfica, de espaços de baixo relevado, como é o caso de Florianópolis, para dar sentido a uma nova conotação no século XIX. Nas premissas do autor, são cenários marcados por tensões e conflitos e que envolvem três gêneros em uma mesma narrativa: vício, crime e miséria. Outrossim, a miséria aparece como um mote para criminalizar os outros dois outros elementos, mas de modo geral, todos eram representados de uma mesma forma: um estilo de vida diferente do habitual, em oposição as classes dominantes.

Os *bas-fonds* corresponde sempre a lugares, são espeluncas pátios dos milagres, albergues noturnos, penitenciárias, todos marcados por uma propensão natural a se afundar em um movimento sempre descendente. “Subsolos, “avessos”, “bairros baixos” que mergulham nas profundas daquilo que Balzac chamava de “caverna social”. Mas, conforme as concepções ambientalistas que dominam há muito tempo o pensamento médico, os lugares se articulam sempre com o caráter, as topografias são sempre, também, “morais” (KALIFA, 2017, p. 12).

Na documentação examinada foi possível perceber, em partes, a presença dessa “tríade” nas narrativas sobre os *bas-fonds* curitibanos. A miséria era usada

como pretexto para justificar o estilo de vida de muitas mulheres meretrizes que abandonavam seus parentes e companheiros para ingressar no vício. Já outras referências indicam cenários que preenchiam a ideia de perturbação moral e preocupação social, desde ruas, bairros até estabelecimentos comerciais frequentados pela “plebe”. Os mais relatos mais comuns eram os espaços associados ao meretrício e botequins, mas, embora não fosse locais proibidos, no interior deles os sujeitos faziam o uso do álcool e outros entorpecentes, podendo assim, ocasionar eventos e comportamentos violentos.

Sobre isso, Weinhardt (2019) explica que esses elementos, quando reunidos, representavam um “rol de inimigos da civilização”, e que muitas vezes a própria imprensa e a polícia se ocupavam em associar pobreza, embriaguez, jogadores, prostituta e criminosos num mesmo diagnóstico social. Ainda nas premissas do autor, na passagem de um século para o outro, era comum que os meios de controle buscassem limitar cada vez mais as interações e as formas de “entretenimento da gente marginal” (WEINHARDT, 2019, p. 45).

Outra referência que dialoga com esses problemas “crônicos” sobre Curitiba é o trabalho de Hatschbach (2017), em que o autor analisa os relatórios de chefe de polícia da capital e às narrativas nas “entrelinhas”, envolvendo ocorrências de diversas naturezas, tendo em comum os lugares marginalizados da cidade, ou os “lugares do crime”, firmados pelo discurso da época em oposição à ênfase da “sociedade do trabalho” (HATSCHBACH, 2017, p. 33).

A partir da leitura documental, foi possível identificar uma modalidade diferente, que transitava entre o *rendez-vous* e o botequim, conhecido como “*bar-salon*³⁰”. Esse estilo de estabelecimento tinha um conceito um pouco diferente dos prostíbulos e bares tradicionais, servindo, além de bebidas, alguns produtos químicos e de quebra, contava com a presença de algumas dançarinas de *can-can*³¹, apresentado pelas “*garçonnières*”. Em uma referência datada de 1924, um importante jornal local menciona que o tóxico em lugares de libertinagem era ministrado na taça e seguidos por “desditosas escravas brancas”, vítimas dos exploradores da decadência alheia³². Pouco tempo depois, outro documento fazia

³⁰ Como mencionado, não era necessariamente um prostíbulo, mas sim um bar, onde as garçonetes faziam danças em grupo e, às vezes, conforme algumas narrativas, encontros amorosos.

³¹ Dança típica da França, comum em salões de música, cabarés e teatros.

³² O Dia. Curitiba: 21/09/1924.

referência às *garçonnières* como antigas prostitutas que ofereciam outros serviços: “a cocaína dos *bas-fonds*, o champagne dos salões, o vinho das confeitarias, o jogo do bicho é o verdadeiro vício moderno, beijo das *garçonnières*, a delicadeza das francesas”³³. Dessa forma, podemos extrair duas importantes observações em sintonia com as problemáticas em questão: os vícios de consumo e a presença de meretrizes estrangeiras, associadas, por alguma razão, ao tráfico de “escravas brancas”.

Até certo ponto, esses estabelecimentos eram tolerados porque geralmente não representavam um simbolismo direto que estivesse associado com a criminalidade, então, a violência era tratada como casos isolados, esporádicos, que nem sempre eram dignos de investidas policiais. Conforme lembra Weinhardt (2019), são raros os espaços de “sociabilidade”, para além dos botequins frequentados entre os trabalhadores e a outros adjetivos associados aos pobres no começo do século XX em Curitiba. Ademais, os botequins tinham uma função pouco discutida, que era o de abastecer as casas por meio da comercialização de outros produtos. O escopo do problema não estava exatamente nos comércios, como bares e *saloons*, mas sim, os sintomas causados nos personagens que provocavam cenas dignas de noticiário policial. As ligeiras considerações do consumo excessivo de entorpecentes nesses espaços é noticiado como uma “doença crônica”, que apresentava riscos para o ser embriagado, mas também para todos à sua volta.

Sobre um conhecido *bar-salon*, de propriedade de Werner Evermann³⁴, a imprensa local publicou “foi o amor, uma chama sangrenta”, envolvendo um crime passionnal com uma dançarina garçoneite e um amante, identificado como sendo sargento da polícia. Antes de apurar o fatídico caso, a nota faz referência sobre modo cosmopolita criado na capital em influência dos temperamentos e costumes característicos dos povos germânicos. O documento afirma que havia outros bares similares distribuídos pela cidade, alguns bem ou mal frequentados, quase sempre reunindo trabalhadores ou simplesmente homens de diferentes etnias. Pode-se dizer, que eram espaços de sociabilidade entre os homens, o que justificava a presença de moças descritas como “pivetes de rostinhos risonhos e formas

³³ O Dia. Curitiba: 22/01/1932.

³⁴ Sobre o bar localizado na rua Barão do Rio Branco, há outras referências na imprensa local sobre outros casos envolvendo desordem e até suicídio. Aparentemente, era um local bastante conhecido na região.

graciosas” para dançar *can-can* e oferecer os seus serviços de “garçonete”, para depois, segundo a fonte, “trocarem dois dedos de prosa até às tantas da madrugada” com o objetivo de atrair a freguesia³⁵.

O escândalo aconteceu porque Eudácia de Oliveira, conhecida também como “Dácia”, descrita como uma “meretriz que conseguia despertar devotos com suas habilidades amorosas”, se recusado a se encontrar com Cícero Augusto, indivíduo com que manteve uma relação amorosa durante anos. Certo dia, após sair do trabalho, Cícero foi até o bar em busca de Dácia para tentar reatar o relacionamento, mas, assim que chegou no local avistou sua amante na companhia de outros dois homens. Premeditado ou não, Cícero foi “abraçado pelo ciúme”, conforme denota a notícia, e horas depois retornou ao local com a intenção de atrair a mulher até um “*box reservado*”, ou cabine, para alvejar três tiros em sua direção, dois deles atingindo o pescoço e outro na região da perna. No momento da tragédia havia um médico legista no local, identificado apenas como Dr. Nauffa, que prestou os primeiros socorros à vítima até ela ser levada à Santa Casa. Até a publicação do caso, em 18 de novembro de 1931, o estado de saúde de Dácia era considerado grave. No dia seguinte a imprensa não publicou nenhuma outra informação a respeito do caso, tampouco se interessou sobre o que teria acontecido com o sargento Cícero após de fugir da cena do crime.

Dessa leitura documental foram extraídas outras informações a respeito do interior desses “*bar-salons*”. Alguns funcionavam de forma sofisticada, com direito “a notas de piano desengonçados de músicos amadores que imitavam cantos vienenses”. Os bares eram como os dos *bas-fonds* de Ackerstraße, em Berlim, ou os de Montmartre, bairro boêmio de Paris, conforme a narrativa. No interior do estabelecimento, existia uma sinfonia entre as teclas do piano e o vai e vem das canecas de chopes que atravessavam os salões mudando o corpo e a alma dos seus frequentadores. É dessa maneira que a imprensa descrevia a vida noturna de alguns dos *bas-fonds* da capital. Sempre como lugares ambiciosos, de hábitos populares, de diversões, seduções, mas que de uma hora para a outra tudo podia se converter em “espaços de atrocidades, deturpando os costumes, aniquilando a moral e provocando a tragédia”³⁶.

³⁵ Diário da Tarde. Curitiba, 18/11/1931.

³⁶ Diário da Tarde. Curitiba: 18/11/1931.

As referências sobre a prostituição de mulheres estrangeiras e de senhores que, por meio do álcool peregrinavam para outros vícios, são diversas. Em alguns relatos a prostituição era tão visível que, segundo periódico O Dia, as mulheres transitavam pelas ruas “encenando espetáculos de sedução”³⁷. Noutro documento, além da exibição pública de trajes ultrajantes, aconteciam alguns leilões de mulheres escravizadas em plena praça pública para serem vendidas como faziam os antigos fazendeiros do século XIX. Os leilões aconteciam com certa frequência em estabelecimentos clandestinos, usados como pretexto para deliberar códigos informais de conduta, uma espécie de linguagem corporativa entre quadrilhas de *cáftens* ou outros interessados na exploração de mulheres³⁸. Como veremos em outro momento, não foram poucas as alegações da imprensa local sobre estabelecimentos suspeitos de assegurar o “comércio da carne branca” na cidade.

Pouco tempo depois, desta vez, fazendo menção ao recente escândalo envolvendo a organização criminosa ministrada por *cáftens* judeus na Argentina, a *Zwi Migdal*, o Correio do Paraná publicou uma matéria em que acusa um funcionário da prefeitura de envolvimento com o tráfico de mulheres. Cícero Marques Porto, como fora identificado, era um antigo frequentador dos *dancings* da cidade e conhecido nos bares e pensões da cidade, chegando a ter acesso livre para consumir as mercadorias e se “alegrar em meio as danças que movimentavam os salões”. Se de fato ele era ou não um membro da *Zwi Migdal*, isso nem mesmo a imprensa da época conseguia solucionar, mas as investigações apuraram que o indivíduo vinha praticando um “novo” sistema entre os *bas-fonds* da cidade, chamado “Ala da Lenha”. O “negócio” era similar com a *Migdal*, ou seja, arranjar casamentos forçados com “moçoilas” e rapazes do mesmo “naipe”, para depois serem enxotados em algum bordel da cidade. Ademais, o acusado também usava e fornecia documentos falsos com o pretexto de usá-los contra às mulheres com a alegação de que elas deveriam sustentar seus maridos em situação de desemprego. A atividade consistia em explorar as mulheres, para depois induzi-las à prostituição³⁹.

Uma das vítimas desse caso fora uma dançarina que trabalhava no “*Dancing Eldorado*”, e que teria se casado com Antônio Amaral graças a uma certidão falsa

³⁷ O Dia. Curitiba: 16/05/1929.

³⁸ Correio do Paraná. Curitiba: 12/09/1932.

³⁹ Correio do Paraná. Curitiba: 29/06/1938.

fornecida pelo responsável do esquema, Cícero Marques. Depois da falsa cerimônia, Antônio, que também era dançarino, passou a exigir significativas quantias à sua esposa, alegando que era obrigação dela satisfazê-lo. Insatisfeita com o casamento, Arminda procurou pelo Delegado Auxiliar para se queixar e denunciar os envolvidos. Rapidamente as autoridades se mobilizaram para prender os envolvidos e encontraram uma quantia significativa de papéis, como documentos e diplomas de casamento falsificados pelos agentes, provas que foram usadas para comprovar um possível esquema de lenocínio. Já na Delegacia, o então funcionário da prefeitura afirmou que tudo não passava de uma “brincadeira”, contradizendo o depoimento de Antônio que alegou que o método era um “negócio muito rentoso”.

Desde o final da década de 1920, algumas medidas para prevenir a prostituição clandestina e manter os corpos higienizados foram introduzidas na cidade, como o processo de identificação das meretrizes e a vigilância em alguns espaços públicos conhecidos pelo *trottoir*⁴⁰. Segundo Aguiar (2016), a maior parte das reclamações da imprensa vinham de queixas registradas por populares nas ruas Saldanha Marinho, Racticliff e Visconde de Guarapuava. A partir de uma breve observação nos prontuários de meretrizes, foi possível rastrear que de fato a maioria dessas mulheres moravam em regiões próximas. A antiga rua Racticliff, atual Rua Desembargador Westphalen, por exemplo, dos 100 prontuários analisados, 13 eram de mulheres que viviam na dita rua. Uma campanha de inspeção até chegou a ser cogitada no período pela Delegacia de Polícia e Segurança da capital, após a proprietária de um famoso bordel, Maria Mesquita, ter se recusado a atender duas autoridades policiais. Devido ao ato de “inadimplência”, Maria precisou se apresentar à Delegacia para dar explicações sobre o ocorrido⁴¹.

Por fim, há uma sequência de notícias publicada pelo jornal Diário da Tarde em que são priorizadas algumas narrativas sobre os *bas-fonds* de Curitiba. As publicações são bem distintas e giram em torno de regiões e situações aleatórias, mas que em síntese, todas apresentavam em comum regiões abandonadas pelos poderes públicos, “um cenário de miséria, frio e fome, onde não há assistência religiosa, nem moral, nem psíquica, nem social”, conforme a fonte. O discurso vendido pelos poderes públicos era a de “cidade sorriso”, mas restrita a uma

⁴⁰ Na linguagem popular seria o mesmo que “pontos de encontro”.

⁴¹ O Dia. Curitiba: 29/12/1929.

pequena parcela da população, enquanto isso, o universo ao seu redor, os cortiços e bairros irregulares eram tomados pela pobreza e por “criaturas perigosas”. Outra preocupação típica nos bairros populosos e insalubres da época são as enfermidades causadas pela negligência de políticas públicas, como saneamento básico, dando origem a uma série de epidemias de gripes que ceifava a vida dos menores e a “polícia não ia”, de modo que as autoridades não se importavam⁴².

Nas premissas de Boris Kossoy (2014) os historiadores não costumam dar muita atenção as imagens ou utilizam elas sem considerar o seu conteúdo ideológico⁴³. Para tanto, veremos algumas alegorias que foram anexadas com às narrativas da imprensa sobre esse imaginário social dos *bas-fonds*. Na primeira delas (figura 04), além das habitações irregulares, notamos a presença de alguns personagens que lembram os dois gêneros definidos por Kalifa (2017): o vício e a miséria. O vício pode ser identificado pela figura feminina de preto caminhando pela rua sem pavimento, e logo à sua esquerda, há uma figura masculina, observando a mulher durante o seu caminhar pela rua. Outra diferença notória está no papel atribuído às mulheres, um imaginário que constitui a mulher pobre e lavadeira de um lado, e a meretriz do outro. Embora a imagem esteja em condição deteriorada, ela nos permite uma leitura narrativa, ainda que breve, do imaginário social de uma parcela da população que permanecia excluída, marginalidade e sem acesso às condições básicas, coisa que o outro lado da cidade tanto preservava.

FIGURA 7 - Ilustração sobre um dos bas-fonds de Curitiba.



⁴² Diário da Tarde. 27/04/1935

⁴³ KOSSOY, Boris. *História e Fotografia*. 5.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, p. 34.

Fonte: Diário da Tarde. Curitiba: 27/04/1935

A segunda reportagem foi publicada em 27 de maio de 1935, em que narra um fatídico evento envolvendo a morte de uma mulher e os seus dois filhos que morreram para não sofrer de fome, enquanto seu esposo, no desespero da cena, incendiou o próprio lar. De acordo com a reportagem, por circunstâncias de desigualdade social, a mulher teria induzido os dois filhos pequenos a ingerirem formicida. O marido, de ocupação lavrador, quando chegou na residência viu a cena e desesperado incendiou o próprio lar. Foi em consequência dessas circunstâncias trágicas, cenas cotidianas das classes pobres que Thereza, Celso e Marieta formaram um “pacto de morte”. “Pedro gritou, enlouqueceu, pegou o fosforo e ateou fogo no casebre”. A ilustração remete a outro momento narrado pela imprensa quando vizinhos próximos teriam avistado uma fogueira saindo na direção da residência de Patrício e o seu martírio.

Por dez anos o casal viveu na miséria em condições de escravidão, cultivando muito para os ricos e recebendo pouco em troca. Sobre Patrício, a reportagem não deixa claro o destino dele, mas é bem provável, pela presença dos vizinhos no momento do incêndio, que ele tenha sido sobrevivido.

FIGURA 8 - Ilustração do momento em que Patrício teria colocado fogo na própria residência localizada num bas-fond da cidade



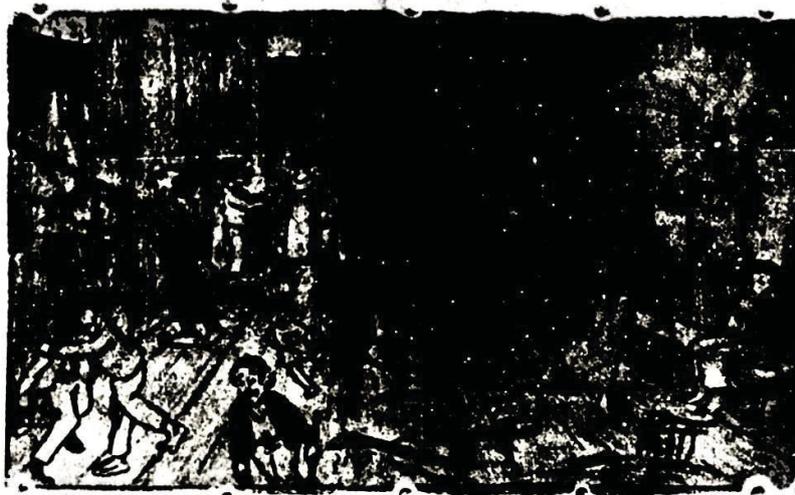
Fonte: Diário da Tarde. Curitiba: 14/05/1935.

Alguns questionamentos permaneceram sem respostas. Talvez a morte desses sujeitos tenha se tornado apenas mais um número presente nos dados

oriundos dos relatórios de chefe de polícia. Outros eventos são descritos como “eventos pitorescos” e não eram tão sensacionalistas como o caso anterior.

A terceira referência publicada pelo Diário da Tarde narra um acontecimento lúdico de um grupo de pivetes que cresceram num *bas-fonds* da cidade. A reportagem registrou narra a história de uma festa de casamento de dois jovens operários, mas que fora destruído por um grupo de “almofadinhas” que invadiram o local no momento mais importante da cerimônia. Todos eram trabalhadores, operários e tecelões de uma fábrica próxima, eram sujeitos honestos, pacatos, e todos ficaram surpreendidos com o grupo de jovens penetrando sorrateiramente na festa para começar a espantar os convidados. Embora deteriorada, é possível identificar poucos elementos, como uma briga corporal entre dois homens, uma mulher se evacuando do local, e do outro lado, parece ser o resultado da balbúrdia causada pelos menores delinquentes.

FIGURA 7 - Cena da confusão no interior de um salão, localizado num bas-fonds da cidade



Fonte: Diário da Tarde. Curitiba: 13/06/1935.

Dessa forma, embora esses lugares fossem muitas vezes “assintomáticos” para poderes públicos, eles concentravam diferentes gêneros que necessitavam da atenção policial. Numa reportagem sobre falhas no Corpo de Bombeiros da cidade, uma breve citação chama a atenção. A nota classificava os bairros pobres como “*bas-fonds* sórdidos, fétidos e insalubres”. Noutra momento, a imprensa citava que os sujeitos retirados dos *bas-fonds* eram os mais variados o possível, desde assassinos e espancadores foragidos da lei. Ademais, eles inspiravam confiança entre os menores devido à ineficiência da polícia, empunhando os seus revólveres

para a evasão dos sentidos. Por fim, Corbin (1987) pondera que, a cidade, além dos seus ruídos, odores e movimentos, constituía também outra identidade projetada sobre a cidade, criando uma gama de ansiedades e multiplicidade de sentidos que se chocavam com a fascinação do moderno idealizado.

2 CAPÍTULO – ZWI MIGDAL E O TRÁFICO DE “ESCRAVAS BRANCAS”

2.1 SOBRE A SOCIEDADE PORTENHA

O segundo capítulo deste estudo é mais uma resenha no sentido de apresentar algumas “armadilhas” formuladas por discursos tradicionais sobre o tráfico de mulheres e que não raras vezes são tomados como verdades por diferentes escritos, como o periodismo e o romantismo. É preciso, conforme a historiadora Cristiana Schettini, um olhar mais tênue para com às narrativas que se distanciam dos grandes centros urbanos, considerados o “foco” das relações envolvendo o tráfico de mulheres. Ainda nas premissas da autora, é preciso dar às narrativas regionais sobre o tráfico no sentido de desmistificar certos discursos já pré-estabelecidos, como, por exemplo, que toda meretriz estrangeira era uma “polaca” vítima do tráfico ou que todo *cáften* estrangeiro de nome arrevesado era, automaticamente, membro da *Migdal*⁴⁴. Outra dificuldade emana no sentido de trabalhar com sujeitos tão complexos ao ponto de se dissolverem com facilidade em meio à multidão graças aos seus *modus operandi*⁴⁵ de cada grupo. Por fim, trazer personagens tão complexos para um contexto como Curitiba, nos serve de alicerce para formular uma problemática sobre um possível “tráfego” de *cáftens* e meretrizes em perspectiva “translocal”, e, com isso, abordar o discurso regional atribuído ao tema que é por vezes restrito aos grandes circuitos.

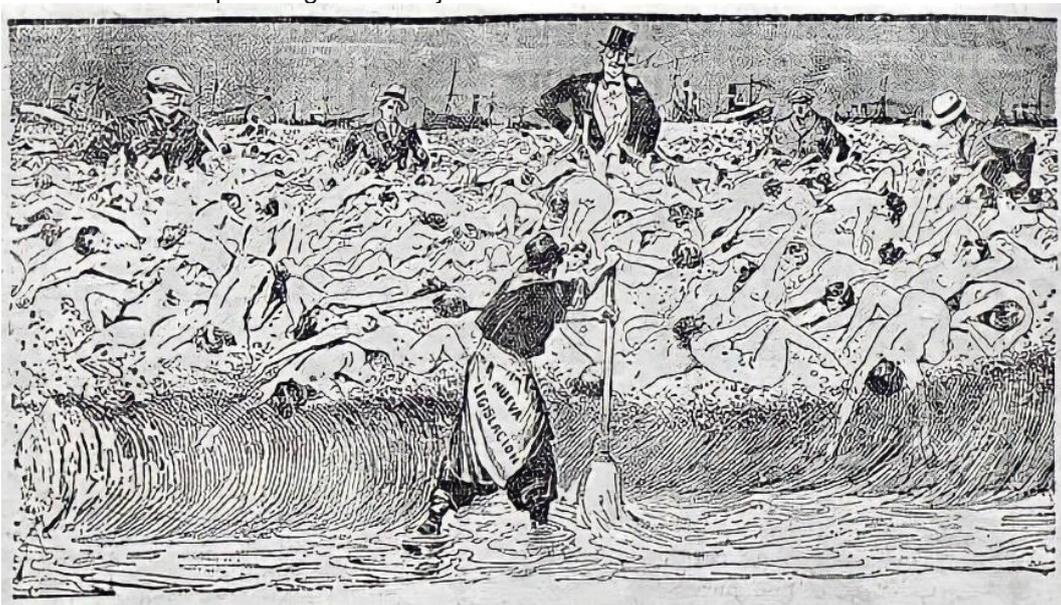
Como todo fenômeno social que se reveste de histórias e significados, o enredo que constitui a história do tráfico de escravas brancas na América do Sul é demasiadamente longo, denso e delicado em muitos aspectos. É quase inegável que importantes eventos históricos tenham contribuído, ainda que indiretamente, para conduzir o fenômeno da prostituição nesse período. Por vez, a questão da grande imigração no século XIX é um dos fatos clássicos da formação da sociedade nacional na Argentina. Esse processo surgiu como um conjunto contraditório e complexo de sujeitos sociais, interesses políticos diversificados e a configuração do mercado de trabalho recém-escravista.

⁴⁴ A prostituição estrangeira não era necessariamente um foco de problemas; ver, por exemplo, Jeffrey Needel, sobre a prostituição estrangeira como “fetichismo de consumo” e Rago, sobre a importância social das prostitutas francesas na literatura paulistana.

⁴⁵ Modo de operação usado por diferentes grupos com um mesmo propósito.

A isso se acrescenta outros dois matizes que foram desenvolvidos ao longo deste estudo. O primeiro são os estrangeiros, limitados a sujeitos sem cidadania, mesmo tendo um papel social relevante na economia daquele país como massa trabalhadora, seguido do projeto municipal de regulamentação da prostituição pública na capital Buenos Aires. Conforme a alegoria anexada, o processo de regulamentação da prostituição era algo que suscitava protestos até mesmo na imprensa brasileira, como fez O Malho.

FIGURA 8 – O problema social do tráfico de brancas na Argentina, justamente num contexto em que o regulamento já estava totalmente desmoralizado.



Fonte: O Malho, Rio de Janeiro, 19/07/1930. In: Hemeroteca Digital.

A cada nacionalidade, novas atividades, hábitos e costumes foram sendo ajustados na sociedade portenha. Cada grupo de origem predominantemente citadina se organizava em grupos para amenizar as tensões sociais em decorrência da divergência desproporcional do mercado de trabalho e as precárias condições de vida entre os estrangeiros. A sociedade portenha estava às margens de desafios imprudentes e com diversos obstáculos no caminho. Entretanto, enquanto tentava driblar tais obstáculos, como algumas políticas públicas de contenção à população negra e recém-liberta, pretendia se tornar também um centro europeu, tendo como principal intérprete a capital de Buenos Aires. Como frase de efeito, espelhado pela ideologia do modernismo, o país adotou diferentes mecanismos no sentido de “expurgar” os elementos que representavam um certo “declínio social”, segundo Guy (1994). Portanto, negros, prostitutas, criminosos e estrangeiros se tornaram

exemplos de grupos perseguidos em contraste com o discurso jurídico e dos relatórios de polícia que salientavam a determinação biológica e a condição marginal como pretexto para justificar tais dispositivos⁴⁶.

O autor Horacio Caride Bartrons (2009) explica que o primeiro grande ciclo das medidas de controle higiênico e moral na sociedade portenha aconteceram entre os anos de 1871 e 1904. Ainda conforme o autor, o período representa um pontapé inicial no que concerne a criação de políticas públicas de controle social contra as camadas pobres, os cuidados contra a propagação de doenças consideradas epidêmicas, e a repressão contra os vícios urbanos, que resultou na regulamentação da prostituição. Uma das preocupações mais recorrentes no período em voga fora a superlotação e a promiscuidade em que viviam os habitantes dos cortiços nos limites geográficos da capital federal.

El hacinamiento y la promiscuidad en que vivían sus habitantes, en general los convertían en lugares convenientes para las prácticas de prostitución clandestina, con el consecuente peligro de incubación de enfermedades, como la fiebre amarilla y el cólera; de la transmisión de otras, como la sífilis y la gonorrea; o directamente su gestación causada por las relaciones sexuales, como la tuberculosis (BARTRONS, 2009, p. 28).

Foi nessa época que as teses médicas se mostraram relevantes no sentido de orientar as autoridades sanitárias para problemas como a tuberculose, principal causa da morte da população portenha no final do século XIX. O governo parecia se preocupar mais com a imagem econômica internacional do país do que com a população em geral, então, tardou nas manifestações que privilegiassem campanhas de caráter higienista para conter a febre amarela e a varíola. Com uma massa heterogênea de trabalhadores, imigrantes, ex-escravos, pobres, as doenças circulavam com maior frequência por conta da aglomeração urbana, que porventura, também era sinônimo de atraso nacional. Outro problema que acompanhava em ritmo crescente foi a bactéria *Treponema Pallidum*, popularmente conhecida por Sífilis. A doença foi classificada por estudiosos locais como uma “diátese hereditária”, que além de viral, conseguia desenvolver novos anátemas, levando a

⁴⁶ Entende-se por “dispositivo”, aquilo que Michel Foucault defende como diferentes meios de controle social, travestidos por mecanismos institucionais, físicos e administrativos que juntos funcionam para vigiar e reprimir os indivíduos a partir dos padrões disciplinares. Outros teóricos como Deleuze e Agamben também fizeram leituras sobre os dispositivos de controle social que de alguma organiza, ordena e institui às normas sociais.

morte de bebês prematuros ou recém-nascidos diagnosticados com sífilis congênita⁴⁷.

Essas decisões drásticas foram fortemente influenciadas por ideologias higienistas que resultaram em políticas públicas de controle social, algo similar com o ocorrido na capital federal brasileira durante o processo de instauração da República. Uma das soluções para sanar alguns problemas no país vizinho foi a regulamentação da prostituição de mulheres públicas em 1875, num raio que abrangesse a geografia próxima de Buenos Aires. Como explica Patrício Simonetto (2020), o regulamento previa uma “modernização” da prostituição, o alvará de funcionamento para prostíbulos identificados, a identificação das prostitutas para mantê-las sobre o controle das autoridades médicas e policiais, e principalmente para evitar o crime organizado internacional, o lenocínio⁴⁸. Outros estudos indicam para uma mesma modulação médica no tratamento da regulamentação da prostituição, ou seja, que o feito serviu como ferramenta de intervenção sexual utilizado, sobretudo, não a favor das mulheres, mas dos homens e da sociedade.

Na Argentina, a regulamentação da prostituição por posturas municipais supunha que as mulheres maiores de idade que se inscreviam o faziam por livre e espontânea vontade. Seguindo a tradição legal francesa, regulamentarista, o Código Penal só criminalizava a corrupção de menores. Assim, parecia ser mais difícil que uma prostituta pudesse empregar a justiça e a lei contra exploradores (SCHETTINI, 2012, p. 69).

2.2 A SOCIEDADE DE AJUDA MÚTUA VARSÓVIA

A regulamentação da prostituição, que antes parecia ser uma “solução” a curto prazo, acabou se tornando algo ainda mais conspícuo e problemático com o findar do século XIX. Muito antes das primeiras organizações clandestinas se tornarem públicas, a imprensa de Buenos Aires já denunciava o comportamento criminoso de alguns grupos de imigrantes de estarem infiltrados em

⁴⁷ Em 1874, foi publicado “*De la reglamentacion de la prostitucion pública considerada como medio profiláctico de la sífilis*”, de Eduardo Fidanza, pela Faculdade de Ciências Médicas de Buenos Aires. Em síntese, o autor mostra que na década de 1860, mais de 30 mil pessoas foram diagnosticadas com enfermidades venéreas, e especialmente com sífilis, foram diagnosticados 6.497 homens e 7.764 mulheres. Estima-se que naquela década, para cada mil pacientes internados, 362 eram por sífilis.

⁴⁸ SIMONETTO, Patricio. *El sexo de las naciones: producción y circulación globalde narrativas de la trata de blancas en la Argentina (1900-1936)*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, jan./abr. 2020.

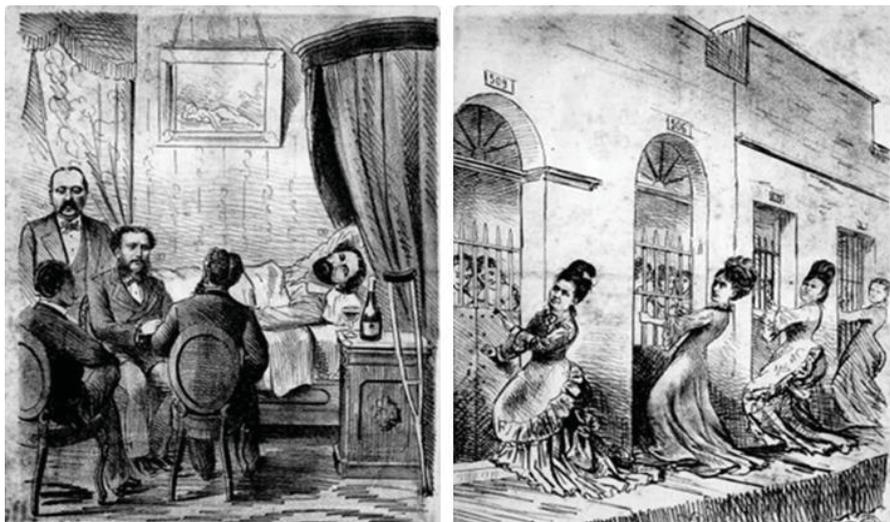
estabelecimentos comerciais para se reunirem em prol do crime organizado internacional. Em 2 de abril de 1878, um importante periódico argentino “*El Puente de Los Suspiros*”⁴⁹, com autoria de Ramón Guerrero, publicou uma matéria com 4 páginas denunciava a participação de comerciantes estrangeiros no circuito do tráfico de mulheres polonesas. O documento apresenta uma crítica em forma de apelo popular direcionada às autoridades policiais e o modo como os mesmos se esquivavam para solucionar crimes envolvendo o assassinato de mulheres por “senhores de escravas brancas”. Quando a polaca Carolina Metz foi encontrada morta naquele ano e os responsáveis pelo crime impunes, alguns jornalistas se mobilizaram para ouvir testemunhas sobre o caso para apurar e identificar os possíveis culpados.

A investigação concluiu que o suspeito pelo assassinato foi Juan Penen, um homem violento e que se dizia cocheiro. Depois de viajar para Montevideu, conheceu um importante sujeito identificado apenas como Luís⁵⁰. Após esse evento, Juan começou a viajar com frequência para a Europa com o intuito de trazer mulheres para Montevideu e Buenos Aires. Jornalistas conseguiram identificar uma das últimas vítimas do explorador, era uma jovem francesa de 18 anos que fora agredida diversas vezes com chicotadas porque se recusava a se prostituir. Juan tinha um preço fixo de 10 mil pesos para cada “mercadoria” nova, segundo o documento, tudo dependia da condição física, aparência e da saúde de cada uma das mulheres. Durante a investigação, outros nomes foram sendo descobertos, alguns já conhecidos pela polícia, como Van Los, Carlos Fué Rock, Simon Honig, Rosa Rock, Matilde Salowitz, Rosa Hibler e Pepa la Chata. Por fim, a edição do jornal conta ainda com duas ilustrações, a primeira, refere-se a um encontro entre exploradores, seguido de outra ilustração em que mostra mulheres prostitutas em condição análoga à escravidão.

⁴⁹ O que se sabe sobre o jornal é que ele pertencia a outro grupo de impressos daquele período, mas em especial, o *El Puente de Los Suspiros* era destinado à abolição e repressão contra tráfico de escravas brancas, perdurando até o começo do século XX, já em formato de revista. A edição utilizada pode ser encontrada em formato digital no site da *Biblioteca Digital del Patrimonio Iberoamericano*.

⁵⁰ Não se sabe ao certo o sobrenome do sujeito, mas pela data de publicação do jornal, presumo que possa se tratar de Luís Migdal, um criminoso anarquista que migrou para Buenos Aires na segunda metade do século XIX, e tornou-se uma das principais figuras da Sociedade de Ajuda Mutua Varsóvia. Como “homenagem póstuma”, os membros da antiga organização nomearam a *Zwi Migdal*, com o uso do seu sobrenome.

FIGURA 9 - As duas ilustrações publicadas pela edição. Na segunda imagem é possível que se trate de mulheres sufragistas em prol das medidas contra tráfico de mulheres.



Fonte: El Puente de Los Suspiros, Buenos Aires: 02/04/1878⁵¹.

Longe de parecer um “presságio”, como indica alguns estudos, o tráfico de mulheres era algo que vinha dando sinais de incômodo na imprensa desde antes da criação da Sociedade Varsóvia na década de 1880. A história “oficial” como alguns historiadores costumam iniciar suas investigações, sempre iniciam a partir do período mencionado, que é quando surge os primeiros registros de uma associação fundada por homens de origem polonesa sem fins lucrativos e criada para dar suporte aos imigrantes que desembarcavam no porto de Buenos Aires. De um ponto de vista mais “racional”, era mais prático aliciar mulheres desorientadas que desembarcavam sozinhas dos grandes navios do que, necessariamente, viajar até aldeias polonesas para trazê-la. Vantajoso, pois, essa sociedade secreta era pequena, então os seus membros não tinham um suporte financeiro capaz de financiar longas viagens ilícitas. Esse panorama se transformou apenas por volta de 1900, com a fundação da funerária israelita batizada “Sociedade de Ajuda Mutua Varsóvia”, mas que também fora sofrendo variações com o tempo até se tornar a *Zwi Migdal*.

Para o historiador José Luis Scarsi (2018), no começo do século XX os rufiões judeus e traficantes de escravas brancas atuantes em Buenos Aires não eram os mais poderosos, nem os maiores em número. Todavia, isso foi questão de

⁵¹ Scarsi (2018) tem uma interpretação mais contextualizada dessa imagens; ver também Horacio Caride, sobre a inserção desses conflitos com as transformações urbanas no período.

tempo até conseguirem estabelecer uma sociedade poderosa e que começou a se desfragmentar durante a década de 1910, começando assim, um segundo ciclo, considerado o “apogeu”, que tornou a *Zwi Migdal*, uma das maiores organizações criminosas daquele período. De acordo com Gerardo Bra (1977), entre os principais membros regulares do segundo ciclo, foram: Noé Trauman, Adolfo Soringfeder, Marcos Posnansky e outros que ajudaram a fundar a sinagoga israelita localizada na avenida Avellaneda Córdoba⁵². Um mês após os estatutos jurídicos serem aprovados pelo Governo Superior da província de Buenos Aires, Noé Trauman e os demais teriam concordado em agir com honestidade sobre pena de expulsão. O autor reforça que no começo, o governo via boas intenções na associação, uma certa fraternidade para com os seus contemporâneos.

Durante essas duas primeiras fases, intensos debates aconteceram em todo o canto do mundo tendo como principal assunto o tráfico de mulheres. Com a criação da Liga das Nações após a Primeira Guerra Mundial, em 1919, a Argentina foi um dos poucos países a recusar o convite da organização internacional⁵³. Uma das primeiras assembleias a discutir o tráfico de escravas brancas aconteceu em 1925, em Genebra. Naquela ocasião, Lord Cushendum, representante da Grã-Bretanha, propôs a criação de uma “Comissão de Polícia Feminina” para converter o excessivo número de mulheres que saíam dos portos da Europa sem fornecer nenhuma informação para aonde iriam. Noutra assembleia realizada em 1927, o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, enviou o correspondente João Balderston para

⁵² A título de curiosidade, Bra ainda introduziu algumas fotografias do prédio onde funcionou a sede da organização. Era um prédio enorme, estilo colonial, com palmeiras no jardim e janelas gigantes de frente para rua. No interior, havia uma sinagoga, uma sala funerária e um salão de festa, onde os líderes e associados se encontravam. Ademais, casamentos falsos e leilões de mulheres aconteciam naquela propriedade. O prédio era ainda mais sofisticado do que a própria sede da *Jevra Kedusha* em Buenos Aires, se comparado as imagens disponibilizadas via internet. Era ainda bem mais modesto do que o cemitério de Inhaúma, no Rio de Janeiro, criado por prostitutas e *cáftens* excluídos da comunidade judaica.

⁵³ Após o término da primeira grande guerra mundial, que germinou da assinatura da rendição alemã, em 11 de novembro de 1918, na crença de que o fim da grande guerra pudesse gerar tréguas e evitar possíveis repetições de acontecimentos semelhantes, resultando em conflitos, foi instaurada em 1919 a Liga das Nações. Dessa forma, despertou-se na opinião pública, a necessidade de um conjunto de uma nova era das relações pacíficas entre diferentes nações. No entanto, naquele momento apenas países que estiveram associados aos campos de batalha se propuseram a participar em apoio a Liga das Nações. O Brasil mesmo que não tenha fornecido uma colaboração relevante, via na possibilidade de vitória, receber algum apoio ou recompensa no futuro, contribuindo para importantes decisões no âmbito de políticas externas no período. Segundo Eugênio Vargas (2000), havia uma certa rivalidade por parte da Argentina, que se estendia à competição por um prestígio internacional na Europa, porque, em determinado ponto, o desenvolvimento econômico do país se mostrava essencialmente estável, o que dava brechas para se importar apenas contra possíveis agressões externas que afetariam a economia do país, ficando de fora do acordo inicial da Liga das Nações

averiguar do que se tratava o “misterioso” relatório sobre o tráfico de escravas brancas que mencionava o Brasil. João teve acesso ao documento e comentou que o relatório afirmava que o Egito, Argentina e o Brasil eram um dos principais “mercados” da prostituição que alimentava o tráfico de mulheres naquele período⁵⁴.

Naquele mesmo ano, a Liga das Nações financiou a viagem de Albert Londres até a cidade do “tango” para investigar o cotidiano das máfias clandestinas e o submundo da prostituição clandestina naquele país. Muito conhecido por investigações anteriores, é apontado como um dos pioneiros no campo do jornalismo investigativo, tendo viajando para diversos países e se infiltrando nos grupos e hábitos mais exóticos e pitorescos da humanidade⁵⁵. Na obra *Les Chemin de Buenos Aires*, Londres (1927) delinea toda uma psicologia do *cáften*, descrevendo os códigos secretos baseados em práticas criminosas de proxenetas polacos, franceses, russos e japoneses. Em especial, ele chamou a atenção para dois grupos que se destacavam por dominarem boa parte dos prostíbulos em Buenos Aires, os *marquereaux* franceses, e os polacos. A diferença mais nítida é que os franceses costumavam atrair mulheres nas ruas de Paris, enquanto os polacos se infiltravam em aldeias pobres com o desejo de aliciar moças puras, virgens e afetadas pela extrema pobreza, conforme denota Rago (2008)⁵⁶.

Apresentando-se como comerciante enriquecido na América, que retornavam à aldeia natal em busca de uma esposa da mesma nacionalidade, introduziam-se paulatinamente no interior das famílias pobres, e logo se insinuavam como pretendentes à mão da filha mais velha. Por tanto, ao contrário dos rufiões franceses que recrutavam suas presas entre as operárias muito jovens da periferia da cidade, nas ruas e nos bares do submundo, entre as domésticas e vendedoras de lojas, ou desempregadas que encontravam perambulando pelas praças, estes penetravam nas casas das aldeias miseráveis daqueles países e faziam seus contatos para o horror dos jornalistas (RAGO, 2008, p. 324).

Alguns proxenetas tinham comportamentos tão “habilidosos” que conseguiam se infiltrar nas camadas populares, na elite e até entre as autoridades públicas. Como mostrou Rago (2008), muitos desses gatunos já vinham de um histórico no mundo do crime de acordo com seu país de origem. Assim, antes de

⁵⁴ A Noite. Rio de Janeiro: 24/04/1931.

⁵⁵ A Noite. Rio de Janeiro: 23/06/1932.

⁵⁶ A ideia dos rufiões franceses e rufiões judeus é construída em relatos contemporâneos de jornalistas no contexto do pós Primeira Guerra Mundial, muitos dos quais com intencionalidades políticas e nacionalistas específicas, como Albert Londres.

imigrar para a América, começaram seus vícios ainda na infância, então se tornaram com o tempo, velhos conhecidos da polícia europeia, como é o caso de Noé Trauman.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2010) faz uma investigação científica sobre a evolução histórica das polícias, da legislação penal e das medidas coercitivas, além do uso da violência como método do sistema penal. Numa passagem da obra, o autor menciona que a partir experiência do sistema prisional em “normatizar” o sujeito delinquente, edificaram-se as chamadas “redes de prostituição” na Europa no século XIX. Assim, a prisão serviu para aproximar diferentes delinquentes e, conseqüentemente, diferentes interesses, resultando numa possível “articulação” entre o prazer cotidiano e o sistema capitalista. Foucault diz que a prisão não reduz a criminalidade, mas essa é a função discursiva, não a função real. O mesmo com a polícia. Não protege, não investiga, não dá segurança. Mas essa não é a função real. Foucault ainda ressaltou sobre essa falência da inoperância da prisão no que tange o processo de ressocialização. E, ao mesmo tempo, evidenciou a produção de uma maior criminalidade nos presídios, como se o cárcere fosse “inútil”, se comparado com o seu caráter ideário⁵⁷.

Ou seja, instalou-se também no século XIX uma espécie de ilegalidade subordinada, cuja docilidade é garantida por sua organização em delinquência, com todas as vigilâncias em que isto implica. A delinquência, ilegalidade dominada, é um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes. A implantação das redes de prostituição no século XIX é característica a respeito. Os controles de polícia e de saúde sobre as prostitutas, sua passagem regular pela prisão, a organização em grande escala dos lupanares, a hierarquia cuidadosa que era mantida no meio da prostituição, seu enquadramento por delinquentes-indicadores, tudo isso permitia canalizar e recuperar, através de uma série de intermediários, os enormes lucros sobre um prazer sexual que uma moralização cotidiana cada vez mais insistente votava a uma semiclandestinidad e tornava naturalmente dispendioso; na computação do preço do prazer, na constituição de lucro da sexualidade reprimida e na recuperação desse lucro, o meio delinquente era cúmplice de um puritanismo interessado: um agente fiscal ilícito sobre práticas ilegais (FOUCAULT, 2010, p. 306).

O *modus operandi* de cada grupo era similar, como descrito por Albert Londres. A publicação da obra em questão coincide com o segundo ciclo da *Zwi Migdal*, que teria iniciado em algum contexto dos anos 1920⁵⁸. Isso é provável, pois

⁵⁷ O argumento de Foucault em torno de que a prisão produz a delinquência e não combate, como comumente é esperado: Aqui se trata da produção da delinquência como um espaço controlado e o alinhamento da prostituição às práticas do tráfico em geral. Ou seja, o objetivo era reorganizar as ilegalidades e deslocamentos às normas sexuais para melhor controlá-las

⁵⁸ Embora a *Zwi* fosse muito bem organizada, a máfia não tinha na sua estrutura interna o conceito de

de acordo com documentos da época⁵⁹, como relatórios de polícia chefiados por Julio Alsogaray, reportagens da imprensa local e internacional e, principalmente pela historiografia portenha, novos personagens foram ganhando notoriedade nas referências sobre o tráfico. Em síntese apurada, apenas entre 1926 e 1927, aconteceu a publicação e repercussão da obra de Albert Londres, a nomeação de Martin Pérez Estrada para chefiar a “Inspeção da Sociedade de Informações Legais da Argentina”, a nomeação do juiz Manuel Rodriguez Ocampo, e a inspeção de Julio Alsogaray contra estabelecimentos suspeitos de corrupção e lenocínio. Juntos, esses tópicos foram o “estopim” até o declínio da organização que já vinha sofrendo diversas variações e discordâncias entre antigos e novos sócios.

Nesse segundo momento, a organização contava com alguns nomes importantes, como o presidente Zacarías Zitnitzky; o vice-presidente Felipe Schon; o secretário Max Saltzman, o subsecretário Arnoldo Hartglas, o tesoureiro Simon Burtkievich, além de outros que ocupavam diferentes cargos, como Wolf Brockman, Simon Weisbrot, Solomon Grosflam, Abraham Marchik, Jacobo Zabladovich. No final de 1927, Zitnitzky foi denunciado por Don Selig Ganopoi de administrar um restaurante que levantava enormes quantias, entretanto não coincidia com aquela categoria de estabelecimento. Ele afirmou que os lucros eram de uma fábrica de tecidos em seu nome, e por falta de provas, a polícia decidiu arquivar as investigações segundo (BRA, 1982, p. 64).

Eles sabiam que estavam sendo monitorados o tempo todo, ainda mais depois que Raquel Liberman, uma importante personagem que contribuiu para destruir a organização conseguiu se desprender da organização e iniciar uma nova vida. Entretanto, eles não permitiam nenhuma forma de “rebelião” por parte das prostitutas, então assim como outras, Liberman foi perseguida, agredida e enganada diversas, e por mais que tentassem denunciar as falsetas da organização, era ignorada, pois se acreditava firmemente que as “polacas” tinham um histórico de mentiras e de falsos testemunhos. A denúncia formal aconteceu apenas no final de 1929, quando o Delegado Júlio Alsogaray ouviu a acusação de Raquel Liberman

de *'godfather'* (chefão). A todo momento, de acordo com a historiografia e algumas fontes encontradas, percebemos que nunca houve apenas um mentor, mas sim um conjunto de “cabeças” que controlavam os negócios e gerenciavam os demais sócios. Era, como de praxe, uma Sociedade.

⁵⁹ Em determinado momento desta pesquisa pude conversar virtualmente com o historiador Jose Luis Scarsi, que mantém um acervo na rede social “Facebook” sobre informações da *Zwi Migdal* na Argentina. A partir de alguns documentos compartilhados, pude perceber que algumas figuras que se tornaram importantes ao longo da “caça” aos *“los pájaros negros”* nos anos 1930, como eram chamados na Argentina, aparecem em documentos datados de 1925 a 1927.

contra José Khon, um proxeneta designado pela *Zwi* para enganá-la e submetê-la novamente à prostituição. Posteriormente, estima-se que as autoridades tenham observado a *Zwi* durante três meses até conseguirem provas concretas pelos crimes de corrupção, fraude, extorsão e associação ilícita. Documentos recolhidos por Alsogaray (1933) indicam que cerca de 3 mil mulheres estavam sendo exploradas pela organização, além de uma gigantesca lista com o nome de todos os associados.

A partir de então, o futuro da *Zwi Migdal* se tornou uma incógnita. Para Alsogaray, muitos dos 420 foragidos membros fugiram para outras cidades onde concentravam possíveis sucursais, como Montevideu, Santiago, Rio e São Paulo e até Nova Iorque. Alguns até tentaram retornar à Europa, como destacaremos adiante, mas foram barrados pelas autoridades marítimas do Rio de Janeiro que trabalhavam como “sentinelas” em cooperação com a polícia portenha. Muitos criminosos, como lembra Gerardo Bra, foram inocentados graças aos “excelentes advogados” e bem pagos que conseguiam o *habeas corpus* para os seus clientes. Os poucos que foram processados em 1930, 3 no total, somavam outros crimes, mas não é possível confirmar com exatidão se eles foram condenados pela “bagatela” de lenocínio e exploração, mas é bem provável que tenham pagado por outras atividades, como falsificação de documentos, de moeda nacional, por associação criminosa e corrupção.

En enero de 1931 todos los . procesados seguían entre rejas en virtud de la prisión preventiva que había dictado el juez Rodríguez acampo. Desde la cárcel misma se movían muchas influencias haciendo que varios abogados excelentemente remunerados apelaran ante el tribunal superior. Ocurrió entonces algo increíble dentro de esta historia también increíble: el fallo de segunda instancia confirmó la prisión de solamente tres inculpados y la revocó con relación al resto (BRA, 1982, p. 175.)

O que aconteceu depois disso? As autoridades portenhas adotaram uma política de repressão mais rígida contra o tráfico de mulheres e revogou por completo o regulamento que tornava a prostituição pública legal, mais precisamente em 1936. São poucas as referências que avançam sobre os eventos que sucederam o escândalo judicial da *Migdal* após 1930, como a obra de Gerardo Bra (1982) e recentemente o trabalho do historiador Scarsi (2018). Entretanto, o autor faz uma crítica bastante dura a como Bra lê seus documentos, se aprofundando nas diferentes estratégias inserção dos proxenetes judeus no torpe comércio. Mas de

modo geral, o marco em questão mostrou que a justiça daquele país era muitas vezes falha, e que a impunidade parecia patrocinar o vício daqueles homens. Alguns escritos literários e jornalísticos sobre o tema sugerem que de uma hora para outra ninguém mais ouviu falar da *Zwi Migdal*, mas não foi bem assim. É certo que poucas entidades foram tão eficientes, misteriosas e violentas como a *Zwi*, que aliciava, selecionava, transportava, mantinha, mas também protegia e descartava suas “escravas” como meras “mercadorias”.

De tal modo que a organização era modesta, ela também podia mostrar as suas garras quando preciso. O lenocínio rendia fortunas, então era preciso manter um certo “disciplinamento” entre as suas mercadorias, então, qualquer um que ousasse a se afastar da organização conheceria o peso do castigo, desde perseguições, ameaças, roubos, sequestros e por último, o desaparecimento de pessoas ligadas ao grupo⁶⁰.

Não se sabe ao certo se tais afirmações são verídicas, mas a imprensa relatava que algumas das maiores organizações policiais do mundo todo se uniram no combate à *Migdal*. Até a Gestapo teria demonstrado interesse ao lado do FBI, da Scotland Yard e da Sûreté para capturar fugitivos pelo mundo todo e dar garantia às mulheres ameaçadas. O fato é que o escândalo da *Migdal* contribuiu para que os serviços de imigração e polícia dificultassem a entrada e saída de criminosos internacionais em diferentes regiões, como no Rio de Janeiro, além de evitar a entrada de “escravas brancas”, fatores que contribuíram para minar, gradualmente, a invencível *Zwi Migdal* no findar da década de 1930, e não no início dela, como sugere alguns escritos.

2.3 UMA SUCURSAL DA *ZWI MIGDAL* NO RIO DE JANEIRO

Mesmo após o escândalo envolvendo à *Zwi Migdal*, os membros da organização não intimaram frente às autoridades portenhas ao aceitar o desafio de driblá-los com uma série de episódios dignos de investigação policial. Ainda com

⁶⁰ No CEPEDOC há dois documentos sobre o envolvimento da *Migdal* contra políticos brasileiros, o primeiro, se refere aos dias 05 até 13/07/1931, sobre correspondências enviadas por Horácio Papert para Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas sobre pressão à escravatura branca no Rio de Janeiro. Já em 10/07/1931, Horácio Papert emitiu um comunicado alegando estar sendo perseguido pela Associação *Zwi-Migdal* por haver divulgado que “a revolução ia estalar no domingo”, talvez, fazendo menção a uma possível denúncia sobre os seus membros.

certo alento, os *cáftens* continuaram atuando a partir dos seus meios de comunicação noutras sucursais, como Montevideú, Rio de Janeiro e algumas cidades da América do Norte. Essas regiões já eram mundialmente conhecidas pelo tráfico de escravas brancas, então, todos os olhares se voltaram para elas no sentido de evitar que os membros da organização fugissem para tais regiões com o objetivo de fuga.

Segundo Frota Aguiar, um dos principais conselhos das autoridades portenhas para os outros países, incluindo o Brasil, seria o de investigar o tráfico de brancas pelos seus “pilares”, ou seja, pelos falsos empresários que aliciavam moças inexperientes no estrangeiro trazendo-as ao país⁶¹. Contudo, o que preocupava é que, embora existisse uma Delegacia de Costumes no Rio, não existia até então uma entidade especializada para a repressão ao tráfico. Formalmente não existia, mas no começo do século XX alguns fatores contribuíram para a “caça” ao consórcio internacional do crime organizado contra a exploração do lenocínio. Dois fatores que contribuíram para tal feito fora os avanços dos estudos de polícia, que permitiu a identificação de *cáftens* foragidos da polícia carioca, além da criação de leis que definiam critérios de expulsão para botar “ordem” entre os estrangeiros considerados “indesejáveis” instalados no país.

Alguns trabalhos nos conduzem a compreender melhor tais discussões. Menezes (1996) revisou o fenômeno da imigração buscando caracterizar o movimento da migração carioca a partir de sua dimensão urbana. A historiadora analisou diversos processos de expulsão contra estrangeiros acusados de desordem no Rio de Janeiro, e pondera que, muitos deles foram processados por ligações com o crime organizado internacional, incluindo casos do tráfico de brancas.

O recorte da pesquisa se concentra de 1890 até 1930, mas embora a *Zwi* não existisse formalmente naquela época, isso nos revela que, durante muito tempo, as autoridades já consideravam a marginalidade de grupos estrangeiros como um produto social que não se subordinava às regras estabelecidas no país. Ademais, Lena explica que as leis de expulsão eram formas de intimidar a legitimação da ordem contra os “indesejáveis”, identificados como o protesto social e do crime

⁶¹ Embora Frota Aguiar tenha publicado “O lenocínio como problema social no Brasil”, de 1940, nunca se quer foram encontradas referências sobre o seu livro. Dessa forma, as citações dele são com base em entrevistas publicadas por diferentes jornais no decorrer das décadas de 1930 e 1940. Diário da Tarde, 17/04/1937.

(MENEZES, 1996, p. 27). O trabalho do historiador Galeano (2012) avança um pouco mais na discussão em perspectiva transnacional, ainda assim, toma como principal referência a presença de criminosos estrangeiros, ou os “gatunos internacionais” que circulavam em sintonia entre às duas principais metrópoles da América do Sul no período, Rio de Janeiro e Buenos Aires.

Mover-se de um país a outro podia ser nesse contexto uma estratégia para buscar melhores oportunidades, escapar da perseguição judicial ou ainda, ser parte do próprio *modus operandi* da especialidade, tal como sucedia com o tráfico de mulheres e com certas formas de estelionato (GALEANO, 2012, p. 69).

No universo transnacional, algumas figuras compunham a imagem do “criminoso viajante”, como os proxenetas, ladrões, falsários e grandes estelionatários. Assim, o autor salienta que tais leis, como estudado por Lena Medeiros, serviram para reprimir e identificar gatunos conhecidos, principalmente proxenetas, militantes do movimento anarquista e comunista. Contudo, muitos desses gatunos pertenciam a um mesmo universo na ótica policial, como fora mencionado sobre a sentença de membros da *Zwi* em Buenos Aires. Isso porque, era muito mais trabalhoso do ponto de vista policial, investigar a figura do sujeito delinquente, pois o mesmo não se vestia de tal forma, nem apresentava uma linguagem “chula”, eram como verdadeiros *gentlemans*. Assim, eles transitavam de um país para o outro por meio de conexões, ligações e redes operacionais com o propósito de criar estratégias legais e formais, como muitos ladrões que se passavam por “homens de negócios” segundo Galeano (2012).

Além de fazer uso das inovações científicas, esses ladrões aristocratas eram sujeitos com aparência de homens de negócios cuja fachada – segundo denunciavam os policiais – escondia forasteiros e oportunistas que, em sociedades com um alto grau de mobilidade demográfica e social, era muito difícil distinguir dos novos ricos da burguesia (GALEANO, 2012, p. 290).

É intencionalmente com a figura desses “homens de negócios” que a polícia carioca, antenada com o escândalo no país vizinho, passou a barrar com frequência os estrangeiros que tentavam embarcar ou desembarcar no porto do Rio de Janeiro. Todavia, antes desse evento as referências sobre a passagem e apreensão de *cáftens* na cidade já eram constantes. Então, como de praxe, a imprensa passou a associar odo cáften estrangeiro à *Zwi Migdal*, o que não exclui, necessariamente, a

hipótese de que alguns deles tenham feito parte da organização em dado momento. Aliás, quando o comissário de polícia Julio Alsogaray teve acesso a documentos, como relatórios e atas de pagamento da organização, o mesmo publicou um livro contendo todas as informações a respeito e o nome de todos os associados a partir de uma sequência de prontuários, como na imagem a seguir.

FIGURA 10 - Lista com todos os 420 membros associados à *Migdal*, muitos deles se tornaram figuras conhecidas da polícia internacional. Há também uma lista dos membros da “*Asquenasum*” e uma tabela que consta todos os endereços dos bordéis gerenciados pela *Migdal* na Argentina.

**Lista de los rufianes socios de la
“Zwy Migdal”**

<u>NOMBRE DEL LIBRO DE SOCIOS</u>	<u>PRONTUARIO</u>
A	
Ackerman Julio	52 Rufián
Aizenman Mayer	
Aizicovich Mauricio	
Achtemberg Schulín	577 Rufián
Amsterdam Mendel	16.049 L. E.
Appel David	95 Rufián
Aronovich Calman	120 Rufián
Ascher Moses	446 Rufián
Ascher Lázaro	435 Rufián
Azulin Jaime	800 Rufián
B	
Bechulka José	
Bal Mailech	572 Rufián
Balabaun Fanny	
Bakry Cohen Samuel	4.163 A. G. b
Baumvoller Bernardo	153 Rufián
Benchimol Salomón	25 Rufián
Berlin Schulen	499 Rufián
Berliner Faivel	377 Rufián
Berliner Jacobo	589.949 C. I.

Fonte: ALSOGARAY, Julio, 1933, p. 267.

Alguns historiadores argentinos apontam que a *Zwi Migdal* mantinha uma caderneta de pagamentos com o nome de algumas autoridades para mantê-los em segredo e avisá-los sobre possíveis investigações. Assim, ainda em março de 1930, antes mesmo de Alsogaray botar os pés na sede da organização, muitos fugiram para outros países. Em julho daquele ano, o Jornal carioca A Batalha iniciou uma sequência de notícias a respeito da organização relatando que, em março policiais portenhos já teriam avisado as entidades do Rio de Janeiro de quê 15 suspeitos fugiram de lancha em direção à Costa Uruguaiana⁶². Entre os fugitivos figuram dois dos mais importantes líderes da *Zwi Migdal*, Mauricio Caro, tesoureiro, e Zacarias Zynskyts, considerado o “chefão” do tráfico de brancas na Argentina. Os dois

⁶² A Batalha. Rio de Janeiro: 20/07/1930.

“patifes” chegaram no Rio de Janeiro em maio do ano corrente, mas foram rapidamente identificados pela polícia marítima devido à intensificação dos intercâmbios entre polícias nos dois países, no sentido de identificar, reprimir e deportar *cáftens* foragidos processados ou por lenocínio.

Conforme a notícia publicada no Diário da Noite, os dois sujeitos foram barrados pela Polícia Marítima quando tentavam embarcar no transatlântico alemão “Cap. Polônio” com destino ao Velho Mundo. Além dos dois *cáftens*, a polícia barrou Sophia de Pasco, apontada como uma suposta “mercadoria” que viajaria com os dois criminosos de segunda classe. Na 3ª Delegacia Auxiliar, os dois acusados foram recolhidos para a Casa de Detenção após solicitações do embaixador da Argentina. As malas de Mauricio e Zacarias foram retiradas da alfândega e recolhidas para a delegacia, onde fora constatado que ambos carregavam mais de 200 camisas e cuecas de pura seda. Segundo a polícia, esse era o “truque” para que não chamassem a atenção da polícia marítima, se passando por “empresários do ramo”⁶³.

No mês seguinte, a bordo do navio “*Avila Star*”, desembarcaram dois policiais argentinos encarregados de levar para Buenos Aires os diretores do “caftismo internacional”. Conforme o jornal A Noite, essa não teria sido a primeira vez que Rafael Tumarraga e Henrique Wiurnos estiveram no Brasil para buscar presos após solicitações da polícia portenha. Durante o período em que permaneceram trancafiados na cidade, os dois suspeitos deram declarações sobre como funcionava o vil comércio das escravas brancas. As “escravas” viajavam como simples criadas, enquanto outras eram contratadas para a cultura dos campos. Após serem aliciadas, as mulheres eram leiloadas em Mendonza, região vinícola de Buenos Aires. Nos bares onde eram realizados os leilões, os exploradores possuíam códigos secretos para os “clientes” que frequentavam os estabelecimentos em busca de serviços sexuais. Outra forma de “ingressar” às mulheres era por falsas companhias de teatro, que ficavam responsáveis por formar elencos de curta temporada com o propósito de se espalharem por cidades da América do Sul. Essas agências eram responsáveis por deliberar toda a documentação falsa, permitindo que tanto às jovens quanto os aliciadores entrassem e saíssem de diferentes lugares de forma legal.

⁶³ Última Hora. Rio de Janeiro: 10/06/1930.

Os dois policiais argentinos comentaram que, “esperamos partir para Buenos Aires dentro de duas semanas com os dois “*pájaros negros*”, como eram conhecidos os cáptens, ou membros da *Migdal* naquele país, visto que a fala não especifica qual grupo pertence a tal denominação. A propósito, logo que chegaram no Rio de Janeiro foram recebidos por autoridades locais e pelo redator do jornal A Noite, B. Vianna Junior, com direito a uma breve palestra para a imprensa:

“Mais uma vez tenho o prazer de ver o encantador Rio de Janeiro. Aqui estou em companhia do meu companheiro Henrique Wiurnos, que vem pela primeira vez á capital magnifica do maior amigo da Argentina. Dessa vez a nossa missão é mais importante. Temos que levar para a prisão os dois mais famosos exploradores de mulheres, Mauricio Caro e Zacarias Zitnisky, este secretário e aquele tesoureiro do bando sinistro que faz o comércio de carne branca. Já possuímos o nome de 500 associados que vivem do mesmo mercado”. A Noite. Rio de Janeiro: 19/06/1930.

FIGURA 11 - Da direita para a esquerda; Rafael Tumarraga, B. Vianna Junior, redator do A Noite, e o policial Henrique Wiurnos.



Fonte: A Noite. Rio de Janeiro: 19/06/1930.

Entretanto, nem tudo parecia ir às mil maravilhas. A *Zwi Migdal* era um problema que só piorou com o tempo. Quando o juiz Rodríguez Ocampo recebeu novidades da fuga de Zacarias e Mauricio, rapidamente solicitou que às autoridades brasileiras os capturassem, como de fato aconteceu. Contudo, houve uma reviravolta no caso que não foi noticiada pela imprensa carioca na época. Os dois policiais voltaram para Buenos Aires sem a presença dos principais acusados. Alsogaray explicou em sua obra que, não é possível justificar com exatidão o que aconteceu na capital brasileira, já que a justiça nacional alegou “falta de provas” no

envolvimento dos acusados em atividades ilícitas, mesmo depois da polícia ter identificado, apreendido e comunicado a polícia vizinha⁶⁴. Qual seria a explicação para tudo isso? Para o comissário: “*el dinero niveló todos los escrúpulos*” (ALSOGARAY, 1933, p. 95).

Teria sido uma consequência das manobras da própria polícia argentina? Depois disso, as autoridades começaram a desconfiar do policial Zumárraga, e pouco tempo depois, o mesmo foi exonerado do seu cargo após a polícia portenha reunir provas que ele e Mauricio Caro planejavam fugir à Europa, eram, em síntese, velhos amigos do crime. A partir de então não se teve mais notícias de Zacarias na imprensa carioca, enquanto a polaca Sofia, que fora deixada de lado por Tumarraga e Wiurnos, retornou para Buenos Aires tempos depois após sua “*viaje de turismo por el Brasil*”.

É provável que outro personagem, conhecido como Simón Rubinstein, também tenha fugido para o Brasil no mesmo período, já que ele e Mauricio Caro eram considerados “irmãos” de negócio. Segundo Alsogaray “*era corriente verlos pasear en público, alternar en los círculos sociales*”. Rubinstein figurava um importante trabalho na organização, o de subornar agentes da polícia para proteger a organização contra possíveis investigações. Contudo, não se sabe quais às trilhas percorridas por Rubinstein após fugir de Buenos Aires, mas foi possível encontrar documentos alegando que foi identificado pela polícia de Santa Catarina em 1934, e pouco tempo depois preso em Curitiba na companhia de outros 3 comparsas.

Simón era um sujeito perigoso, combinava o tráfico com atividades envolvendo o contrabando de seda e tornou-se dono de importantes lojas na capital portenha. O autor Bra (1982) o descreve como sendo “*el más conspicuo representante de la trata de blancas a escala internacional*”, considerado o principal chefe da *Asquenasum*, que foi uma alternativa encontrada por alguns membros da *Zwi* para separá-los, findando uma organização que incluía os demais *cáftens* de origem francesa.

A historiadora Rago (1989) explica esse marco (1930) é uma história já bastante conhecida, mas ainda assim, não é tão discutida nos estudos sobre o tema.

⁶⁴ Alsogaray não ousou ao acusar as autoridades brasileiras no envolvimento do caso, mas como era de praxe, o alto escalão da *Zwi* conseguia manter contato com importantes figuras do cenário político. Todavia, é uma problemática que exige uma discussão mais aprofundada e o levantamento de mais fontes para o desenrolar de tais narrativas.

A autora cita que, durante o processo de desarticulação da máfia, é provável que tenha acontecido uma série de desentendimentos entre os membros da organização, principalmente em oposição dos mais velhos para com os mais novos, além da fuga para vários países e às sucessivas tentativas de suborno (RAGO, 1989. p. 179).

No Rio de Janeiro são diversas as referências da imprensa com informações de relatórios de chefe de polícia sobre a presença de membros da *Zwi* na cidade e em outras capitais do país. Ainda no começo da década de 1930, o jornal *A Republica* anunciou que a polícia teria recebido uma denúncia contra membros da organização escondidos na sede da Associação Beneficente Funerária Israelita, localizada na Praça da República. Mas tudo não passava de uma denúncia sem fundamento, então foi preciso que a polícia investigasse, frente a frente, a movimentação da referida Associação. O auxiliar Dr. Renato Bittencourt argumentou que descobriu documentos comprometedores, e que o local servia como “ponto de encontro” para os exploradores de escravas brancas⁶⁵. No entanto, como discutiu Kushnir (1996), essa Associação pertencia às mulheres prostitutas, e não aos membros da *Zwi*, ainda que muitos *cáftens* também frequentassem o local por constituir um mecanismo de proteção e sobrevivência entre eles.

Foi graças às intensificações das trocas de informações entre polícias da América do Sul, conforme Galeano (2012), que há registros da prisão de membros em outras capitais estrangeiras, como em Montevideu, Assunção e até Madri. Assim, os registros foram acontecendo ao longo de toda a década de 1930, o que pressupõe que muitos tenham conseguido se adequar em outras regiões. Seguindo os eventos, o *A Batalha* publicou em 1931, que o governo de Montevideu pretendia deportar para o Brasil, membros da *Zwi* interessados no tráfico de escravas brancas, já que o governo argentino já os teria deportado para o Uruguai. Ninguém queria se responsabilizar pelos criminosos. Uma “solução” encontrada na época foi a de enviá-los à ilha das Flores⁶⁶. Num segundo momento, em 1932, 6 *cáftens* conhecidos foram presos em São Paulo com uma quantia significativa de dinheiro, que de acordo com autoridades, serviria para “as instalações da filial da *Migdal*” na cidade⁶⁷.

⁶⁵ *A República*. Rio de Janeiro: 13/06/1930.

⁶⁶ *A Batalha*. Rio de Janeiro: 19/04/1931.

⁶⁷ *A Batalha*. Rio de Janeiro: 10/03/1932

Em 1936, José Krant, descrito como um “explorador de lenocínio” teria fugido da Delegacia de Costumes do Rio de Janeiro para à Espanha, levando consigo duas mulheres que viviam em Buenos Aires. O polaco tinha apenas 25 anos e morou por um tempo no Rio, além de viajar para o Peru diversas vezes com passaporte falso. Graças ao telégrafo entre o Brasil e Espanha é que o sujeito foi identificado e preso após tentar viajar num expresso de Sevilha à Madri⁶⁸.

Talvez a explicação para a circulação desses criminosos considerados “perigosos à ordem nacional”, tenha-se intensificado em razão da decisão dos tribunais argentinos em restituir a liberdade de 108 membros da organização. Era uma odisseia marcada por grandes reviravoltas. Hipoteticamente, de um dia para o outro, o Tribunal da Argentina afirmou que não foram encontrados indícios da participação dos acusados com o delito de associação ilícita. Esse fato foi amplamente comentado nos círculos forenses da Argentina, e embora muitos tivessem históricos policiais por diversos crimes, permaneceram impunes. Entre os libertos estavam Mauricio Kirschstein, Simon Brutkievich, e M. Gresman. A tarefa da polícia nacional era o de identificar e expulsar qualquer envolvido com a organização com o propósito de evitar que eles criassem um campo de ação.

Figura 12 - Um grupo de *cáfens* e “escravas brancas” foram presos no Rio de Janeiro após investigações contra possíveis comerciantes envolvidos com o lenocínio.



Fonte: A Noite. Rio de Janeiro: 21/08/1935.

Por fim, não é possível dar conta de tantas narrativas levantadas pela imprensa daquele contexto de forma tão breve, contudo, vale ressaltar alguns outros

⁶⁸ Correio Paulistano. São Paulo: 04/02/1936.

casos esporádicos que configura certa relevância por envolver sujeitos que são mencionados na historiografia portenha. Mauricio Steinberg é um deles. O sujeito chegou a ser processado e libertado em Buenos Aires, mesmo após ter sido apontado como um dos principais líderes da organização junto com a sua esposa, Sara Waintroff. Conforme mencionado por Gerardo Bra (1982), Mauricio Steinberg figurou entre 1920 até 1929 a chefia da organização ao lado de Zacarías e Felipe Schon (BRA, 1982, p. 69).

Tempos depois, Steinberg voltou a ser destaque na imprensa, desta vez em 1937, quando foi preso com José René Mathioli, devido a uma campanha policial contra os exploradores do lenocínio. Para a imprensa, nos tempos de “febre policial”, os criminosos costumavam abandonar os ambientes propícios de batidas policiais, para retornarem tempos depois. Contudo, parece que desta vez Mauricio não teve sorte. Prestigiado no Rio e em Buenos Aires, ele foi localizado na sua residência, localizada na rua Xavier da Silveira, com uma “magnífica limusine usada para passear pelas ruas da cidade, afrontando à sociedade. Como de praxe, ele se apresentava pelos nomes de Mauricio Maurity e Mauricio Sarkisse, além de ter sido proprietário de um famoso estabelecimento, o “Café Picadily” em Copacabana. A caravana policial apreendeu 26 *cáftens*, muitos deles eram ricos, outros foragidos da polícia Argentina.

Figura 13 - Fotografia de Mauricio ao ser preso pela polícia, seguido das duas limusines apreendidas em pose de Steinberg e Mathioli.



Fonte: Diário de Notícias. Rio de Janeiro: 17/03/1937.

Essa outra “novela” envolvendo a *Migdal* ainda teve mais reviravoltas. Com base na documentação, é provável que Steinberg não tenha sido processado,

tampouco deportado, como indicava o documento anterior emitido pela própria delegacia daquela cidade. No mesmo período, enquanto a figura de Frota Aguiar tentava confrontar os criminosos acusados de lenocínio, a justiça entrava em cena e concebia *habeas corpus* para eles. Em agosto daquele ano, Steimberg, o “rei dos *cáftens*” se envolveu numa tentativa de assassinato contra um “companheiro de crime”, dando dois disparos que atravessaram o tórax da vítima. A desavença aconteceu porque o sócio, Adolpho Sistrin, pretendia seguir com os negócios sem a permissão de Steimberg. Antes de sacar a arma, Steimberg exclamou: “já que não queres restituir o que é meu, vaes morrer”, sem dar tempo de defesa para o comparsa. Esse parece ter sido o “estopim” para a justiça brasileira que determinou a deportação do réu para o país de origem, a Alemanha⁶⁹.

O historiador Fabian Spolanski, em “*La Mafia Judia En La Argentina*” chegou a publicar uma série de fotografias oriundas da revista portenha *Caras Y Caretas*, em que mostra o momento exato da captura de vários *cáftens* e prostitutas sendo levados até o juiz Rodríguez Ocampo. Entre outras imagens, há o registro de Steimberg sendo acompanhado por um policial até a entrada da delegacia⁷⁰.

Outros membros da *Zwi* continuaram exercendo o lenocínio no Rio de Janeiro durante muito tempo. Outros conseguiram migrar para o sul do país, como Porto Alegre, Santa Catarina e Curitiba, segundo Rago (2008). Outras fontes indicam que muitos viajaram para Minas Gerais, Fortaleza e Ceará. Apesar disso, dificilmente esses criminosos tenham conseguido se instalar em outras ocupações fixas além do crime. Como mostra uma matéria do jornal *Mundo Ilustrado*, de 1957, um dos mais perigosos *cáftens* do período Vargas no Rio de Janeiro encontrava-se abandonado, à beira da morte. O sujeito não foi identificado, mas sua irmã, Grete (Margherita) Frozt, apontada pelo jornal como “prostituta, criminosa, comerciante de cocaína e morfina” afirmou que a *Zwi Migdal* nunca desapareceu, e que ela própria fazia parte da organização. Já o seu irmão, aguardava em seu palacete no Leme a “piedade de Deus” em razão das suas falcatruas e pelas complicações causadas pela neurosífilis⁷¹.

⁶⁹ A Nação. Rio de Janeiro: 30/08/1937.

⁷⁰ Essa imagem tornou-se popular na internet graças à sua divulgação em diferentes publicações, e pode ser facilmente localizada por meio do mecanismo de busca por “CARAS Y CARETAS Zwi Migdal”.

⁷¹ O Mundo Ilustrado. Rio de Janeiro: 06/02/1957.

2.4 NARRATIVAS AO SUL

Depois da intensa circulação de informações a respeito dos *cáftens* estrangeiros, alguns começaram a se refugiar em outros Estados, longe das “sentinelas” que pareciam se preocupar com a situação do Rio de Janeiro frente à repressão internacional contra o lenocínio. Graças ao acesso de fontes de outros Estados, foi possível fazer um breve mapeamento da circulação desses indivíduos para outras regiões, como Ceará, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná. Galeano (2012) explica que o desenvolvimento dos meios de transporte fluvial e terrestre facilitou a intensa circulação de uma região para a outra, ligando, inclusive, alguns Estados brasileiros com países vizinhos, como a Argentina e o Uruguai.

A imprensa reagia com surpresa a criação de novos “eixos” que ligavam regiões fronteiriças com as principais capitais do sul. Contudo, conforme discorreu Albert Londres em sua obra de 1927, era bem visível a presença de prostitutas estrangeiras na tríplice fronteira ligando o Brasil, Argentina e o Paraguai. Outro importante personagem no combate à *Zwi* no Brasil, foi o deputado Frota Aguiar, já mencionado, que chegou a comandar algumas operações contra alguns *cáftens* no Rio de Janeiro enquanto delegado. Já nas décadas de 1940 e 1950, Aguiar concedeu entrevistas para diferentes jornais do país falando sobre alguns eventos fatídicos, como a sua relação com a *Migdal*. Em 1953 o Diário da Noite foi até a residência de Aguiar e relatou que no local havia dezenas de quadros pendurados pelas paredes de condenados por lenocínio⁷². Em uma dessas entrevistas, o mesmo relatou que, durante certo tempo, na segunda metade da década de 1930, não se via mais *cáftens* circulando no Rio de Janeiro como de costume. Muitos desses elementos teriam migrado para Porto Alegre e Santa Catarina, pois além da aproximação com a fronteira com a Argentina, o policiamento dessas regiões não era tão eficiente como a do Rio de Janeiro no sentido de identificá-los.

O mesmo relatou que os principais suspeitos no caso do desaparecimento da francesa Marie Yvonne Courtouger, a bela “Pierrot”, estavam escondidos em Porto Alegre depois que autoridades cariocas descobriram valiosas pistas sobre o sumiço da francesa. Telegramas procedentes de Porto Alegre comunicaram que os

⁷² Diário do Paraná. Curitiba: 01/01/1957.

envolvidos estavam agindo na fronteira com a Argentina e o Uruguai, então, qualquer passo em falso poderia resultar na dispersão aleatória dos investigados⁷³.

Em 1934 o jornal curitibano O Dia publicou uma notícia sobre a apreensão de um grupo de *cáftens* em Porto Alegre que estariam sendo procurados por autoridades vizinhas. Os suspeitos em questão eram Zilma Zeiljk, Sigmu Witemberg e Luiz Buchwald, todos de origem estrangeira e supostamente pertenciam à organização de judeus destinados à exploração de mulheres. O delegado do caso, o Dr. Cesar Daudt, afirmou que o objetivo do grupo era o de instalar na cidade para atividades ilícitas. Mesmo com tantas provas, a confirmação da suspeita aconteceu dias depois, com um telegrama direto de Buenos Aires em que fora confirmado o nome dos perigosos em prontuários daquele distrito. A nota relata que “diante disso, inteiramente desanimados”, resolveram apelar para um “último recurso”, mas não se tem informações sobre isso⁷⁴. Em suma, consultando a ficha catalográfica presente na obra de Julio Alsogaray sobre membros da Migdal foragidos da polícia, encontramos o nome de Witemberg Zeiljk no prontuário n. 581. É bem provável que Zilma e Witemberg fossem casados, ou que Zilma fosse uma “escrava”, já que é comum encontrar nas narrativas da imprensa a identificação desses criminosos na companhia de suas “mercadorias” segundo (ALSOGARAY, 1933, p. 284).

A imprensa dessas capitais sugeria que a partir de 1930, tenha-se desenvolvido uma rede de circulação entre *cáftens* e escravas brancas a partir de alguns “eixos” ligando as capitais do sul com a grande “sede” do tráfico no Brasil: o Rio de Janeiro. O Diário da Tarde, por exemplo, mencionava que esses criminosos saíam de Santa Catarina com destino até Curitiba, para depois seguirem rumo à São Paulo ou à capital federal. Contudo, isso não acontecia de forma direta, de um dia para o outro, mas sim com algumas pausas, ou seja, eles ficavam hospedados por onde passavam até conseguirem chegar ao destino pretendido⁷⁵. Em Curitiba havia uma circulação significativa de criminosos processados por lenocínio, mas muitos deles não moravam na capital e acumulavam diferentes processos nos demais Estados ou em vizinhos. Não se pode confirmar com exatidão se havia uma rede de proteção entre Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, mas é bem provável que eles

⁷³ A Noite. Rio de Janeiro: 26/04/1938.

⁷⁴ O Dia. Curitiba: 10/03/1934.

⁷⁵ Diário da Tarde. Curitiba: 06/09/1935.

mantivessem comunicações secretas com outros “contemporâneos do ramo” de maneira mais “modesta”, sem constituir, necessariamente, um crime organizado nas dimensões que fora a *Migdal*.

Anelise Fróes da Silva (2020) ao discutir o conceito de “máfia”, parafraseando o sociólogo francês Michel Maffesoli, argumenta que essas questões envolvendo o *modus operandi* da *Zwi Migdal* pode ser analisada a partir de duas dimensões. A primeira é que às máfias eram voltadas unicamente para o crime, como uma metáfora da socialidade, uma “solidariedade orgânica” criada por elas e que podem ser vistas como uma “consequência” dessa particularidade (SILVA, 2020, p. 45). Era dessa forma que os *cáfrens* conseguiam manter códigos secretos e contatos por todo o canto do mundo: por meio de associações com o propósito de fortalecer um determinado grupo em face das formas de poder impostas pelos membros. Outra particularidade desse “universo das máfias” no século XIX e XX, é que elas eram predominantemente conhecidas a partir grupos étnicos, como as máfias italianas, francesas, japonesas entre outras. Dessa forma, o discurso jornalístico regional costumava se referir à *Zwi* como uma “organização dos polacos”, embora muitos deles não fossem poloneses, pois para a imprensa, o que interessava era as suas ações, e não suas especificidades.

Ainda que seja difícil encontrar referências sobre a *Zwi Migdal* enquanto objeto de pesquisa em recortes distintos, tais como Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, com uma investigação mais aguçada em arquivos públicos talvez seja possível encontrar pistas e formular outras narrativas sobre a circulação e atuação sobre eles. Afinal, desde o começo do século passado, ainda com Albert Londres, Alsogaray e Frota Aguiar, todos mencionavam a ausência de autoridades especializadas no combate ao tráfico de mulheres e ao crime organizado nas regiões de fronteira. A partir da década de 1970, diversos estudos em diferentes perspectivas foram sendo publicados, mas quase todos tendo em comum o desfecho da *Zwi Migdal* em 1930, restando, assim, poucas discussões sobre o que teria acontecido depois disso. De modo geral, sem tirar o mérito das pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, o tema do tráfico de mulheres parece ter entrado em ostracismo se comparado com o ritmo das pesquisas das décadas de 1990 e 2000.

2. 5 A SAGA DAS “POLACAS”

Na história do Brasil o tráfico de pessoas sempre foi algo recorrente, como no tráfico negreiro, quanto pelo tráfico de indígenas. Ainda nos tempos da colônia, aconteceu o tráfico de jovens órfãs de origem portuguesa, muitas degredadas, que vieram para o território com a justificativa de suprir a ausência de mulheres brancas, usadas posteriormente como esposas para os colonos, segundo Geraldo Pieroni (2000). No final do século XIX e início do XX, o Brasil continuou sendo um país receptor na geopolítica do tráfico internacional de mulheres. Então, jovens judias, oriundas de países do leste europeu foram trazidas de diversas formas para os principais destinos da América do Sul. Tendo em vista a impotência e o desespero pelo qual muitas dessas mulheres passavam em seus países de origem, algumas eram reduzidas a condição de “escravas sexuais” depois de serem enganadas por criminosos que as destituíam dos seus princípios básicos. Alguns trabalhos indicam que, para essas mulheres, embora enganadas, o *status* de casamento representava uma garantia de vida, por isso, nem sempre devem ser consideradas “vítimas”.

Embora as raízes do tráfico de “escravas brancas” datem do século XIX, foi durante a 1ª Grande Guerra Mundial que o fenômeno ganhou maiores proporções. Com uma população quase toda arruinada pelos campos de batalha, muitos homens ficaram inválidos, restando apenas velhos e crianças. Em meio aos lares se desmoronando, muitas moças que perderam seus pais e parentes tiveram que encontrar outras formas de sobrevivência, como conventos ou empregos nas grandes cidades. As mais “sensíveis” “entregavam-se” ao primeiro homem que lhe desse um pedaço de pão. As francesas, alemãs, polacas, italianas, enfim, mulheres que pretendiam mudar de vida no “Novo Mundo”, nem que para isso fosse preciso deixar para trás a saudade, a desonra, e o passado. Sem dinheiro, sem conhecer a língua espanhola ou portuguesa, as “polacas” de tudo faziam para satisfazer os vícios dos *gentlemen*⁷⁶, desde o “banho de gato⁷⁷”, até as mais vergonhosas depravações sexuais.

O relato em questão é uma versão romanceada e difundida no imaginário social daquele período sobre o tema, inclusive a historiografia citada no trabalho

⁷⁶ O mesmo que “cavalheiro”.

⁷⁷ O mesmo que lambar o parceiro.

sugere que não era bem assim: o relato romanceado do desconhecido que vai até a aldeia buscar a jovem e enganá-la, não costuma ser comprovado pela pesquisa historiográfica recente. Além disso, vale a pena ter atenção com o vocabulário encontrado nas fontes: “se entregavam”, “prostituição clandestina”. Essas são as linhas principais de um relato estereotipado, construído no pós guerra com elementos de antissemitismo e nacionalismo, no cinema, em reportagens e nos registros visuais que são objeto de análise. Alguns estudos, Schettini (2017) Trochon (2006) e Guy (1994) apontam que as polacas participavam mais da prostituição regulada do que a clandestina.

Por isso o termo “polaca” adquiriu um novo sentido popular, mais pejorativo e vulgar. Polaca deixou de ser sinônimo de mulher natural da Polônia, substituído por polonesa, semelhante ao termo francês *polonaise*⁷⁸. Todas as mulheres estrangeiras que dependiam do meretrício, independentemente de suas nacionalidades, eram enfeixadas a partir da denominação referida. Isso ocorreu porque nas décadas finais do XIX os navios europeus “despejavam” na capital federal, com a assombrosa complacência da polícia, levadas e levadas de mulheres oriundas da Polônia para “mercadejar” seus corpos nos prostíbulos da cidade (VINCENT, 2006, p. 54).

No entanto, a associação entre “polaca” e prostituta nem sempre teve a mesma conotação como em outras regiões do país no começo do século XX. A historiadora Rago (2008) argumenta que nos Estados em que a imigração polonesa foi mais significativa: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o termo não era utilizado como adjetivo de mulher prostituta, mas sim de mulheres de origem polonesa. No sudeste do país tal conotação ganhou maiores proporções em decorrência do discurso da imprensa e dos registros policiais que limitavam às mulheres judias estrangeiras em meras “polacas”.

A origem pejorativa desse termo pode ser encontrada no livro “Bertha, Sophia e Rachel”, da jornalista Vincent (2006), escrito a partir de documentos históricos, pesquisas acadêmicas e entrevistas com historiadoras do tema sobre a origem do termo e sobre o passado das pobres garotas judias relegadas à prostituição no Rio de Janeiro. Contudo, o imaginário social daquela época

⁷⁸ O mesmo que “polonesa”.

alimentava o repertório anedótico e contaminado pela rivalidade entre as próprias meretrizes. Conforme a autora, as prostitutas judias, muitas das quais tinham pele branca, cabelos louros e olhos azuis, eram consideradas exóticas “porque representavam regiões distantes e imaginárias, principalmente por ser um país onde a maioria das prostitutas era composta de escravas negras”. Para as brasileiras, as demais eram responsáveis por trazer hábitos inapropriados no que se refere a sexualidade, como a sodomia. “Era uma forma miserável de prostituição, humilhante e triste”, menciona a autora ao falar sobre a presença das prostitutas estrangeiras na região do Mangue durante os anos 1870 (VINCENT, 2006, p. 75).

A região do Mangue, por exemplo, era como uma feira de línguas e dialetos, um entrecruzar de serviços, botequins, vendedores, *cáftens* e criminosos. Ao mesmo tempo, policiais cavalarianos, outros a pé, viviam sonolentos e aborrecidos. No interior dos prostíbulos, fregueses entravam e saíam, ouviam-se gritos, insultos, convites obscenos da que se aglomerava em meio aos prostíbulos. A região do Mangue era a realidade de uma parcela da sociedade carioca empobrecida, das meretrizes, dos estrangeiros sem auxílio, de ex-escravos enxotados do centro urbano, enfim, uma realidade que abrigava os mais diversos tipos de vida. Algumas referências sobre o tema indicam que durante a década de 1930 mais de três mil mulheres de várias nacionalidades viviam no Mangue. Lá viviam as francesas, russas, portuguesas, argentinas, uruguaias e outras nacionalidades, habitavam pequenas habitações precárias feitas de ripas e outros materiais simples, servindo, ao mesmo tempo, de cômodo e prostíbulo.

A historiadora Kushnir (1996) ponderou que o fenômeno da máfia e, com isso, se refere também ao tráfico de escravas brancas, pode ser separada a partir de duas observações. Para a autora, é possível trabalhar com o tema partindo de uma problemática violenta, como se tem feito pela maioria dos estudos históricos que se dedicam ao tema numa perspectiva voltada à criminalidade, como os processos de expulsão feitos por Medeiros (1996). Um segundo olhar implica uma inversão no modo de trabalhar com o fenômeno, partindo de uma reflexão desse episódio por uma ótica interna. A autora defende uma abordagem histórica a partir da construção de diferentes mecanismos de proteção e sobrevivência no sentido de manter uma identidade própria, como uma ruptura de uma visão distorcida de mulheres sem memória, sem história e sem pertencimento.

Essas redes de proteção tinham o objetivo de preservar a identidade daqueles grupos marginais e de imigrantes judeus⁷⁹. Além de toda exploração, as polacas eram vistas pela comunidade judaica como “impuras”, uma mancha, por isso foram marginalizadas em sua dupla condição, assim como os *cáftens*, estereotipados pela figura do proxeneta judeu. Para buscar amparo umas nas outras, fora criado em 1906, no bairro Inhaúma, zona norte da cidade, a Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita, conhecida pela sigla “ABFRI”, popularmente conhecido como o “Cemitério das Polacas”, e que teve como primeira secretária Matilde Huberger. Além do Rio, Kushnir mapeou outras associações criadas em diferentes regiões da América, como a ABRIS em São Paulo, localizado no cemitério de Cubatão (KUSHNIR, 1996, p. 49).

Nesta pesquisa, todavia, foram localizadas mais quatro outras associações semelhantes. Todas no “novo mundo”. Destas, a mais remota data de 1896 e foi fundada na cidade *Nova York* (EUA) com o nome de *New York Independent Benevolent Association* (IBA). Uma segunda associação, talvez a mais famosa delas, foi instalada no mesmo ano da ABFRI na cidade de Buenos Aires, com o nome de Sociedade de Ajuda Mútua Varsóvia, que posteriormente se dividiu, formando a sociedade de Ajuda Mutua *Zwi Migdal* e a *Asquenazim* (KUSHNIR, 1996, p.51).

Diferente da associação portenha, a Varsóvia, que além de abrigar imigrantes também gerenciava o tráfico de mulheres da Europa com falsas promessas na América, não há registros pontuais de que tanto a ABFRI ou a ABRIS estiveram ligadas com atividades clandestinas. Mesmo sendo excluídos da comunidade judaica da época, muitos *cáftens* desses dois centros urbanos tentaram ingressar, a todo custo, nas instituições filantrópicas, culturais e religiosas de seus contemporâneos (RAGO, 2008, p. 187). Ademais, foram impedidos de qualquer forma de aproximação com o restante da comunidade, inclusive de participar de rituais religiosos típicos do judaísmo.

Apesar de intimados, os proxenetas eram bem organizados. Antes mesmo da criação da primeira sinagoga no Rio de Janeiro na década de 1910, alguns indivíduos improvisavam sinagogas no centro da cidade para enterrar os companheiros. Isso causou estranhamento na época, pois ao noticiar sobre o

⁷⁹ As evidências da historiografia brasileira sugerem que as prostitutas estrangeiras se organizaram melhor e tiveram mais margem de ação legal, e vida associativa em função da prostituição, e inclusive margem de negociação cotidiana com a política que as mulheres brasileiras.

cemitério destinado às prostitutas, a imprensa não deixava claro que se tratava de um cemitério desassociado ao restante da comunidade “respeitável”. Com isso, foi possível localizar algumas referências na imprensa carioca sobre a criação do cemitério. Em 1916, o jornal *A Noite* descrevia o ato como uma “inauguração macabra de um cemitério”, afirmando que os “verdadeiros” israelitas condenavam a fundação da nova “necrópole”.

“Quanto a essas objetas criaturas que exploram vilmente a escravatura branca, tenho a dizer-vos que ninguém mais do que nós, israelitas, tem se esforçado por fazê-las desaparecer do meio social. Os meus correligionários foram os primeiros a trabalhar nesse sentido e os que conseguiram do Parlamento inglês a aplicação do chicote a esses cães”. *A Noite*. Rio de Janeiro: 13/07/1916.

Essa fala partiu do próprio redator do jornal, que também era de origem judaica. Ele criticou a imparcialidade da justiça com “questões sociais do nosso país” que desanimavam ele e o restante da sociedade. Ponderou que, “se esses exploradores estivessem numa cidade onde os meus irmãos vivem, à sombra do cárcere, o crime que praticam não chegaria a praticá-lo, seriam repelidos do nosso meio, como se repele a lepra, segundo a mesma fonte. As demais Associações foram criadas em diferentes cidades, como Londres, Paris, Berlim e Nova Iorque, como a organização “*Jewish Association for the Protection of Girls and Women*”⁸⁰, cujo propósito era o de proteger mulheres e dar combate sem tréguas ao *caftismo*. na América do Sul.

É certo que diferente de Buenos Aires, essas associações no Brasil tiveram um único desejo, de manter a dignidade dos envolvidos após a morte. Em síntese, a importância do ritual religioso para o sepultamento desses grupos marginalizados, excluídos pela comunidade, representava a paz espiritual, evitando que suas almas ficassem numa espécie de limbo, e principalmente, para não serem enterrados como indigentes.

No caso dessas associações beneficentes, as prostitutas e alguns proxenetas procuravam se apoiar um nos outros, como uma espécie de abrigo. A autora Vincent (2006), que chegou a visitar o cemitério de Inhaúma, na época, abandonado e com sérios problemas de desova de corpos e lápides violadas, conta

⁸⁰ Associação Judaica para a Proteção de Meninas e Mulheres.

que no começo do século anterior, muitas polacas, ao saber da existência da associação, rapidamente procuravam por proteção. O lema da entidade funerária era “*chesed shel emes*”, ou “a caridade verdadeira”, pois todo o dinheiro arrecadado para a manutenção do cemitério provinha das próprias prostitutas que se tornaram sócias com os anos. É o caso de Rebecca Freedman, jovem judia que fora traficada para Nova Iorque e posteriormente viajou para o Rio de Janeiro, onde não hesitou em bater na porta da casa de estilo colonial na rua Luís de Camões para oferecer ajuda com o ritual do *tabara*⁸¹ para suas irmãs mortas. Com o tempo, Freedman se tornou uma das últimas diretoras da associação. Em decorrência disso, as doações financeiras diminuíram, resultando no fechamento do Cemitério em 1970⁸², segundo Vincent (2006).

A invisibilidade das polacas era algo que perdurava até na morte. Antes mesmo da velhice, como é o caso de muitas prostitutas da Sociedade da Verdade, muitas outras vidas foram interrompidas em decorrência de eventos trágicos, mortes lentas e dolorosas. Vincent ainda argumenta que muitas polacas que viviam no Mangue eram expostas às diversas epidemias do período, como febre amarela, varíola, tuberculose e a sífilis. Nesse contexto, a situação era ainda mais precária, visto que a freguesia costumava beirar entre homens pobres, vadios, marinheiros, viciados, no geral, corpos doentes. Então, além de receptoras, elas também se tornaram transmissoras de algumas doenças. Contudo, ao contrário do que acontecia no interior dos bordéis mais modestos localizados nos centros da cidade, às mulheres do Mangue não passavam por intervenção sanitária com frequência para conter o contágio de doenças, então, muitas morriam sem assistência alguma, outras eram enterradas como indigentes.

Além das doenças, outro fator bastante frequente no cotidiano das polacas, e que me possibilitou a desenvolver outra pesquisa sobre o tema, foi referente aos numerosos assassinatos de mulheres meretrizes, muitas de nacionalidade europeia entre o final do XIX e começo do XX. Algumas mulheres eram conhecidas, outras

⁸¹ É a preparação do enterro, dos cuidados com o corpo e os demais rituais que permite o momento de purificação do corpo e da alma.

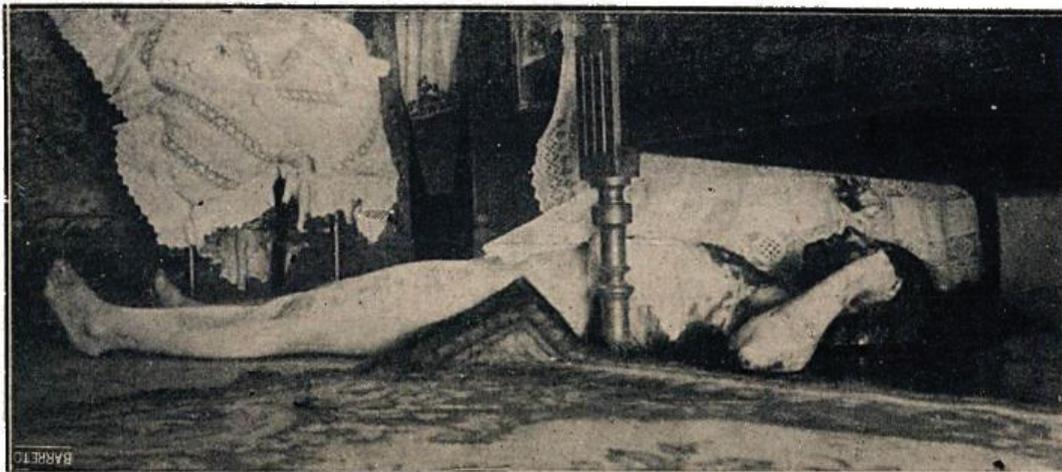
⁸² Isabel Vincent relata que, embora muitos dos antigos proxenetas e prostitutas não fossem mais praticantes de tais atividades, eles costumavam visitar o cemitério em demonstração de carinho e sentimento pelos seus companheiros. A jornalista informa sobre a dificuldade em conseguir acesso às informações sobre o passado de algumas mulheres enterradas naquele terreno, pois para os familiares, é um passado obscuro, uma mancha negra, algo que ninguém gostaria de ser lembrado.

nem tanto, mas muitas tiveram finais parecidos e foram enterradas como indigentes. Rago (2008) chega a comentar o assassinato de “Lili das Joias”, ou Rosa Schatz, mulher de posse, falava três línguas e mantinha importantes contatos. Era uma típica “dama da sociedade” do período, a não ser pelo seu envolvimento com a prostituição e o tráfico de mulheres. A autora sugere que o caso de Lili tenha sido motivado por acerto de contas, já que a mesma teria feito uma viagem até Buenos Aires pouco antes de ser encontrada sem vida (RAGO, 2008, p. 189).

O estudo de Oliveira (2021) indagou que a revista *Vida Policial* noticiava escândalos envolvendo casos de violência policial contra as mulheres, além dos assassinatos envolvendo meretrizes, como os de Etká Itwek, Rosa Schwatz e Augusta Martins, sempre de forma tendenciosa, com títulos chamativos e fotografias chocantes dos corpos nas cenas do crime ou no IML. Conforme Ottoni (2008), noticiar esses casos era uma estratégia adotada pelos impressos da época para conquistar a atenção do público. E afirma que os periódicos deixavam de lado as longas digressões políticas para dar lugar ao espetáculo grotesco da morte de outrem, nem que, para isso, fosse preciso adotar “manchetes graficamente chamativas e em páginas inteiras editadas com grande quantidade de ilustrações e fotografias, o que eles chamavam de “crimes horríveis e monstruosos” (OTTONI, 2008, p. 288). A autora Barbosa (2007) investigou que os impressos do período adotaram uma gama de estratégias para atingir um público denso e analfabeto, utilizando, entre outras coisas, ilustrações sobre notícias hediondas das tragédias cotidianas. Os “contos sem palavras”, segundo a historiadora, servia para ilustrar “histórias em quadrinhos sem fala”, similar com o que acontecia com as fotografias analisadas por Oliveira (2021).

Naquele mesmo ano, o assassinato de Rosa Schwatz, popularmente conhecida como “Lili das Joias”, tomou conta do noticiário carioca após encontrarem o seu corpo caído ao lado da cama. O que chamou atenção nesse caso, do ponto de vista criminalístico, foi que as autoridades passaram de fato a questionar o objetivo moral dos matadores de prostitutas que confiavam na impunidade em relação a esses crimes. Com base em alguns informes ouvidos por testemunhos, fazia algum tempo que a vítima sofria uma série de ameaças por parte de caftens que gerenciavam alguns estabelecimentos localizado na Rua das Marrecas. A motivação do crime teria sido um acerto de contas, e apenas um sujeito identificado como Barcelló foi identificado após ter sido preso em São Paulo, meses depois de matar outra meretriz de nome Helena (OLIVEIRA, 2021, p. 55-56).

FIGURA 14 - “Lili das Joias” como foi encontrada morta.



Fonte: Vida Policial. Rio de Janeiro: 26/12/1925.

Na maioria dos casos sobre o assassinato de meretrizes tanto a imprensa quanto algumas revistas policiais noticiavam casos semelhantes, mas priorizando narrativas com degolamento, ferimentos pelo corpo causados pela navalha e outros instrumentos cortantes. Boa parte dos casos são descritos como roubo seguido de morte, mas não é descartada a hipótese que de elas tenham sido alvo de possíveis represálias, visto que algumas organizações como a *Zwi* não permitiam nenhuma forma de “rebelião” ou liberdade para com as suas escravas.

Os registros do comportamento violento no submundo da prostituição no Rio foram associados à *Migdal* nos folhetins do Rio de Janeiro. Antes de se tornar pública, os assassinatos e agressões contra meretrizes sempre fora vinculado ao comportamento agressivo de *cáfens* judeus. Com a descoberta da *Zwi* a imprensa passou a ser ainda mais conspícua em responsabilizar toda a desgraça que acontecia dia após dia no interior dos bordéis. Em raros momentos, algumas polacas tiveram a oportunidade de contar suas histórias, como aconteceu com o depoimento de Liba Mackwald no jornal *Diário da Noite*. A polaca contou que foi casada com Salomão Zeeler, e depois de algum tempo, o sujeito teria a obrigado a se prostituir em um prostíbulo fúnebre, sem qualquer princípio básico de higiene. Ela temia que fosse violentada ou algo pior após se desligar das “garras” do marido proxeneta⁸³. De tal modo que a organização podia ser lucrativa, podia, também, mostrar as

⁸³ *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 26/08/1935.

garras: quem quer que se afastasse do roteiro conheceria o peso do castigo, perseguições, ameaças, roubos, sequestros e por último, o desaparecimento.

Pouco tempo depois, a imprensa noticiou outro caso de crueldade. Marie Ivonne Coutouger pensou que poderia romper com os seus patrões num dado momento em que se sentia poderosa. Logo suspendeu todas as contribuições para com os proxenetas próximos. A misteriosa mulher gorda, vista a seu lado no dia em que vista em público pela última vez teria encarregado de conduzi-la aos chefões⁸⁴. E os pertences, segundo relatos da imprensa, foram roubados para serem vendidos no exterior, como aconteceu com Lili das Joias. Pode ser verdade que nunca foram encontradas pistas que levassem Pierrot até a *Migdal*, também é certo que eles não costumavam deixar evidências dos seus crimes.

O sumiço de Pierrot provocou tamanha celeuma na imprensa ao ponto da existência da *Migdal* ser cogitada em termos oficiais. Apurou-se mais tarde, que o seu chefe era W. Von Hurlichen, um berlinense de 44 anos, importante empresário do ramo bancário que procurava ampliar suas aplicações de capitais na rede da prostituição. A outra pista, agora de Frota Aguiar, é que o caso da jovem cortesã Pierrot se trata de um acerto de contas com a *Zwi*, todo-poderosa organização que controlava a escravidão branca em três continentes. Por isso que o seu corpo nunca foi encontrado, embora em outros eventos trágicos as meretrizes fossem mortas e deixadas para trás, como sinônimo de intimidação.

⁸⁴ A Noite. Rio de Janeiro: 26/0/1938.

FIGURA 15 - Mesmo depois de 20 anos, a imprensa ainda repercutia o caso da jovem Pierrot.



Fonte: A Noite. Rio de Janeiro: 14/08/1953.

O que podemos sobre a discussão é que, embora o tráfico de mulheres tenha-se expandido para outras regiões, se tornando popularmente conhecido durante a década de 1930 com diversas campanhas em repressão ao lenocínio, o Rio de Janeiro continuou sendo o território mais propício no que se refere a documentação sobre as polacas e a *Zwi Migdal* no país. Embora alguns eventos tenham ganhado repercussão na época, nas pesquisas sobre o tema são raras as referências sobre alguns pontos destacados neste estudo. Assim, não cabe a mim, dar conta de discutir ou problematizar tudo o que há de disponível sobre o tema, longe disso. Alguns personagens revisados permanecem sem direito à memória, mas se encontram esquecidos no meio de milhares de páginas da imprensa. Em “O ciclo das águas”, do escritor de origem judia Scliar (2002), além de toda censura imposta a ele na época, o mesmo ponderou que, metaforicamente, os exorcizadores sabem o que fazer, é preciso “exorcizar os demônios”, e o primeiro passo para isto “é chamar os demônios pelo seu nome” (SCLIAR, 2002, p. 45).

3 CAPÍTULO – PROSTITUIÇÃO E O “COMÉRCIO DE ESCRAVAS” BRANCAS EM CURITIBA

3.1 MULHERES CURITIBANAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Uma das principais referências no sentido de dialogar com essas duas problemáticas pensando o cenário curitibano é a obra de Trindade (1999). Na passagem de um século para o outro, a autora se atenta ao comportamento das mulheres entre família, educação e religião, para compreender como esses fatores influenciaram na instrução contra algumas ideias que reforçavam “caminhos desviantes”. O cenário apresentado é uma Curitiba enrijecida de características tipicamente urbanas, onde as mulheres lutavam por um espaço público nos lugares de sociabilidade sem precisar se curvar aos inevitáveis e rigorosos moldes religiosos. A historiadora disserta sobre a questão simbólica da influência cristã na formação e instrução das mulheres usadas para valorizar a figura da mulher tutelar, esposa, redentora das virtudes e contrárias aos estímulos transgressores (TRINDADE, 1999, p. 64). Trata-se de uma mudança profundamente articulada às transformações ocorridas na cidade, mas nem tudo era mil maravilhas, pois em contraponto, algumas mulheres sentiam na pele os frutos de uma sociedade dita moderna e excludente.

Nos limites analisados pela autora, a própria prostituição aparece como algo tolerado socialmente. Mas tanto essa noção de um “mal necessário” quanto o de “degeneração” é frequentemente observada nas narrativas que contemplam o discurso da mulher pública como “pecaminosa”, principalmente graças as teorias do século XIX, defendendo que a fragilidade feminina poderia causar desvios de modelos familiares socialmente construídos. Desse modo, não chega a ser novidade que a ciência do século XIX procurou silenciar e reprimir atividades sexuais que fugiam do caráter higiênico daquele período.

A historiadora Soihet (1989) argumenta que o tratamento dos dispositivos de controle social para as mulheres pobres sempre fora diferenciado, ainda mais violento se comparado com as classes superiores. A educação existia, mas não era acessivo, então, mulheres buscavam alternativas diferentes para conseguirem melhorar de vida, como a valorização do culto a beleza natural. Para a autora, a educação funcionava com precisão caso a mulher fosse instruída logo nos primeiros

anos de vida, desde a infância até a adolescência. Quanto mais jovem, maiores as hipóteses de alcançar ações em longo prazo, como casamentos com importantes fazendeiros ou comerciantes, que se aproveitavam da juventude inocente para conseguirem esposas e constituírem uma nova família. Já entre as mulheres de meia-idade, os caminhos eram mais turvos, pois além de serem desquitadas de instrução moral e educacional, também eram desprovidas de beleza, mas não porque eram feias, mas por não serem jovens, então, buscavam outros meios de vida, fazendo com que muitas ingressassem na baixa prostituição como alternativa de vida (SOIHET, 1989, p. 175).

No discurso da imprensa curitibana, as mulheres deviam se dedicar exclusivamente as rotinas da vida asilar. Essas ideologias colocavam-nas em padrões de normalidade a favor de interesses masculinos. Assim, tais representações permaneceram idealizadas e sustentadas por um discurso positivista que colocava as mulheres instruídas para promover princípios básicos de família, como a educação dos filhos. Desse modo, tanto a imprensa quanto algumas revistas femininas da época eram bastante didáticas em separar funções entre o público e o privado, entre deveres femininos e masculinos.

Conforme as mulheres tentavam ingressar no espaço urbano, os olhares também voltavam contra elas, já que existiam certos efeitos da modernidade que pareciam oscilar sobre certos preceitos e códigos morais preestabelecidos socialmente. Em *Pedidos e Recusas*, por exemplo, Roncaglio (1994) discute que durante a Primeira República, as mulheres curitibanas passaram a viver com maior intensidade as transformações causadas por “simultâneas temporalidades do mundo Ocidental”, abrindo novos caminhos da conquista pelo espaço urbano. Gradualmente as mulheres foram usufruindo de certos “benefícios” que foram sendo criados em meio ao ritmo das profundas transformações, como a moda feminina.

Assim, compreendemos as transformações sociais pelas mulheres como novas modalidades marcadas pelo rompimento de certas tradições que se renovavam e fortaleciam na sociedade moderna, acentuando diferentes leituras para com os antigos valores morais. Hanna Arendt (2005) menciona que o advento da modernidade possibilitou o “esvaziamento da esfera pública e o declínio do homem no mesmo”, tendo implicações diretas como a perda de alguns padrões tradicionais de análise. Para a autora, o mundo moderno é marcado pela história da dissolução da noção de espaço público e privado, explicando que ambos os termos se

distanciam da Antiguidade para o período da Modernidade, tendo novos significados atribuídos a sociedade nova, despolitizada e atomizada.

Desse modo, até que ponto o estigma da prostituição poderia representar uma ameaça para a sociedade? Em discussões mais densas envolvendo a formação do Estado nacional durante a Primeira República, essa centralidade aparece de forma ainda mais frequente. Mas em Curitiba, o assunto adquiriu sentidos mais específicos, pois a prostituição, além de um problema moral, era principalmente um problema social, de assistência às mulheres em condição de pobreza, sem instrução e sem educação qualificada, inserindo-as nas ruas ou em lugares obsoletos e degradantes.

Nesse contexto, a prostituição não era um mal, mas sim uma “transgressão consentida”. Embora no Brasil tenha acontecido alguns debates sobre a regulamentação da prostituição, na prática, esteve longe de se tornar um ofício institucionalizado enquanto função ou ocupação. Era uma discussão delicada para o período, visto que do ponto de vista dos moralistas, envolvia um contexto de exploração do sexo, violência, ausência das condições de saúde e, principalmente, ia contra os princípios morais da sociedade. Basta recorrermos aos discursos médicos e policiais do século XIX para se ter uma noção de como funcionavam os meios de controle e higienização das prostitutas em prol da preservação das famílias. Nayara Aguiar (2018) ressalta que as prostitutas tinham a função social de “canalizar” os impulsos sexuais masculinos em outrora com a sexualidade higienizada restrita ao lar” (AGUIAR, 2018, p. 153). Ao mesmo tempo, só era considerado “necessário” desde que as mulheres fossem identificadas e controladas.

Os usos das técnicas de identificação e classificação em graus diferenciados remetem a diferentes graduações de “comportamentos desviantes”; ser meretriz constituía um desvio de ordem moral, mas também era considerado um “mal necessário” naquele contexto. Portanto deveria ser vigiado de perto. Já no caso das meretrizes que cometeram crimes ou contravenções, o desvio comportamental tomava outra proporção e exigia outras ações por parte do poder para além da vigilância por meio da identificação (AGUIAR, 2018, p. 144).

Essa discussão esteve presente em segundo plano, como é o caso dos Prontuários de Identificação e Estatística de Curitiba, onde o termo “profissão” aparece para designar a ocupação formal das prostitutas. Outro exemplo foi a inserção de meretrizes nas fábricas da cidade na primeira metade do século XX,

para suprir a falta de mão de obra masculina em períodos noturnos, considerado inadequado para mulheres de família. Boschilia (2010) comenta que o perfil profissional das operárias nas fábricas era superficial, não se exigia qualidades quanto ao nível de escolaridade, como nas outras áreas do comércio, tanto é que algumas empresas contratavam menores para reduzir o salário pela metade. A inserção das prostitutas nas fábricas teria acontecido como indigência ao ritmo do mercado de trabalho, especialmente no que se refere ao período que começava às 14h e terminava às 22h. Segundo Elizabeth, uma das operárias analisada pela autora, a rua João Negrão, conhecida pelo meretrício, ficou vazia depois da ocupação das mulheres nas fábricas. Ainda assim, eram vistas com certo repúdio, pois não tinham os mesmos comportamentos das mulheres “do lar”, não entendiam o funcionamento das máquinas, desferindo xingamentos quando o serviço não saía como o esperado⁸⁵.

Roncaglio (1994) menciona que, à medida que as mulheres curitibanas se adaptavam as funções e ofícios masculinos, mais barreiras à argumentação moral foram sendo edificadas contra elas. Ainda assim, nos pequenos comércios e propriedades administradas por mulheres, como bares, dentro ou fora da lei, elas eram ligeiramente associadas à prostituição, precisando, eventualmente, “se adequarem ao mundo dos homens”. Nas afirmações da autora, “a passividade feminina rompia-se somente sobre a intervenção dos homens, pois eram protegidas justamente porque não eram cidadãs”.

A imprensa, conforme Ignês, enquanto um instrumento formador da opinião por excelência, costumava reprimir as tentativas de emancipação feminina na capital, sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial, com tons de deboche, mas sem deixar de defender a tríade de mulher do lar, virtuosa e boa mãe.

Considerada o posto do ideal de mulher honesta, recata dedicada ao lar e aos filhos, submissa, a meretriz era vista como mulher pública, depravada, que rejeitava o casamento e a maternidade, preferindo gastar suas horas em busca do prazer. Seu modo de ser extravagante nas vestes, nos gestos, no gosto pelo álcool e pelo fumo, pelas músicas, pela algazarra, afrontavam e ofendiam. No entanto, a existência da meretriz ‘é uma necessidade vital’, uma válvula de segurança social, no dizer do saber médico (IGNÊS, 1998, p. 125).

⁸⁵ BOSCHILIA, Roseli. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforo: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba: Artes & Textos, 2010, p. 159.

Nas narrativas sobre prostituição em Curitiba, adjetivos como vadiagem, vagabundagem e embriaguez são recorrentes, tendo em mente que as meretrizes faziam parte de um universo intimamente masculino. Na dissertação de Erivan Cassiano Karvat (1996), o historiador analisa diferentes relatórios do Chefe de Polícia do período, e a existência de indivíduos que, voluntariamente ou não, se negavam a trabalhar formalmente, atentando contra a positividade do trabalho. Era uma gama de “indesejáveis” que representavam as formas de resistência à integração ao sistema econômico e político da cidade de acordo com Ignês (1998). Dessa forma, agentes controladores, como a polícia e a imprensa, associavam esses indivíduos “ociosos” como vadios, embora do ponto de vista jurídico, vadiagem, marginalidade e ociosidade configurassem uma mesma ideia, embora também fossem punidos.

Trabalho como os de Joana Maria Pedro (2004) sobre as formas de representação feminina pela imprensa nos anos iniciais do século XX contribui para desmistificar a idealização das mulheres em papéis familiares, muitas vezes, reduzidas em funções e adjetivos. Nas premissas da autora, a imprensa foi o principal meio divulgador de novas imagens femininas, em especial “a partir da segunda metade do século XIX, durante a formação das elites nos centros” (PEDRO, 2004, p. 234) Então, o estigma criado sobre a prostituição acompanhava diferentes discursos no sentido de reforçar o lugar da mulher na sociedade.

Portanto, como em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fizeram parte da ordem das coisas. Era uma garantia de cidade tranquila. Sua aparição em grupo causava medo, por isso, os dispositivos forneciam diferentes munições para lidar com elas.

3.2 UMA UTOPIA SEM AMOR? CRIMES DE SANGUE NOS BOLETINS POLICIAIS

No desfile cotidiano marcado pelo horror, paixão e honra, alguns temas são frequentes na sociedade brasileira e, periodicamente ganharam os tribunais de júri associados à prática de crimes que movimentavam as manchetes da imprensa, como os chamados “crimes passionais”. O ciúme é matéria real e na literatura, nas páginas policiais e nas notas da imprensa, inspirava clássicos como “Otelo, o Mouro de Veneza” (1603) de Shakespeare. Na historiografia, diversos autores já mergulharam no interior dos costumes familiares e conservadores para examinar

documentos jurídicos sobre o tratamento de homens e mulheres unidos pelo matrimônio, mas enquanto isso, surgiam episódios de “máculas” envolvendo relacionamentos mal resolvidos e casos de adultério. Com alguns pesquisadores na bagagem, a historiografia sempre deu atenção ao argumento de “legítima defesa da honra”, invocado para ambos os sexos, mas modestamente mais usado a favor do machismo da época.

Sobre as representações jurídicas dos papéis sexuais, a historiadora Mariza Corrêa (1989) mostrou que na vigência do Código Penal de 1890 as pessoas que, possuídas pela paixão, matavam seus companheiros eram vistos sobre diversos ângulos diferentes. Os homens eram quase sempre absolvidos porque se considerava que, ao matarem “por amor” estavam dominados por uma loucura momentânea. Em vista disso, embora o número de casos seja quase pífio em relação aos homens, as mulheres também eram absolvidas em processos por serem consideradas incapazes ou irresponsáveis. Por isso, o argumento em defesa da honra era um malabarismo usado pela justiça para apurar não apenas a honra do autor, mas também examinar a conduta moral da mulher.

Para tanto, o levantamento histórico-jurídico sobre o tema parece revelar que esses crimes eram julgados de acordo com os rígidos padrões morais de enquadramento da vítima, tomadas, na grande maioria das vezes, como responsáveis pela gravidade da violência cometida. Em linhas gerais, “nas mulheres, a paixão deixa de ser uma manifestação de irresponsabilidade para se transformar numa desobediência às normas sociais, numa ruptura com o modelo de mãe de família, da esposa abnegada, terna e sofrida” (CORREA, p. 76, 1989).

Assim como Mariza, outros autores investigaram como se deu a relação estreita entre as regras do jogo legal e às normas sociais, muitas vezes implícitas e incorporadas ao “senso comum”, mas nem por isso menos rígidas. No entanto, boa parte da discussão que se tem sobre o tema parece concentrar seus enfoques em “crimes domésticos”, que nem sempre ganhava repercussão por não se adequar aos delitos mais graves, como homicídio ou tentativa de homicídio, ficando mais restrito ao espaço da própria intimidade cotidiana das mulheres e dos agressores. Para Susan Besse (1989), até a segunda metade do século passado, as mulheres vítimas de crimes passionais eram majoritariamente pertencentes às camadas populares em situação de abandono ou maltrato, fatores que impulsionavam medidas extremas em relação aos agressores, visto que a polícia costumava desfavorecê-las. Engel

(1989) justifica que, de 1900 até 1929, os homens representavam cerca de 89,09% dos casos de agressão contra as mulheres, e os dados permanecem quase na mesma direção em relação ao número de homicídios e tentativas de homicídios situados no Rio de Janeiro⁸⁶.

Embora algumas obras se aproximem da discussão com a prostituição feminina, ainda são poucas as referências sobre o assassinato de meretrizes durante o período da Primeira República. Contudo, de acordo com documentos analisados sobre esses casos, foi possível perceber um tratamento diferenciado no que se refere a crimes envolvendo a relação entre terceiros, ou seja, de prostitutas e clientes confinados em espaços de libertinagem. Graças a essa documentação, temos um breve panorama das relações de violência de gênero envolvendo meretrizes e seus agressores, majoritariamente *cáftens*, amantes ou clientes. Em Curitiba, alguns casos tiveram repercussão na imprensa, mas não como mostra em jornais e revistas policiais do Rio de Janeiro, onde o número de prostitutas degoladas ou feridas por instrumentos cortantes era, estatisticamente, algo preocupante.

Alguns casos sobre o Rio até foram mencionados no decorrer deste estudo, mas o Rio de Janeiro a problemática é um caso à parte. Pensando o contexto curitibano, não são muitas as referências documentais envolvendo agressões ou assassinato de prostitutas. Boa parte das crônicas jornalísticas é sobre crimes passionais entre indivíduos que possuíam relação afetiva em espaços “indisciplinados”. Por vez, o prostíbulo se tornou um espaço privilegiado para essas narrativas envolvendo o derramamento de sangue, bem como palco de dramas pessoais e, conflitos que movimentam o noticiário da época e a atenção do público.

O prostíbulo, enquanto espaço social da prostituição, também se tornou palco de dramas pessoais movidos por acontecimentos associados às ocorrências policiais que movimentavam os folhetins da cidade. Primeiramente, podemos fazer menção aos crimes de menor gravidade, como ofensas verbais, pequenos conflitos corporais entre meretrizes e amantes, evoluindo, gradativamente, para casos graves, ministrados pelo manuseio de armas brancas até atingir o “clímax” dos crimes, considerado o mais hediondo. Em último caso, quão mais nefando o crime,

⁸⁶ A historiadora ressalta que as fontes da imprensa carioca contribuem para a complementação e diversificação dos dados de natureza passional durante o período analisado em razão da ausência ou perda de processos criminais ao longo das décadas.

maior a repercussão na imprensa para os escândalos que movimentavam os lupanares com o anoitecer, isso porque, muitas ocorrências envolviam homens de ocupação honesta, nem por isso deixavam de praticar crimes como assassinato, suicídio, furto e até violação sexual de menores.

Em contraste com esses crimes, muitos escândalos eram motivados por ciúme, principalmente em divergência com amores não correspondidos. Difere, por exemplo, dos crimes que aconteceram em espaços íntimos, na relação entre marido e mulher. Como lembra Etelvina (1999), “esposas são espancadas por seus maridos, meretrizes agredidas pelos amantes, homens perseguem suas companheiras armadas de pedaços de ferro, revolveres, facas, cutelos, canivetes e machados”. Para a autora, o ciúme e a defesa da honra foram os principais fatores que levaram a incidência da violência masculina sobre as mulheres no período, nas suas mais variadas formas e práticas.

Com o título “uma cena de sangue nos *bas-fonds*” há o caso de Antonieta Pina, assassinada com três tiros à queima-roupa numa madrugada de agosto de 1937. O autor do crime fora Pedro Freitas, que na época era investigador da Delegacia de Vigilância e Investigação, e segundo informações da imprensa, ambos viviam um relacionamento amoroso que perdurou anos. Algumas pessoas que conheciam ambos afirmaram que Pedro fazia visitas frequentes visando reatar o relacionamento, mas sem sucesso, até o dia em que se descontrolou e perdeu a razão após ver Antonieta com outro homem⁸⁷. O crime, do ponto de vista jurídico, poderia ser enquadrado como premeditado, já que o autor se evadiu do local para retornar horas depois na companhia de um amigo, disparando enquanto Antonieta estava distraída, fazendo as contas da própria pensão.

Como de praxe, as relações efêmeras entre meretrizes e seus amantes dificilmente terminavam em cenas de sangue, isso porque, o problema do ciúme estava mais relacionado ao sentimento de pertencimento do que outro qualquer. Outra indagação que explica ltuosas cenas de sangue em espaços como prostíbulos, são os casos de assassinato/suicídio ou apenas suicídio. É uma problemática mais densa se comparado com o homicídio, já que o comportamento intencional de tirar a própria vida deve ser considerada a soma de diversos fatores, e não apenas o emocional.

⁸⁷ Diário da Tarde. Curitiba: 27/08/1937.

Após definir os fatores sociais como seu objeto de estudo, Durkheim (2004) argumenta que o suicídio é um fato de caráter mais social do que subjetivo, e costuma decorrer de fatores externos, como a sociedade, classificando o ato em três categorias: egoísta, altruísta e anômico. Ademais, Durkheim provou que o suicídio, além de ser causado por fatores psicológicos, também é causado por fatores sociais, possuindo um aspecto coletivo e não apenas individual, sendo um problema psicossocial

No período estudado, os documentos periódicos relacionando a prostituição com homicídio ou suicídio são significativas se comparado com dados de outras documentações. Primeiro, é preciso diferenciar os casos envolvendo o comportamento suicida e tentativas de assassinato sem uma consumação direta. Há casos de violência, mutilação e consumo de substâncias químicas, como veneno para animais, soda cáustica e cianeto de potássio. A equação dos dados, em linhas gerais, mostra que na capital havia um considerável número de inquéritos policiais sobre os eventos em consumação ou tentativa, segundo dados extraídos do catálogo de processos judiciais do Museu da Justiça do Paraná⁸⁸. Nas narrativas dos casos, as motivações são as mais diversas, desde problemas relacionados ao cotidiano doméstico, questões amorosas, dívidas, doenças venéreas, doenças mentais, como mania de perseguição, alucinação e embriaguez. Um exemplo disso aconteceu com o operário Waldecir de Oliveira, que chegou a escrever uma carta antes de se suicidar alegando que as más condições de trabalho estavam afetando sua saúde mental: “trabalha muito, ganha pouco”.

Desses inquéritos encontrados, 6 deles tratam de eventos envolvendo meretrizes entre 1924 e 1935. A maioria dos casos, 5, foram ocasionados por “desilusões amorosas”, conforme consta na descrição dos acontecimentos na ficha catalogada. Uma delas se trata de uma menor de idade, e outra que teria tirado a própria vida após ter contraído doença venérea. Observou-se ainda, que a causa definitiva da morte em alguns casos era por uso de arma de fogo, seguido por ingestão de produtos químicos, como o hidróxido de sódio.

A partir das referências da imprensa, foi possível esmiuçar um pouco mais sobre os crimes de sangue, especialmente eventos suicidas com ligação direta com o universo paralelo da prostituição. A maioria das narrativas são suicídio de

⁸⁸ De 1910 até 1937 foram abertos 170 inquéritos policiais sobre tentativa e suicídio na capital.

mulheres jovens, que, conforme a imprensa, “não conseguiam superar o processo de superação do fim dos seus relacionamentos”⁸⁹. Ao que tudo indica, o jornal tirava dessa equação o suicídio como a maior prova de loucura e amor, repercutindo os escândalos e cenários de conflitos e tensões para expor os hábitos e comportamentos de sujeitos “desregrados”.

Em 1936, a imprensa noticiou que a meretriz Margarida Bardante fora recolhida ao xadrez, após provocar escândalos na Praça 15 de Novembro, tentando suicídio com um cordão de sapato no pescoço. Pouco tempo depois, noutra Delegacia, um guarda civil avistou Margarida em atividade suspeita, relatando que a referida tentava, novamente, tirar a própria vida⁹⁰.

Outras mulheres literalmente sentiram o gosto amargo de algumas substâncias tóxicas, como o caso da meretriz Rosinha Santine, de 18 anos. Conforme noticiado pelo Correio do Paraná, a formicida era uma substância que estava na “moda”, e que uma meretriz Rosinha teria se trancado no próprio quarto para ingerir o veneno, mas ao sentir o gosto ruim e os efeitos colaterais de forma imediata, começou a gritar por socorro, morrendo logo depois⁹¹. Passados dois anos, Albertina de Jesus, por motivos ignorados, desferiu um tiro na região do peitoral, ficando em estado grave no Hospital São Vicente de Paula⁹². Outra ligação pouco mencionada, mas comum entre os homens, era o vínculo entre álcool e comportamentos suicidas, que por pouco, não terminou na morte da meretriz Maria das Dores ao se jogar na represa do Passeio Público⁹³.

Outro artifício utilizado pela imprensa para estimular esse imaginário aconteceu com narrativas envolvendo crimes sexuais de menores, como estupro defloramento e incitação à prostituição. A imprensa sempre noticiava os crimes sexuais com certo sensacionalismo, mostrando os horrores que meninas de 10 até os 18 anos eram submetidas quando caíam nas miras de algum criminoso. Um exemplo aconteceu na década de 1910, com José Raymundo, acusado, diversas vezes por estupro, assassinato e defloramento. Graças à repercussão do caso, inclusive em outros Estados, dezenas de mulheres e menores se manifestaram contra as atitudes do sujeito. O que chama a atenção é que uma das vítimas era a

⁸⁹ O Dia. Curitiba: 12/02/1930.

⁹⁰ O Dia. Curitiba: 21/05/1932.

⁹¹ Correio do Paraná. Curitiba: 24/07/1934.

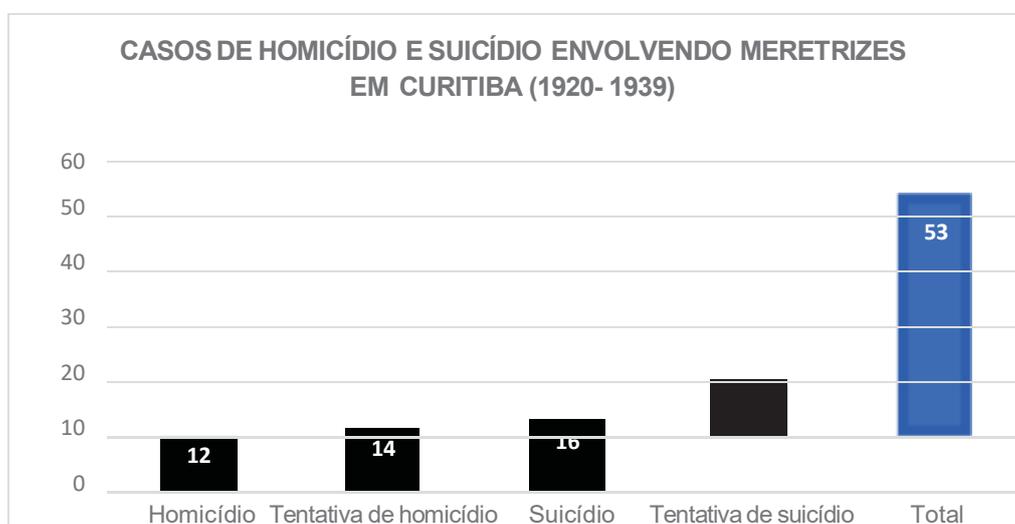
⁹² O Dia. Curitiba: 26/01/1937.

⁹³ O Dia. Curitiba: 12/02/1936.

própria filha do acusado, Rosa da Silva, que após ter sido violentada pelo pai ausente, ingressou na prostituição. Noutra caso, além de forçar a esposa a atrair homens para roubá-los, obrigava a mulher a se prostituir e, alegando dificuldades financeiras, pretendia vender a honra da filha adolescente de 15 anos a um homem desconhecido.

Os dados a seguir, resume o cotidiano violento sofrido pelas meretrizes de Curitiba. São dados extraídos das fontes jornalísticas encontradas na imprensa local.

Tabela 1



Fonte: Hemeroteca Digital.

3.3 PRODUÇÕES FÍLMICAS SOBRE PROSTITUIÇÃO E TRÁFICO DE MULHERES

É no recorte dos grandes gêneros hollywoodianos que muitas narrativas fílmicas se cruzaram com acontecimentos históricos e a tônica de personagens inexistentes. A linguagem cinematográfica, demasiado, inscrita no descritivo e no perceptivo, ainda durante o período mudo, compartilhava com o espectador, visões estéticas de acontecimentos históricos a partir de questões metafísicas e do gênero romanesco. A exemplaridade a que nos referimos, com filmes lançados durante os anos 1910 e 1930, e tem como serenidade, a composição de narrativas ficcionais que tratam de questões estéticas e problemas sociais ligados ao centro do poder de grandes metrópoles daquele período. Em síntese, ao redor do mundo, diversas representações sobre a prostituição feminina foram criadas e reproduzidas por filmes que reforçavam estereótipos e romantizava situações análogas à realidade

vivida por sujeitos atomizados. Como veremos, algumas produções são formadas por eventos da vida numa vertiginosa sucessão de retábulos liturgicamente evocados na esfera das vivências pessoais.

O propósito em questão, pode ser dividido em duas ligeiras abordagens. A primeira delas é trabalhar catalogando e especificando algumas poucas produções filmicas que tem como elemento primário ou secundário a representação de mulheres prostitutas em sociedade, no sentido de introduzir a discussão voltada à Curitiba em projeção com filmes exibidos em cinemas locais sobre os temas abordados. Ainda sobre o primeiro grupo, são filmes que apresentam características em comum, como narrativas sobre o tráfico de mulheres, prostituição, criminalidade e violência.

São filmes lançados, pelo menos a maioria, por grandes produtoras, como a Universal Films, e que de certa forma, contribuíram em meio a revolução cinematográfica ao utilizarem elementos e enredos que foram além da atuação pantomima, relativa às peças teatrais. Assim, embora algumas tramas toquem na ferida de certos problemas sociais, como lenocínio e a própria sexualidade feminina, conseguiram recordes de bilheteria para a época, como veremos a seguir.

Uma das mais conhecidas narrativas filmicas do período é o filme “*Traffic In Souls*”, de 1913, dirigido por George Loane Tucker, um importante diretor americano responsável por outras produções de destaque, como o Homem de Zenda, refilmado diversas vezes. O filme causou um escândalo na época por se tratar de um assunto delicado no início do século XX: a prostituição feminina. Tucker passeou com sua câmera pelo submundo do crime e do vício na era vitoriana, ambientando uma Nova Iorque em constante movimento pela entrada e saída de imigrantes no cais da cidade. Na trama, uma jovem estrangeira é capturada ao conseguir uma falsa vaga de emprego numa importante fábrica de tecido, sofrendo diversas formas de abuso sexual e psicológico com o tempo. O clímax final acontece após a polícia se reunir com dezenas de guardas para capturar a jovem, iniciando uma calorosa perseguição que resultou na apreensão de vários traficantes de escravas brancas.

Naquele mesmo ano, outro filme estreou nos Estados Unidos, “*The Inside of the White Slave Traffic*”, de Edwin Carewe. A narrativa apresenta o mesmo enredo de história de *Traffic in Souls*, mas monótona e lenta. Na trama, a narrativa se desenvolve por meio do escândalo envolvendo a Comissão Rockfeller, apontada

como sendo uma agência que disseminava a proliferação de escravas brancas nos Estados Unidos. Dirigido por um sociólogo, o filme é um diálogo da história ficcional e de “fatos” documentados no período, apresentando ainda, uma geografia sexual e racial da cidade industrial da época. Assim como o anterior, *Inside* foi audacioso ao regular a sexualidade por meio do cinema em meio ao pânico moral em relação à prostituição naquele país. A lascívia dessas ficções apresentava críticas altamente conducentes a respeito do pudor proveniente do pensamento católico americano, da subjunção romântica e de um moralismo travestido de repressão sexual discursiva.

No circuito temporal analisado, alguns filmes entraram em cartaz, a maioria na cidade do Rio de Janeiro, segundo informes de periódicos sobre cinema, como o *Cinearte*. Embora a imprensa revisasse argumentos morais em relação aos filmes “inadequados”, eles atraíam o público e movimentavam as salas de teatro da época, ainda que, durante um certo período, tenha acontecido uma vigilância policial sobre filmes considerados “eróticos”. Assim como o gênero pornográfico, mas diferente do erotismo, alguns filmes podiam ser limitados apenas para homens, por conter conteúdos considerados “tabus”, como, sexualidade, violência, criminalidade e vícios urbanos. Outra produção do período foi o filme “*Eskimo*”, dirigido por W. S. Van Dyke e distribuído pela Warner Bros.

Outros filmes eram mais audaciosos por tratar de temáticas delicadas, como o tráfico de mulheres. Conforme publicado pelo *Cinearte*, o filme “*O Jardim dos Amores*”, de 1927, dirigido por Wolfgang Hoffmann-Harnisch, estreou na cidade, narrando as desventuras de Adrienne Brisson, estrelado por Camilla Horn, uma jovem perseguida e aliciada por Nicolau Molescu, um senhor de escravas brancas, interpretado por Warwick Ward⁹⁴. No entanto, nem todos os filmes tinham uma recepção digna do *Cinearte*, como mostra o periódico *O Estado*, de Santa Catarina, sobre a proibição do filme “*A Caminho do Rio*”, previsto para chegar à capital federal, mas, após algumas críticas do governo brasileiro, não se sabe exatamente se o filme chegou a estrear no país⁹⁵. O filme toca numa ferida que, para as autoridades brasileiras, era algo ainda em tratamento: o torpe comércio de escravas brancas. A respeito disso, os impressos acusavam que certos “filmes banais” não

⁹⁴ *Cinearte*. Rio de Janeiro: 17/10/1928.

⁹⁵ *O Estado*. Curitiba: 21/04/1931.

poderiam ser exibidos no circuito brasileiro e argentino por serem cidades onde “imperava o lenocínio”.

Discussões sobre censura era algo constante em produções de Hollywood, obrigando até mesmo algumas distribuidoras a aderirem comportamentos virtuosos em relação à abordagem fílmica. Os filmes envolvendo crimes, por exemplo, exigia-se que não fossem inspirados em fatos, nem que fossem tão detalhados. Já nos filmes sexuais, inúmeras proibições eram impostas, como cenas fúteis sem utilidade no enredo, beijos e gestos em excessos, abraços, poses, atitudes íntimas e sugestivas. Sobre o rapto de pessoas, as produções deveriam ser apenas sugestivas, e jamais interpretadas como comédia. Noutro tópico especial, o tema “escravas brancas” deveria ser estritamente proibido de ser focalizado, e as relações sexuais entre raças brancas e negras, proibida. Havia sentimentos de censura sobre profanação religiosa, o uso e abuso de sentimentos patrióticos de outras nações, bem como de outros assuntos que feriam a moral das famílias, como adultério e filhos ilegítimos, como aconteceu com o filme “Eu soube Amar”, de 1939, estrelado por Bette Davis.

3.4 PRODUÇÕES FÍLMICAS NOS CINEMAS DE CURITIBA

Como em outras formas de manifestações linguísticas, o cinema foi um veículo privilegiado por mobilizar opiniões e suscitar debates sobre diversos temas de interesse coletivo, quase sempre, representado pelo comportamento ameaçador e promíscuo do homem em relação aos dominados e oprimidos. De acordo com Trindade (1999), durante a transição do cinema preto para a onda da colorização nos anos 30, a *urbs* de Curitiba acompanhou de perto a transição dessa modernização, difundindo novos espaços de sociabilidades, como teatros, cinemas, parques e clubes limitados à elite. Para a autora, “o cinema invade a cidade, as colunas periódicas, às ruas e praças”. Assim, embora algumas mudanças culturais tenham ocorrido no período, a popularização do cinema produziu outra preocupação moral em relação aos temas desvirtuosos, além de estimular a indústria do consumo, como a preocupação com a estética feminina.

De acordo com Clóvis Gruner, o cinema, enquanto símbolo e signo da modernidade, tinha um influente impacto na “incipiente cultura urbana de Curitiba”, manifestando um misto de fascínio e temor e, com isso, se tornando um importante

aspecto na formação curitibana de cidade moderna. É nessa esteira que o autor coloca a figura do criminoso como lugar privilegiado das representações no agrupamento narrativo de linguagens artísticas, como fez o cinema (GRUNER, 2012, p. 15). De certa forma, o cinema desse período era, basicamente, feito de homens para homens, contando histórias sobre o universo masculino. Então, a imagem do espaço cinematográfico estava mais associada a figura do homem, como lugares que, “permitem e estimulem o fluxo constante de ideias”, do que com a figura feminina, ainda que apresentasse um contexto de emancipação e independência em relação às mulheres.

Em razão disso, alguns filmes foram considerados “imorais”, porque poderiam “embriagar” os sentidos de quem o assististe. De certa maneira, alguns temas envolvendo questões de gênero, como sexualidade e dominação, foram considerados “pornográficos”, embora muitos não se aprofundassem diretamente às variantes da nudez ou do erotismo, como é o caso dos filmes *Mulher Infiel* (1932) e *Sagrado Dilema* (1932). Em comum, esses filmes tinham protagonistas e coadjuvantes que surpreendiam o espectador pela estranheza e pelo contraste, tanto da aparência quanto dos comportamentos e suas falas, o que para o pensamento da época poderia “aguçar a adicção dos espectadores”. Um retrato desse debate pode ser percebido no filme “Prostituição ou tráfico de mulheres”, exibido em Curitiba, no teatro Palácio, divulgado pela imprensa como o “melhor filme no gênero”, com um drama “realista”, oferecendo ao telespectador “alucinantes visões do prazer, somente para homens!”⁹⁶.

Foram encontrados filmes que ficaram em cartaz no cenário Curitibano, e focando em temas como, prostituição e tráfico de mulheres. A primeira referência data de 1911, com alguns anúncios da exibição do filme “O tráfico das Brancas” (1910), dirigido por Alfred Cohn e produzido pela empresa dinamarquesa Nordisk Film. O filme teve um bom alcance nacional no período em voga, e também foi exibido nos Estados de Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, dentre outros. A divulgação local ficou a cargo da imprensa curitibana, que descrevia a produção como uma produção “empolgante e dramático de lances violentos e situações difíceis, torna-se dispensável qualquer reclame em torno desta fila, que já conhecida do nosso público”. O “crescente sucesso” podia ser visto em exibições únicas,

⁹⁶ O Dia. Curitiba: 28/04/1931.

sempre às 5 horas da tarde, no antigo Cine Smart, localizado na rua XV de novembro. A narrativa não difere dos demais filmes lançados no mesmo período, como em *The Inside of the White Slave Traffic*, de 1913, contando a história de uma jovem moça aliciada por alguns homens que se passavam por empresários, tendo como cenário os subúrbios londrinos⁹⁷.

Investigando nos documentos da imprensa, a cidade exibiu filmes do gênero apenas em 1929. O primeiro se chama “O Bordello no Rio”, de 1927, com direção de Hans Steinhoff. A imprensa local divulgou o filme com o título “O tráfico de Brancas”, similar ao título de 1910, em razão do título em inglês “*Girls for Sale!*”, com exibições no Cinelândia Curitibana. Nitidamente, o filme foi proibido para menores, e em alguns casos, as propagandas eram publicadas com discursos morais e por “conselhos e observações”, visto que a produção apresentava “o realismo que a liberdade excessiva de que goza em dias de hoje uma jovem pode conduzir a um caminho de desonra⁹⁸”. A segunda produção se chama “Amores de Apache”, do mesmo ano, dirigido por Phil Rosen e produzido pela Columbia Pictures, contando a história de um índio apaixonado, ambientado em um cenário e tensões, brutalidades, corrupção e prostituição⁹⁹. A última referência é sobre um “lindo e assombroso” romance sobre o tráfico de mulheres em São Francisco, nos Estados Unidos, chamado “A Rainha do Pacífico”, distribuído pela Warner Bros e exibido no Cine Popular em 1929.

Os demais filmes foram exibidos especialmente entre 1930 e 1931, a maioria fazia menção a recente descoberta da *Zwi Migdal* no cenário portenho. O filme “O tráfico de mulheres ou prostituição” chegou a ser exibido exclusivamente para jornalistas e estudiosos em 23 de abril de 1931, patrocinado pela Empresa Matos Azevedo. Os anúncios das seções indicam que o filme passou a ser exibido para o público apenas no dia 28 daquele mês, no Teatro Palácio. Conforme o modelo das propagandas em anexo, alguns anúncios vinham acompanhados de imagens e ilustrações que reforçavam a condição das protagonistas em situações de sensualidade, sedução e vulnerabilidade. É interessante perceber também, que nos filmes exibidos a partir de 1930 a imprensa atribuía mais relevância aos títulos

⁹⁷ Nessa época era muito comum a repetição dos filmes num curto período, outros conseguiam um bom desempenho nas telas de cinema e eram exibidos repetidas vezes, como é o caso do filme citado, exibido novamente em Curitiba em 1912 e 1913.

⁹⁸ A República. Curitiba: 27/09/1929.

⁹⁹ A República. Curitiba: 26/09/1929.

contendo “prostituição” e “tráfico”, sempre em caixa alta, e com anúncios maiores, se comparado aos demais filmes de anos anteriores.

Podemos considerar que esse intenso interesse seja um reflexo produzido pelas campanhas contra o tráfico e a circulação de outras produções linguísticas daquele período. Por fim, além da exibição dos filmes, a imprensa trazia mensagens de aviso aos pais, devido ao surgimento de denúncias anônimas sobre a presença de *cáfens* e de comércios suspeitos de comercializarem a “carne branca”, tema do tópico a seguir.

FIGURA 16 - Algumas propagandas de filmes sobre o tráfico de mulheres e prostituição exibidos em Curitiba nos anos de 1913-1936.

AVENIDA PALACIO 4. feira 23

MIGDAL



O escandaloso processo "Migdal" de Buenos Aires foi um dos que mais preocupou a imprensa do mundo inteiro.

MIGDAL, Apesar de tudo, NÃO É UM FILM IMMORAL, sendo uma grandiosa produção cinematográfica que, apesar de seu forte realismo, é honroso e absolutamente verdadeiro a que

TODO O MUNDO PODE E DEVE VER!

MIGDAL em exibição durante OITO SEMANAS no Theatro Porteno de Buenos Aires foi assistido por 150.000 pessoas.

Entrada: A. MAT. JOS AZEREDO

THEATRO PALACIO HOJE HOJE

HOJE, em duas sessões, o super film que envolve uma das maiores lições que se tem visto na vida sob o ponto de vista moral!

- PROSTITUIÇÃO OU -

-- Trafico de Mulheres --



Este film, pela primeira vez terá ocasião de vêr as mais effectuosas visões de prazer, mescladas com cenas de luxuria. Com visões de prazeres indizíveis que jamais vimos na vida...

UM ESPECTACULO SO' PARA HOMENS!

HOJE TH. PALACIO

Sessão Corrida às 7,30

A VOZ DO MUNDO — Reportagem sonora
HORIZONTE AZUL — Um short encantado e
O maior e mais vibrante film realista do genero

SO' PARA ADULTOS

Mercado do prazer



Adaptação da famosa novella de combate e prostituição, da celebre escriptora Elze Jerusalem, intitulada "El escarabajo en grado"

Um film que é uma these vibrante contra os falsos preconceitos sociais, que arrastam para o lodagal da perdição as infelizes que não tem forças para resistir-lhes

Passado em um ambiente de falsas alegrias e caricias ficticias

Scenas de forte realismo! — Momentos excitantes

Extraordinarios quadros de nu' artistico, com deslumbrantes esculptores plasticas. — O film que tem mais de 500 exhibiçõe nos theatros "Phenix" e "Casino Tabaris", do Rio de Janeiro, reprimido sempre com successo

N. B. — Prohibido para menores e Senhoritas

PALACIO — 3.ª FEIRA:

Prostituição ou TRAFICO DE MULHERES



3a. feira no PALACIO

O melhor film no genero ate agora apresentado:
Um drama realista, no desenrolar do qual apparecem as mais allucinantes visões de prazer, constituindo um — espectáculo empolgante! —

SEMENTE PARA HOMENS.



Fonte: Hemeroteca Digital.

3.5 NARRATIVA SOBRE OS MERCADOS DE “ESCRAVAS BRANCAS” EM CURITIBA

Nem só dos grandes centros urbanos é que surgem narrativas sobre o “comércio da carne branca” manipulado por *cáftens* engravatados. Uma vez inseridas ao submundo, essas mulheres eram submetidas a um certo grau de tolerância com relação a algumas práticas sexuais, consideradas “corriqueiras”, inseridas numa gama de comportamentos femininos que fugiam do padrão normatizado e estabelecido por diferentes instituições de saber¹⁰⁰. Em primeiro lugar, as manifestações de sexualidade “incompatíveis” com o papel feminino no interior dos espaços de libertinagem são entendidas como uma “anestesia sexual”, onde as mulheres extravasavam os limites do tolerável em episódios de manifestação precoce ou involuntário, isto é, por via da exploração carnal. O diagnóstico dos casos de “escravidão branca” é, invariavelmente, conciso para as escalas clandestinas da prostituição feminina. Certamente, são parâmetros que foram sendo construídos a partir narrativas sobre o tema e “acarinhados” pelos jornais regionais, como aconteceu em Curitiba, com o processo de generalização do fenômeno do tráfico de brancas em associação com qualquer prostituta estrangeira residente na cidade.

Na imprensa, algumas expressões foram sendo inseridas para designar diferentes formas de exploração feminina, ainda que de forma progressiva e demarcada por ideologias polarizadas na preservação da moral vigente naquele período. Assim, embora alguns termos tenham passado por uma série de mudanças ou mutações, outras entraram em desuso. Por vez, a expressão “escravas brancas” se refere a todo um conjunto de mulheres em condição ignomínia e análoga à escravidão, como instrumentos de lucro, sem direitos e liberdade. Apesar disso, ainda é uma expressão ambígua, que aparece em escritos literários e na historiografia, mas com conotações distintas e manipuláveis, variando sempre do

¹⁰⁰ Foucault discute em “A Vontade de Saber” como a sexualidade passou a ser usada como um dispositivo de produção de sujeitos, o famoso “dispositivo de sexualidade”. A sexualidade, conforme o autor, tornou-se o grande assunto em toda parte, inclusive nos saberes científicos. O modo como cada sujeito à sua sexualidade passou a ser uma questão de Estado, de vigilância, de policiamento. Ver: FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Ed.16. Rio de Janeiro: Graal, 2005

ponto de vista de quem a reproduz. O termo, assim, serve para se referir a uma faceta específica da prostituição elaborada a partir de tipologias.

De acordo com Rago (2008), a metáfora “escravas” esteve fortemente enraizada no pensamento romântico e conservador, no sentido de associar o tráfico de mulheres ao tráfico negreiro, já que muitas mulheres acabavam “aceitando” a condição de “escravas” por não conseguirem ministrar os obstáculos forjados pelas redes de lenocínio que dominavam os centros urbanos¹⁰¹.

A vitimização da prostituta por meio da imagem da “escrava brancas”, reverso da construção da figura calculista do cáften, reforçou a concepção de que a prostituição era uma “chaga” ameaçando contaminar o tecido social e levou a uma maior repressão sobre as prostitutas. Se considerarmos que o pensamento científico do século XIX procurou provar de todos os modos que a mulher não tinha desejo sexual, não há espaço nessa lógica para a existência daquelas que optassem pela prostituição, recusando radicalmente sua destinação ao casamento e a maternidade (RAGO, 2008, p. 172).

Alguns historiadores argentinos ponderam que a metáfora “escravas” esteve em sintonia com um novo pensamento moderno de prostituição do século XIX, e acompanhava o ritmo das transformações influenciadas por moldes europeus de centros urbanos desenvolvidos e “sociedades civilizadas”. Esse ideário “utópico” foi sustentado por diferentes saberes, que em sintonia com essas discussões, surgiu a proposta de regulamentação da prostituição em Buenos Aires, inspirada nos modelos de Paris e Madri, bem como da constante modificação no corpo social da cidade com a presença de grupos estrangeiros. Para o pesquisador Bra (1982), na passagem de um século para o outro, no bojo dos efeitos da sociedade moderna, muitas instituições que orbitavam entre esferas políticas da Argentina contribuíram, ainda que indiretamente, para a exploração de mulheres traficadas. Assim, enquanto algumas políticas facilitavam a imigração estrangeira, a sociedade não tinha nenhum apoio social, familiar ou financeiro, fazendo com que muitas mulheres “aceitassem” a condição de prostituta¹⁰².

¹⁰¹ A autora menciona que na obra de Albert Londres, o jornalista, ao entrevistar uma filantropa francesa que auxiliava as “escravas brancas”, dizia que não era uma questão simples, que envolvia a moral em denunciar os traficantes, mas sim de “necessidades” em questão de sobrevivência.

¹⁰² É preciso atentar que Gerardo Bra não é um historiador, por isso se trata de um relato romanceado e bastante discutido pela historiografia argentina. O historiador Scarsi (2018), por exemplo, faz uma crítica bastante dura sobre como Gerardo lê seus documentos. Ele ainda ressalta a importância de compreender as diferentes estratégias de inserção dos proxenetas judeus e discute a eficácia da organização em conseguir “manipular tudo”.

Dito de outro modo, exigia-se das prostitutas um trabalho escravo, sustentado pelo medo e impotência em denunciar seus falsos maridos ou familiares. Para Kushnir (1996), há um conjunto de histórias de vida possíveis de ser encontrado nos documentos históricos e, com isso, é possível desenvolver outras narrativas sobre essas experiências em sintonia com documentos/objetos pouco observados, como é o caso da imprensa periódica. Assim, a historiadora sugere uma inversão no modo de olhar para o fenômeno do tráfico, que permanece muitas vezes restrito aos exames envolvendo processos de expulsão e códigos da sexualidade feminina regulada por grandes instituições¹⁰³. É necessário adentrar sobre uma ótica interna, no interior desse fenômeno, no interior das organizações, das relações e dos sentidos de experiência coletiva para compreender como esses sujeitos movimentavam grandes feitos, ou seja, é preciso penetrar no íntimo dos espaços marginalizados, o mundo privado dos personagens enquanto objeto de investigação.

Na Argentina, um dos desafios da historiografia é o de compreender essas discussões pautadas em discussões locais, buscando compreender os sentidos do tráfico para além do circuito que privilegia o contexto de Buenos Aires. Algumas dessas pesquisas dialogam com documentos pautados em arquivos da justiça, polícia, e principalmente da imprensa, graças ao processo de conversão de documentos físicos em meios eletrônicos, como nas bibliotecas digitais.

A partir dessa proposta, examinaremos algumas narrativas sobre o tráfico ou “comércio da carne branca”, publicadas no noticiário local. Considerando alguns comentários de Cristiana Schettini, cada região tinha meios específicos para com o tratamento de mulheres em condição análoga à escravidão. Sobre isso, os primeiros documentos que mencionam a expressão “escravas brancas” na cidade são de 1910. A maioria faz menção ao crescimento vertiginoso do lenocínio, a presença de *cáftens*, a desordem no interior de bares, prostíbulos, a presença cada vez mais onipresente de estrangeiras nas ruas e no mundo da marginalidade¹⁰⁴.

¹⁰³ Extraíndo outras ideias de Kushnir, o fenômeno das “escravas brancas” pode ser dividido em dois modos de interpretação, pelo lado violento das organizações criminosas e pelas experiências de autoproteção, como um “lôcus” de proteção identitária que buscava reunir imigrantes marginalizados, como redes de solidariedade, preservando uma identidade cultural, o que pode justificar, teoricamente, o número crescente de ramificações da máfia pelo Brasil.

¹⁰⁴ A título de curiosidade, até mesmo a Liga das Nações, desde a sua criação, frequentemente associava à prostituição de estrangeiras com o tráfico de mulheres, o que nem sempre era verídico.

Para entender como funcionava o “mercado da carne branca” em Curitiba, antes é preciso situar algumas funcionalidades. Conforme discutido por Wulfen (2002), do ponto de vista psicológico, o criminoso do tipo “proxeneta”, é um homem de negócios, quer exercendo o seu *métier* por necessidade material ou ocasionalmente, após insucesso em outros ramos. O proxeneta é um “ser lúbrico”, e as mulheres são meras “mercadorias preciosas” que costumam variar de acordo com as regras e demandas dos leilões clandestinos, priorizando aspectos que influenciavam nos valores, como: nacionalidade, aparência e a virgindade. A imprensa curitibana noticiava algumas estratégias semelhantes em relação ao lenocínio e ao comércio de mulheres em espaços definidos como sendo de sociabilidades, ou seja, propriedades e comércios que funcionavam de forma clandestina para esconder a prática ilícita. Outra questão que preocupava nesses espaços era o envolvimento com o ópio, segundo a imprensa: “costumava ser ministrado por uma taça do “gozo objeto” (cocaína) e servidas por desditosas vítimas da escravidão branca”¹⁰⁵.

Na década de 1920, se intensificaram algumas campanhas na capital contra o “Império da Ganância”, devido ao licenciamento de alguns estabelecimentos que funcionavam de forma ilícita e manipulando diferentes vícios, como ópio e a própria prostituição clandestina. Com isso, algumas pautas entraram em discussão, como a intervenção da polícia nos bordéis, especialmente os que conectavam os “mercados de carícias” com residências familiares. A vida intramuros dessas mulheres exploradas era, literalmente, um “trato de senhor para escravo”, e funcionava como um “suicídio social lento”¹⁰⁶. Noutra reportagem, um jornal descreve o cotidiano das mulheres em condição de escravidão, entre o doente e o grosseiro, em virtude de que em alguns casos, a única refeição que os exploradores ofereciam era o feijão.

Em Curitiba, as “escravas” viviam alojadas em pequenos grupos, e dependendo do lugar, dormiam em quartos minúsculos, como em pensionatos, mas com dimensões exíguas e insalubres. Tudo conspirava contra a pedagogia eugenista que pregava a higienização dos corpos e da sexualidade. Outras citações indicam que as mulheres eram obrigadas a extorquir e aliciar clientes para consumir álcool e outras drogas. Era um processo que entorpecia não só a alma, como

¹⁰⁵ O Dia. Curitiba: 21/09/1924.

¹⁰⁶ O Dia. Curitiba: 15/11/1926

também a razão, então, as mulheres se tornavam seres mórbidos diante da depravação e ganância daqueles exploradores.

Outro jornal chegou a mencionar o modo de poder capitalista de algumas cafetinas curitibanas. Por meio do neoescravidão, as exploradoras saciavam suas virtudes no tráfico e na exploração de mulheres “desnorteadas” que se “entregavam” devido ao histórico de maus tratos ou extrema pobreza. A clientela desse “comércio da carne branca” são basicamente homens casados, solteiros, viajantes e vadios, sujeitos que frequentavam os bares e botequins mais vulgares, outros conseguiam manter ligações secretas por meio dos estabelecimentos clandestinos¹⁰⁷. Era uma tríade perfeita que pertencia ao mesmo gênero do tráfico: álcool, ópio e as “borboletas”. Sobre as cafetinas, as mulheres que gerenciavam e compravam as escravas, a maioria era ex-prostitutas, que com o tempo se tornaram “abelhas-mestras” na arte de explorar e especialistas no “assalto” com o preço das bebidas. Num diálogo narrado pela imprensa, notamos alguns “truques” utilizados pelas meretrizes para conseguir arrecadar lucros exorbitantes, uma a uma, começando por pequenos cálices de vinho, garrafas de cerveja e minguadas doses de *whisky*, todos vendidos pelo dobro, triplo e até quádruplo do valor real.

“Paga uma cervejinha? Paga um vinho?

“Venha beber com nós”

“Aprende! D. Fulana (a dona do covil)

faz questão de dizer que mulher que não bebe não se cria aqui...”¹⁰⁸

A farra nos *bas-fonds* não terminava quando as escravas queriam, mas quando os clientes atingiam o limite do tolerável, e quando o estabelecimento conseguia surrupiar todo o dinheiro deles. Alguns sujeitos ébrios e viciados na cocaína conseguiam saciar a sede “fenomenal”, mas com alguns, era preciso tomar cuidado, isso porque, as meretrizes buscavam identificar os “beberrões” sem dinheiro para espantá-los à base de chineladas. Nessa lógica mercantil que permeava as relações entre os sexos, Rago (2008) argumenta que a prostituta pertencia à uma “sociabilidade subterrânea”, em que suas atividades constituíam

¹⁰⁷ Correio do Paraná. Curitiba: 21/03/1931.

¹⁰⁸ O Dia. Curitiba: 07/05/1930.

basicamente, uma força de trabalho compulsória para extrair dinheiro e lucro destinado ao proprietário, o *cáften*. A autora menciona o chamado “taylorismo”, que diferente do fordismo, pode ser entendido como um sistema voltado à administração e organização de uma empresa, e nesse sentido, colocando a sexualidade feminina como um corpo serializado em função de outrem.

Para conter o “rosário de maldade e misérias”, o melhor remédio seria conter o “mercado da carne branca”, começando pela repressão contra o lenocínio e a proibição da prostituição clandestina, que colocava as mulheres em condições análogas à escravidão¹⁰⁹. Um breve balanço das discussões para reprimir esse problema foi o fechamento de alguns estabelecimentos, como hotéis e pensões que funcionavam sem alvará comercial, a proibição de bebidas alcoólicas nos prostíbulos e boas maneiras por parte das meretrizes, além de concordarem em identificação e fiscalização das mulheres por cadernetas com exames semanais e boletins de interdição¹¹⁰. Entretanto, a imprensa denunciava que as autoridades se importavam mais com tendências de poliandria do que com o “espetáculo da exploração organizada das desventuradas horizontais”, se referindo as cafetinas que viviam da exploração alheia.

Na agitação da vida moderna, onde a prostituição representava certa “melancolia” e o avesso da luxúria, tudo passava pelos olhares da polícia de forma vertiginosa. Em 1933, o jornal Diário da Tarde, publicou uma reportagem escrita por um repórter policial sobre a “vara mágica da *Migdal*”, e como o terror das “escravas brancas” se estendia sobre a cidade. Segundo o informante, a organização possuía um “diabólico serviço de espionagem em torno das suas vítimas”, e as que ousassem contrariar tais comando, apareceriam misteriosamente estranguladas. Em certo ponto da notícia, o autor alega que, frequentando peregrinamente às delegacias no cumprimento da sua profissão, acompanhou vários acontecimentos desses “parasitas” na capital. O repórter não identificado relatou que, em 1924, presenciou a expulsão de um jovem romântico, natural da Argentina, mas que fora denunciado por negociar escravas brancas na cidade.

¹⁰⁹ Última Hora. Curitiba: 16/02/1932.

¹¹⁰ Sabemos que nesse período já existia, por parte da Delegacia de Costumes, a identificação de meretrizes, no entanto, era preciso intervir no interior desses espaços para identificar as mulheres em situação de prostituição clandestina, já que na prática apenas as prostitutas públicas eram identificadas.

Um ano depois, o mesmo jornal publicou um texto assinado por Clodomiro Doliveira, sobre o “vasto e ignorado mundo que se ergue nos *bas-fonds* da cidade”. Segundo o sujeito, “neste palco da vida, marcado pela sociedade moderna”, emergiam-se nas sombras do submundo da aristocracia curitibana os traficantes que “antes exploravam as escravas pretas, mas agora são mais modestos, exploravam as “escravas brancas”.

“Os rufiões estabeleceram seu quartel general na cidade. Exploram as escravas brancas e obrigam-nas a assignar artigos injuriosos contra a sociedade curitibana. Ainda hoje, num matutino, uma infeliz vítima do tráfico assigna insultos que servem para testemunhar a ousadia dos rufiões”.
Diário da Tarde. Curitiba: 06/01/1934.

Naquele mesmo ano, o Correio do Paraná publicou uma reportagem com o título “em prol do saneamento social”, onde denuncia que diversos estabelecimentos da capital concentravam “feiras de escravas brancas” ignoradas pela polícia da capital. Para o jornal, o que dificultava a ação da polícia era que muitas das campanhas da época se preocupavam com pontos estratégicos da cidade, enquanto os bairros aos redores continuavam semeando os mesmos males tipicamente cosmopolitas dos centros urbanos. Na denúncia, o jornal acusa que bares, restaurante, hotéis e sortistas constituíam um grande perigo para a sociedade, oferecendo a exploração “nauseante de feiras de escravas brancas”¹¹¹. A ascensão desse tipo comércio só foi possível graças à argúcia dos criminosos em esconder tais atividades por meio de funções formais, como salões de beleza, empresários e comerciantes estrangeiros. Por fim, era preciso que a polícia se debruçasse contra “práticas licenciosas”, que por vez, deixava mais visível a deficiência policial e, em simultâneo, cabia à imprensa o dever de cobrar respostas das autoridades.

“Entretanto, ao que se saiba, nenhuma providencia repressora tem sido tomada, da parte da polícia de Costumes, que deveria importar na expulsão em massa da extensa onda de indesejáveis que aqui se estabelecem, aqui exploram, corrompendo os costumes e que, livres de quaisquer constrangimentos, riem da maviosidade das nossas leis e do lirismo dos que são encarregados de executá-las. Mas não é só. Permanece ainda uma infinidade de práticas, de licenciosidades que, pela mais rápida observação, deixam e patenteiam a deficiência do serviço policial, muito embora pretendam insistir na fantasia de que em nossa cidade tudo vai às mil maravilhas. Atende o sr. Chefe de Polícia, sobre o caso e conceda-nos depois a razão, dispensamo-nos, por fim, o prêmio de reconstituir e tornar a

¹¹¹ Correio do Paraná. Curitiba: 24/07/1934.

organização eficiente e burocrático quadro da nossa polícia de Costumes. Seria um meio de dar mais um passo no terreno das medidas acertadas". Correio do Paraná. Curitiba: 24/07/1934.

Desde o começo dos anos 1930, a imprensa acusava a gerenciamiento do interventor do Estado, Manoel Ribas, pelo desenvolvimento de ameaças sociais, como o tráfico de escravas brancas. Além das escravas, a cidade estava repleta de jogadores profissionais, *cáftens* e viciados. Na intimidade dos bordéis, a desordem imperava, até alguns filhos de famílias conhecidas "perdiam as cabeças" se envolvendo com brigas com "putas estrangeiras e briguentas", ou em desavenças que terminavam na faca e no revólver. Era uma estatística que se repetia dia após dia na cidade, tirando o sossego e a tranquilidade da qual a imprensa tanto zelava¹¹².

Em 1934, um importante jornal da cidade publicou a fotografia de uma mulher, escondendo parte do seu rosto com o objetivo de fazer mistério sobre uma possível vítima do comércio de escravas brancas. Embora curta, a reportagem foi dividida em duas seções para preservar a identidade da mulher fotografada e aguçar ainda mais o interesse do leitor sobre o caso. Tudo não passava de uma crítica ao modo como algumas mulheres eram despachadas clandestinamente nos bordéis da cidade pelos seus próprios maridos, outras, seduzidas pelos "donjuanismo desregrado" dos *cáftens* e pelo imaginário de que prostituição "chique e sórdida" poderia levá-las à ascensão social.

"De quem são esses olhos, esses olhos que aqui estampamos, na marcha desassombrada dessa campanha de higiene e moralização, dessa ofensiva contra as incontestáveis vampiras da Migdal, contra as que vendem e fazem vender a carne nos prostíbulos encobertos?". Correio do Paraná. Curitiba: 13/06/1934.

¹¹² Diário da Tarde. Curitiba: 09/04/1935.

FIGURA 17 - Imagens utilizadas pelo Jornal para “provocar” a curiosidade do leitor (primeira imagem com a identidade velada) sobre o fenômeno das escravas brancas em Curitiba. Sobre a autoria das imagens, não há maiores informações.



Fonte: Correio do Paraná. Curitiba: 13/06/1934.

Por fim, a terminologia “escravas brancas” era algo que já estava em pauta no Brasil desde 1880, quando surgiram as primeiras denúncias de prostitutas estrangeiras contra os seus exploradores, citando o exemplo da polaca Klara Adams, visto por Rago (1989). A presença de meretrizes estrangeiras também contribuía para alimentar esse imaginário social instaurado pela imprensa curitibana. Outro fator que impulsionou a circulação de notícias sobre o tráfico em Curitiba fora às conferências da Liga das Nações e outros eventos fatídicos que aconteceram no Rio de Janeiro e no resto do mundo.

No Paraná, a expressão tornou-se pouco mais frequente entre o final da década de 1920 e o começo dos anos 1930, já com a *Zwi Migdal* nos centros das atenções. Desde então, a imprensa começou a denunciar casos de lenocínio e a presença de *cáfens* estrangeiros como possíveis membros da organização internacional. Algumas matérias eram acompanhadas em forma de questionamentos, “será membro da Migdal?” ou “A Migdal dos seguros”. Em síntese, a presença de tal expressão no discurso jornalístico local reforçou o elemento constitutivo do imaginário social influenciado pelas narrativas dos grandes circuitos.

A única referência acadêmica sobre “escravas brancas” em Curitiba aparece na obra de Maria Ingês, onde a historiadora parafraseia uma breve citação retirada

de um relatório de chefe de polícia da década de 1910 sobre um projeto de lei que previa punição do “chicote” para os “mercadores de carne branca” (IGNÊS, 1996, p. 124).

Por se tratar de uma cidade com dimensões menores se comparado ao Rio de Janeiro e Buenos Aires, Curitiba não foi um grande mercado de escravas brancas, tampouco se tornou destino privilegiado nas rotas transnacionais de criminosos e polacas traficadas. Contudo, não devemos tirar o mérito de que assim como outras cidades, Curitiba possa ter sido uma “cidade satélite”, ou seja, não era um destino fixo, mas pertencia a uma rota contornada pelos criminosos envolvidos no tráfico. Tal hipótese foi extraída de um estudo noticiado pela revista carioca Boletim Policial, sobre uma pesquisa realizada pela “Federação Abolicionista Internacional”, em 1914, com sede na Suíça, cujo propósito era o de combater o tráfico de mulheres ao redor do mundo. O estudo aponta que, fora da Europa, os principais centros da prostituição eram: Nova Iorque, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Johannesburgo, Colombo, Alexandria, Cairo e Constantinopla. Porém, essas cidades não agiram sozinhas, mas sim em cooperação com outras que expandiam os negócios, como as “cidades satélites” ou as chamadas “redes do tráfico”.

Noutro momento, em 1927, outro estudo foi publicado pelo jornal carioca A Manhã, e neste caso, Curitiba aparece como um dos principais destinos das “polacas” e francesas orientadas por grupos de *cáftens* estrangeiros. As principais capitais do tráfico não são novidades, Rio de Janeiro liderava em primeiro lugar com mais de 12 mil prostitutas estrangeiras, seguido de São Paulo e outras cidades como Porto Alegre, com 1.500 prostitutas de outras nacionalidades, Bahia: 1.200, Pernambuco: 1.000 Curitiba: 750, Santa Catarina: 500, e Belém do Pará, com 350 polacas e francesas. O autor da pesquisa, identificado como Sr. Hallaga, afirmou que tais números foram consultados a partir de registros civis, delegacias de costumes e serviços de higiene pública das capitais por onde investigou. É um número bem mais elevado se comparado com o total de prostitutas estrangeiras identificadas em Curitiba entre 1929 e 1931, que segundo Nayara Aguiar totalizavam 76, sendo as francesas um total de 14 mulheres e as polonesas 8. Vale ressaltar, que entre prostituição pública e prostituição clandestina havia uma significativa diferença, e como a historiografia nos tem mostrado, mulheres em condição análoga à escravidão não tinham o direito de ir e vir, então, permaneciam confinadas em lupanares e outros espaços de libertinagem.

De Belém do Pará, até Porto Alegre, passando por Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Rio Grande, o turista encontra pelo caminho casas garridas, adornadas de flores vistosas, janelas hermeticamente fechadas, com tabuletas como estas “Le Pavillon d’Armenonville”, “L’Abbaye de Thelem”, “Le Moulin Rouge”, “Les Dames de chez Maxim’s”, “Maison Parisiense”, “Au gat Montmartre”. O simplório poderá imaginar que se trata de uma propaganda levada a efeito pela raiz da cultura e do requinte, em tudo que é belo. Os cartazes luminosos indicam apenas que as mulheres, vestidas tão só de uma gaze transparente, aguardam a visita de adolescentes recém-salvos dos bancos escolares e de velhos cavalheiros escapos ao conjugal. Essas damas francesas são na maioria polacas ou “boches”. Essas casas são mantidas, nove vezes em dez, por proxenetas que em nada lembram a França, o que não impede que os nacionais saiam de seus cuidados, convencidos de que a França adquiriu no Brasil o monopólio do deboche. (A Manhã. Rio de Janeiro: 27/01/1927).

Pela leitura das fontes sobre Curitiba, vê-se que a prostituição e outros problemas tipicamente urbanos foram uma dor de cabeça para as autoridades públicas, mas principalmente para a imprensa, tão ligeiramente interessada na preservação da ordem e da moral, quanto nas críticas às autoridades municipais. Adjetivos como “puta”, “polaca”, “borboleta” e suas variações, foram apenas alguns dos termos usados para se referir a circulação de prostitutas e aos lugares que desenhavam o submundo do crime. Devido à sua presença cada vez mais onipresente no centro da cidade, logo se tornou uma ofensa à moral, como protestava os jornais: Correio do Paraná e Diário da Tarde. Narrativas em formas de algaravias, no mínimo moralistas e estigmatizantes sobre vida das mulheres que eram, de fato, trabalhadoras. Todos esses discursos reproduzidos pela imprensa local sobre a prostituição são frutos de convenções sociais que passaram por mudanças ao longo da história, mas somente no XIX, com a intervenção de médicos sanitaristas é que a prostituição passou a ser associada como uma doença, ato de degenerescência que devia ser controlada e vigiada, mas, jamais extinta.

Nesse mesmo período foi criada a Delegacia de Costumes, ou Polícia de Costumes, nas grandes capitais do país como medida regulamentária para conter as perturbações da ordem e evitar não apenas a prostituição, mas a corrupção dos valores morais das mulheres. A isto se acresce o interesse pela circulação de gatunos acusados de proxenetismo na capital, fosse pela imprensa local, acomodada em fazer afirmações precipitadas, ou pelos boletins policiais. Ao lidarmos com a presença desses gatunos que tinham nos seus *modus operandi* a circulação e transnacional, procurá-los em jornais de outros Estados, principalmente no Rio de Janeiro, foi um exercício instigante. Ainda assim, é um trabalho dificultoso,

e às vezes delicado, pois, como discutido ao longo do trabalho, muitos conseguiam driblar a justiça com documentos falsos ou conseguiram se proteger por meio de mecanismos distintos, pois, raramente agiam sozinhos e alcançavam ligações com os seus demais companheiros.

4 CAPÍTULO – ARQUIVOS MARGINAIS: ZWI MIGDAL E A CIRCULAÇÃO DOS “INDESEJÁVEIS” EM CURITIBA

4.1 ARQUIVOS MARGINAIS

Do ponto de vista investigativo, quem pertencia ao universo do tráfico de mulheres? Bem, responder isso com certa precisão é algo delicado. A resposta pode parecer simples, se pensado no substantivo coletivo: criminosos, traficantes ou prostitutas. Não é por acaso, que o escritor Moacyr Scliar chama esses indivíduos de “demônios” ou “fantasmas”, porque algumas narrativas sempre prevalecem, nas entrelinhas, uma identidade coletiva. Quando o autor menciona que é preciso tomar esses demônios públicos, ele está se referindo às trajetórias e experiências individuais que permanecem silenciadas, sem direito à memória. Outrossim, quem determinava, por exemplo, quem seria uma “escrava branca”? O judiciário, a polícia ou a imprensa? Esse tipo de julgamento foi mais onipresente no discurso jornalístico do que nos demais arquivos. Se por um lado a polícia dificilmente conseguia provar que tais *gentlemans* seriam exploradores de mulheres, diagnosticar as “escravas brancas” era algo ainda mais improvável.

No capítulo em questão, foi possível articular diferentes narrativas, todas oriundas de arquivos marginais que giravam em torno de sujeitos perigosos, mas não no sentido violento, irracional, pelo contrário, que conseguiam se infiltrar na sociedade como “corujas”, indivíduos predadores, inteligentes e bem adaptados socialmente. Assim, veremos que até mesmo em Curitiba, algumas velhas e tradicionais narrativas sobre o tráfico de mulheres se repetiram. Sempre com sujeitos suspeitos, mas que no final das contas não eram julgados por conseguirem equilibrar as atividades ilícitas por meio de diferentes recursos. Outro ponto a ser discutido é a circulação considerável de *cáftens* viajantes que desembarcavam em Curitiba por alguma razão, e a presença quase “inquietante” de algumas “polacas”, se tornando, inclusive, alvo de investigação policial no âmbito internacional.

4.2 IDENTIFICANDO AS “DEMI-MONDAINE” EM CURITIBA

Na literatura, as prostitutas francesas foram interpretadas como “amantes da alta classe”, ou “prostitutas de luxo”, geralmente associado ao modo de vida da Corte, ou com alguns costumes parisienses típicos da “*Belle Époque*”. Expressões como *Cocottes*, *Demi Monde* e *Franfuchas* estiveram ligeiramente associadas às prostitutas que frequentavam os mesmos espaços de sociabilidade dos ricos e poderosos, e em alguns pontos, uma certa parcela da sociedade boêmia dos grandes centros urbanos. Não é novidade que importantes estudos sobre prostituição foram publicados na Europa do século XIX, como Parent du Châtelet, Lombroso e Tarnowsky. O simbolismo do romance de Madame Pommery é um exemplo excepcional de espécie de sublimação dessa presença consolidada na imaginação romanesca da prostituição estrangeira. Com tudo, o universo dos planos ficcionais se atravessa em meio a história e vice-versa, é o caso de Laure Adler, mostrando que a prostituição parisiense, além de influente do ponto de vista artístico, mantinha fortes ligações carnisais com o poder.

Na historiografia brasileira, a prostituição de luxo sempre surge associada às mudanças após a transferência da Corte portuguesa. A interpretação que se tem sobre essas mulheres, é que as cortesãs estavam relacionadas às representações da vida boêmia que embelezavam algumas langorosas curvas dos salões de cafés, na qual a púrpura e a prata brilhavam sobre o estilo barroco italiano das pensões alegres, segundo Priore (2016). Do outro lado, a prostituição das polacas, e nesse sentido refere-se às mulheres estrangeiras que não pertenciam à França, aparecem em narrativa banais, de mulheres pobres e perigosas, como discutido na historiografia. É o caso da obra “Humilhação e Luta, uma mulher no Inferno Verde”, de Sally Knopf, e o “Ciclo das Águas”, de Moacyr Scliar, em que a prostituição de mulheres estrangeiras é retratada na condição marginal na qual foram relegadas, vítimas da miséria, do antissemitismo e outras consequências do tráfico.

No entanto, conforme a historiografia sobre o tema, nem sempre umas e outras estavam às margens de um imaginário utópico de “glamour”, nos moldes tipicamente europeus. As fontes sobre a presença dessas mulheres na capital curitibana não são muitas, nem por isso devem ser descartadas, já que se tratam de discursos jurídicos e narrativas jornalísticas, considerando que a imprensa era um importante mecanismo de influência social sobre a sociedade.

Nos folhetins de Curitiba a presença das francesas, polacas e brasileiras no espaço urbano era algo pouco notório. Entravam e saíam discretamente nas ruas e

esquinas, a chamada “prostituição de rótula”. Costumavam ir de encontro com os figurões que frequentavam os bares, cafés, hotéis e lupanares movimentados, quase todos frequentados pelos “dancings”. Esses “espaços triviais” podiam ser vistos à luz do dia em meio a arquitetura eclética, colonial e neoclássica no coração da capital, onde os espaços boêmios se alinhavam às casas de família, representando, vagarosamente no limiar do século passado, um problema social.

Para a polícia, a circulação de mulheres estrangeiras nos anos 1930 podia ser explicado em razão da “velha organização destinada ao tráfico”, à medida que as meretrizes exibiam joias e outros produtos de fabulosas rendas admitidas por meio da prostituição. O Delegado do Rio de Janeiro, Frota Aguiar argumentou que, por detrás da circulação misteriosa dessas mulheres em diferentes capitais, estava envolvida toda uma cadeia de criminosos que se estendiam desde exploradores, rufiões, *cáftens*, assassinos e ladrões. Para Frota, a intensificação dos telegramas entre cidades da América do Sul não se deu por acaso, já que havia uma quantidade significativa de meretrizes da Argentina e do Uruguai nas margens de Foz do Iguaçu e Corumbá. Aguiar alega que os envolvidos com o desaparecimento da francesa Pierrot, Alexandre Lacombe, Adolph Ficher e Mauricio Anuzzi, eram célebres *caftens*, e teriam partido rumo às fronteiras com a Argentina (Paraná), justificando a intensificação de telegramas entre polícias vizinhas naquele período¹¹³.

Nessa dinâmica, exercer a vigilância sobre possíveis suspeitos que se omitiam meio à multidão era uma situação que permitia manter certo controle da criminalidade na cidade. Para corroborar essa discussão, o estudo de Nayara Aguiar contribui para pensar o panorama do meretrício na capital paranaense a partir de procedimentos realizados pelo Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná entre 1929 e 1931. As práticas policiais relevadas nos prontuários, por exemplo, reproduziam uma representação sobre a prostituição, segundo a qual as mulheres deveriam ser submetidas aos procedimentos legais no sentido de soluções legais para os casos sobre os quais a polícia se debruçava. Assim, a autora discute que, embora houvesse um número significativo de meretrizes na capital, geralmente, as mulheres de outras nacionalidades eram relativamente baixas, apenas 6,57%, sendo as francesas, 1,46%, seguido das polonesas, 0,83%, bem como outras

¹¹³ Entrevista dada ao Diário da Tarde. Curitiba: 14/07/1942.

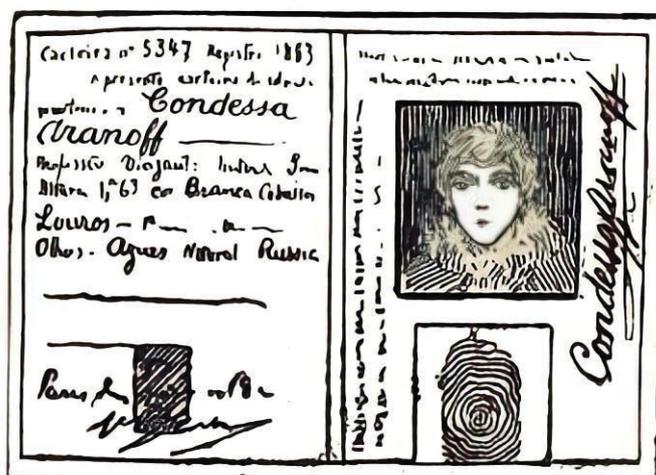
nacionalidades, somando um total de 63 prontuários, conforme o estudo de (AGUIAR, 2018, p. 201).

O exame dos prontuários pode ser considerado uma “peça chave” no desdobramento dos casos que avultava mais a moral do que a lei. Para isso, foi preciso mapear as múltiplas representações do meretrício por meio de peças que iriam além da identificação, mas também à sua subjetividade. Assim, era preciso vasculhar o indivíduo naquilo que se acreditava ser parte constitutiva de sua personalidade, como trajetória, ascendência e biografia. É intencionalmente com a questão do meretrício “à francesa”, dessa diferença no tratamento retórico de “escravas” por meio da tentativa de desqualificação moral, sem direitos, sem pertencimento e análoga à servidão, que buscamos contemplar informações anteriores a partir da trajetória de algumas mulheres.

Um dos fatores que norteiam essa questão do ponto de vista criminal era justamente a circulação “enigmática” de mulheres estrangeiras na capital. A partir dessas evidências, aconteceu uma aproximação da Delegacia de Costumes com outros Estados e até mesmo países vizinhos no sentido de averiguar possíveis reincidências criminais por parte das prostitutas identificadas.

Outra colocação específica é que o protótipo de modelo de identificação instaurado em Curitiba foi inspirado em outros métodos que já circulavam dentro e fora do país, como no Rio de Janeiro e Buenos Aires. Isso porque, em certas capitais da Europa, como é o caso de Paris, o tratamento sobre a regulamentação da prostituição era algo que já vinha sendo estudado desde a primeira metade do século XIX. Desse modo, não é novidade que os mecanismos inseridos na Europa tenham influenciado os modelos que circularam nos países da América do Sul. Assim, em ordem cronológica, como já mencionado, em decorrência da regulamentação do meretrício em Buenos Aires, tal modelo foi adotado em meados de 1870, seguido do Rio de Janeiro, com a criação da primeira Delegacia de Costumes na capital do país, passando por outras capitais como São Paulo e Curitiba no final dos anos 1920. A historiografia revela que se trata de um “sistema de solidariedade policial”, cujo valor teria, pela extensão dos seus resultados, nas medidas empregadas contra o lenocínio internacional e suas variantes.

FIGURA 18 -Um segundo exemplo do modelo “universal” de prontuário de identificação publicado pela revista Vida Policial. Basicamente, o modelo deveria constar uma fotografia de perfil, impressões digitais, identificação e outras informações a respeito da identificada, como nacionalidade e residência.



Fonte: Vida Policial. Rio de Janeiro, 15/04/1925.

Sobre a necessidade de as autoridades policiais implantarem modelos universais para facilitar a identificação de criminosos em diferentes distritos, Galeano (2012) explica que:

A ideia da “União Policial Universal” era um jogo de palavras com a “União Postal Universal”, o organismo que regulava, desde a década de 1870, o intercâmbio de correspondências entre os países. Esta comparação tinha muitos significados: no século XIX, o telégrafo havia permitido unir as diferentes repartições policiais, no sonho de instantaneidade que mais tarde a radiocomunicação ajudaria a reforçar. Agora, os fios telegráficos se uniam aos métodos de identificação para produzir a ficção de uma polícia universal. A cooperação internacional entre as forças da ordem era uma velha aspiração, mas – segundo dizia o Comissário de Investigações da polícia portenha – ainda não havia encontrado uma saída para o “problema de sua praticabilidade”, que a datiloscopia resolvia convertendo-se na “linguagem de nossos futuros alertas (GALEANO, 2012, p. 175).

Um exemplo disso é o prontuário n. 74, referente à francesa Jeanne Menin, fichado em 1929. Na sua rápida passagem pela capital, ela já acumulava duas queixas por contravenções na Delegacia de Costumes da cidade, bem como outros documentos anexados sobre sua passagem em outros Estados. Esse é um dos pouquíssimos casos onde o número de documentos anexados ultrapassa 5 laudas, proporcionando mais documentos sobre um mesmo caso. Em outros registros sobre mulheres estrangeiras, também há documentos sobre pedidos de identidade nacional, passaporte e uma seção destinada de observações a respeito da identificada, além dos procedimentos analíticos padrões.

O que interessa, nesse caso, foi a trajetória da registrada, semelhante com a de muitos *cáftens* e gatunos internacionais que operavam nas rotas transnacionais daquele período. Para averiguar tais circulações, foram expedidos documentos para os órgãos de polícia do Estado de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e todos informaram que sobre aquele prontuário nada constava sobre a referida mulher.

Assim, as impressões digitais, por meio da classificação de Vucetich, chegaram até à polícia de Buenos Aires pela *Divison Investigaciones*, bem como a fotografia de Jeanne grampeada no documento. O uso da fotografia facilitava a pesquisa dos traços invisíveis, embora fosse também, na prática, algo relativamente mutável, por meio da arte do disfarce. Além do retrato falado, a fotografia judiciária era outro método preciso e claro de identificação que permitia às autoridades a leitura facial dos acusados. Em síntese, a fotografia judiciária apresentava 4 características essenciais, a de registrar o local do crime, a ação do médico legista, o cadáver e à sua reconstituição, e a busca pelo criminoso tendo como vantagem o retrato falado. Por isso, o exame ocular da técnica policial utilizada na identificação seguia os mesmos padrões das fotografias de criminosos reincidentes, obedecendo às normas e os enquadramentos para serem aplicados aos inquéritos judiciais¹¹⁴.

¹¹⁴ Vida Policial. Rio de Janeiro: 21/07/1926.

FIGURA 19 - Prontuário n. 74, referente à francesa Jeanne Menin, de 1929. O documento anexado foi assinalado por autoridades de Buenos Aires para sinalizar ou não, possíveis antecedentes criminais, já que se tratava de uma meretriz "viajante".

REPUBLICA ARGENTINA
POLICIA DE BUENOS AIRES
CAPITAL FEDERAL
DIVISION INVESTIGACIONES

Buenos Aires, Junio 5 de 1929

Al Señor jefe del Gabinete de Ident. y Estadística
Curitiba - Brasil

La persona cuya individual dactiloscópica se sirvió remitir a esta Oficina para su información y que dice llamarse Jeanne Menin no registra antecedentes judiciales en esta Oficina.

Observaciones:



Gabinete de Identificación
Fecha de entrada
17 JUN. 1929
CURITIBA-PARANÁ

INVESTIGACIONES
SECCION
INFORMACIONES

Saluda a Ud. atte.
[Signature]

Fonte: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná, 1929.

Sobre a relação entre diferentes Gabinetes Antropométricos, a classificação datiloscópica apresentou um importante aspecto no reconhecimento e identificação de sujeitos que estavam, de certa forma, em constante conflito com a ordem. De acordo com Luís Antônio de Souza, essas novas aquisições como algumas técnicas de identificação tiveram um papel determinante como instrumento de investigação, ao aumentar a segurança de criminosos foragidos por meio de técnicas que sondavam “as profundezas da alma e da biopsicologia dos suspeitos”, (SOUZA, 2009, p. 74).

Ao revisar o fenômeno da imigração no Rio de Janeiro, Lená Menezes (1996) explica que, enquanto a sociedade se abria aos estrangeiros, ela também expulsava os imigrantes. Esse fato paradoxal acontecia justamente por meio dessas

medidas criadas para conter os sujeitos estrangeiros. Para isso, pensando numa perspectiva transnacional, a autora lembra que esses recursos de Identificação como a Datiloscópica, contribuiu na identificação de *cáfrens* que circulavam entre Buenos Aires, Montevideú e o Rio de Janeiro, embora muitos conseguissem a proeza de trocar aspectos subjetivos, como o nome e aparência para dificultar a ação policial.

O seguinte caso se refere ao registro nº 142, e o nome da identificada é “Jeanna Lafont” ou “LiLi Menin”, de 27 anos. Fora observado que “Lafont” era o nome de batismo de Jeanne Menin, de 34 anos, a mesma do caso anterior. No registro nº 72, Jeanne menciona, na seção “parentes”, que havia uma irmã chamada “Jeanna Lafont”, e que residia na rua Cruz Machado, nº 274. Enquanto uma afirmava ter abandonado o lar há três anos, outra afirmava ter abandonado o lar há 5 anos, explicando a chegada delas em épocas diferentes. Ambas afirmaram que embarcaram de Paris rumo ao Rio de Janeiro, possivelmente em 1928, chegando em Curitiba logo nos meses seguintes. Ainda em 1929, o consulado da França, no Estado do Paraná, confirmou a nacionalidade da referida “LiLi” por meio de um documento expedido como atestado. Já em 1934, Jeanne passou a ser identificada pelo sobrenome de Cécile Reynoard, e embora tenha afirmado, ainda em 1929 que fosse casada, a identidade do referido homem era uma incógnita. Para a emissão de documento de identidade ou passaporte, era preciso passar por algumas formalidades exigidas pela lei, entre elas, que os estrangeiros deveriam comprovar laços matrimoniais ou emprego formal, e nesse caso, Jeanne afirmou que havia se tornado “doméstica”.

Como visto, o espaço atlântico sul-americano tornou-se um principal atrativo por conta de serem regiões históricas delineadas pelo comércio e pela circulação de pessoas que atravessavam constantemente as fronteiras. Nesse panorama, a circulação de informações contendo dados pessoais e fotografias atravessava as fronteiras com certa frequência. A exemplo disso, foram analisados os prontuários referentes as meretrizes Georgette Tremont, Anna Muchaloska, Ermeliana Mayen, Rachel de tal, Maria Luiza, vulgo “Lili” e Luzona de tal, Lilia França. Essas foram algumas das mulheres de origem francesa, das mais diversas regiões, desde Peille à Paris, que foram “voluntariamente” submetidas aos procedimentos de identificação na capital.

Na hipótese, pode se dizer que o método implantado na capital, seguia o modelo de ficha de troca universal, como peça do ideário de “União Policial Universal” que se consolidou na América do Sul, após uma trabalhosa tarefa de propaganda dos vucetichistas. Nas outras capitais do país não são poucos os casos de criminosos viajantes e meretrizes barrados pela polícia e identificados por meio do intercâmbio de correspondências entre países vizinhos.

Ao que interessa, há outros prontuários que dialogam em sintonia com essas discussões. É o caso de Anna Muchaloska ou Hasmin Muchaloska, de prontuário n. 75. Anna era de origem polonesa, nascida em 1898, e descrita como “uma como mulher branca, dos olhos azuis e de cabelos em tons castanhos”. A mesma afirmou ter abandonado o lar há um ano (1928), mas, eventualmente seu prontuário consta que a mesma teria passado por outras regiões para além do período de um ano. Em alguns casos onde as mulheres eram instruídas, elas ficavam encarregadas de preencherem os dados e se auto identificarem nas linhas gerais do prontuário. É o caso de Anna, no entanto, percebe-se que raríssimas vezes as identificadas omitiam informações sobre parentesco no documento, ainda que muitas estivessem em situação análoga ao abandono ou exclusão familiar.

FIGURA 20 - Fotografia da francesa Anna Muchaloska, registro n. 75¹¹⁵.



¹¹⁵ Como é possível notar, havia toda uma preocupação com a aparência e vaidade por parte das meretrizes. Sobre isso, a dissertação de Nayara Aguiar (2018) é referência para com o das fotografias a partir do olhar da semiótica, buscando dar sentido às experiências subjetivas como as experiências de vestir, maquiar e se produzir para o processo de identificação.

Fonte: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná, 1929.

O Gabinete também registrava o perfil moral dessas mulheres, assinalando possíveis históricos da passagem das meretrizes em outras delegacias para averiguar casos de crime ou desordem, como é o caso de Anna e de outras mulheres. Um princípio geral estabelecido para manter as fichas individuais de identificação era a coleta de informações pessoais, subjetivas e secundárias. O que chama atenção no caso de Anna, é que a circulação dela aconteceu num curto período, resultando na identificação em outros órgãos vizinhos e até da polícia Argentina. Assim, o prontuário de Anna percorreu os serviços especializados no Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Esses intercâmbios, segundo Souza (2009), só foram possíveis, na prática, devido ao estabelecimento do mecanismo padronizado de controle dos criminosos e vadios, bem como garantir a condenação quando fosse preciso.

A polícia de São Paulo, em 1908, fez consulta junto ao Serviço de Investigações da Argentina para conhecer os antecedentes de Juan Diaz Garcia. Aquele serviço informou que esse indivíduo já havia sido deportado do Rio de Janeiro por estar envolvidos com jogos e ser vadio, além de usar o nome Antônio Gomez Fernandez (SOUZA, 2009, p. 275).

Sobre os prontuários, alguns Gabinetes de Investigações de outros Estados também emitiram relatórios sobre a passagem de meretrizes estrangeiras identificadas em Curitiba. Por ter dito que viveu em São Paulo na companhia de Martha de tal, em 29 de maio de 1929, foi assinado pelo Dr. Diretor do Gabinete de Identificações do Estado de São Paulo, que a respeito daquele prontuário (Anna Muchaloska) nada constava em registro criminal. O mesmo procedimento se repetiu com o Gabinete de Identificação e Estatística Criminal do Rio de Janeiro em 14 de junho de 1929. Pouco tempo depois, foi a vez das autoridades de Buenos Aires responderem às solicitações com a seguinte mensagem: "*La persona cuya individual dactiloscópica se seervió remitir a esta Oficina para su información y que disse lhamarse Anna Muchaloska no registra antecedentes judiciales en esta oficina*".

Afinal, o que justificava a presença dessas mulheres na capital? Associá-las às colônias de imigrantes europeus poderia ser uma saída, se não fosse pelo fato de que essas mulheres chegaram na capital em questões de poucos meses, até anos. Ou poderíamos associá-las à circulação de proxenetas internacionais como veremos

a seguir? Bem, embora a imprensa tenha denunciado o comércio de mulheres na capital, como no capítulo anterior, ela não nos dá essas respostas, pois seria um equívoco articular a presença dessas mulheres com o tráfico, porque no pensamento popular daquele período, toda prostituta estrangeira era polaca e, com isso, toda polaca era escrava. Para Schettini, é preciso um olhar inverso e tomar cautela e não promover a associação de prostitutas estrangeiras com o pensamento discursivo daquele período, pois ainda que o tráfico mantivesse uma estrutura hegemônica e hierárquica, ela também era heterogênea, em alguns casos, e isso variava de região para região. São questionamentos que nem mesmo os dispositivos daquele período faziam questão de resolver, justificando a dificuldade de encontrar documentos e pistas sobre esses sujeitos viajantes.

As idas e voltas de homens e mulheres suspeitos de proxenetismo entre ambos os países, então, não podem ser tomadas pelos historiadores da mesma maneira que as consideravam os funcionários policiais – como provas da existência de um tráfico de mulheres europeias. Seus movimentos talvez sejam mais úteis se forem considerados como uma via para conhecer melhor os termos de certas redes sociais tecidas entre grupos de imigrantes, na medida em que trazem para um primeiro plano as expectativas e os conflitos provocados pela dimensão moral de certos arranjos e estratégias de sobrevivência (SCHETTINI, 2012, p. 63).

A historiadora Etelvina (1999) menciona que no começo do século passado, algumas meretrizes de origem francesa foram alvos das diferentes formas de violência que envolvia o lado turbulento da cidade, citando o caso de agressão contra uma jovem de 14 anos. Independente da nacionalidade, todas as prostitutas eram vistas como uma ameaça, e suas práticas se achavam sobre constante julgamento social, tanto na esfera pública quanto na imprensa. Sobre essas mulheres, apesar de algumas lacunas, conforme os relatórios de Chefe de Polícia de 1936 a 1938, as estrangeiras se destacavam numericamente em crimes relativos à desordem urbana. No mesmo período, foram realizados ainda outros 31 prontuários de meretrizes de outras regiões. Outro dado relevante, é o expressivo número de mulheres oriundas do Rio Grande do Sul e cidades do interior do Estado.

Com base em outros documentos como o DEPEN, sobre sujeitos presos na capital, com o fundo documental do Instituto de Identificação, que além dos prontuários de meretrizes, há também registros criminais, foi possível localizar 698 prontuários de meretrizes. No caso assinalado por Nayara Aguiar (2018), somam-se 894 prontuários, muitos dos quais foram sendo cancelados durante os anos à

medida em que essas mulheres solicitavam a revogação de tais documentos. Somando-se a isto, foram identificadas fichas de catalogação do Museu da Justiça do Paraná com 10 processos-crimes instaurados entre os anos de 1893 e 1934, envolvendo meretrizes estrangeiras, como polacas e italianas. Nos relatórios de polícia mencionados, as francesas, polonesas e italianas apareciam nos quadros demonstrativos de criminosos capturados ou apresentados pela polícia por vadiagem, desordem ou embriaguez, que, nas premissas Ingês (1996) eram atividades associadas à prostituição e vadiagem.

4.3 – A “CAÇA” AOS *CÁFTENS* NOS BOLETINS POLICIAS

Graças à mobilidade e outros recursos da própria justiça, como o *habeas corpus*, muitos *cáftens*, desde punquistas nacionais e gatunos internacionais conseguiam escapar das leis nacionais com certa facilidade. É comum, por exemplo, encontrar nas revistas policiais do Rio de Janeiro, algumas narrativas sobre a captura de *cáftens* que foram processados e deportados, mas que continuavam circulando intensamente pelos principais “centros do prazer”. Assim, como observamos, não era muito que essas figuras do “alto escalão”, se tornassem populares entre os discursos da imprensa, pois alguns eram mais modestos, célebres em suas proezas de manipular autoridades com dinheiro em prol do silêncio. Nem todos os proxenetas eram “homens de negócios”, mas sim punquistas, às vezes taxados de vadios, anarquistas, comunistas, enfim, figuras que estavam nos centros das atenções das chamadas leis contra os “indesejáveis”. Alguns mais esnobes se tornaram velhos conhecidos da imprensa carioca, visto que se aventuravam diariamente no mundo do crime, e mesmo com antecedentes criminais, conseguiam provar nacionalidade e circulavam livremente de um lugar para o outro, sempre com o objetivo de expandir a “indústria do *caftismo*” no país¹¹⁶.

¹¹⁶ Revista Criminal. Rio de Janeiro: 15/07/1927.

FIGURA 21 – Algumas representantes do meretrício requeriam ao *habeas-corpus*, afim de garantirem o livre exercício da profissão. O mesmo acontecia com os “*cáfens* profissionais”.



Fonte: O Malho. Rio de Janeiro: 12/11/1924.

Que o Rio de Janeiro era o “paraíso dos *cáfens*”, como afirma alguns periódicos da época, isso não chega a ser novidade, mas sobre Curitiba? A documentação examinada mostra que na capital também havia uma certa circulação de gatunos, alguns internacionais, outros regionais, mas quase todos em comum que não residiam na capital, apenas faziam dela uma espécie de “trampolim do crime”. Ao mesmo tempo, algumas narrativas sobre os *proxenetas* na capital são diversas, desde homens que exploravam suas próprias esposas e filhas, sujeitos que aliciavam mulheres por falsas promessas, narrativas de desaparecimento ou rapto de menores, e não menos importante, a exploração sexual de crianças. Deportações? Com base em alguns documentos, sim! Mas nem todos eram devidamente processados pela justiça brasileira. Membros da *Zwi Migdal*? De acordo com alguns periódicos, sim! Mas por se enquadrarem ao estereótipo do “temível *cáfem* judeu”, usado para se referir aos gatunos internacionais daquele período. Não é uma síntese, mas um breve balanço das experiências que as narrativas da imprensa apresentam com base em boletins da polícia sobre dos *cáfens* e *cafetinas* presos ou identificados na capital.

Na obra “O espetáculo visto do alto”, a historiadora Maria Ingês dedicou boa parte da discussão para a análise do comportamento de sujeitos considerados “perigosos” no cenário curitibano do começo do século passado. Dialogando principalmente com as interseções e os conflitos entre o pensamento jurídico e policial, a autora discute brevemente os diferentes enfoques dos meios de controle contra a prostituição e o crime de lenocínio na cidade. Em um trecho específico, a

autora menciona uma medida já existente em países como a Inglaterra, a chamada “pena do chicote”, que era um meio repressivo contra a atuação de *cáfens*, tendo como possível consequência a deportação e expulsão dos envolvidos (IGNÊS, 1996, p. 120). Nesse caso, os tempos eram outros, ainda mais remotos se comparado com 1930, e ainda assim o Diário da Tarde já fazia ligações com os termos “escravas brancas” e “mercadores da carne branca”.

Por todo canto se falou em uma ideia de “*caftismo*” concebida por meio de romances e fitas de cinema, mas ninguém levava a sério quando diziam que os *cáfens* constituíam uma formidável organização social, resistindo à polícia e fiscalizando suas “mercadorias”. A ação das redes de exploração pelo país, parecia se manifestar principalmente por meio de redes de solidariedade, ou seja, eles procuravam se auxiliar uns nos outros, de forma mútua, para facilitar o transporte das “mercadorias”, bem como documentos falsos, passaportes e dinheiro. A circulação desses criminosos contribuía para alimentar a ameaça e o terror criado no imaginário social que parecia crescer no interior de uma redoma. Num certo período do contexto curitibano, tudo era usado como pretexto para mencionar a célebre *Zwi Migdal*. O Correio do Paraná, por exemplo, ao mencionar os “*lords*” envolvidos com a jogatina menciona: “o capricho da Migdal chega a ponto de que se tratando de poderosos ricos, de gente com verdadeiro prestígio social, possam fazer mal às sinistríssimas Michéias”, ou prostitutas¹¹⁷.

A ação das redes de exploração no país todo se manifestava principalmente numa inquebrável solidariedade entre sujeitos que se auxiliavam, de forma mútua, facilitando os meios de transporte, documentos e passaportes falsos, entre outras coisas. Contudo, esses “*souteneur*”¹¹⁸ tinham apenas uma preocupação, provar que não eram vagabundos, acusando uma profissão qualquer, desde comerciantes de roupas, joias ou de estabelecimentos, como hotéis e restaurantes. Muitas vezes a polícia até desconfiava de que certos comércios eram administrados por *cafténs*. Entretanto, como prová-los? Isso, na prática, não era um exercício simples, porque muitos desses sujeitos conseguiam provar, por meio de amigos e sócios, que residiam no país em função de alguma ocupação legal. Como lembra Schettini,

¹¹⁷ Correio do Paraná. Curitiba: 25/09/1935.

¹¹⁸ O mesmo que rufião, sujeito que vive às custas da exploração alheia.

muitos *cáftens*, ou geralmente, criminosos estrangeiros, conseguiram o provar as suas “qualidades morais” por meio de pedidos de *habeas corpus*.

Frequentemente, um pedido de *habeas corpus* era a única possibilidade de frear um procedimento que se caracterizava pela celeridade e por deixar margens mínimas de ação por parte dos acusados. Mas nisso havia diferenças importantes entre as duas legislações. A questão era complicada, porque a expulsão não era uma pena; era uma medida administrativa em defesa da soberania nacional. Devia ser sumária, e consistia em um decreto de expulsão emitido pelo Poder Executivo. Uma vez emitido o decreto, o expulsado tinha três dias para deixar o país. Assim, era comum que, na consideração dos pedidos de *habeas corpus*, o Poder Judiciário nos dois países tendesse a respaldar a legislação, afirmando a constitucionalidade do ato de expulsão sem a possibilidade de acusação e julgamento nos termos da lei (SCHETTINI, 2012, p. 59).

Nesse sentido, a autora se refere aos laços criados entre as capitais federais de Buenos Aires e Rio de Janeiro, e o modo como a justiça de ambos andavam lado a lado para conter a impunidade contra esses criminosos. Em outros países da Europa no século XIX, o tratamento contra o lenocínio e suas modalidades, eram punidas com penas que variavam de multa, prisão e dependendo da gravidade, a deportação. No último caso, o estrangeiro perdia os direitos como cidadão, caso tivesse adquirido, como aconteceu no Brasil no começo do século XX.

Nos países europeus, a circulação de proxenetas nas capitais era algo que vinha sendo exercido desde tempos mais remotos por meio do tráfico de mulheres para a Ásia e América do Norte. Já no começo do século XX, os proxenetas que operavam em grandes capitais já não se ocultavam como os alcoviteiros e rufiões de antigamente. Eles eram ousados e perigosos, feriam os costumes e exibiam lucros exuberantes do torpe comércio que acontecia a olho nu. O interesse que movia a humanidade no combate aos *cáftens*, motivou a Conferência Internacional de Paris, realizada entre os dias 15 e 25 de julho de 1902, em que se discutiram medidas de caráter administrativo e legislativo para serem adotadas nos países envolvidos com o tráfico. Sem falar, é claro, da criação de uma polícia feminina exclusiva contra o tráfico em 1924, apresentado na Liga das Nações¹¹⁹.

Em sentidos de debate historiográfico que se tem sobre o período da Primeira República, vencer a ilegalidade tornou-se uma prática diária que incumbia ao Estado buscar os meios de diagnosticar o lenocínio. Como visto antes, nesse período ocorreu importantes discussões e iniciativas técnicas por parte da polícia

¹¹⁹ Diário de Notícias. Curitiba: 19/08/1931.

científica, que a grosso modo, se militava apenas à capital federal. Assim, a preocupação contra a desordem e a vadiagem, vistos como meios que antecederiam crimes mais acentuados, era um problema que englobava todo o território nacional, mas nem todos os Estados detinham esse poder de processar casos de expulsão contra estrangeiros.

Por mais que o Estado do Paraná, por exemplo, se abstraísse do poder de julgar processos de expulsão internacional, o que se discutia era os diferentes modos em que os órgãos públicos deveriam proceder contra esses casos, para que tais indivíduos fossem devidamente punidos. Lena Medeiros (1996) explica que deportar um estrangeiro já não era matéria nova dos anais de polícia, e que os perniciosos princípios firmados na Constituição Republicana, deu origem a lei n. 641, de 7 de janeiro de 1907, que determinava certos requisitos para a expulsão dos estrangeiros. Tal medida chegou a ser modificada em 1913, ao derrogar algumas disposições impostas no decreto anterior¹²⁰.

Assim, servindo-se de uma experiência que buscava promover a segurança nacional contra criminosos e movimentos operários, acusados de anarquismo e comunismo, criou-se todo um paradoxo da imigração no marco da República Velha. Por tanto, a imigração no Brasil é um dos fatos clássicos da formação da sociedade nacional, contudo, o reconhecimento generalizado da importância de um evento histórico, sem sempre contribuir para à sua problematização. Ao lado do universo utópico que movia a economia das grandes cidades, restou a marginalidade e outros imigrantes que, sem auxílio, ficavam relegados à condição de mendigos, vadios e até criminosos. O paradoxo desta questão está no fato de que, enquanto políticas públicas se abriam aos estrangeiros, também buscava contê-los. O que importava é que a marginalidade se constituiu como um produto social, e que esteve enraizado no processo de redefinição da sociedade que começava a se projetar no começo do século XX. Contudo, como argumenta Margareth Rago, o tratamento da figura dos *cafténs* acontecia de forma diferenciada, pois em muitos casos, a polícia lidava com criminosos reincidentes e com ágeis habilidades no sentido de manter ligações secretas por meio do crime organizado internacional (RAGO, 2008, p. 251).

¹²⁰ É quase indiscutível que a figura de Adolpho Gordo tenha desempenhado contribuído no processo que tinha o objetivo de dar fim aos “indesejáveis”, além de executar um projeto de lei que censurava a imprensa, impedindo certos posicionamentos políticos sobre fatos escandalosos.

Essas discussões são importantes porque se aproximam da documentação recolhida com a mesma problemática. A imprensa novamente se mantém em destaque no que se refere às narrativas da passagem de *cáftens* nacionais e estrangeiros nas imediações da capital. A reprodução na imprensa só foi possível devido ao fluxo esporádico dos efeitos policiais contra o lenocínio na capital, como visto por Nayara Aguiar (2018). Alguns discursos vinham acompanhados com narrativa travestida numa linguagem menos formal e mais instrutiva, ainda que fossem muitas vezes arbitrárias e marcadas por perseguições contra diferentes grupos étnicos. Com isso, ao longo da leitura desses documentos, indicam que esses indivíduos eram enviados à capital federal, e de lá outras medidas eram providenciadas, determinando ou não a expulsão do acusado para o referido país de origem. Todavia, a polícia costumava lidar com muitos falsários, e isso dificultava alguns processos de identificação de criminosos, mas sobre isso, sabe-se, por meio de algumas fontes, que esses criminosos “indefinidos” eram enviados às Ilhas dos Porcos e Ilha das Flores¹²¹.

Sabemos que a historiografia sobre a interpretação do estrangeiro como “desregrado”, “marginal”, está mais focada nas grandes metrópoles, do que nas cidades ditas “provincianas”, como Curitiba e região litorânea¹²². É possível antecipar, que algumas narrativas da imprensa apontam para essas questões em espaços e períodos pouco definidos. Pelas notícias da imprensa, observou-se que alguns criminosos reincidentes, acusados de *cáftismo*, recorriam ao porto de Paranaguá para embarque ou desembarque, fugidos de outros Estados. Para corroborar essa afirmação, citamos o ocorrido em 1916, quando a Polícia Marítima daquele município identificou um indivíduo suspeito ao desembarcar na cidade a bordo da navegação “Itajubá”, identificado apenas como “Lafayette”. A referência apenas indica que o indivíduo era ladrão e *cáften*, e possivelmente estaria tentando

¹²¹ O Estado. Curitiba: 23/04/1931.

¹²² Quanto à especialização referente aos serviços de Polícia Marítima de Paranaguá, como em outras regiões, o órgão ficava restrito à vigilância da região portuária. Esse órgão, não era apenas repressivo, mas, principalmente preventivo, pois agia com rigor impedindo o desembarque de passageiros por pequenas falhas nos documentos, o que se presumia tratarem de criminosos falsários, evitando assim, a circulação de egressos de outras penitenciárias. Neste caso, a polícia portuária não ficava apenas restrita ao porto, mas também a toda região que envolvia o comércio e residências nas mediações. Por isso, a vigilância naquele espaço tramitava por questões de ordem e saúde pública, como a monitoração da prostituição e o acompanhamento do dispensário antivenéreo, que incluía medicamentos no combate a sífilis, doença regular entre os marinheiros daquele período. É preciso mencionar ainda, que há um número relativamente elevado de estrangeiros que entravam e saíam do litoral paranaense com base nos relatórios de Chefe de Polícia.

fugir para a capital após ser procurado no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro¹²³. Outro caso análogo aconteceu em 1921, após o Inspetor de Polícia Marítima comunicar à Chefia de Polícia da capital, que impediu o desembarque do *cáften* Ângelo Garcia, procurado pelas autoridades de São Paulo e Santos, em razão do processo de expulsão emitido¹²⁴.

Quando, porém, se tratando de estrangeiros considerados “perniciosos para a sociedade”, os sujeitos deveriam ser recolhidos e postos à disposição das autoridades da capital, para poderem ser apuradas maiores investigações. Ademais, toda a conjuntura de segurança do Estado era distribuída em três seções específicas, subdividas em turmas, cada qual com suas especificidades. Nesse caso, a Polícia Marítima era responsável por auxiliar na vigilância em pontos de embarque, cais, praias, ilhas e estações da estrada de ferro. Assim, há também narrativas inversas, de sujeitos flagrados em Curitiba, e enviados à Paranaguá com destino ao Rio de Janeiro para fins processuais, como o *cáften* Francisco Nicolau, conhecido como “Oyapock”, procurado em razão de um processo de deportação pelas polícias do Pará e São Paulo. Entretanto, boa parte das referências sobre esses sujeitos no Paraná, como veremos, esteve mais presente em narrativas de jornais e revistas criminais do Rio de Janeiro, por exemplo, do que narrativas publicadas pela imprensa local sobre indivíduos que, por via direta, faziam a ligação de outras cidades com Curitiba.

Noutro caso específico, o que parecia apenas se tratar de um breve comentário jornalístico sobre a passagem de um *cáften* internacional na capital, tomou outro rumo com documentação de outros Estados. Em razão disso, foi possível traçar todo um panorama do histórico criminal do indivíduo, bem como compreender a motivação que o tornava um criminoso viajante. Então, o Diário da Tarde noticiou em 1927, que o sujeito identificado como Max Ocharoff fora preso novamente na capital em posse de uma quantia estimada de 250\$000 mil réis e uma pasta contendo inúmeros documentos, após um guarda municipal suspeitar que se tratasse de um criminoso. Contudo, a redação não deixa claro como aconteceu a abordagem, nem os meios que levaram a suspeitar do indivíduo. Recolhido à Delegacia, o Desembargador Chefe de Polícia apurou que se tratava de um célebre

¹²³ Diário da Tarde. Curitiba: 18/12/1916.

¹²⁴ Diário da Tarde. Curitiba: 23/04/1921.

criminoso acusado, dentre outros crimes, como *cáften*, punquista, desordeiro, ladrão e anarquista. O viajante costumava apresentar nomes falsos à medida em que circulava em diferentes cidades. No Rio Grande do Sul, o gatuno era procurado pelo nome de “Mauricio Ocharoff”¹²⁵.

Sobre essa intensa circulação, podemos situar o surgimento das primeiras revistas policiais no Rio de Janeiro como a Revista Policial, na década de 1910 e o Vida Policial em 1920, como menciona Elena Shizuno (2011). A autora discute que essas revistas ofereciam um novo gênero de escrita, mais sensacionalista, pautada em questões que versavam do social, político e literário. Assim, a imprensa carioca sempre teve um papel importante no sentido de disseminar narrativas de crimes, retratos falados e ilustrações que faziam parte do cotidiano contrário ao ideário utópico de cidade civilizada. Em especial se tratando da revista Vida Policial, havia uma seção indicativa “Elles, Ellas”, em que eram publicadas fotografias de figuras diversas do mundo do crime, como estrangeiros, desordeiros, sujeitos travestidos, prostitutas e traficantes do ópio. Para não se estender sobre essas questões, o que interessa é que em 1925, Max Ocharoff já havia sido preso na capital federal, acusado de ser *cáften* e ladrão. Com ele, outro *cáften* chamado Prosper Schore, que deveria ter sido expulso do país, completava o quadro dos criminosos apreendidos.

“Elles” não são poucos e desenvolvendo a sua atividade incansavelmente, mesmo com a perseguição da polícia, representam um perigo permanente para a população e, principalmente, para as pessoas que não se previnem tanto quanto for possível. A lista que “Vida Policial” vem oferecendo aos seus leitores desde o aparecimento desta revista de defesa social, acrescentamos, hoje, mais os seguintes: Bellarmino da Cunha Couto ou Cortez, Ladrão; Rodolpho Berli, é ladrão, vadio; Max Orcheroff, ladrão e cáften; Prosper Schore, cáften e foi expulso do território nacional. São tipos sobre quem a policia precisa exercer a ais rigorosa vigilância, pois, ao mais leve descuido, “Elles” estão agindo, dando ocasião muitas vezes a fatos sensacionais. (Vida Policial. Rio de Janeiro: 08/08/1925).

¹²⁵ Diário da Tarde. Curitiba: 11/03/1927.

FIGURA 22 - Fotografia de Max preso pela polícia carioca.



Fonte: Vida Policial. Rio de Janeiro, 08/08/1925.

Em 1926, novamente a mesma revista mencionou um caso que aconteceu em 1918, envolvendo Max Ocheroff e outros comparsas acusados de roubar uma casa de joias em Porto Alegre. O grupo de ladrões usavam nomes falsos, por isso conseguiram a proeza de recorrerem ao *habeas corpus*. Andavam com *habeas corpus* no bolso caso fossem parados pela polícia. No breve histórico viajante do sujeito, em 1922 ele foi inocentado na capital federal na condição de “paciente”, mas sobre isso não se tem outras informações.

Em 1928, o “o homem de três nomes e duas nacionalidades, um pouco francês, outro tanto russo” foi preso em Recife, e do Inspetor Geral de Polícia daquela cidade, apurou que o criminoso tinha antecedentes, além das cidades já mencionadas, como Bauru e Belo Horizonte. Outro periódico, Jornal Pequeno, publicou outra fotografia de Max, em que aparece sem barba, de cabelos alinhados, paletó claro e gravata borboleta, de modo irreconhecível, se comparado a fotografia publicada pelo Vida Policial. Em outro jornal, foi relatado que na maioria das vezes, o criminoso não agia sozinho, mas sim na companhia de sua “escrava” Cecilia Fany

ou Foughin Emille Louis, inclusive, acusada de assassinato por tribunais franceses. Em Recife, ele foi abrigado por uma mulher chamada “Eva de tal”, igualmente *caftina*, o que não descarta a hipótese de uma possível quadrilha organizada que mantinham ramificações em diversas regiões, inclusive em Curitiba.

Outra colocação é que a figura de Max passou a ser associada com o estereótipo do “gatuno internacional”, como um código profissional pertinente ao *modus operandi* desses indivíduos, como debatido por Galeano (2012).

Com base em outros documentos, foi possível perceber narrativas sobre a figura de mulheres cafetinas nos espaços circunscritos aos *rendez-vous* curitibanos. Em 1915, por exemplo, Bertha Lamber, sem nacionalidade identificada, esteve envolvida num esquema de exploração de menores na capital, já em 1922 outra mulher de nacionalidade húngara foi acusada de *caftismo*, seguido de 1927, a estrangeira Lis Fox, em 1929, a alemã, em 1930, outra Maria de Tal, natural da Itália, Julia Elias, em 1932 e o caso de Antonieta Diná, meretriz e caftina que fora assassinada em 1937. Outro caso que chama atenção é o de “Donato Zota”, que apesar do prenome masculino, se tratava de uma estrangeira italiana com passagens pela polícia da capital, identificada duas vezes com os nomes Rosa Press e Rosa Floresco. No entanto, sobre esses casos, apesar de algumas serem reincidentes, não há menções da imprensa sobre possíveis processos de expulsão, fosse à capital ou em outros Estados.

FIGURA 23 - Hermancia Ribeiro, processada pelo Dr. Toscano de Brito, delegado de polícia do 2º distrito por crime de lenocínio, cujo inquérito foi enviado para o desembargador Albuquerque Maranhão, chefe de polícia da capital.



Fonte: O Dia. Curitiba: 12/01/1924.

Seguindo a mesma tendência sobre a figura dos personagens que figuravam o “*caftin* indesejável”, podemos assinalar outros sujeitos que tiveram suas “tramas”

narradas pela imprensa de Curitiba. Com isso, somam-se outras figuras como a do ladrão e *cáften* Christian Hangstein, ou Willy Hangstein, preso diversas vezes na capital, e acabou fugindo em 1922, junto à meretriz Elfirede Schadt para Joinville, após realizar o furto de uma mala com grandes quantias de dinheiro. Em 1927, Archiles Apezatto, foi acusado de explorar a própria esposa, Clara Weiss, que foi inclusive uma famosa bailarina Companhia Nacional de Operetas vienenses, mas sobre isto, como visto no capítulo anterior. Outros dois casos foram os de Roldolpho Metz e João Bisogna, expulso do país e identificado na capital tempos depois.

A partir dessas observações, notou-se também que boa parte das narrativas analisadas estavam submetidas as seções sobre o cotidiano policial na capital, como a seção “Nas ruas e na Polícia”, do Diário da Tarde¹²⁶. Dessa forma, é possível extrair dessas crônicas policiais poucas informações a respeito de crimes e criminosos que movimentavam as Delegacias da cidade, pois não vinham acompanhados de casos “fantabulosos” ao ponto de despertar o interesse dos leitores. Um exemplo é o caso de Francisco Santa Marino, acusado de ser *cáften* e ladrão internacional em 1917.

“Em resposta ao telegrama do dr. Chefe de polícia pedindo informações sobre a pessoa de Francisco Santa Marino, preso nesta capital por suspeito, o sr. Bandeira de Mello, inspetor de investigações do Rio, comunicou o seguinte telegrama: tenho a honra de informar a V.E que Santa Marino é cáften e ladrão com prontuário aqui, em Buenos Aires e São Paulo. Saudações. Bandeira de Mello” (O Dia. Curitiba: 24/03/1928).

Embora a imprensa noticiasse os casos de *cáftens* capturados pela polícia da capital, as notícias eram acompanhadas por breves menções e às vezes com pouquíssimas informações a respeito do histórico criminal dos indivíduos. Ainda assim, foi possível uma certa aproximação com o crime transnacional por meio da circulação de alguns gatunos na capital que eram procurados em Buenos Aires devido às configurações institucionais voltadas para o controle e repressão do lenocínio. Um exemplo foi a publicação de 1928, em que o jornal O Dia publicou com o título “guerra ao caftenismo!...”, a notícia da prisão de 4 *cáftens* de diversas nacionalidades que vinham explorando o lenocínio de acordo com Antônio Francisco

¹²⁶ É preciso mencionar que as seções destinadas aos boletins policiais não ocupavam às páginas da imprensa em larga escala, e que muitos desses casos estavam associados ao problema da prostituição como um todo, e por isso, nem sempre o aparecimento de um *cáften* demarcava certa preocupação ou surpresa que justificassem maiores investigações.

Nauffal, comissário de Investigações e Segurança Pública da capital¹²⁷. Anos depois, já 1933, outro sujeito, um “perigoso polaco”, de nome Leizar Kouczarty, vulgarmente conhecido por “Delegado Vermelho”, foi identificado em Curitiba mesmo após ter sido expulso do país anos antes¹²⁸.

Por fim, não seria o suficiente assinalar, por meio dessas fontes, que a existência desses sujeitos em Curitiba estivesse intimamente vinculada à *Zwi-Migdal*, pois sobre isso, nem mesmo a historiografia argentina sobre o tema foi capaz de lidar. Digo, pois seria um equívoco acusar que tais sujeitos estivessem associados a uma organização que até 1930 não era publicamente conhecida. Em sintonia com estudos sobre a atuação dos proxenetas em Buenos Aires em 1927, pode-se dizer, que o *modus operandi* era similar com a dos criminosos identificados na capital curitibana. Sujeitos envolvidos em agressões, corrupção, roubo, lenocínio, enfim, muitos julgados e condenados à expulsão. Com isso, na ambiguidade das fontes, oculta-se uma retórica sutil dos “males do modernismo”, em que se constrói uma dualidade sobre a figura do *cáften* criminoso e viajante. Nem por isso as hipóteses de que tais sujeitos promoviam atividades análogas à *Migdal* devem ser descartadas.

Dada a discussão dos *cáftens* e a problemática das fontes, são discursos que pertenciam a uma “cidade despolicuada”. Em síntese eram sujeitos que não tinham força, mas tinham habilidades, não usavam revolveres, não causavam pavor, mas, costumavam inspirar simpatia. Suas “obras”, eram normalmente feitas de forma sutil e irônica. São criminosos “ocasionais” na interpretação científica denominada por Ferri, que não carecem de uma energia violenta para levar ao delito, mas, são arrastados ao crime pela deflagração das paixões incoercíveis.

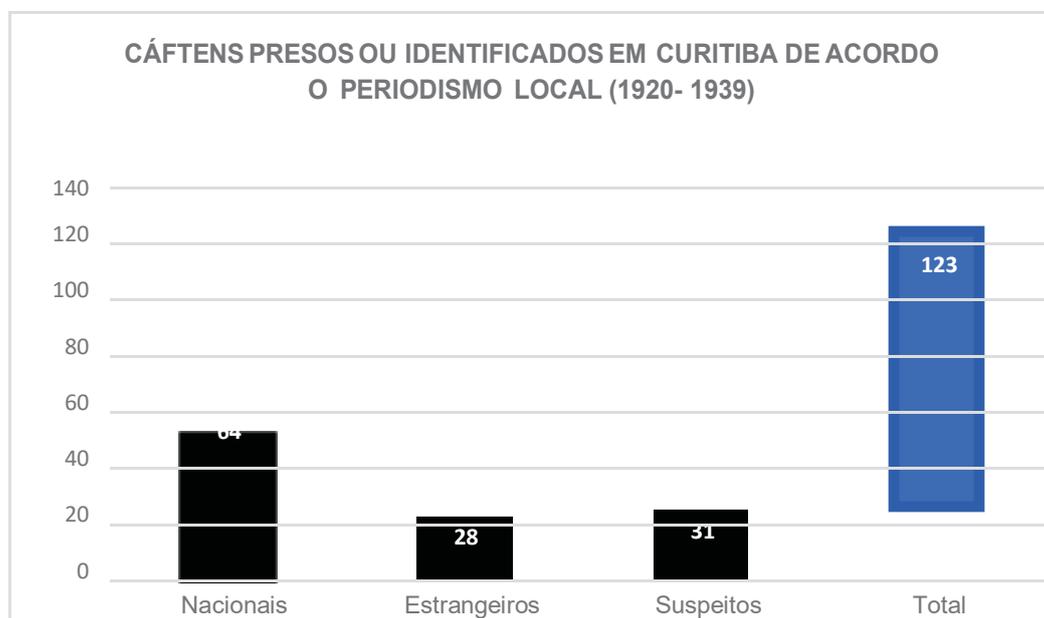
Como mostra em anexo, houve uma presença significativa de *cáftens*, rufiões, proxenetas ou apaches, como costumava variar a imprensa, no território curitibano. Infelizmente, pouquíssimas referências dão maiores detalhes sobre esses sujeitos. A maioria da documentação menciona apenas o nome, e relata, de forma breve, a passagem do sujeito pela capital, sempre de forma superficial. Cada registro marcou a presença do sujeito viajante e sua identidade na cidade; ao se

¹²⁷ O Dia. Curitiba: 24/03/1928.

¹²⁸ Correio do Paraná. Curitiba: 30/12/1933.

deslocar, o sujeito acabava elaborando representações, personagens falsos, e não rara as vezes, representações abstratas que dificultava o exercício policial.

Tabela 2



Fonte: Hemeroteca Digital.

4.4 - “VENDO O MAR ONDE NÃO EXISTE ÁGUA”: MEMBROS DA *ZWI MIGDAL* EM CURITIBA

“Denuncio ao Correio do Paraná a existência, em Curityba, de agentes da celeberrima organização exploradora de lenocínio, conhecida pela denominação de Migdal. Si a policia não quer se movimentar; si a policia só existe para servir á política e recolher ao cárcere os ladrões-mendigos e os mendigos sem tecto, então é melhor dizer ao Brasil que o Codigo Penal é no Paraná um mytho... Balduino.¹²⁹”

A imprensa, segundo um conjunto de ideias, valores, conceitos e imagens, manifestava-se com maior repercussão, à medida em que eventos trágicos e narrativas internacionais ganhavam novos desdobramentos ao infringir os padrões sociais, morais e judiciais de uma determina época. O discurso da imprensa sempre esteve envolto de novos significados, outros códigos, valores e normas autoritárias, procurando sempre direcioná-las em benefício da sociedade.

Assim, algumas narrativas sobre uma cidade “despolicuada” e as suas consequências, como os males sociais, parecia transitar entre o dever moral de

¹²⁹ Denúncia anônima contra a presença de membros da Migdal publicada na seção “Editoriais”. Correio do Paraná. Curitiba: 09/06/1934.

sanear o público sobre os riscos e, em simultâneo, destacar a ideia de unidade social forjada pela ação da repressão por meio da propaganda. O leque de possibilidades investigativas que o discurso jornalístico proporciona no campo historiográfico, nas premissas de Tania Regina de Luca, por meio do contexto semântico de elocução e reprodução simbólica, reforça a construção de representações e discursos concebidos como preestabelecidos, muitas vezes associados com a questão do poder. Dessa maneira, analisaremos algumas narrativas sobre a presença e a circulação de possíveis membros da máfia argentina no contexto curitibano durante a década de 1930.

Como visto, o tratamento do crime pela imprensa sempre variou em função do público a que determinado jornal se dirigia, para quem, por quem, de que forma, como, com quais intencionalidades e como se dava a recepção pelos leitores. Em especial os jornais, Correio do Paraná e o Diário da Tarde, ambos tinham alcance maior ao público e, como em qualquer outra região, contribuía para informar por meio de fotografias, propagandas, estórias e ilustrações, tudo o que acontecia na cidade. Com isso, esses dois jornais, em especial, destacavam o noticiário criminal de maneira acentuada, embora nem sempre o público estivesse interessado no lado sombrio dos espaços de sociabilidades. Com a imprensa vespertina, mais ligeira, o noticiário era ainda mais sensacionalista, orientado por narrativas de grandes crimes de repercussão nacional. Era essa categoria de crime que saltava para as primeiras páginas dos jornais, sempre acompanhados de títulos destacados, imagens fotográficas nítidas ou ilustrações que remetiam os “efeitos” da desordem, que intrigava até mesmo os leitores acostumados à tantas coisas.

Segundo o historiador Antônio (2009), embora a prostituição recebesse atenção especial da Polícia de Costumes (Polícia Civil) em poucos casos excepcionais, isso não resultava na abertura de inquérito ou processo judicial, apenas em casos mais graves de vadiagem, como o lenocínio. No cenário carioca, por exemplo, apontado como a principal ramificação do tráfico, depois de Buenos Aires e Nova Iorque, a repressão ocorreu de forma um pouco mais acentuada, conforme mostra a historiografia e as fontes sobre o tema. Já no contexto curitibano, há uma certa incúria no sentido de não haver muitas narrativas sobre o tema, contudo, isso não tira o mérito de que até mesmo nos pequenos fragmentos seja possível extrair importantes experiências da vida cotidiana e dos agentes envolvidos. Assim, cabe ao historiador mostrar o que há de “Sherlock” no seu tratamento

historiográfico e atribuir sentido aos documentos, ainda que muitas vezes estejam fragmentados.

Sobre a *Zwi Migdal*, a imprensa curitibana não tardou em vincular as notícias dos grandes jornais cariocas, tal como A Noite, sobre a descoberta de uma “indústria internacional do lenocínio, operada por criminosos israelitas”, e dominava os principais comércios da prostituição em toda a América do Sul. Alguns jornais de Curitiba, no entanto, se referiam ao evento como algo restrito aos grandes circuitos, então não tinha com que se preocupar. Até 1931, as notícias sobre a *Migdal* em Curitiba se baseavam basicamente em notícias de capturas, fugas, e outras discussões sensacionalistas que ganhavam as prateleiras das livrarias e as salas de cinema.

Alguns “furos” também eram cometidos, como noticiou o Diário da Tarde, em 1931, após o Delegado de Investigações da cidade acusar três sujeitos, sendo um deles um renomado professor diplomado na Alemanha de origem austríaca, de serem membros da “sinistra Migdal”. O delegado chegou a tal conclusão depois que os indivíduos se envolveram num acidente de carro, alegando que eles estariam fugindo do Rio de Janeiro para Curitiba, mas tudo não passava de um “equivoco”. A matéria “um Sherlock Holmes desastrado” acusou que por um bom tempo os matutinos da capital vinham tratando o caso da sociedade “judaico-polonesa” com certo sensacionalismo, e que a organização nada mais era do que um “fantasma a amedrontar os temerosos pais de família” em Curitiba.

“A Migdal está morta. Foi extinta pela ação enérgica e eficiente do governo da Polónia. Continua vivendo, somente, nas reportagens escritas por jornais que, com isso, vem de encontro aos desejos do mundo leitor sempre cobiçosos de sensações, e do seu diretor que quer ver as edições do seu periódico aumentadas. E assunto grato, também, para os livros sem valor, a não ser o monetário, publicados com o único fito de dar solução a difícil situação financeira dos seus autores. Outro fim senão o benefício material, creio, não procurava atingir o antes admirável Mario Mariani, com o seu livro Exploradores de mulheres”. (Diário da Tarde. Curitiba: 13/09/1931).

O próprio jornal relacionava a prostituição como uma “instituição” necessária para a sociedade burguesa, como a polícia, o exército, a igreja e as empresas capitalistas. Assim, para a imprensa, a sociedade devia reconhecer a existência formal e tolerada da prostituição para manter a moral das famílias, devendo regulamentá-la para chegar à conclusão que ela é o meio de fornecer a manutenção ao bom funcionamento coletivo. Sobre Mario Mariani, ficou nítido de que se tratava

de uma crítica ao lançamento do livro publicado naquele mesmo ano, em que o autor se debruça sobre o evento que repercutiu o mundo todo. O Delegado Miguel Zacharias, na época, chegou a pedir formalmente desculpas a um dos envolvidos, Harry Von Wickede, filho de uma conhecida família nobre de Berlin¹³⁰.

Contudo, gradualmente, o que parecia ser apenas um “fantasma” foi se tornando um bicho de sete cabeças que nem mesmo as autoridades locais conseguiam entender ou lidar, muito menos identificar. Logo no começo de 1934, o Diário da Tarde, o mesmo que afirmava que a *Migdal* era um mito inventado e restrito aos grandes centros urbanos, publicou em caixa alta a seguinte mensagem: “A delegacia de segurança pública e ordem social está na pista de um caso misterioso e sensacional de um cidadão que se diz argentino, mas é românico”. Ainda segundo a nota, o sujeito, que não foi identificado, estava acompanhado de uma senhora que dizia ser esposa do homem, e juntos faziam grandes despesas sem declarar para onde ou quem recebia o dinheiro. Parecia se tratar da “famigerada Migdal”, segundo o jornal¹³¹. Dessa forma, talvez por ironia do destino, boa parte da documentação examinada sobre a *Zwi* em Curitiba faz parte de um conjunto de informações retiradas do próprio Diário da Tarde, mesmo após afirmar que “a Migdal está morta”.

Em abril 1934, o mesmo jornal publicou “uma quadrilha internacional de exploradores de lenocínio em Curitiba?” A reportagem menciona como a industrialização do lenocínio, feita por *cáftens* estrangeiros, vinha sendo articulada por homens poderosos. Descritos como “desfibrados e espertos, quando descobrem uma noviça, isto é, a futura escrava, cerca-as de carinho, oferecem-lhes joias, roupas finas, entradas de teatros...”. A segunda fase do *modus operandi* era assegurar a confiança dos familiares e logo planejar o casamento, só depois que as mulheres eram apresentadas aos coronéis avisados é que a colheita era feita (lucro). Não se sabe exatamente o que aconteceu, ou como as autoridades chegaram até os indivíduos, mas se tratava de 4 sujeitos de origem estrangeira, foragidos da polícia de Buenos Aires, presos e identificados pela polícia da capital e depois enviados para São Paulo. Os indivíduos em questão eram Ludgero Henri;

¹³⁰ Diário da Tarde. Curitiba: 13/09/1931..

¹³¹ Diário da Tarde. Curitiba: 25/01/1934.

Gabriel João Abdu; Raphael Abade e Boris Zignone¹³². Aparentemente, nenhum deles era tão familiar se comparado ao histórico de *cáftens* que pertenciam à *Zwi Migdal* com base na obra de Julio Alsogaray, de 1930¹³³.

FIGURA 24 - Fotografias de Ludgero Henri; Gabriel João Abdu; Raphael Abade e Boris Zignone, todos identificados pela polícia da capital em 1934, após serem acusados por lenocínio e tráfico internacional.



Fonte: Diário da Tarde. Curitiba: 20/04/1934.

Um ano depois, o mesmo jornal voltou a noticiar a captura dos mesmos sujeitos identificados em Curitiba, mas desta vez em Porto Alegre. Um deles, no entanto, não se chamava Ludgero Henri, como na nota anterior, mas sim Simão Rubstein ou Simon Rubinston, um “conhecidíssimo” *cáften* procurado pelas autoridades de Buenos Aires por figurar como um dos principais líderes da organização *Zwi Migdal*. O jornal relata diversas informações, alegando que certo dia, por determinação do juiz, surgiu uma ordem de prisão contra um indivíduo suspeito que estaria contrabandeando em Porto Alegre. O suspeito era um “protegido” do Chefe de Investigações daquela cidade, durante um tempo ficou escondido na residência de um policial para que não fosse capturado em meio as investigações. Enquanto permaneceu escondido, sua mulher, identificada como

¹³² Em 1936 o jornal O Imparcial publicou uma notícia intitulada: “expurgando a cidade! Uma diligencia da polícia – presos *cáftens* e escravas brancas. Conforme o documento, uma campanha policial no Rio de Janeiro desvendou que numa pensão alegre da cidade funcionava um prostíbulo com *cáftens* e escravas brancas para fins de leilão. Um desses exploradores era Valentim Linesky, e embora os nomes não coincidam, a fotografia publicada pelo jornal é similar ao retrato de Boris Zignone.

Conforme o documento, uma campanha policial no Rio de Janeiro desvendou que numa pensão vários *cáftens* estariam infiltrados junto com as suas “escravas”, alguns deles procurados da polícia portenha, outros

¹³³ Diário da Tarde. 20/04/1934.

Marta Faincuj, fazia constantes ligações com o objetivo de subornar algumas pessoas importantes que pudessem desviar as apurações. Sem sucesso, Simon acabou confessando na delegacia que pertencia à *Zwi Migdal*, disse ainda como funcionava os seus truques para fugir da polícia. Em sua defesa, alegou que estava afastado da “*mala vita*” e que tentava começar uma nova vida longe do crime, embora tenha sido preso por contrabando de ouro e outros itens de valor. Na delegacia, Simon alegou que outros membros da organização estavam espalhados pelo território brasileiro, inclusive dois deles já haviam sido presos em Porto Alegre, mas não se sabe quais eram. Por fim, a referência diz que Simon foi deportado para a Argentina na companhia de um policial até a fronteira¹³⁴.

Não é possível confirmar se Simon e Marta Faincuj eram o mesmo casal que o jornal denunciou em Curitiba no começo de 1934 por atividades ilícitas. De acordo com Alsogaray, eles eram parceiros no crime, e Marta tinha outros nomes, Esther Faincuj e María Grinbaum. O que se sabe sobre ela é que era viúva de um riquíssimo empresário de Buenos Aires, o que fez com que Simon se aproximasse dela e passasse a ganhar notoriedade pelo crescimento no contrabando, enquanto Marta ficava, basicamente, na função de cuidar das escravas e comandar alguns bordéis que ambos conseguiram em Buenos Aires. Com todo o escândalo da *Migdal* em 1930, ambos teriam fugido para o Brasil para tentar continuar suas atividades, como cita Alsogaray:

Cuando el juez doctor Rodríguez Ocampo impartió orden de captura contra los socios de la «Zwy Migdal», figumba en la nómina correspondiente Simón Rubinstein que, según pudo establecerse más tarde, no era nuestro personaje, sino un homónimo. Ducho y avisado, Simón Rubinston tein, rufián y contrabandista, tuvo recelos de que se le confundiera con aquél socio .de la Migdal, y sin esperar más se, escondió en la casa de un alto funcionario policial. El Simón Rubinstein, socio de la Migdal, también se había ocultado (ALSOGARAY, 1933, p. 80).

A circulação dos gatunos em Curitiba, na época, não teve tanta repercussão, até porque se tratava mais de uma suposta associação com a organização, já que nenhum daqueles nomes apresentados era familiar para as autoridades, que costumavam se basear nos nomes fornecidos pelo próprio Alsogaray. Outra observação sobre a presença de Simon em Curitiba é que a imprensa relatava que a “escravatura branca” era um problema sério que preocupava as autoridades do país

¹³⁴ Diário da Tarde. 06/09/1935.

todo, e medidas mais drásticas, como vinha sendo em problematizada diferentes nações europeias, serviam para evitar a circulação dos criminosos. Alguns nomes importantes daquele período foram mencionados pelo jornal, como Alsogaray, Albert Londres e Adolpho Coelho, como referências ao tráfico de mulheres. A única saída para evitar a circulação desses elementos era manter um diálogo afinado entre a imprensa e a polícia para tornar público o retrato falado desses criminosos, evitando assim, que fugissem para outras regiões com facilidade, no anonimato¹³⁵.

Do ponto de vista investigativo é muito difícil conseguir reunir vários documentos sobre um mesmo personagem, isso porque muitos deles usavam nomes falsos, eram nômades e até mesmo a imprensa costumava pronunciá-los com pequenas alterações, dificultando na localização das fontes. No caso das fotografias, embora elas não digam muitas coisas a respeito dos *cáfens*, elas foram importantes, pois embora eles fossem distintos, uns dos outros, o principal *cáfên* apresentava características únicas, como que sua aparência remetia o parentesco ou origem asiática.

Simon era tão poderoso na Argentina que graças a ele surgiu a “*Ashkenazum*”, mesma organização derivada da *Zwi Migdal* no final de 1928, em meio as primeiras investigações por parte das autoridades argentinas contra atividades ilícitas envolvendo grandes comerciantes locais. Quanto os demais membros, Gabriel João Abdu, Raphael Abade e Boris Zignone, nenhum documento sobre eles foram encontrados, nem há registros sobre eles na obra de Alsogaray, o que levanta a hipótese de que eram proxenetas atuantes nacionais e mantinham ligações estreitas com possíveis ramificações, como Curitiba e Porto Alegre.

Simon Rubinstein e Mauricio Caro, o mesmo *cáfên* que fugiu do Rio de Janeiro após as autoridades Zuragaam e Wiurnos terem deixado o indivíduo fugir propositalmente, eram velhos parceiros de crime. Sobre os dois, Alsogaray dedicou um capítulo da sua pesquisa em que relata como os dois indivíduos conseguiam manter um grandioso esquema ilegal com base em documentos emitidos pelo próprio governo daquele país, ademais, afirmou que ambos “*son hombres de influencia decisiva 1en las dependencias administrativas y en los estrados de la justicia*”.

¹³⁵ Diário da Tarde. 06/09/1935.

Los nombres de Simón Rubinstein y Mauricio Caro establecen, a mi juicio, 1entrie los tenebrosos que actúan en la Argentina, el prototipo repugnante de esa actividad. Los demás, los muy numerosos que to1era la indiferencia de los unos y la complicidad de los otros, se parecen a los nombrados como una gota de agua a otra (ALSOGARAY, 1933. p. 71.)

Embora fosse bastante conhecido e importante, não há registros fotográficos de Simon nas referências bibliográficas consultadas, tampouco nas pesquisas realizadas na internet. Podemos afirmar então, que a única fotografia que há sobre ele está publicada pelo Diário da Tarde. Há somente informações de que ele nasceu em 1880 em Odessa, na Ucrânia e veio a falecer em 1965, em Buenos Aires. A única referência sobre Simon foi encontrada na dissertação do historiador Mir Yarfitz, de 2012, como mostra em anexo o anúncio se referindo aos negócios de Simon como “*El Japon de Simón Rubinstein*”.

Figura 25 - Anúncio dos negócios de seda administrado por Simón Rubinstein em Di Presse, num jornal de língua alemã com sede em Viena, Áustria.

The advertisement is for 'EL JAPON' silk goods, administered by Simón Rubinstein. At the top, there is a circular logo with a horse and the word 'CIBELINA'. Below the logo, the text reads: '“EL JAPON” - D E - Simón Rubinstein IMPORTACION DE SEDAS Y ARTICULOS DE PUNTO MARCAS “WOLSEY” Y “ZIMERLI” CERRITO 554 — U T. 38, Mayo 0148 Anexo: CERRITO 561 Dirección Telegrafica: RUBINSILK'. Below this, there is Hebrew text: 'אויפֿטער קואם! נייעס! נייעס! יעצט איז געקומען די צייט אז אלע סוחרים אמבן-לאגמען און קארעדארען זאלען וויסען אז איך האב גע-מאכט א גרויסע רעבאנע אויף אלע ארטיקלען פאר מענער ווי אויך פרויען, ווידענע און מערסעריסירטע זאקען וואס אויף צו גלויבען איז דאס אוממעגליך נאר קומענדיג איז מיין געשעפט דאן קען מען זיך גלייך אי-בערצייען. מיין אסאגונג סימאן רובינשטיין נאטא. האטש באשטעלונג וועלען פונקט און שטעל ארויסגעשיקט!

Fonte: YARFITZ, Mir Hayim. Polacos, White Slaves, and Stille Chuppahs: Organized Prostitution and the Jews of Buenos Aires, 1890-1939. (A dissertation in Doctor of Philosophy in History). University of California, Los Angeles, 2012, p. 106).

De modo geral, a documentação sobre *cáftens* estrangeiros parece seguir sempre uma mesma tendência, que a do disfarce, seja por documentos falsos ou até mesmo truques para mudar a aparência. Sobre isso, a historiadora Ana Ottoni percebeu um avantajado número de delinquentes viajantes que trasladavam do Rio de Janeiro para outras cidades, “sempre munidos de um arsenal de nomes falsos” (OTTONI, 2012, p. 193). Nos relatos mencionados, tanto Simón Rubinstein quanto Mauricio Caro usavam como protótipo o uso intencional de nomes homônimos e de pessoas físicas de Buenos Aires. Bra (1982) ressalta que durante os anos de 1928 e 1929, algumas autoridades portenhas praticaram uma série de medidas contra o lenocínio, chegando até os suspeitos, mas que, na verdade, eram apenas pessoas comuns que tiveram os seus nomes usados como “laranjas”, ou “cobaias”, propositalmente para confundir as investigações.

Raramente esses indivíduos andavam sozinhos. Nos documentos encontrados sobre a circulação deles, escritos indicam que eles viviam em grupos ou com as suas “escravas brancas”, como Simon, seus comparsas e Marta. A narrativa seguinte aconteceu quase no mesmo período do evento de Simon em Porto Alegre, desta vez, envolve pelo menos dois personagens que também pertenceram à *Zwi Migdal*, mas que não foram tão conhecidos ao ponto de ser encontrado em referências bibliográficas ou documentos portenhas. Tudo começou com uma denúncia anônima de um morador local, que teria denunciado à imprensa que um estabelecimento da capital funcionava de forma maliciosa aos serviços dos *gentlemen* estrangeiros. Após a repercussão de Simon em Porto Alegre, o Correio do Paraná denunciou a dimensão do lenocínio e o tráfico de mulheres para outros eixos fora Montevideu-Buenos Aires, afirmando que, Porto Alegre e Curitiba eram “terras sem lei” para esses criminosos.

Ambos eram figuras bem controversas, principalmente Zimbarg, que saiu como vítima do caso. Já o *cáften* Max Leocovvitz¹³⁶, na verdade, era um velho conhecido da polícia nacional e estrangeira, já tendo sido preso algumas vezes sempre por lenocínio. Era um ser bem “repugnante”, que conseguia se libertar e

¹³⁶ Em 2018, quando visitei pela primeira vez o Arquivo Público do Paraná, lembro de ter me deparado com este nome, ou algo muito parecido com “Max Leocovvitz” num livro de registros em que continha dezenas de nomes de sujeitos presos em Curitiba. Como esta pesquisa vem, em parte, de outra pesquisa de conclusão de curso, de 2017, logo me familiarizei com o nome, pois me recordava de algumas referências da imprensa sobre o sujeito. Contudo, de lá pra cá não encontrei mais o número do registro que lembro ter anotado, nem foi possível localizá-lo de forma remota por meio do serviço virtual oferecido pelo Arquivo Público do Paraná.

voltar ao país, várias vezes, mesmo após ser deportado. Porventura, a imprensa relatou que Leocovvitz foi preso no mesmo ano em que Max Acharoff foi identificado em Curitiba, no entanto, não é possível afirmar se ambos eram a mesma pessoa, talvez com alguma fotografia de Leocovvitz fosse executável fazer alguma forma de comparação. Enquanto isso, nenhuma prova conspirava contra Zimbarg, que teria voltado à Curitiba para tomar posse do seu antigo salão. Ao que tudo indica, a aproximação entre os dois sujeitos era apenas um “equivoco”, tanto que 10 dias depois, o mesmo jornal chegou a publicar uma fotografia de Zimbarg, pedindo desculpas ao sujeito pelo engano cometido, afirmando que, na verdade, ele era “gente honesta”¹³⁷.

FIGURA 26 - Fotografia de Benjamin Zimbarg publicada junto com pedido de desculpas do Correio do Paraná.



Fonte: Correio do Paraná. Curitiba: 11/10/1935.

Em relação a Benjamin Zimbarg, foi possível localizar o prontuário dele em meio aos registros civis do Arquivo Público do Paraná. Assim, foram extraídas algumas informações a respeito da vida e passagem pela capital. Nascido em 23 de janeiro de 1909, Benjamin era israelita e natural da România, solteiro e tendo como ocupação a profissão de barbeiro. Em anexo consta que tal prontuário foi registrado

¹³⁷ 11/10/1935.

para fins de obter o atestado de conduta, para que após naturalizado pudesse adquirir documentos nacionais, bem como os documentos de batismo. Na seção “relações de parentesco”, Zimburg declarou outros quatro “irmãos”, Lázaro, que vivia em Curitiba, um, na Romênia e outros dois em São Paulo. Apenas em novembro de 1933, o Departamento do Serviço Médico Legal e Anexos do Paraná reconheceu o atestado de conduta para o requerente, após o Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, por meio da presidência de Getúlio Vargas, conceder a naturalização para que ele “pudesse gozar dos direitos outorgados pelas leis do Brasil” por meio de uma carta escrita à mão.

FIGURA 27 - Prontuário de Benjamin Zimburg, de 1933, registro n. 57035.

REGISTO GERAL N. 57035

Nome Benjamin Zimburg 0-002110-1947



Fotografia tirada em 4 de Novembro de 1933

Fonte: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná, 1930.

Como já mencionado por Schettini, para esses homens, atestado de naturalização no país era algo valioso, assim, eles poderiam usar *habeas corpus* e comprovar moradia fixa em território nacional. Ademais, era uma forma de provar eventuais ocupações formais no país como barbeiros, comerciantes ou empresários para manter os negócios secretos e imperceptível.

Embora na maioria dos casos seja notável algumas informações a respeito do histórico criminal dos sujeitos, ou documentos como certidão de óbito, o caso em questão não aconteceu com Benjamin Zimburg. Outrossim, era comum que com o passar dos anos outros documentos fossem anexados, mas mesmo com relatos de

prisão e denúncias por lenocínio, não há nada registrado a respeito do sujeito. Essa ausência se refere ao fato de que ainda em outubro de 1935, o Diário da Tarde voltou a noticiar o caso da barbearia, conforme o título se resume em “vendia mulheres junto à rua XV - a barbearia Aymoré era um antro ignóbil de cafetinagem e de um comunismo escabroso”. Até então, não se sabe exatamente do que se trata o relato, se foi uma possível nova investigação ou se Zimbag vinha sendo denunciado, mesmo após ter sido inocentado de outro caso. Podemos interpretar que: talvez essas denúncias fossem apenas mais um relato sem fundamento ou que as autoridades responsáveis não anexaram os documentos ao inquérito ou processo, justificando, assim, a ausência de possíveis registros criminais em seu prontuário, já que ele parece ter sido atualizado em 1944.

Por tanto, a referência parecia ser sobre uma investigação feita por um repórter da cidade, que não foi identificado, mas segundo ele, várias pessoas anônimas teriam o procurado para relatar as experiências ilícitas envolvendo aquele estabelecimento. Descrito como “tenebroso”, o “pseudo barbeiro” além de comunista era judeu, o que piorava sua condição enquanto “estrangeiro perigoso”, e segundo o jornal ele aliciava e comercializava mulheres, “mocinhas ingênuas” dos *bas-fonds* pobres, para depois vendê-las aos plutocratas curitibanos. O *modus operandi* do barbeiro, que poderia ser Max Leocovvitz ou o próprio Zimbag, ou os dois, era basicamente o de vender mulheres, acumular dinheiro e distribuí-las para com os seus comparsas. Por fim, a nota repudiava que a polícia da cidade parecia se preocupar mais com os cidadãos brasileiros, deixando os “patrícios”, comercializarem criaturas humanas de forma “apaziguada”¹³⁸.

Numa das passagens, a imprensa menciona que o gatuno Max Leocovvitz era conhecido também por outros dois nomes, tais como “Max Sukovier” e “Nathan Sukovicky”. Sobre essa dualidade no parecer das fontes, foi preciso recorrer a outra fonte já bastante utilizada que é a obra de Alsogaray. Com foi observado, o Comissário listou todos os 424 membros que pertenciam a *Zwi Migdal* no distrito de

¹³⁸ Ainda segundo alguns relatos de pessoas que frequentaram o salão para “fazer a barba ou cortar os cabelos”, os mesmos afirmaram que naquela oficina, observava-se constantemente, confabulações sobre comunismo e outros “segredos” que envolviam o mercado de escravas brancas. Dessa forma, assim como no terceiro capítulo, em que é trabalhado a questão dos leilões que funcionavam no interior de propriedades legalizadas, possivelmente, seguindo essa hipótese, o salão Aymoré fosse um dos pontos de encontro para a alta sociedade que “gozava” por meio da exploração dos corpos de mulheres.

Buenos Aires, todavia a lista não considera os outros diversos líderes e sócios que administravam as falcatruas da *Migdal* em outros países, como Brasil, Uruguai e os Estados Unidos, então, é bem provável que este número fosse bem mais significativo. Dito isso, em meio a outros nomes identificados pela polícia portenha, há alguns que chamam a atenção pela discrepância, pois alguns nomes se repetiam, ou mudavam com pequenas alterações na forma de escrever, como é o exemplo de Naifeld Simón nº 134 e Nevel Salomón nº 13.881¹³⁹. Outro nome similar é o de “Máximo Levcovich”, ou “Levcovich Herschel”, que não teve o nome registrado na época entre os capturados, podendo considerar que, até 1933, o indivíduo não tenha sido encontrado. Contudo, é o mesmo nome que aparece na publicação do A Noite, de junho de 1930, sobre os *cáftens* da *Migdal* desaparecidos, muitos deles, inclusive, no Brasil¹⁴⁰. Até o começo de 1930, dos 424 mandados de prisão, apenas 15 foram executados na época, e outros nomes foram, como já foi visto, descobertos no Rio de Janeiro e em outras cidades¹⁴¹.

Não se sabe exatamente qual foi o propósito desses gatunos em Curitiba, mas eles costumavam sempre viajar de uma região para a outra, munidos com nomes falsos, documentos vinculados aos negócios “lícitos” e com outros comparsas. Afinal, era comum que esses criminosos mantivessem redes de sociabilidade, ou redes de cooperação para facilitar o *modus operandi* e as comunicações secretas. O inferno estava sobre aqueles que não acreditavam na *Zwi Migdal* como uma ameaça real, como o Diário da Tarde, mas como um “fantasma”. O que teria motivado a presença desses sujeitos, um deles tão ilustre e mencionado nos escritos portenhos numa cidade como Curitiba? Bem, certamente, como em todo escrito sobre o tema, a próxima cena desta “novela” já bem conhecida pelas suas histórias repetidas: desarticulação da máfia, fugas excessivas, subornos, deportações, enfim, tudo parece ter acontecido de forma tão drástica e repentina que aos poucos a organização deve ter-se deteriorado. Em síntese, como nessas narrativas ou em outras encontradas sobre outras cidades, eles aparecem sempre em pequenos grupos, sempre liderado por um de grande destaque. Se buscavam

¹³⁹ É preciso mencionar ainda que em muitos nomes, o termo *Rufián* vinha acompanhado logo a seguir, e em outros casos, iniciais como S. P e S. P. B, que, possivelmente, de acordo com a historiografia, representaria outros crimes causados pelos *cáftens*, pois na prática pouquíssimos eram processados por lenocínio, mas sim por crimes de roubo, suborno, moeda falsa e corrupção.

¹⁴⁰ A Noite. Rio de Janeiro: 12/06/1930.

¹⁴¹ Diário da Tarde. Curitiba: 23/05/1930.

dar continuidade aos negócios, isso não podemos confirmar, mas é quase certo que muitos tenham continuado no mundo do crime, pois vida honesta para esses homens já não era garantia de virtude, como antigamente.

Em setembro de 1935, pouco tempo depois da circulação dos célebres *cáfens* na cidade, o Correio do Paraná comentou “o capricho da Migdal chega a ponto de, em se tratando de poderosos, de ricos, de gente com verdadeiro prestígio social, de pessoas que, com à sua palavra, possam fazer mal às sinistríssimas Michélas”¹⁴². Até 1940, outras denúncias foram publicadas pela imprensa, a maioria, oriundas do Correio do Paraná, que parecia mais se ocupar em denúncias de populares do que em fatos baseados nos boletins policiais, como o Diário da Tarde. Desde 1935, percebeu-se um número mais avultado de narrativas sobre a *Zwi Migdal* de modo geral em Curitiba, desde reportagens como o desaparecimento da francesa Pierrot, estampando uma página inteira só sobre o caso, as desventuras de Jorge Casella Muzar, ou “professor Muzar”, como era conhecido, membro da Migdal e que residia no Rio de Janeiro, ou a própria prisão de Mauricio Steinberg em 1938. Após o começo da década de 1940 surgem algumas narrativas sobre a *Ashkenazum* no Paraná e outras dezenas de denúncias envolvendo o tráfico regional de mulheres e adolescentes entre Santa Catarina, Curitiba e São Paulo.

¹⁴² Correio do Paraná. Curitiba: 25/09/1935.

FIGURA 28 - Ilustração publicada pelo jornal O Dia em 1931, para avisar a sociedade contra a sociedade internacional com a seguinte frase: “Não facilitem... Uma ameaça iminente! A Migdal. Não facilitem, moças atraentes”, e continua: “Que isso Marcolina? Você vai assistir as festas do primeiro aniversário da República Nova? Que tal... estou vendo si não corro perigo com a Migdal... Dizem que as moças atraentes não devem facilitar!...”.



Fonte: O dia. Curitiba: 16/09/1931.

Numa passagem do livro “Cemitério dos Vivos”, de Lima Barreto (2004), é mencionado que “a polícia, não sei como e por que, adquiriu a mania das generalizações, e das mais infantis”. Dito isso, a partir de um certo período, todo indivíduo estrangeiro com nome arrevesado, como os russos, polacos, românicos, entre outros, eram forçosamente considerados “cáftens”. É o caso do gatuno Max Acharoff, conhecido internacionalmente, quase sempre munido por um arsenal de truques que fazia com que a imprensa da época noticiasse suas experiências como se fosse um réu primário. Adiante, a partir de 1930, todo sujeito estrangeiro acusado de proxenetismo passou a ser associado ao estereótipo do *cáften* judeu. Inclusive, é quase inegável que *Zwi Migdal* tenha expandido seus negócios no Brasil e estabelecido seus negócios graças às sucursais espalhadas pelo país todo, resultando em outros entusiastas que formaram as redes do tráfico e o fluxo continuo dos criminosos viajantes, inclusive para Curitiba. Embora haja algumas exceções, o frenesi violento não foi nada tão característico desses homens, daí sua objeção para com a relação dos documentos desfragmentados.

4.5 AGENTES DA MIGDAL NO INTERIOR DO PARANÁ?

Em todo documento, seja ele do âmbito jurídico, policial ou impresso, uma boa história não fica completa sem os seus temidos vilões e personagens emblemáticos. As narrativas sobre a atuação de *cáfrens* criminosos são muitas vezes similares aos contos de ficção, dignos de telenovelas. Vejamos, nos contos literários há sempre um enredo “romântico” que norteia as relações entre os gêneros, seguido de personagens principais, que demarcam as condições de sujeitos ativos e passivos no tráfico, grandes reviravoltas e principalmente a impunidade para com os seus intérpretes. Alguns trabalhos na Argentina, por exemplo, já mostraram diversas vezes como funcionava o tratamento monótono da justiça contra os homens processados por lenocínio. Contudo, há uma certa característica que também não é tão aprofundada nesses estudos, sendo a atuação das mulheres como mentoras do tráfico, ou seja, cafetinas que pertenciam a esse universo criado pelo senso comum como tradicionalmente masculino.

Albert Londres já discutia em seu trabalho de campo que, enquanto os *cáfrens* permaneciam confinados em seus escritórios, as cafetinas ficavam encarregadas pelo “trabalho sujo” de aliciar e converter as jovens desorientadas para a prostituição em Buenos Aires. Diversas referências sobre a captura dos chefões da Migdal no Rio de Janeiro e em São Paulo a partir dos impressos mostram que esses homens sempre tentavam fugir ou se instalar em determinada região na companhia de suas “escravas”. Assim, em poucas referências essas mulheres são colocadas na posição de infratoras, como exploradoras, mas sim como vítimas. Certamente era um tratamento diferenciado para com as mulheres. Dessa forma, mulheres no crime organizado internacional não era algo tão comentado, ainda que Alsogaray, em 1933, tivesse denunciado a participação delas, nos documentos e relatórios de polícia sobre à Migdal.

Sobre as mulheres no crime e na criminalidade, os processos criminais são cada vez mais, uma importante fonte para a construção de narrativas sobre o cotidiano dos pequenos e grandes centros urbanos. Na historiografia há alguns trabalhos que auxiliam a compreensão dos documentos legais para compreender um panorama da experiência coletiva, engendradas por conflitos, tensões e divergências em contraste com às normas estabelecidas de um determinado período. A historiadora Michelle Perrot (2017) explica que a partir do século XIX, os

documentos da polícia e do judiciário são os mais conspícuos para se entender a atuação das mulheres enquanto infratoras, pois a obsessão da ordem nas ruas e no campo passou a perseguir as mulheres em razão da violação dos padrões de moralidade. Nas premissas de Dauphin e Farge (1999) nesse período não havia espaço para as mulheres no imaginário do crime constituído pelos homens, e que nos poucos casos na qual as mulheres ganham certa notoriedade, é sempre para justificar a fragilidade do gênero feminino, como de praxe orientado por algumas teorias degenerativas do XIX.

Alguns estudos já mencionados como os de Mariza Corrêa, Rachel Soihet, Martha Esteves e Susan Besse, nos relevam como funcionavam as relações de dependência entre pessoas nos conflitos domésticos e urbanos.

As cafetinas sempre estavam presente nas narrativas sobre prostituição, algumas por um viés mais violento, como discutido por Isabel Vincent, outras mais solidarias e movidas pela noção de pertencimento coletivo, visto por Beatriz Kushnir, ou como figuras que protegem e cuidam das suas prostitutas, como se existissem laços familiares, protetoras, como discutido por Saldanha (2013). Situação paralela, lenocínio também era administrado pelas mulheres.

Essa outra fase que envolve a criminalidade feminina, pode ser explicada devido ao excesso de segurança policial no período, que por vez aperfeiçoava a ação dos criminosos. Dito de outro modo, à medida em que a polícia descobria novos vestígios sobre os exploradores, novos artefatos, os mesmos rapidamente se deslocavam, dificultando os estudos e a ação polícia. Essa neurose pela identificação dos traficantes, como já foi observado, acabou provocando um desapego individual quanto ao local onde viviam, por isso eram sujeitos nômades que procuravam sempre estabelecer suas atividades em diferentes espaços, sempre em comum as mediações dos centros urbanos, regiões interioranas. Essa pode ser, se não a principal, uma das mais marcantes características que definem a *Zwi Migdal*: a mobilidade.

Quase no final da década de 1930, quando a imprensa começava a noticiar e generalizar possíveis sucessoras da máfia judia para condenar a expansão do lenocínio e o tráfico regional de mulheres e crianças, surge um novo capítulo que envolve duas cafetinas, acusadas de pertencerem à organização criminosa no interior do Paraná, em específico no município de Marechal Mallet. Tudo começa quando o jornal O Dia noticiou em janeiro de 1939, a descoberta de duas “agentes

da Migdal”, acusadas de aliciar moças para entregá-las à prostituição em São Paulo. Segundo a notícia, às duas cafetinas visitavam as colônias agrícolas daquele município para selecionar moças inexperientes. Segundo alguns populares, às duas mulheres eram conhecidas naquela região, conseguindo, com o tempo, a confinação de alguns populares. A polícia, no entanto, afirmou que vinha desconfiando das frequentes viagens das mulheres para o município, mas sem provas concretas para investigá-las, nada podiam fazer. O clímax aconteceu somente quando os guardas da chefatura de polícia flagraram às suspeitas em cima de uma carroça, na companhia de um grupo de 6 meninas que residiam naquelas colônias¹⁴³.

Na dissertação de Lucas Kosinski (2018) sobre violência e práticas cotidianas em Mallet do período, o autor mostrou que as relações cotidianas naquele município também estavam cercadas por experiências distintas, principalmente se pensado, na prática, de violência, opressão e divergências na totalidade, resolvidas por meio de inquéritos policiais. O autor observa que mesmo a partir de uma perspectiva diversa, vista pelo cotidiano, é possível extrair das fontes documentais hábitos, costumes, estilos de vida em praxe com às normas preestabelecidas por diferentes dispositivos. Sobretudo, são narrativas “que envolve os pequenos prazeres, os detalhes despercebidos das operações de consumo, das estratégias e das táticas, um ‘trabalho com sucata’, (...), das mil maneiras de se negar a ordem ou a lei estabelecida”.

Assim como Mariza Corrêa, essas pesquisas mostram que, de modo geral, o exame documental oferece algumas narrativas em que os protagonistas não eram apenas grupos alternativos, mas sim de sujeitos que conseguiam, por diversas razões, entrar em colisão com as regras sociais, desde conflitos passionais, dentre os quais predominava os sentimentos de legítima defesa, embora isso não justificasse tais feitos. Em suma, nesses estudos as categorias de processos são diversos e, por vezes, inesperados.

Se para a história o acontecimento corresponde à emergência das repercussões observadas no cotidiano, para o jornalismo, essa noção significava a construção do acontecimento enquanto notícia que constroi uma realidade. Visto isso, não era a justiça que afirmava ou apontava que tais sujeitos pertenciam, ou não à *Migdal*. Até mesmo nas análises de Lena Medeiros, sobre processos de

¹⁴³ O Dia. Curitiba: 29/01/1939.

expulsão contra *cáftens* no Rio de Janeiro, a historiadora não menciona diretamente a atuação de sociedades secretas, mas sim de trajetórias individuais. Era essa imprensa sensacionalista e ideológica que ficava encarregada de associar alguns estereótipos aos acontecimentos que envolviam o mesmo *modus operandi* (as formas de agir por parte dos exploradores) e a figura dos “indesejáveis” (exploradores que pertencem a outras nacionalidades). O caso em questão, é parecido com outros eventos já discutidos pela historiografia e neste trabalho: sujeitos que agiam por meio de atividades ilícitas, usando como fachada, negócios ou estabelecimentos formais: salões, bares, restaurantes, hotéis, comércio de sede, de tecido, joias, entre outros.

O processo-crime em questão, não foi diferente. Marcado por algumas reviravoltas se por algumas peças que, do ponto de vista histórico, poderia indicar uma possível ligação, não apenas com a *Zwi*, mas com o tráfico de mulheres pensando no circuito regional. Para entender melhor o desenrolar do processo, podemos dividi-lo em três partes: a acusação, a defesa e a conclusão. As mulheres acusadas foram, Marcela Pacheco, natural da Polônia e que se dizia empresária no ramo doméstico, oferecia serviços de limpeza e empregadas fixas para importantes famílias de São Paulo, seguido de Maria Olga, mulher de meia-idade originária da Lituânia. O objetivo delas, conforme consta em seus depoimentos, era o de levar moças do interior para ganhar a vida na capital vizinha, oferecendo-lhes estudos de piano, costura, dança e instrução aos deveres de casa. A versão contada pelas acusadas era tudo ambíguo, e a ausência de provas no começo da investigação, reforçava que ambas conspiravam contra a justiça, principalmente depois que fora descoberto que ambas usavam documentos com nomes falsos. Fora descoberto que Marcela era conhecida, segundo a polícia paulista, como Sofia Tenler ou Sonia Tenler, e Maria Olga utilizava indevidamente o sobrenome do marido, Mackevivieue.

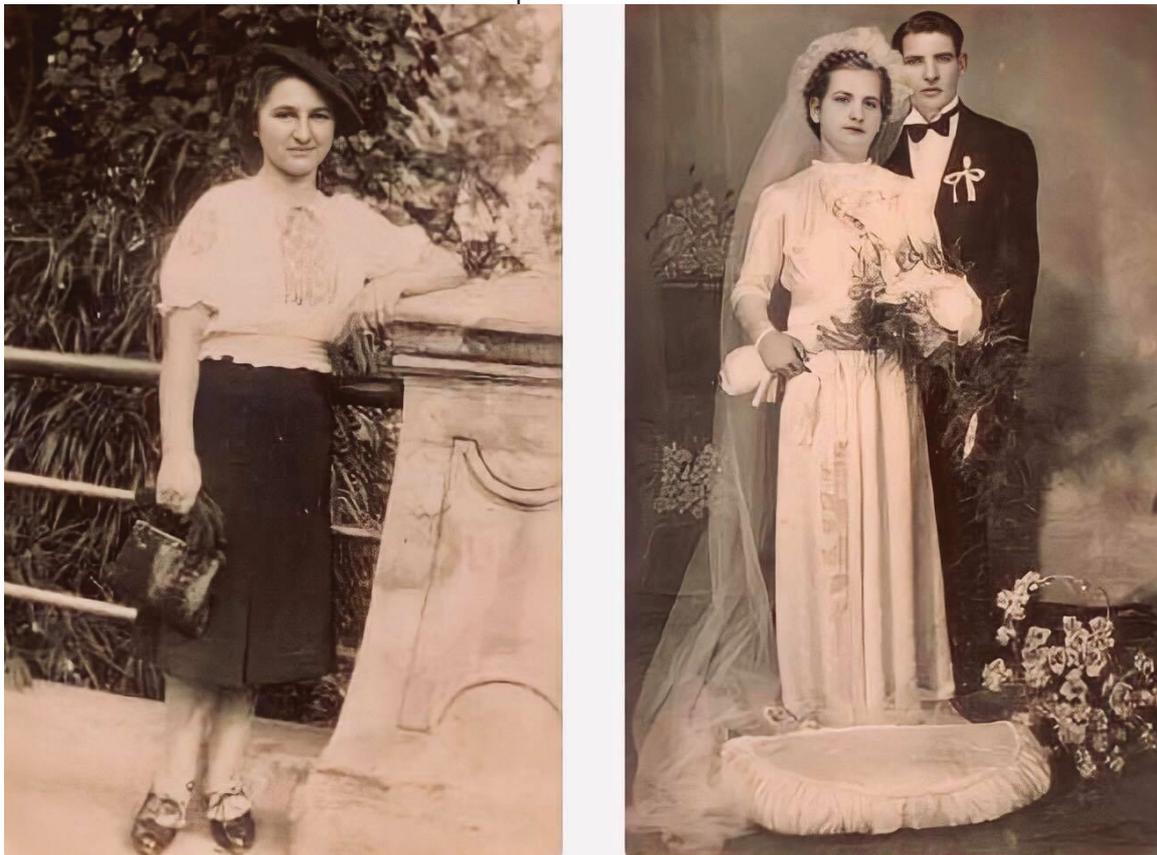
As acusadas só foram recolhidas à Delegacia porque, diferente das outras vezes, elas foram flagradas em cima de uma carroça, após seduzir algumas menores de idade para outra região. O art. 277 do Código Penal de 1890, estabelecia prisão de dois até cinco anos em casos de lenocínio envolvendo o tráfico de mulheres para “satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem”. Para reforçar essa compreensão, Cristiana Schettini (2012) explica que nos circuitos onde aconteciam os processos de deportação com maior frequência, não bastava

que a polícia recebesse apenas denúncias, era preciso provas, e, na maior das hipóteses, flagrar. Assim, para que alguém fosse processado por proxenetismo, a justiça determinava que além do flagrante policial, era preciso no mínimo duas testemunhas para comprovar a prática de exploração de outrem em benefício próprio. E isso se repetiu com o caso investigado. Alguns populares daquele município prestaram depoimento à Delegacia, 6 no total, todos de acordo, afirmando que Pacheco era uma velha conhecida, e que nas suas viagens a caminho de São Paulo sempre lavavam consigo algumas “mocinhas desprevenidas” após conseguir a aprovação dos pais, que ficavam confortáveis graças às promessas de emprego, dinheiro e casamento.

Contudo, alguns moradores alegaram que as moças levadas por Marcela não retornavam mais para Mallet, e que poucas vezes mandavam notícias. Sobre isso, Rago (2008) argumenta que entre as sociedades secretas, como a *Migdal*, eles costumavam contratar professores de língua estrangeira para escreverem falsas cartas para enviá-las aos parentes das traficadas. O teor das mensagens era basicamente o mesmo, de manter os familiares dominados contra possíveis denúncias às autoridades dos seus respectivos países, bem como o de pequenas levas de dinheiro, que muitas vezes era levantado pelas próprias vítimas. É claro que tudo não passava de especulações, então alguns relataram que as meninas levadas para São Paulo iam para exercer o meretrício, pois nunca mais voltavam. Então, ainda que fossem sem fundamentos, os depoimentos constituíam um importante parte no julgamento processual, recurso utilizado até mesmo entre os acusados, para driblar possíveis provas. Segundo Chalhoub, “os processos criminais permitem percorrer os vários sentidos da micro-história, onde a luta pela sobrevivência termina por inventar sua própria saída, entre a aceitação e a rebeldia (CHALHOUB, 1986, p.14).

Ainda sobre essa fase de acusação, é preciso adentrar para um fator importante, que esteve em pose das próprias acusadas. Era um álbum de fotografias, usado para “cativar” as famílias e iludir as moças, mostrando que na cidade grande era possível conseguir o mesmo destino caso aceitassem ir com elas. As fotografias eram de algumas que teriam conseguido se casar, após serem instruídas ou apresentadas pelas acusadas. Contudo, afinal, o ramo delas não eram os serviços domésticos? Uma das imagens que fazia parte do álbum mostra o casamento de Catarina Hurman, como consta em anexo.

FIGURA 29 - Fotografias de Catarina Hurman usadas para “atrair” as jovens de Mallet com falsas promessas.



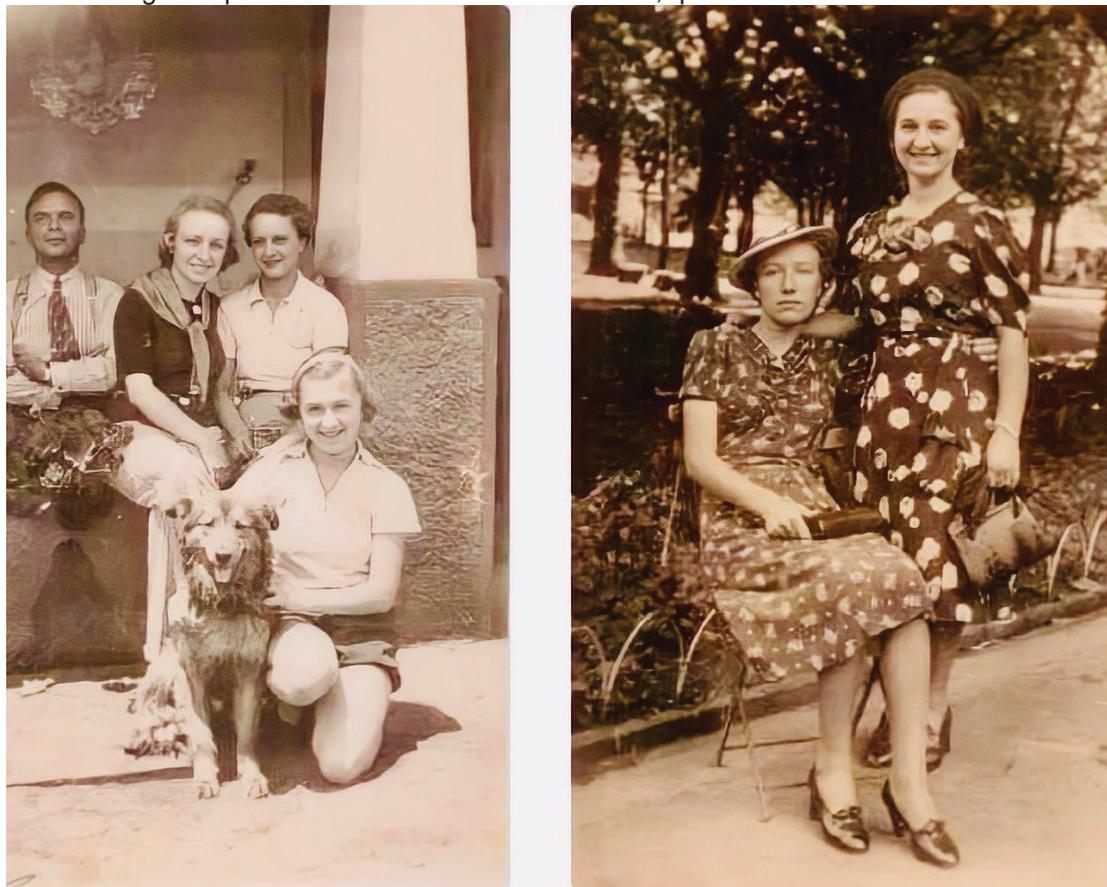
Fonte: PB003.1/132.10. Processo crime de 1939. Lenocínio. Fundo Público Poder Judiciário de Mallet. Centro de Documentação e Memória da Unicentro/Irati.

Nas próximas imagens é possível ver outras fotografias que fizeram parte do álbum de fotos. Na primeira imagem, Marcela aparece sentada, vestindo uma blusa preta, do seu lado é possível ver um homem, Catarina Hurman, de branco e uma garota na companhia de um cachorro. Na segunda, novamente Marcela é fotografada ao lado de Catarina, dando a entender que ambas eram velhas conhecidas. Por fim, um dos relatórios afirmam que essas fotografias foram usadas como prova contra as acusadas, afirmando que:

“As fotografias aprendidas serviam de um dos meios de facinar as humildes e desprevenidas colonas com aspetos de vida material melhor, afim, de conseguirem o seu intento. Haja vista que o depoimento da quinta testemunha, onde ressalta de maneira clara a truculência empregada pelas indiciadas para interessar suas vítimas, mostrando as probabilidade numa cidade: aprender tocar piano, aprender a costurar, ler, ir ao teatro todo as noites. Além destes, há outros fortes indícios da criminalidade das

acusadas, que podem ser facilmente apreendidos neste auto". (PB003.1/132.10. Processo crime de 1939, p. 75).

FIGURA 30 - Outras duas fotografias com Marcela Pacheco em momentos distintos, na segunda imagem é possível identificar Catarina Hurman, que se dizia filha de Pacheco



Fonte: PB003.1/132.10. Processo crime de 1939. Lenocínio. Fundo Público Poder Judiciário de Mallet. Centro de Documentação e Memória da Unicentro/Irati.

Todo o evento aconteceu nos últimos meses de 1938, mas só foi noticiado pela imprensa em janeiro de 1939, quando as acusadas foram enviadas à Curitiba para que a polícia da capital prosseguisse com as investigações. Após depoimentos da parte acusatória, ambas tiveram a oportunidade de esclarecer os fatos. Marcela e Maria confirmaram algumas informações, mas alegaram que a polícia estava tendo uma interpretação errônea e equivocada sobre o caso. Como dito, as denunciadas se diziam empresárias, e afirmaram procurarem mulheres, independentemente da idade, para trabalhar na capital paulista. Inclusive, Marcela chegou a citar os nomes de Marina Michalski, de 38 anos, Flávia Michalski, de 14 e Doroteia Paiucho, de 12, oriundas de Mallet, e que segundo elas, estavam em sua residência estudando e trabalhando de forma honesta.

O vai e vem, segundo Marcela, era porque ela já conhecia Mallet de tempos anteriores, do período em que morou na cidade e conheceu o esposo, Juviano Bauher, de origem russa. Sobre uma das testemunhas, Alberto Beukal, o pai de Marina Michalski, alegou que filha desapareceu depois que fora levada pela acusada, sendo encontrada tempos depois, já casada com Gregorio Schemeshuki. A partir de então, o Delegado do 1.º Distrito da capital ficou encarregado de solicitar que as pessoas citadas no processo fossem identificadas e ouvidas, bem como os documentos oriundos da polícia paulista sobre possíveis antecedentes criminais contra as acusadas.

A primeira testemunha a favor das indiciadas fora Anastácia Hurman, de 19 anos. No depoimento afirmou que morou em Marechal Mallet, no Paraná, e há pouco mais de 3 anos teria ido para São Paulo, tendo sido hospedada no hotel onde Marcela Pacheco administrava seus negócios, contratada, tempos depois como empregada doméstica na casa de Eduardo Brito. Confirmou ainda que Marcela era uma “mulher distinta e direita”, e que as demais moças foram para São Paulo estavam empregadas em casas de respeito, e não em antros de prostituição como imaginavam os moradores de Mallet. Outras 4 mulheres que foram ouvidas, Helena Penkal Chewchuk, Rosa Toponiak, Maria Michalska e Vitória Carcmalski, todas de Mallet e pertenciam às colônias estrangeiras. Foi possível observar, que assim como o depoimento de Anastácia, as demais apresentaram falas parecidas, de que foram levadas para São Paulo para “férias” temporária na casa de Marcela, e que algumas conseguiram emprego como doméstica em casas de família. Contudo, conforme os depoimentos, a estimativa de chegada e saída na residência de Marcela variava de 3 até 4 anos no hotel, e não apenas um período de “férias” como mencionado por elas. Por exemplo, Maria Michalska só teria deixado a propriedade, anos depois, quando conseguiu encontrar pretendendo com o qual se casou.

Em síntese, foi sendo construído uma nova narrativa sobre o caso, agora, do ponto de vista das acusadas. Antes mesmo do julgamento, descrente que tais depoimentos não fossem o suficiente para garantir sua inocência, Marcela começou a agir de forma estranha, e segundo o delegado de polícia, começou a apresentar fortes anciãs de vômito de um dia para o outro. O médico legista, Dr. Júlio Moreira, comentou que a mulher teria dito que ingeriu uma pinta, mas, na verdade, engoliu um anel. Não se sabe exatamente qual foi o propósito de Marcela com isso, mas foi preciso apelar para uma lavagem estomacal para a retirada do objeto. É provável

que Marcela estivesse ensaiando uma possível demência. Bem, sobre isso, "a loucura não pode ser encontrada no estado selvagem", mas sim, identificada em meio ao próprio sistema social, ou seja, "a demência é, de todas as doenças do espírito, esta que permanece mais próxima à essência da loucura" (FOUCAULT, Michael, 2006, p.163).

Pouco tempo depois, ainda internadas na Santa Casa de Curitiba, o médico Dr. Alô Guimarães afirmou que Marcela teria voltado demonstrado outros distúrbios mentais após tentar se suicidar pela primeira vez.

Qual foi o epílogo de tal processo? Após tramitar por Mallet, Curitiba e São Paulo (telegramas), alguns eventos como, encenação de distúrbios mentais, uma tentativa de suicídio, 6 depoimentos de acusação, relatos da polícia sobre a circulação suspeita das envolvidas, falsidade ideológica e histórias mal conectadas, a justiça decidiu por inocentar as investigadas alegando "falta de provas". No relatório final, no entanto, é reforçado que embora às duas apresentassem fortes indícios para com o mundo do crime, lenocínio, corrupção de menores e tráfico, as provas não eram o suficiente para enquadrá-las em tais delitos, principalmente o crime de lenocínio, já que todas as testemunhas ouvidas falaram a favor das acusadas. Sobre as fotografias, segundo o relatório final, eram imagens de Catarina Hurman, uma das filhas de Marcela, durante os festejos do seu casamento, ou seja, era um álbum de acervo pessoal, particular. Por fim, ambas acabaram saíram vítimas de falsas acusações difamatórias, e conseqüentemente ambas teriam alegado "problemas mentais", além de grandes prejuízos morais e materiais. O processo em questão foi arquivado no dia 17 de abril de 1939.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas histórias literárias do gênero detetivesco, não interessa o enredo ou os seus personagens. No romance policial, o crime e a descoberta constituem uma matéria prima dominante, e cabe indagar até que ponto algumas vezes a arte imitou a vida no sentido de influência direta nos modos de investigação e discussões sobre pautas reais de experiências diversas. O que importa e o que move a trama é a ação, seja pelo frenesi violento, pelos agentes envolvidos ou pela figura do policial e do detetive que muitas vezes, não analisa, mas deduz alguns casos. Essas narrativas como as de Conan Doyle e Agatha Christie, por exemplo, sempre tem ingredientes fixos, como dinheiro, vício, exploração, mulheres e personagens “insólitos”, sempre em sintonia com o ambiente urbano retratado de forma modesta e instigante. Nessa categoria de conto, os personagens principais encarnam aquele que não tem passado nem futuro, é feito só de presente, de verbos de ação. Outro ponto em comum com essas narrativas ficcionais é desconfiança dos agentes envolvidos com as suas instituições policiais. Ponderamos assim, que somente uma sociedade que tem na vigilância o princípio da convivência poderia reproduzir a imagem do moderno detetive como a figura de Sherlock Homes, ou neste caso, os delegados de polícia.

Do ponto de vista histórico e investigativo, essas metáforas têm em comum o crime e suas especificidades na imprensa: a virtude, o vício, a ganância e outros assuntos narrados quase sempre de forma pitoresca, tendenciosa, quase até lúdica. Uma visão que quase sempre tem sido forjada sobre prostituição é o viés romanesco, principalmente em obras literárias produzidas em países onde o envolvimento com o tráfico aconteceu de maneira mais acentuada. Isso não chega a ser necessariamente um problema, visto que os contos literários são cada vez mais numerosos do que as próprias produções acadêmicas, principalmente no que se refere ao recorte das últimas duas décadas. Podemos situar a passagem de algumas obras que mesclam romance e investigação e que utilizam de referências históricas sobre o tema, como “Jovens Polacas”, “*El Infierno Prometido*” e “*Maria Batalhão*” que se passa no cenário curitibano em 1930.

Assim, a história não é apenas um catálogo de coisas que aconteceram, e sobre isso, Hayden White (1994) é quem nos chama atenção para que entre História e Literatura há muito mais pontos para se aproximar, do que nos afastar. Seu

objetivo é mostrar que o discurso historiográfico também está submetido a um jogo de sentidos, a uma rede de coerências, na qual a linguagem e imaginação são pontos cruciais. Além disso, defende que o estilo de se escrever história nada mais é do que uma combinação entre modelos e formas tropológicas, com as quais o historiador consegue prefigurar, organizar e explicar os acontecimentos, construindo um encadeamento, para torná-los discerníveis. Com tais argumentos, White nos leva a compreender o elemento fictício e imaginário das obras historiográficas, ao mesmo tempo, em que nos faz cruzar as fronteiras da “verdade histórica”, apontando para outra perspectiva interpretativa, acerca do passado e dos seus acontecimentos. Longe de ver encerrado o debate, cabe ao historiador manter-se atento ao fato de que, tanto quanto saber localizar uma fonte documental, é importante não a considerar como verdade em si, local onde o passado pode ser recuperado, mas reconhecer que existe uma realidade diferente e que a apropriação do real é dada por meio da representação.

O problema não está na forma de narrar a história pelo viés romanesco, colocando figuras frágeis, homens perversos e finais felizes, mas evitar tomá-las como verdade sem problematizar os seus aspectos sociais e culturais que permanecem nos intramuros. Por tanto, talvez o mais daninho legado da construção discursiva criada na época e reproduzida tenha sido esses eufemismos tomados por narrativas fantasiosas, estereótipos e mitos forjados que serviram apenas como sinônimo de tudo aquilo que não condizia com tais valores: “polacas”, “escravas” e “indesejáveis”. Como enfatizou Veyne (1984), o mito está situado num “passado atemporal”, e para os historiadores o “mito” representa uma ligeira deformação das verdades históricas ou daquilo que mais se aproxima de uma verdade, pois a história é como uma sucessão de narrativas de eventos diversos.

Quando interpretamos a prostituição feminina nas margens de discursos ideológicos, ligeiramente associamos a discussão engendrada nas grandes cidades e polarizadas em profundas transformações sociais, como é o caso do Rio de Janeiro, devemos sempre prevalecer certa cautela. Por se tratar de figuras viajantes, que à medida em que se deslocavam de uma região para a outra deixavam pistas e experiências em outros documentos, como os da imprensa e os de polícia, fez-se necessário a investigação de documentos de outras cidades que pudessem contribuir como fonte de pesquisa. A todo momento percebeu-se que o debate é espinhoso e cheio de armadilhas. Em determinados momentos foi preciso

reescrever a escrita por conta da descoberta de novos documentos, alguns de Fortaleza, outros de Buenos Aires, tudo com o objetivo de compreender melhor as narrativas sobre figuras do crime que estiveram circulando pela cidade de Curitiba com algum propósito e missão. O tema é rico em problemáticas e permeados por muitas disputas ideológicas, possibilitando ao ofício do historiador, abrir uma janela que nos permita problematizar diferentes questões que diversas vezes são mencionados em segundo plano nos textos acadêmicos.

Curitiba entrou no século XX da mesma forma que saiu do XIX: em busca da modernidade. Não só ela como em outras cidades mencionadas: Florianópolis, Porto Alegre e Belo Horizonte, enfim, todas precisaram se ajustar a uma realidade cada vez mais onipresente nos grandes circuitos: a violência, a criminalidade, transgressão, transformações bruscas. É um período valioso para pensar os mecanismos de controle, vigilância e repressão em sintonia com a atuação das classes populares e grupos considerados “perigoso”, que por vez, resultou em políticas e discursos excludentes e discriminatórios. Criou-se todo um diagnóstico estrutural daquilo que não pertencia ao raciocínio idealista da época, firmado pelo positivismo de “ordem” e “progresso”: corpos ociosos, doentes, uma geografia da prostituição, uma topografia do crime, bem como os *bas-fonds*. Concluímos que diferentes discursos elaborados sobre sujeitos e comportamentos refletem os conflitos desse cotidiano escudado por mecanismos de poder e contidos na estrutura tendenciosa e de uma imprensa a serviço da classe dominante.

A historiadora Perrot (2017) ponderou que a atuação dos segmentos populares é uma tarefa difícil, pois, ao contrário do que ocorre com os grupos dominantes, os anônimos não deixaram seus registros num corpo coerente e organizado, mas fragmentados, como ocorre em arquivos de polícia sobre os marginalizados. A apresentação da ação do poder sobre os dominados é algo que predomina as narrativas sobre essas outras formas de participação social desenvolvida pelos grupos alternativos.

Em especial, percebemos pela literatura das fontes que, o ano de 1930 foi um importante divisor de águas no que se refere à prostituição nos circuitos da época, Brasil e Argentina. Ambos tiveram vínculos íntimos com o fenômeno do tráfico de mulheres e sofreram simultaneamente as tensões causadas no interior da organização que vinha se deteriorando desde 1928. Em todo canto se discutiu a descoberta da organização dos “*cáfrens* judeus” e das polacas como mulheres em

condição análoga à escravidão. No contexto de Curitiba, foi interessante pensar na oposição da imprensa em relação às narrativas de *cáftens* na cidade. O mesmo jornal que protestou que a organização não passava de um “fantasma”, foi a mesma que deixou passar batido a presença de um dos grandes líderes da *Zwi Migdal* na capital. Identificado apenas como “Ludgero Henri”, logo as autoridades de Porto Alegre descobriram que, na verdade, o cáften preso e fotografado pela polícia de Curitiba, com traços orientais e poucas informações a respeito era nada menos que Simon Rubinstein.

Por tanto, pode-se destacar que certos fragmentos da época não foram articulados na sua complexidade nem analisados a partir de uma visão mais abrangente, justificando assim, o desinteresse da imprensa e da polícia sobre um gatuno que usava um nome falso e bem menos atraente: Ludgero Henri. Se naquele ano, 1934, as autoridades curitibanas tivessem desvendado a verdadeira identidade do acusado, talvez a repercussão tivesse sido outra e as narrativas/documentos sobre o caso poderiam ser bem mais consideráveis.

Simon Rubinstein era grandioso, influente e modesto. Conseguiu levantar fortuna na Argentina se envolvendo com a exploração de ouro e pedras preciosas, ao lado de sua mulher, Marta Faincuj, que gerenciava alguns bordéis na capital portenha. Além da interferência direta na administração dos negócios da *Zwi Migdal*, foi esperto ao propor em 1928, uma sucursal chamada “*Asquenasum*”, que conforme a historiografia portenha, foi uma forma de amenizar as tensões entre os antigos sócios que não pensavam em sintonia com os mais novos. Porventura, na mesma época que conversei com o historiador José Luis Scarsi sobre Simon, o mesmo relatou que publicaria em sua página de acervos sobre a *Zwi Migdal* uma imagem do anúncio dos negócios de tecidos de Simon na Europa, a mesma imagem que pude encontrar na pesquisa de Mir Yarfitz. Assim, gradualmente este “quebra-cabeça” foi ganhando forma, graças à combinação de referências e fontes sobre um mesmo indivíduo: o anúncio mencionando o “japonês Simon”, a fotografia tirada pelas autoridades de Curitiba e a ausência de outros documentos sobre o sujeito em outras regiões contribuíram para firmar a hipótese de que se tratava mesmo de Simon Rubinstein.

A intenção deste trabalho foi a de compreender algumas narrativas sobre sujeitos interpretados como viajantes, tratados sempre no plural e diagnosticados a partir de diferentes denominações. No limite das observações permitidas, jugou-se a

importância de selecionar documentos periódicos que tratassem não apenas do meretrício na totalidade, mas de outras facetas ligeiramente associadas ao universo da prostituição em pauta no período, como a “escravidão branca” e o tráfico de mulheres. Viajar era apenas um desfecho, parte da experiência individual dos personagens investigados. Por isso, privilegiou-se nas categorias de análise, narrativas que pudessem indicar a experiência de possíveis “polacas” e “*demi-mondaine*” na cidade, considerando prováveis interferências das redes do tráfico ou não, mas que foram interpretadas na época como os dois grandes motes que deram sentido as tipificações sobre a prostituição de mulheres estrangeiras no país.

Tem-se ciência de que esta pesquisa não buscou dar conta de provar, de alguma forma, o estabelecimento de redes do tráfico em Curitiba, mas sim dar sentido as narrativas cercadas sobre este tema ponderando o seu contexto histórico. Assim sendo, os elementos apresentados, longe de constituir um estudo definitivo, são apenas uma tentativa de leitura mais atenta para esses documentos que, às vezes, fazem referências mínimas aos problemas e assuntos de interesse. Outro aspecto importante a ser destacado é que ao olhar para o “outro”, exigiu-se uma operação mais complexa, que foi a de considerar narrativas envolvendo diferentes regiões. A leitura de outros registros encontrados no Rio de Janeiro, por exemplo, proporcionou a mutação desta escrita. Assim, ao finalizar este estudo, ponderamos que muitas descobertas estão por vir, o que torna a temática sempre sedutora como fonte de pesquisa histórica. Por fim, concluímos que a terra prometida a essas mulheres, que permanecem sem direito à memória, na verdade, foi um inferno em todos os sentidos, desde as grandes e médias cidades, tudo orbitava em consenso: cidades despolicizadas, insalubres, doenças epidêmicas, além dos problemas estruturais, como a exclusão e a miséria.

Espero que esta pesquisa de alguma forma contribuía para outros estudos sobre o tema, mostrando ser possível “exorcizar demônios”, como protestava Moacyr Scliar sobre a ausência de fontes e pistas quase inalcançáveis sobre esses *cáftens* no Brasil. Na Argentina o escândalo da *Zwi Migdal* foi tão notório, que em 1934, segundo a historiadora Donna, foi revogada a regulamentação da prostituição pública em Buenos Aires em meio a pressão internacional e de grupos sociais que protestavam contra medidas mais protetiva contra o tráfico. Raquel Liberman, mulher que denunciou a organização em 1929, se tornou símbolo da luta contra a exploração de mulheres e tema de estudos pelo mundo todo. A justiça brasileira

tardou, mas adotou leis mais rígidas contra o lenocínio e o tráfico de mulheres a partir dos Art. 227, Art. 228, Art. 229 e Art. 230, Art. 231 e Art. 232 do Código Penal de 1940. Sucintamente, toda forma de exploração envolvendo mulheres, crianças e espaços de libertinagem foram conceituados crime. Os elementos que integram o delito a partir de então, são bem mais conspícuos se comparado ao Código Penal de 1890, em voga no período trabalho e reconhecia apenas o lenocínio como crime a partir dos Art. 277 e Art. 278.

Historicamente o tráfico de mulheres se tornou um problema estrutural que permuta até os dias atuais. Com o tempo, o fenômeno se travestiu de outras maneiras, como o tráfico de crianças, tráfico de órgãos e outros já conhecidos de tempos antigos, como o tráfico de animais, armas e drogas. Sobre isso, o jornalista Gilberto Dimenstein (1992) em “Meninas da Noite”, lembra as formas desbaratadas do tráfico de menores no Brasil, viajando pelo submundo da prostituição infantil na Amazônia. O livro traz um perfil e fotos de cada uma das meninas-escravas e prostitutas infantis descobertas durante um tour de seis meses pela região, desvendando que, assim como em outros tempos, os exploradores e interessados constituíram rotas do “tráfico de carne branca”. A vida cinzenta dessas meninas era fomentada pela tentação, pela justificativa da presença de homens em regiões de garimpo, narrativa familiar com a de outros estudos históricos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Nayara Elisa. **Um incomodo moral: O controle policial do meretrício em Curitiba**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- ALSOGARAY, Júlio L. **Trilogia de la trata de blancas - rufianes, policia, municipalidad**. Buenos Aires, 1933.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BARRETO, Lima. **O cemitério dos vivos**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.
- BARTRONS, Horacio Caride. **Apuntes para una geografía de la prostitución en Buenos Aires 1904-1936**. 2009
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Trad. José Cretella Jr. E Agnes Cretella. 2.ª ed. São Paulo: Revistados Tribunais, 1999, p. 120-121.
- BESSE, Susan K. **Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910 -1940**. Revista Brasileira de História, Vol. 9, São Paulo, ago./set.1989.
- BIAGINI, Furio. **I'ncredibile storia di Noé Trauman e della Zwi Migdal**. In: *Revista trimestrale di studi sotirici*. Anno XL - n. 4, ottobre-dicember 2004.
- BONADIO, Maria Claudia. **Moda e Sociabilidade: Mulheres e Consumo na São Paulo dos Anos 1920**. Editora: Senac, São Paulo, 2007.
- BONI, Maria Ignês Mancini de. **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998
- BOSCHILIA, Roseli. **Entre fitas, bolachas e caixas de fósforo: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)**. Curitiba: Artes & Textos, 2010, p. 159.
- BRA, Gerardo. **La Organización Negra: la increíble história de la Zwi Migdal**. Buenos Aires: Corregidor, 1982.
- BREUNING, A; SOUZA, V. **Sociologia do crime e da violência**. Curitiba: Editora: InterSaberes, 2018.
- BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas: povo e policia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1997.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade, uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo, cia. das letras, 1990.

CORRÊA, Mariza. **Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na “Belle Époque”**: a medicalização do crime. Tradução: Regina Grisse de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DÍAZ, Esther. **A filosofia de Michel Foucault**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da Noite**. São Paulo: Ática, 1992

DONNA, Guy. **El sexo peligroso. La prostitución legal en Buenos Aires, 1875-1955**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1994.

DRUCAROFF, Elsa. **El infierno prometido. Una prostituta de la Zwi Migdal**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2006.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. 1ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ENGEL, Magali. **Cultura popular, crimes passionais e relações de gêneros (Rio de Janeiro, 1890-1930)**. 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

FARGE, A; DAUPHIN, C. **De la violence et des femmes**. Paris, Editora: Pocket, 1999.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FONSECA, Guido. **História da Prostituição em São Paulo**. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes, vigilantes modernos. Circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires (1890-1930)**. Tese de Doutorado em História - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

GALEANO, Diego.; OLIVEIRA, Marília. **Elísio de Carvalho: escritos policiais**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2017.

GALEANO, D; FERRARI, M. **Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro v.23, supl., dez. 2016, p.171-194.

GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura, e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2012.

GUY, Donna. **El Sexo Peligroso. La Prostitución Legal en Buenos Aires**. Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1991.

HATSCHBACH, Matheus. **Necrológios da Sociedade: criminalidade curitibana na Primeira República (1894-1908)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, 2017.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KALIFA, Dominique. **Os Bas-fonds: história de um imaginário**. São Paulo: Edusp, 2017.

KARVAT, Erivan Cassiano. **A sociedade do trabalho: discursos e prática de controle sobre a mendicidade e a vadiagem em Curitiba (1890-1933)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

KNOFF, Sally. **Humilhação e luta: uma mulher no inferno verde**. Editora: Coordenada, Universidade da Califórnia, 1977.

KOSSOY, Boris. **História e Fotografia**. 5.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

KOSINSKI, Lucas. **Violência e outras práticas cotidianas: Mallet/PR (1914-1940)**. (Dissertação em História), UNICENTRO, 2018.

KUSHIR, Beatriz. **Baile de Máscaras. Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua**. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

KUSHNIR, Beatriz. **As polacas cariocas: mulheres judias prostitutas e suas associações de ajuda mútua.** Acervo, Rio de Janeiro, v. 9. jan/dez/ 1996, p. 140.

LARGMAN, Esther. **Jovens polacas: Da miséria na Europa à prostituição no Brasil.** Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.

LIMA, Roberto de Lima. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos.** Rio de Janeiro: Lumen Júris. 1994.

LONDRES, Albert. **Le chemin de Buenos-Aires: La traite des blanches.** Éditeur: Albin Michel, Paris, 1927

MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, Jogadores, Pobres e Vagabundos no Discurso Jornalístico.** Porto Alegre: Editora Unisinos, 2004.

MEIRELES, Amauri. **Teoria introdutória à policiologia.** Revista O Alferes, ano 6, n.º 18, 1989, p. 25 - 26.

MENDONÇA, Dante. **Maria Batalhão: memórias póstumas de uma cafetina.** Editora: Esplendor, 2012.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930).** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

OLIVEIRA, Wellington do Rosário. **Rio, uma utopia sem amor: violência de gênero e homicídio contra mulheres meretrizes nas revistas policiais do Rio de Janeiro (1892-1925).** Aedos, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 25-67, outubro, 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/113514/64826>>. Acesso em: 15/11/2021.

OTTONI, Ana Vasconcelos. **O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920).** Tese em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

PEDRO, Maria Joana. **Mulheres do Sul.** In. **História das mulheres no Brasil.** 2004. p. 234.

PEREIRA, Lucas Aguiar. **No intuito de produzir influência educativa: educação moral, polícia de costumes e prostituição feminina em Belo Horizonte (décadas de 1920 e 19130).** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PEREIRA, Ivonete. **As decaídas”: prostituição em Florianópolis (1900-1940).** Florianópolis: Editora UFSC, 2004.

PERROT, Michelle. **Minha História das mulheres.** Tradução de Ângela M.S. Correa. 2 edições. São Paulo: Contexto, 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História – Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-colônia**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

PRECHET; SAIOL; NERY. **Antropologia criminal e prostituição: a matematização do corpo segundo Pauline Tarnowsky**. Dossiê Transversos: O Corpo na História e a História do Corpo, Rio de Janeiro, v. 05; n. 05; Ano 02. dez. 2015.

PRIORE, Del Mary. **Histórias da gente brasileira - Império**. Vol. 2. São Paulo: Editora Leya, 2016.

RAGO, Margareth. **Nos bastidores da imigração: o tráfico das escravas brancas**. Revista brasileira de História. São Paulo, ANPH/Marco Zero, vol. 9, n. 18, 1989. p. 179.

RAGO, Margarth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2008.

RONCAGLIO, Cyntia. **Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania (Curitiba, 1890-1934)**. 1994.

SCHETTINI, Cristiana. **Between Rio's Red-Light District and the League of Nations: Immigrants and Sex Work in 1920s Rio de Janeiro**. Cambridge University Press; International Review Of Social History; 62; 12-2017; 105-132.

SALDANHA, Terezinha. **O Comércio do prazer: prostituição em Guarapuava (1945-1964)**. Guarapuava: UNICENTRO, 2013

SCHETTINI, Cristiana. **Exploração, gênero e circuitos sul-americanos nos processos de expulsão de estrangeiros (1907-1920)**. 2012.

SCHETTINI, Cristiana. **Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX**. Cadernos Pagu, n. 25, julho-dezembro de 2005, p. 33.

SCLIAR, Moacyr. **O ciclo das águas**. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 45.

SOCHODOLAK, Helio. **Regiões, Violência E Processos Criminais**. XV Encontro regional de História. 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez, 1990.

SIMONETTO, Patricio. **El sexo de las naciones: producción y circulación globalde narrativas de la trata de blancas en la Argentina (1900-1936)**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, jan./abr. 2020.

SCARSI, José Luis. **Tmeiim: los judíos impuros historia de la Zwi Migdal**. 1 edición, Buenos Aires, 2018.

SILVA, Fróes Anelise. **Etnografando memórias, silêncios e resistências – Percursos entre o tráfico de mulheres judias para as Américas, Sociedades de Ajuda Mútua e espaços judaicos no Rio de Janeiro e Buenos Aires**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese de Doutorado em Antropologia), Porto Alegre, 2020.

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SOUZA, Antônio Luís Francisco de. **Lei, Cotidiano e Cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)**. 1 ed. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

SHIZUNO, Elena Camargo. **A revista vida policial (1925-1927) mistérios e dramas em contos e folhetins**. Tese em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SUTHERLAND, Edwin H.; CRESSEY, Donald R.; LUCKENBILL, David F. **Principles of criminology**. 11. ed. New York: General Hall, 1992.

SUTHERLAND, Edwin H. **White collar crime: the uncut version**. Londres, Editora: Yale University Press, 1983.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias - mulheres de Curitiba na primeira república**. Editora: Farol do Saber, Curitiba, 1996.

YARFITZ, Mir Hayim. **Polacos, White Slaves, and Stille Chuppahs: Organized Prostitution and the Jews of Buenos Aires, 1890-1939**. (A dissertation in Doctor of Philosophy in History). University of California, Los Angeles, 2012.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Trad. Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1984.

VINCENT, Isabel. **Bertha, Sophia e Rachel: a sociedade da verdade e o tráfico das polacas nas Américas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

WEINHARDT, Otávio Augusto Ganzert. *Delitos étlicos: embriaguez, criminalidade e justiça (Curitiba, 1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

WHITE, Hayden: **Meta-história: a imaginação Histórica do Século XIX**. (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura.**
Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994.

FONTES

JORNAIS

A Batalha. Rio de Janeiro: 20/07/1930; 19/04/1931; 10/03/1932.

A Manhã. Rio de Janeiro: 27/01/1927.

A Noite. Rio de Janeiro: 13/07/1916; 19/06/1930; 23/06/1932; 24/04/1931; 26/04/1938; 21/08/1935; 14/08/1953.

A Nação. Rio de Janeiro: 30/08/1937.

A Republica. Curitiba: 14/12/1921; 27/09/1929; 13/06/1930; 12/06/1930;

Correio do Paraná. Curitiba: 25/09/1935; 09/06/1934; 24/07/1934; 21/03/1931; 24/07/1934; 22/08/1932; 16/11/1933; 12/09/1932; 29/06/1938.

Cinearte. Rio de Janeiro: 17/10/1928.

Diário da Noite. São Paulo: 26/08/1935.

Diário de Notícias. Rio de Janeiro: 17/03/1937.

Diário do Paraná. Curitiba: 01/01/1957.

Diário da Tarde. Curitiba: 18/12/1916; 23/04/1921; 23/05/1930; 13/09/1931; 18/11/1931; 25/01/1934; 20/04/1934; 27/08/1937; 14/07/1942; 09/04/1935; 06/09/1935; 17/04/1937; 06/09/1935; 27/04/1935; 13/06/1935; 14/05/1935.

O Dia. Curitiba: 16/05/1929; 21/09/1924; 29/12/1929; 07/05/1930; 12/02/1930; 16/09/1931; 03/09/1931; 28/04/1931; 22/01/1932; 21/05/1932; 10/03/1934; 9/01/1939; 16/09/1931; 15/11/1926; 10/03/1934.

O Estado. São Paulo: 23/04/1931.

O Malho. Rio de Janeiro: 19/07/1930.

O Mundo Ilustrado. Rio de Janeiro: 06/02/1957.

Ultima Hora. Rio de Janeiro: 16/02/1932.

REVISTAS

Revista Criminal. Rio de Janeiro: 15/07/1927.

Vida Policial. Rio de Janeiro: 23/04/1925; 21/07/1926. 26/12/1925; 08/08/1925.

LIVROS

VIOTTI, Manuel. **Dactyloscopia e Policiologia**. Imprensa: São Paulo, Saraiva, 1935.

Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/55646676/Manuel-Viotti-Dactyloscopia-e-Policiologia>. Acesso em Junho de 2021.

PROCESSOS

PB003.1/132.10. Processo crime de 1939. Lenocínio. Fundo Público Poder Judiciário de Mallet. Centro de Documentação e Memória da Unicentro/Irati.

PRONTUÁRIOS DE IDENTIFICAÇÃO

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 16 de Angelina Dambuviski.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n.º 74 de Jeanne Menin.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 75 de Anna Muchaloska.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 251 de Antônia Lopes.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario Cível n. 57035 de Benjamin Zimbarg.